

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO**

NAYARA KOBORI

**A ATUAÇÃO POLÍTICA DO *DIÁRIO DA MANHÃ*:
RIBEIRÃO PRETO – 1961-67**

Orientação: Prof. Dr. Célio José Losnak

**BAURU
2015**

NAYARA KOBORI

**A ATUAÇÃO POLÍTICA DO *DIÁRIO DA MANHÃ*:
RIBEIRÃO PRETO – 1961-67**
The political rule of Diário da Manhã: Ribeirão Preto – 1961-67

Monografia apresentada pela acadêmica **Nayara Kobori**, como exigência do curso de graduação de **Comunicação Social – Jornalismo** da **Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação**, sob orientação do Prof. Dr. Célio José Losnak, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Bauru.

Orientação: Prof. Dr. Célio José Losnak

**BAURU
2015**

KOBORI, Nayara.

A atuação política do “Diário da Manhã”: Ribeirão Preto – 1961-67 / Nayara Kobori
– 2015

182 f; 30 cm

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação Social – Jornalismo)
– Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação,
Campus de Bauru

Orientador: Prof. Dr. Célio José Losnak

1. Imprensa.
2. Jornalismo
3. Política
4. Ditadura Militar
5. Ribeirão Preto

**A ATUAÇÃO POLÍTICA DO “DIÁRIO DA MANHÃ”:
RIBEIRÃO PRETO – 1961-67**

NAYARA KOBORI

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Célio José Losnak (orientador)
Professor-doutor do Depto. de Ciências Humanas da UNESP-Bauru

Prof. Dr. Maria Cristina Gobbi
Professora-doutora do Depto. de Comunicação Social da UNESP-Bauru

Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente
Professor-doutor do Depto. de Ciências Humanas da UNESP-Bauru

CONCEITO FINAL: _____

*“A História é emula do tempo, repositório dos fatos,
testemunha do passado, exemplo do presente,
advertência do futuro.”*

Miguel de Cervantes

AGRADECIMENTOS

Quando olhei para o papel quase totalmente em branco, com apenas a palavra “AGRADECIMENTOS” escrita, pequenos fragmentos da minha jornada acadêmica começaram a aparecer em minha mente. Todas as pessoas que fizeram parte dessa trajetória são elementos vitais para que hoje eu conseguisse chegar onde estou: formando.

Em especial, gostaria de agradecer à força maior que sempre me acompanhou em todos os dias da minha vida – Deus. Sem a Fé que Sua bondade desperta em mim, muito do que fiz teria sido menos grandioso. Deus, como alguns gostam de chamar, guiou meu caminho mesmo nos momentos em que quis desistir ou achei que não seria possível.

Também agradeço aos meus pais, Rejane e Carlos Kobori. Foram vocês os responsáveis por acenderem em mim a chama do conhecimento, incentivando os meus estudos e sendo as inspirações da minha vida. Meus eternos professores. Espero que algum dia possa retribuir tudo o que já fizeram por mim.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Célio José Losnak, que desde o início confiou em mim. Obrigada, professor. O conhecimento que compartilhou comigo não pode ser mensurável, não pode ser medido e nem consigo agradecer devidamente ao senhor. Se não fosse pelos seus conselhos, sua dedicação, seu esforço e pela crença que teve na minha capacidade, hoje eu não teria a formação que possuo. Gostaria de poder agradecer mais e mais ao senhor, mas tudo que eu disser não será suficiente. Deixo o meu muito obrigado de coração.

Em meu trabalho, junto ao Prof. Dr. Célio José Losnak, fui contemplada com uma bolsa de Iniciação Científica, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Agradeço à instituição pelo suporte e financiamento.

Agradeço ao meu companheiro, Andrei Rigobello. Que por mais de quatro anos está comigo, demonstrando seu afeto e carinho, tendo paciência nos dias em que me dedicava demais aos estudos e me ajudando a concretizar a pesquisa que hoje apresento.

Muito obrigada aos meus familiares que me ajudaram a aprofundar este trabalho. Meus avós, Neusa, Célia, Geraldo e ao meu avô Julio, que apesar de não ter mais a sua presença física, sei que sempre está comigo. Ao meu irmão, Thiago, que está iniciando seus estudos agora e que tenho certeza que terá um futuro brilhante. Aos meus padrinhos, Líbia e Nei, que sempre pude contar. Obrigada à minha prima Sabrina, que

me ajudou a encontrar entrevistados e é a minha inspiração em um futuro acadêmico. Aos meus primos João Pedro, Denise, Samuel e Letícia: vocês são muito importantes para mim. Todos os demais familiares que acreditaram e acreditam em mim.

Aos meus professores da Academia, que contribuíram profundamente para a minha formação. Não tenho palavras suficientes que demonstrem o quanto foram significativos para mim. Obrigada especialmente à Prof. Mayra Fernanda Ferreira, que me aconselhou e esteve presente em toda a minha graduação.

Aos meus amigos, que me acompanharam nas risadas e me deram suporte.

Aos meus entrevistados ao longo da pesquisa, que me contaram histórias que jamais esquecerei – Welson Gasparini, Osório Carlos do Nascimento, Leopoldo Paulino, Marco Antônio Barbiéri e Marco Zeri Ferreira.

Ao pessoal do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, principalmente ao Arthur, por me ajudar na análise do acervo disponível e sempre elogiar a minha pesquisa.

Obrigada a todos vocês.

RESUMO

A monografia intitulada “A Atuação política do “Diário da Manhã”: Ribeirão Preto: 1961-67” tem como proposta fazer o levantamento das posições políticas tomadas pelo jornal *Diário da Manhã*, no interior paulista em um período conturbado da História Brasileira, que abrange o governo de João Goulart até a tomada de poder pelos militares, concretizando a Ditadura Militar. Serão observadas questões referentes à relação entre o jornal estudado e a sociedade de Ribeirão Preto, bem como as representações vistas em **nível nacional** de análise, ou seja, as considerações sobre a Imprensa no Brasil nos anos de 1960, amplamente estudadas nos grandes centros urbanos, principalmente o eixo Rio-São Paulo, aplicadas em **um nível regional** da cidade ribeirão-pretana. A modernização da imprensa interiorana será outro ponto discutido pelos autores, bem como a aplicação das teorias do jornalismo e das notícias nos textos opinativos do *Diário da Manhã*.

A análise parte do dia 2 de abril de 1961, com a edição no. 19.576, estendendo até o dia 30 de junho de 1967, com a edição número 21.332. É importante salientar que após a instauração do golpe civil-militar em 31 de março de 1964, o jornal interrompeu a sua circulação por dois meses. No Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, alguns exemplares foram perdidos durante esse período, portanto, a pesquisa terá uma lacuna de seis meses, retornando sua análise no dia 1 de outubro de 1964.

Para evitar a repetição do nome do periódico durante a descrição da análise, usaremos a sigla “DM” para representar a folha estudada, o nosso objeto de estudo.

Como resultado, temos um jornal da imprensa regional alinhado ao posicionamento nacionalista de esquerda, contra a Ditadura e que fazia eco às ações administrativas de João Goulart.

Palavras-chave: Imprensa; Jornalismo; Política; Ditadura Militar; Ribeirão Preto.

ABSTRACT

The monograph entitled "Political Rule of "Diário da Manhã": Ribeirão 1961-67" has a proposal to list the political positions taken by the Diário da Manhã newspaper, in Ribeirão Preto, city inside the São Paulo state, during a troubled period of Brazilian history, covering João Goulart' government to the seizure of power by the military, fulfilling the military dictatorship. Issues will be observed on the relationship between the studied newspaper and Ribeirão Preto society, as well as the views representations in national of analysis, in other words, consideration of the Press in Brazil in the 1960s, widely studied in large urban centers, especially the Rio-São Paulo axis, applied in a small level of Ribeirão Preto city. The modernization of the provincial press will be another point discussed by the authors, and the application of theories of journalism and news opinion pieces in the diary.

The analysis starts on April 2, 1961, with the edition number 19.576, extending until the day June 30, 1967, with the edition number 21.332. It is noteworthy that after the introduction of civil-military coup on March 31, 1964, the newspaper stopped its movement for two months. In the Public Archives and History Ribeirão Preto, some specimens were lost during this period, therefore, the research will have a gap of six months, returning your review on October 1, 1964.

To avoid repeating the journal name in the description of the analysis, we will use the letters "MD" to represent the studied film, our object of study.

The result is a nationalism journal, that was against the military dictatorship and aligned with the positions of João Goulart.

Keys-words: Press; Journalismo; Political; Dictatorship; Ribeirão Preto.

LISTA DE SIGLAS

AI – Ato Institucional

ALN – Aliança Libertadora Nacional

AMFORP – American & Foreign Power Company

AP – Ação Popular

APM – Associação Paulista de Municípios

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CPI – Comissões Parlamentares de Inquérito

CPOS – Conselhos Permanentes das Organizações Sindicais

CSC - Conselho Superior de Censura

DCDP - Divisão de Censura e Diversões Públicas

DFSP - Departamento Federal de Segurança Pública

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DM – Diário da Manhã

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DSI – Divisão de Segurança e Informação

EPTV – Emissoras Pioneiras de Televisão

EUA – Estados Unidos da América

FALN – Forças Armadas de Libertação Nacional

FMI – Fundo Monetário Internacional

FPN – Frente Parlamentar Nacionalista

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

JK – Juscelino Kubistchek

MAC - Movimento Anticomunista

MAD – Movimento Ativo Democrático pela Religião, pela Democracia e Contra o Comunismo

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

OEA – Organização dos Estados Americanos

PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDC – Partido Democrata Cristão
PL – Partido Libertador
POLOP - Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
PORT - Partido Operário Revolucionário
PR – Partido Republicano
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PUA – Pacto de Unidade de Ação
SCDP - Serviço de Censura de Diversões Públicas
STF – Supremo Tribunal Federal
UDN – União Democrática Nacional
UNE – União Nacional dos Estudantes
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO II: METODOLOGIA DE PESQUISA	18
II.1. QUESTÕES TEÓRICAS SOBRE HISTÓRIA DA IMPRENSA E JORNAL COMO FONTE	18
II.2. A MEMÓRIA COMO FONTE	22
CAPÍTULO III: HISTORIOGRAFIA DA POLÍTICA NACIONAL EM 1960	25
III.1. 1961-1963: AS POLÍTICAS DE JÂNIO QUADROS E JOÃO GOULART	25
1. A renúncia de Jânio Quadros e o parlamentarismo	29
2. João Goulart e o cenário nacional	35
III.2. TRAMAS DO GOLPE	39
1. O Golpe civil-militar de 1964 e o pós-Golpe	40
2. A segmentação política nos anos de 1960: partidos e esquerdas	44
3. Ribeirão Preto nos anos de 1960	49
CAPÍTULO IV: O DESENVOLVIMENTO DA IMPRENSA BRASILEIRA	55
IV.1. A MODERNIZAÇÃO DA IMPRENSA	55
1. A modernização da imprensa nos anos de 1950: o contexto dos grandes centros urbanos	55
2. A modernização da Imprensa em Ribeirão Preto	56
IV.2. ARTICULAÇÃO ENTRE IMPRENSA, SOCIEDADE	

E POLÍTICA	58
1. As relações entre a Imprensa brasileira e a política vigente ao longo dos anos	58
2. A relação entre a Imprensa brasileira, a sociedade e a política durante a Ditadura Militar	60
 CAPÍTULO V: JORNALISMO E SUAS TEORIAS	67
V.1. OS GÊNEROS OPINATIVOS DO JORNALISMO	67
1. Teorias da notícia e os textos opinativos	70
2. Divergência normativa dos textos do <i>Diário da Manhã</i>	76
 CAPÍTULO VI: A IMPRENSA EM RIBEIRÃO PRETO: ANÁLISE DO DM	79
VI.1. BREVE HISTÓRICO DA IMPRENSA RIBEIRÃO-PRETANA	79
VI.2. O DECANO DA IMPRENSA RIBEIRÃO-PRETANA	86
VI.3. A ATUAÇÃO POLÍTICA DO “DIÁRIO DA MANHÃ”	91
VI.4. O CONTEÚDO DOS TEXTOS OPINATIVOS	98
1. Política Internacional	99
2. Política Nacional	106
2.1. Jânio Quadros	110
2.2. João Goulart e as Reformas de base	116
2.3. Ditadura Militar: o governo Castelo Branco	127
2.4. Juscelino Kubistchek	135
2.5. Carlos Lacerda	136
3. Política em Ribeirão Preto	142
3.1. M.A.D	149
3.2. DOPS	152
3.3. Lincoln Gordon	153
4. Economia e Indústria	154
5. Jornalismo e Imprensa	157

VI.5. REFLEXÕES ACERCA DOS TERMOS “IDEOLOGIA” E “POVO” UTILIZADOS PELO DM	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
ANEXOS	172
ENTREVISTAS	177
BIBLIOGRAFIA	178

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Quando iniciei a meus estudos na graduação, já me despertava o interesse pela relação da História com o meu campo de aprendizado: a Comunicação, mais especificamente, o jornalismo. Embora no início minha compreensão fosse limitada, durante esses quatro anos e meio que estive imersa na Academia, pude entender que de fato podia entrelaçar os estudos históricos com os jornalísticos, de uma forma mais complexa e diversificada. As aulas de História do Brasil com o Prof. Dr. Célio José Losnak, orientador da presente monografia e também da Iniciação Científica de mesmo nome, financiada pela Fapesp, foi de crucial importância para catalisar as respostas para meus questionamentos.

Posteriormente, com a efetiva participação no Grupo de Estudos sobre História da Imprensa, também coordenado pelo Prof. Dr. Célio José Losnak, pude delinear e limitar meu objeto de estudo e, assim, iniciar a pesquisa em Comunicação e História. Ao ser contemplada coma bolsa Fapesp, meus estudos se ampliaram, devido aos diversos encontros que tive com pesquisadores da área, além do próprio incentivo dado pela Instituição e orientador para a continuidade das minhas análises.

Ao pensarmos sobre pesquisas na área de Comunicação, devemos levantar questionamento sobre o próprio objeto de estudo, que utiliza de perspectivas de diversas Ciências para compor as suas discussões, como já nos apontou Martino (in: HOHLFELDT, A; MARTINO, L. C. & FRANÇA, V. V. (Org.), 2001). Faz-se necessário compreender o desenvolvimento das análises comunicativas e o surgimento da Comunicação como Ciência, ampliando nossa visão sobre os estudos que seguiram este caminho.

Na presente monografia, procuramos trazer um pouco das considerações sobre a relação da Comunicação com a História, vendo como essas duas Ciências dialogam entre si e podem contribuir para aprofundar análises em curso. Tivemos como base as teorias do jornalismo em consonância com os questionamentos históricos, com o objetivo de traçar uma representação do fenômeno social estudado, intermediado pela fonte documental do jornal impresso.

A aproximação da história com o jornalismo colabora para responder os “por quês” dos fenômenos agregados às ações jornalísticas na sociedade. Não basta apenas entender o que a mídia pode determinar sobre como ou o que pensar, mas, também, por que esse fato acontece em tal tempo e espaço social. Assim, considerar a História como parte significativa dos estudos em jornalismo, não é fundamentalmente realizar um estudo sobre os fatos históricos, mas utilizar da teoria da história para empreender e interpretar ações sociais midiáticas (RIBEIRO & BARBOSA, 2009).

A História e o jornalismo também utilizam a narrativa como elo comum, pois ambas a usam como instrumento das análises. Barbosa e Ribeiro (2009), citando Agnes Heller, afirmam que contar uma história é estar no mundo. É desse modo que ocorre divulgação das informações de como o evento ocorreu e, dessa forma, organiza-se o pensamento social. Através da publicação narrativa, o leitor se insere no mundo das coisas contadas e o papel do jornalismo é tentar explicar o acontecimento em todas as suas dimensões. Já o pesquisador visa à análise da narratividade, as reflexões em torno do que e como foi contado e ao mesmo tempo cria uma narrativa. Portanto, a narratividade passa a ser um método de expressão e de estudo comum entre o Jornalismo e a História. A relação entre Comunicação, Jornalismo e História é a coluna vertebral do estudo, dado à reflexão sobre as fontes consultadas, em conjunto com o período recortado.

A década de 1960 foi escolhida pela representatividade e significância que esse período representou na sociedade brasileira. Primeiro, pelo contexto de modernização da imprensa nacional, com o apogeu dos grandes jornais dos centros urbanos, como *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, entre outros. Além disso, foi no mesmo período que se ampliou as inovações gráficas e técnicas nos jornais do interior do país, característica de nosso objeto de estudo, o jornal interiorano *Diário da Manhã*, de Ribeirão Preto.

Ao mesmo tempo em que mudanças ocorriam no cenário jornalístico e empresarial da imprensa do Brasil, os anos de 1960 nos surpreende com a instauração do Golpe civil-militar em 1964. Com isso, houve a limitação de qualquer crescimento da liberdade de opinião, manifestação e de imprensa. A controvérsia do período estudado nos permite colocar questionamentos sobre as ações da sociedade e da imprensa, visto a efervescência cultural do período, em meio ao caos político. Nossa pesquisa leva esta discussão para o âmbito regional, tendo em mente a importância desse ambiente para a composição de todo o cenário brasileiro.

Como se comportou a imprensa regional diante do Golpe? Como os jornais do interior reagiram ou compactuaram com o governo instaurado? Qual a influência dos jornais dos grandes centros urbanos na imprensa regional? Essas foram as perguntas-chave para começarmos a pensar no desenvolvimento de nosso estudo. Visto a impossibilidade de consulta de um grande montante de jornais do interior, limitamos a pesquisa na cidade de Ribeirão Preto, devido ao exponencial crescimento dessa urbe no estado de São Paulo e pelo desenvolvimento econômico da mesma, reconhecida como a “capital do agronegócio”.

Esta pesquisa foi realizada em quatro etapas: o aprofundamento bibliográfico, subsidiado pelas obras catalogadas na Bibliografia; a leitura e fichamento dos editoriais do *Diário da Manhã*; a realização de entrevistas com jornalistas, militantes e políticos da época que ainda residem em Ribeirão Preto; e, por último, a análise da atuação política do jornal e da conjuntura sociopolítica, mediada pelo diário e fontes consultadas.

A monografia está dividida em cinco capítulos, sendo o Primeiro reservado à exposição da metodologia utilizada no estudo; o Segundo, para caracterizar o cenário político brasileiro nos anos de 1960; o Terceiro levanta fatos sobre a modernização da imprensa no país; o Quarto discute as teorias que basearam o estudo; e o Quinto, para a análise do *Diário da Manhã*. Todos os capítulos estão divididos em subcapítulos, como forma de facilitar a leitura e organização da monografia. Esta pesquisa foi iniciada em meados de 2012, cobrindo mais de três anos de análise e dedicação.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA DE PESQUISA

II.1. QUESTÕES SOBRE A HISTÓRIA DA IMPRENSA E O JORNAL COMO FONTE

A orientação metodológica utilizada para nortear a presente monografia baseou-se na análise de conteúdo, em conjunto com interpretações históricas através de fontes documentais. Na perspectiva de Bardin (1977), a análise de conteúdo consiste em métodos e técnicas de organização dos dados, que resultará na codificação e categorização dos resultados obtidos.

No caso do jornal impresso, é necessário relacionar os textos estudados em suas diferentes dimensões interpretativas, ou seja, encarar a linguagem como reprodutora e representante de ideologias e, também, mediadora da sociedade. Deve-se encarar a subjetividade dos textos e os contextualizar no período histórico, para que a compreensão do objeto de estudo seja vista diante de suas variáveis interpretativas. Dessa forma, através da leitura do documento impresso foi possível observar as articulações e fazer uma ponte entre o historiador e o jornalista/jornalismo, com a sociedade da época.

Segundo Romancini (2005), tanto historiador, quanto o jornalista trabalham com o mesmo objeto: a História. No campo de estudos do jornalismo, há uma relação indissociável com os fatos históricos, pois próprio jornalista faz parte da construção da **chamada história do tempo presente.**

Romancini (2005) e Bezerrill (2011) destacam que a influência da Escola de Annales, a partir da segunda metade do século XX, passou a considerar os jornais como fontes documentais e históricas, sendo utilizados nas análises historiográficas de então. Anteriormente, havia o predomínio da visão positivista, da qual apenas documentos oficiais serviam como objetos de estudo. Os jornais, por conseguinte, eram visto apenas como porta-vozes de ideologias e interesses políticos, não compactuando com os estudos racionalistas e objetivos da época.

Atualmente, a imprensa escrita é vista como um dos principais meios de informação da sociedade e se apresenta como importante atriz na elaboração de

representações da realidade **podendo construir ou desvirtuar a realidade**, colaborando, assim, para formar o pensamento social.

Acrescenta Chammas (2011) que no século XX os órgãos de comunicação se tornaram órgãos de poder, colaborando para afirmar a escolha da imprensa escrita como fonte para estudos das Ciências Humanas e Sociais. Os interesses desses veículos enquanto empresas privadas ultrapassam meramente o financeiro, com a representação de valores de grupos sociais específicos. A imprensa recriou e recria a realidade à sua maneira, articulando a sua ideologia, representações simbólicas e suas aspirações político-econômicas, com uma constante tentativa de formulação dos debates públicos. Para o autor, é dessa maneira que os órgãos de comunicação exercem o seu poder de influência sobre a sociedade e leitores.

Segundo o pesquisador, os jornais desempenham o papel de informar, ao mesmo tempo em que manifestam a sua ideologia. Sendo assim, o princípio da objetividade aclamado pelo jornalismo é, por excelência, um mecanismo utilizado como forma de garantir a confiabilidade e a legitimidade da representação do real em face de seus interesses. Desse modo, o jornal torna-se um instrumento de intervenção na vida social. A ideia da imparcialidade e o consentimento da imprensa como expressão da opinião pública reafirmam a construção ideológica dos jornais como porta-vozes dos interesses do povo, que se manifesta através das instituições representativas (CHAMMAS, 2011).

Luca (2005) salienta que os impressos são fontes que disponibilizam dados de associações e composições do operariado, correntes ideológicas e cisões internas, greves, mobilizações, condições de vida e trabalho e outros tantos componentes da sociedade civil, bem como o intercâmbio entre as políticas nacionais, internacional e regional, além das questões sobre os segmentos militares (LUCA, 2005. p. 119). No mesmo viés, Traquina (2000) defende que os estudos dentro do campo jornalístico são de fundamental importância para compreender as questões sobre como a informação é produzida, como estão presentes diversos vetores nessa produção e como o público apreende o conteúdo transmitido.

É diante de tais justificativas, que reafirmamos a importância da presente pesquisa, que utiliza o jornal impresso como fonte principal. Para Ribeiro & Barbosa (2009), tem aumentado o número de trabalhos acadêmicos em História da Comunicação e do Jornalismo, porém ainda há pouco amadurecimento sobre o tema.

A investigação jornalística, em conjunto com a história, parte das análises textuais das mensagens, encaradas como produtoras de significados e intencionalidades

- partes do processo comunicativo. Ou seja, pensar a imprensa como representação de uma parcela social é identificar o diálogo entre os veículos de comunicação e o público. Para as pesquisadoras, ao se fazer história do jornalismo e da comunicação estamos, também, produzindo a história, demarcando temporalidades, definindo sentidos do passado da comunicação e da atuação dos profissionais.

As autoras pontuam que foram as ações comunicativas e os atos jornalísticos que despertaram a difusão da consciência história que ou a chamada consciência da mudança, nome dado por Agnes Heller. Assim, a divulgação massiva das questões humanas ampliou a visão da consciência histórica para a consciência de um mundo universal, ou seja, a História passa a ser vista como única e universal. Dessa forma, a consciência do mundo histórico é, portanto, a universalidade.

Ribeiro & Barbosa (2009) também salientam que embora a pesquisa no campo da comunicação, jornalismo e história tenha tido amplo crescimento nos últimos anos, a maioria dos trabalhos acerca do tema está centrado no eixo Rio-São Paulo, ignorando as especificidades e regionalidades do interior. A predominância dessas cidades da região Sudeste pode ser explicada conceitualmente. O Rio de Janeiro possui lugar destacado na sociedade brasileira; primeiro, por ter ocupado o cargo de capital do Império e, posteriormente, da República, sendo que os ações e desenvolvimentos da cidade eram sentidos em nível nacional. Já São Paulo aparece como o principal eixo econômico do país, a partir do século XIX. Assim, a imprensa paulista estabeleceu padrões e lógicas hegemônicas que repercutiram no desenvolvimento dos meios de comunicação nacionais. Mesmo assim, priorizar a análise Rio-São Paulo esbarra no problema excluir a existência de outras perspectivas e dinâmicas locais complexas, que não se encaixam nas predefinições hegemônicas das duas principais capitais do Sudeste.

As autoras ainda pontuam que outra característica que as preocupa na história do jornalismo brasileiro é a predominância da narrativa memorialista, fazendo com que o texto acadêmico tenha uma aproximação com a narrativa testemunhal e personalista, que privilegia os grandes feitos e a História Tradicional. Além disso, essa perspectiva se apoia em relatos de jornalistas e outros homens da mídia que, apesar de representar um precioso material de pesquisa, estão sujeitos a diversas interpretações que os afastam de uma verdade histórica. Dessa maneira, “é preciso considerar o trabalho da linguagem e de enquadramento da memória realizado pelos narradores” (BARBOSA& RIBEIRO, 2009, p. 5).

A valorização da história oral e a chamada cultura da memória colocam desafios teóricos ao pesquisador da comunicação e do jornalismo, visto que há a ideia de que o gênero testemunhal é capaz de fornecer sentido à experiência analisada. A relação com a subjetividade do testemunho e dos relatos individuais, bem como a concepção de verdade histórica deve ser problematizada. As autoras defendem que esse impasse é um dos principais problemas das pesquisas em história do jornalismo, comunicação e mídia: a predominância da análise da questão histórica em grandes feitos e em grandes personagens, desconsiderando as dinâmicas e os processos institucionais e macrossociais. Todavia, o relato de indivíduos que vivenciaram a época ou tiveram contato com o objeto de análise é de considerável valia para enriquecer a visão sobre o contexto pesquisado. Há que manter o distanciamento dos grandes feitos e cuidar para não encarar os depoimentos como verdades. O convite à realização de entrevistas para conceber uma análise histórica aproxima o trabalho do historiador com o jornalista, ou vice-versa, visto que ambos utilizam a mesma técnica de coleta de dados.

Por isso, estudar jornalismo, história e a relação de ambas as disciplinas é elaborar uma complexa pesquisa que demanda a análise de textualidades e produção de mensagens, considerando a intencionalidade do emissor, o significado apreendido pelo público e o contexto na qual está inserido. Ressaltam Barbosa & Ribeiro (2009) que pensar historicamente as mídias é construir uma pesquisa em torno da questão discursiva, observando os liames entre a produção de conteúdo e cultural, e as relações de poder estabelecidas dentro da própria sociedade, bem como as especificidades de cada região. Nesse processo há a importância do conteúdo, do produtor da mensagem e da mensagem - a forma como o leitor a compreendeu, nos limites de sua cultura e percepção dos sinais impressos (BARBOSA & RIBEIRO, 2009, p. 11).

Nesse sentido, faz-se necessário trabalhar o contexto regional, como forma de ampliar a compreensão do jornalismo como ator social no Brasil, sem restringir-se aos grandes centros, ainda que eles tenham importância política e cultural. Cada contexto e espaço social possuem certas particularidades, sem generalizações. A interpretação de uma dada realidade histórica está relacionada à conformidade de um determinado espaço social, por isso, é preciso contextualizar o fato (BARBOSA & RIBEIRO, 2009).

A chamada História Regional ganhou destaque nos estudos históricos, a partir de 1970. Permitiu-se demonstrar a mútua determinação entre o local ao nacional, bem como validou as teorias elaboradas em um nível universal e macrossociológico, em um nível microssociológico, com espaço geográfico delimitado (OLIVEIRA, 2005).

Realizamos uma análise comparativa da produção e evolução da imprensa no Rio de Janeiro e em São Paulo, em conjunto com as particularidades e semelhanças do tempo e espaço social da imprensa de Ribeirão Preto, cidade do interior paulista. Para maior compreensão do jornalismo do interior, através da mídia escrita, houve a necessidade de refletir sobre as características do município na época, fato que será discorrido nos capítulos que se seguem.

A utilização de um órgão de comunicação impresso é visto como fonte privilegiada de estudo, visto que pode explicitar o papel da imprensa na construção de representações sociais, compreendendo interesses e conflitos em voga durante o período. A discussão parte do ponto de vista histórico, o jornal como fonte importante para identificar conexões mútuas entre regional e nacional, bem como as relações com a imprensa, política e sociedade da época. Dessa forma, podemos entender melhor as conjunturas dos comportamentos e práticas sociais mediados pelo jornalismo.

O Diário da Manhã apresenta-se como um importante veículo de difusão de informação e opinião no contexto regional da cidade de Ribeirão Preto. Sendo o jornal de segunda maior circulação no município, o matutino possuía um caráter moderno e difundia as opiniões de seus dois principais diretores: Antônio Carlos Sant’Anna e Antônio Machado Sant’Anna.

A cidade de Ribeirão Preto está localizada no interior do estado de São Paulo, com aproximadamente 400 km da capital. O desenvolvimento da urbe deu-se a partir da economia cafeeira e, hoje, é conhecida como “capital do agronegócio”. A caracterização de Ribeirão Preto contribui para nossos estudos como forma de compreender o contexto do *Diário da Manhã*.

II.2. A MEMÓRIA COMO FONTE

Os apelos aos testemunhos e depoimentos orais podem reforçar, completar ou debilitar teorias e impressões de acontecimentos ocorridos. Para completar a pesquisa, entrevistas foram realizadas com membros da imprensa do município, políticos e militantes da época. Os relatos orais formaram um importante instrumento no desenho de nossas conclusões. Dessa forma, teorizar os aspectos da memória como fonte faz-se importante para compreender os passos metodológicos da monografia. Nas sociedades sem a escrita, os conhecimentos eram transmitidos oralmente e, retransmitidos pela memória. Le Goff (1994), ao estudar a relação da memória com a História, afirma que a primeira é uma propriedade intelectual de conservação das informações, que permite ao

indivíduo acessar acontecimentos do passado e reinterpretá-los conforme seu interesse. Devido ao seu caráter subjetivo, só no fim da década de 1970 a memória passou a ser usada como metodologia de análise da historiografia.

O processo de construção da História parte do resgate de fatos passados, encontrando paralelos durante o processo metodológico entre documentos oficiais, oficiosos, fontes impressas e resignificações abstratas por meio da memória. O trabalho da memória é o de reconhecimento e reconstrução dos quadros vividos socialmente e na qual se articulam as lembranças.

Para mais, a recuperação de episódios do passado não é visto pelo ângulo do indivíduo isolado. Segundo Halbwachs (1977), a memória individual existe sempre em função de uma memória coletiva, visto que as lembranças rememoradas são constituídas dentro de um grupo social. Ou seja, a origem de nossas ideias e reflexões parte da inspiração de um determinado grupo – somos influenciados por outras pessoas e as nossas lembranças às refletem. O autor afirma ser impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças se não tomamos para o ponto de aplicação os quadros sociais reais que servem de pontos de referência nesta reconstrução da memória. (HALBWACHS, 1977, p. 9-10).

A memória coletiva fundamenta a identidade do grupo ou da comunidade que ela representa, normalmente apegando-se a um elemento fundador, simplificando o restante dos acontecimentos passados. Ela está baseada em imagens e paisagens, sendo que o próprio esquecimento também é relevante para compreender as ocorrências passadas. Muitas vezes, não se lembrar de um fato é um ato voluntário, indicando a necessidade de se ocultar determinados episódios. Por isso, a memória coletiva está constantemente reelaborando os fatos. Lembrar-se de algo no sentido coletivo também é demonstrar apego à comunidade que se rememora (HALBWACHS, 1977).

Portanto, a memória coletiva é compreendida como uma forma de história vivente, pois o passado é reconstruído e resignificado. Ao mesmo tempo, ela vive nas tradições com a descrição de lembranças dos quadros sociais. Guarinello (1994) observa que a memória é uma reflexão sobre o a mudança e o passado, uma forma de ação representativa, pois parte da atividade autorrepresentativa de uma sociedade, grupo ou indivíduo, para assumirem e defenderem a sua identidade.

Compreende-se também que as relações do campo da memória e da história são amplas – ora se afastam para que a história científica carregue sua imagem objetiva, ora se aproximam, visto que são produtos sociais e fazem parte do processo de

resignificação do meio. Para Guarinello (1994), a história como conhecimento científico pode ser uma forma de poder, um instrumento de dominação e de legitimação das estruturas existentes, que cala as memórias produzidas socialmente. Conclui o autor que as memórias não são totalmente espontâneas, mas elas se utilizam de pressupostos e conceitos estruturados por representações sociais dominantes que, por sua vez, são oriundas da própria história. Dessa forma, produzir história também é levar em conta as resignificações da memória, por meio dos atores sociais.

Partindo dessa premissa, optou-se por realizar um levantamento de fontes orais que permitiram o acréscimo de informações. Levando em considerações as particularidades da memória como instrumento metodológico, foram ouvidas diversas pessoas que vivenciaram o período estudado, ou possuíam relações com o objeto de análise. Dessa forma, foi possível confrontar os testemunhos e traçar uma linha de raciocínio sobre o cenário da Ditadura Militar em Ribeirão Preto, bem como as articulações que o *Diário da Manhã* possuía com a sociedade e a política vigente.

CAPÍTULO III

HISTORIOGRAFIA DA POLÍTICA NACIONAL EM 1960

III.1. 1961-1963: AS POLÍTICAS DE JÂNIO QUADROS E JOÃO GOULART

Para compreender o contexto no qual estava inserido o presente objeto de estudo, é necessário pontuar as diferentes correntes e situações políticas vivenciadas no período em seus diferentes níveis de atuação geográfica. Mundialmente, desenvolvia-se a chamada Guerra Fria, que estabeleceu a bipolarização ideológica entre o comunismo e o capitalismo. As divergências políticas da década 1960 refletiam nos partidos brasileiros em aspectos nacionais e regionais, representados por acontecimentos políticos federais, estaduais e municipais.

Dessa forma, determinar os acontecimentos históricos é uma forma de abordagem que visa compreender as diferentes relações entre a sociedade e a política. O conhecimento de fatos político-sociais datados contribui para relacionar os fenômenos dos anos 1960 com a linha-editorial do *Diário da Manhã*, visto que o periódico discursava sobre os eventos de âmbito internacional, nacional e regional.

O recorte temporal escolhido para a pesquisa, de 1961 a 1967, abrange os governos de Jânio Quadros, João Goulart e Castelo Branco; sendo o último, pertencente ao regime militar. A análise histórica das características administrativas será pautada nas decisões político-econômicas de cada presidente e como essas resoluções afetavam e influenciavam determinados grupos sociais.

Os mandatos de Jânio Quadros e João Goulart foram posteriores à presidência do político Juscelino Kubistchek, entre os anos de 1956-1961. No governo JK, aplicou-se o chamado plano desenvolvimentista, com o slogan “Cinquenta anos em cinco”, dando ao Brasil uma industrialização fervorosa e uma nova capital: Brasília. O estilo modernizante do então presidente da República submeteu a economia nacional ao capital externo, contribuindo para que o país sofresse com inflações e desequilíbrios em sua balança financeira, oriundos de empréstimos de capital estrangeiro para desenvolver o nosso país.

O sucessor de JK foi o então governador do estado de São Paulo, Jânio Quadros, eleito em 3 de outubro de 1960, pela coligação PTN-PDC-UDN-PR-PL (Partido Trabalhista Nacional, Partido Democrata Cristão, União Democrática Nacional, Partido Republicano e Partido Libertador, respectivamente). A eleição presidencial de 1960

demonstrou a vitória do discurso populista engajado em Jânio e em seu vice-presidente eleito, João Goulart, candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)¹. Skidmore (1982) disserta que a campanha de Quadros baseou-se no comprometimento com uma democracia honesta, aliada a uma rápida taxa de crescimento econômico nas áreas da saúde, educação e agricultura, que garantiriam o progresso nacional.

A configuração política presente no Congresso Nacional era desfavorável à coligação janista, representados por partidos de oposição a Jânio Quadros, como o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Social Progressista (PSP), e uma ala reacionária do PTB. Diante desse cenário, o novo presidente teria que procurar a conciliação entre os grupos oposicionistas do Legislativo com os seus ideais políticos, para promover os programas reformistas anunciados durante sua campanha eleitoral (LOUREIRO, 2009).

A tarefa conciliatória da administração de Jânio Quadros culminou com a criação de alianças políticas, que visavam obter uma barganha maior junto ao presidente. Loureiro (2009) destaca a articulação do senador do PSD, Benedito Valadares, que no início de 1961 promoveu a manutenção da união entre PSD e PTB. O autor conta que Valadares conseguiu o apoio de Jânio com votos no Congresso, em troca de cargos no governo federal. Todavia, setores progressistas do PTB ofereceram resistência à articulação do senador. Armando Falcão, aliado de Valadares, chegou a manifestar seu interesse na estruturação de um partido centrista, unindo o campo “adesista” do PSD com a UDN, mas a proposta acabou não tendo sucesso, por resistência de setores udenistas e pela falta de interesse de janistas em levar tal acordo político adiante (LOUREIRO, 2009, p.189-190).

Ao assumir a presidência da República em 31 de janeiro de 1961, Jânio Quadros pronunciou polêmico discurso em cadeia nacional de rádio, logo após sua cerimônia de posse. No pronunciamento, o novo presidente denunciava a “terrível situação financeira”, que lhe fora negada pela administração anterior, referindo-se aos débitos com o mercado externo, deixados por Juscelino Kubistchek (LOUREIRO, 2012).

Conforme analisou Loureiro (2012), o discurso proferido por Jânio Quadros marcaria uma inflexão na política econômica nacional. Ao invés do foco na aceleração do crescimento e modernização nacional, características iniciadas com o governo JK, a

¹ É importante destacar que no período mencionado, as eleições para presidente e vice-presidente eram realizadas separadamente. Desse modo, Jânio Quadros foi eleito para o cargo da presidência pela coligação PTN-PDC-UDN-PR-PL, e do outro lado, tivemos a eleições de João Goulart para o cargo de vice, pelo PTB.

nova ordem janista seria pautada no controle inflacionário, no equilíbrio das contas externas e na estabilização da economia.

O tom do discurso variava entre o desafio e o desespero. Apontou o “falso nacionalismo” e o “novo imperialismo” que se haviam infiltrado em algumas classes, principalmente, entre os intelectuais. A situação financeira foi descrita como “terrível” (...). Quadros lamentou “todo esse montante esbanjado em tanta publicidade e que nós temos, agora, que levantar, pacientemente, dólar por dólar e cruzeiro por cruzeiro. Temos gasto, confiando no futuro, mais do que a imaginação ousa contemplar”. Atacou a administração de Kubitschek em seu “favoritismo e nepotismo administrativo” e criticou seu predecessor pelo enorme déficit federal previsto para 1961 (SKIDMORE, 1982, p.239-240).

As palavras proferidas pelo presidente causaram imediata reação nos setores oposicionistas e ligados à administração anterior, aliados de Juscelino Kubitschek. Loureiro (2009) afirma que alguns parlamentares chegaram a defender o posicionamento de Jânio Quadros, como foi o caso de Nicolau Tuma, da UDN. Mesmo assim, o autor diz que as críticas ao novo governo eram compreensíveis, pois ainda não havia escolhido um líder no Parlamento, fato interpretado pela imprensa como uma ação atípica, comparando aos mandatos presidenciais anteriores.

Loureiro (2009) também analisa que os líderes udenistas exerceram pressão no presidente, para que ele chegasse a uma decisão na escolha do líder parlamentar. O pesquisador relata que na semana seguinte, o então ministro da Justiça, Pedroso Horta, convidaria os políticos Pedro Aleixo e Seixas Dória, ambos da UDN, para líder e vice-líder do governo, respectivamente. Mesmo após a indicação de Aleixo, continuaram as reclamações dos udenistas sobre o governo de Jânio, alegando falta de informação sobre os atos presidenciais. Para piorar a situação, Jânio afirmara em entrevista coletiva em maio de 1961, que não sabia se Aleixo era mesmo o porta-voz do governo no Parlamento. Loureiro (2009) conclui em seu estudo que o presidente não apresentou “nenhum empenho na construção de uma liderança efetiva no Legislativo”, fato que contribuiu para que Jânio não obtivesse apoio das Mesas do Governo em sua administração.

Em seu segundo dia de trabalho, o novo presidente promoveu a abertura de sindicâncias sem consultar previamente o Legislativo, com o objetivo de investigar as irregularidades nos órgãos governamentais durante o mandato de JK. O fato irritou os congressistas que afirmaram ser possível averiguar anormalidades políticas por meio das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), sendo desnecessária a abertura de

sindicâncias. Para Loureiro (2009), a presença de militares nas chefias dos inquéritos – visto que alguns estavam envolvidos com tramas golpistas durante o governo de Juscelino – gerou ainda mais polêmica.

Logo após a eleição, Quadros desenvolvera uma série de investigações sobre os escândalos financeiros que envolviam os cofres públicos. Em maio, um relatório, que implicava o vice-presidente Goulart, em irregularidades quanto ao uso de fundos da previdência social, veio a público. (...) Quadros podia, a curto prazo, pensar em obter prestígio entre a classe média, com sua cruzada de honestidade e eficiência no governo. Mas, a longo prazo, teria de lutar com o Congresso e teria de abrir uma porta aos políticos da oposição que ele agora detratava. Isto se tornava cada vez mais claro, visto que Quadros pouco fazia para manter o apoio da UDN (SKIDMORE, 1982, p.244).

Em relação à política econômica, analisa Skidmore (1982) que o plano anti-inflacionário do governo de Quadros foi o mais completo, em comparação com as administrações anteriores. Em março de 1961, o presidente anunciou a reforma no sistema cambial, reduzindo taxas de importação e exportação, e desvalorizando o cruzeiro. Isso resultou na redução de subsídios para os produtos de importação, como o trigo e gasolina; em contrapartida, dobrou os preços de produtos alimentícios e dos transportes. O presidente prometia reduzir o déficit governamental e promover novos investimentos no setor exportador. Com esse plano, Quadros obteve aprovação do FMI para a renegociação das dívidas externas, estabelecendo novas bases para o desenvolvimento do país. Embora o projeto do presidente parecesse impopular no início, devido ao congelamento de salários e cortes nos subsídios de importação, “esse risco parecia possível dentro da euforia que cercava a área de Quadros no início de 1961” (SKIDMORE, 1982, p.240).

Skidmore (1982) discorre que de maio a junho, a administração janista obteve sucesso em suas negociações com o exterior. A fraqueza do crediário brasileiro foi visto como um “trunfo”, para propor novos acordos monetários. No plano interno, as críticas ao governo já eram constantes, devido à inflação que crescia a cada dia, provocando o aumento dos preços de produtos de consumo, fato que desagradavam empresários, trabalhadores e consumidores. O autor fala que a duplicação do preço do pão e da gasolina, junto com demais medidas impopulares, fez com que o próprio Quadros passasse a desconfiar da eficácia de seu plano anti-inflacionário. Aconselhado por intelectuais desenvolvimentistas, o presidente reconheceu que qualquer programa de estabilização financeira seria ineficaz, se não aplicado em conjunto com planos de

fomento à industrialização e investimentos públicos. Assim, Jânio Quadros anunciou a criação da Comissão Nacional de Planejamento, uma nova versão do Conselho de Desenvolvimento, e do Primeiro Plano Quinquenal.

Na política externa, Jânio Quadros levou o Brasil a adotar uma postura independente que influenciaria todo o campo econômico, através de negociações simultâneas com as três grandes potências da época: EUA, Europa Ocidental e União Soviética. Tal posicionamento é estudado por Skidmore (1982) como uma tática para desviar a atenção do país do impopular programa de estabilização econômica. Por outro lado, a política “independente” aplacava a esquerda nacional, ao mesmo tempo em que irritava os setores conservadores de direita e centro. Vale lembrar, que tratamos do período da Guerra Fria, onde as ideologias antagônicas travavam uma batalha política. Skidmore conclui que é difícil mensurar o quanto a política externa influenciou na renúncia do presidente, mas as desavenças políticas do Executivo com os partidários do Congresso contribuíram para levantar a oposição contra Jânio e, assim, desencadear ataques contra o governo (SKIDMORE, 1982).

1. A renúncia de Jânio Quadros e o parlamentarismo

Em menos de sete meses de governo, Jânio Quadros renunciava de seu cargo do cargo de presidente da República no dia 25 de agosto de 1961. Na sua carta-renúncia, Quadros pouco explicava e justificava seu gesto de abandonar o Palácio do Planalto. Toledo (1984) observa que a renúncia constituía-se no primeiro ato de uma trama golpista, pois julgava o demissionário que os ministros militares iriam impedir a posse do vice-presidente João Goulart, além de impor junto retorno de Jânio Quadros, junto ao clamor popular, voltando ao cargo de presidente nos “braços do povo”.

As ilusões do renunciante logo desapareceram. Tanto os ministros militares, quanto os membros da sociedade civil não tomaram qualquer iniciativa para exigir a volta do ex-presidente da República. Muito pelo contrário: houve a defesa da tomada de poder por João Goulart.

Skidmore (1982) pontua que as razões determinantes para a renúncia de Jânio Quadros residiam no levante da oposição, principalmente, na figura do então governador da Guanabara e líder da UDN, Carlos Lacerda. O udenista tentou colocar o presidente em descrédito diante a classe média e os militares, mesma técnica empregada para derrubar os governos anteriores de Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek. Lacerda

passou a fazer ataques contra Jânio em emissoras de rádio e televisão, associando a imagem do presidente aos populistas de esquerda, que pregavam contra o capitalismo.

O significado mais amplo do desafio de Lacerda a Quadros, em agosto de 1961, está na maneira pela qual os problemas de política externa independente tinham invadido a política interna. Através de sua política externa independente, Quadros começara a identificar-se com a posição “nacionalista”, contrária à linha da maioria da UDN e aos oficiais “anticomunistas”, entre os militares. A posição “nacionalista” era, por sua vez, identificada com o antiamericanismo, principalmente, no que se referia a Cuba (SKIDMORE, 1982, p. 248).

No mesmo dia da renúncia de Jânio, o Congresso Nacional realizou uma reunião extraordinária, concedendo a título de líder do país ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili. A decisão dos congressistas deu-se em virtude de João Goulart se encontrar ausente do Brasil, em visita à China comunista, e por existir expressivas oposições à posse constitucional de João Goulart. Segundo Toledo (1984), os militares desaconselharam o retorno de Jango e estavam inclinados a detê-lo no momento em que pisasse nas terras brasileiras.

No dia 28 de agosto, os três ministros militares, respaldados pela UDN e outros setores conservadores, impediriam a posse do vice-presidente através de um veto considerado arbitrário e ilegal, pelos congressistas. Dois dias depois, os militares redigiram um manifesto à Nação, explicando as razões da medida, alegando que João Goulart transformaria o país em um caos, digno de anarquias e luta civil (SKIDMORE, 1982; TOLEDO, 1984). Citando o pronunciamento de 1961, Toledo (1984) demonstra que o alinhamento das acusações feitas pelos ministros, de que “no cargo de vice-presidente, sabido é que usou sempre de sua influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, manifestações grevistas promovidas por conhecidos agitadores. E, ainda há pouco, como representante oficial em viagem à URSS e à China Comunista tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime destes países, exaltando o êxito das comunas populares” (TOLEDO, 1984, p.16).

Na ótica militar e dos demais setores civis golpistas, Jango era visto como subversivo e inimigo da ordem capitalista. Entretanto, do ponto de vista de Toledo (1984), os políticos liberal-conservadores da direita deixavam de reconhecer a atuação política de João Goulart contribuía para um melhor controle do Estado burguês nas atividades sindicais, seja como Ministro do Trabalho no governo de Getúlio Vargas, ou como vice de JK e Jânio Quadros.

Dentre os governadores estaduais que declararam apoio à posse de João Goulart estavam Carvalho Pinto, de São Paulo, Ney Braga, do Paraná, Mauro Borges, de Goiás e Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul. Setores da sociedade civil afinados com as ideologias do nacionalismo reformista, da liberal-democracia e da esquerda revolucionária também fizeram eco aos apoiadores de Jango.

Toledo (1984) conta que a oposição nacional e a tentativa de golpe militar em 1961 teve início em Porto Alegre, em virtude da ação política de Brizola e da adesão do III Exército, comandado por gal. Machado Lopes. O governador mobilizou os recursos do estado, chegando a se dispor a distribuir armas à população civil, como forma de combater as forças golpistas. Assim, desencadeou em todo o território nacional um movimento antigolpista, motivado pela campanha “Rede da Legalidade”. O militar nacionalista mal. Lott chegou até mesmo a ser preso por ter lançado um manifesto contra o golpe que se configurava em 1961. Como observa Skidmore (1982), “impedir a posse de Jango à presidência teria sido renunciar ao princípio das eleições livres, e repudiar milhões de eleitores brasileiros que tinham colocado Jango na posição que lhe dava constitucionalmente direito de assumir a presidência” (SKIDMORE, 1982, p. 259).

Assim, mesmo com o esforço dos conservadores, o apoio de políticos e militares democráticos e nacionalistas, juntos as manifestações a favor de Jango, a greve nacional encabeçada pelo Comando Geral da Greve (CGG), a Resistência Democrática dos estudantes da UNE conseguiram impedir o golpe militar de agosto de 1961. Os esforços populares não conseguiram conter as articulações do PSD e da UDN. A posse da presidência da República foi concedida a João Goulart, mas devido a uma emenda constitucional, o novo presidente governou por meio de um regime parlamentarista, imposta em 2 de setembro de 1961. Toledo (1984) acentua que se o golpe militar era derrotado, um golpe político era perpetrado contra o governo de Jango, já que a Constituição de 1946 proibia toda e qualquer reforma constitucional num clima insurrecional. O autor afirma que o “golpe branco”, além de modificar a ordem regencial, também retirou a eleição do presidente do âmbito popular e a restringiu ao espaço da Câmara Federal.

De acordo com a nova emenda parlamentarista, o Poder Executivo passaria a ser exercido por um Conselho de Ministros, do chamado Gabinete Parlamentar, em aliança com o presidente da República. Ao conselho caberia a direção da administração federal, enquanto o presidente transformava-se em uma espécie de chefe de Estado, cabendo a

ele a nomeação do primeiro-ministro. Segundo Toledo (1984), o governo se efetivava através do Conselho de Ministros, que dependia do voto de confiança do Congresso Nacional.

Para Skidmore (1982), a crise da sucessão demonstrou que a opinião dos militares torna-se decisiva, quando há abalos no processo político civil. Caso todos os militares estivesse unidos contra a ascensão de João Goulart, o vice-presidente pouco teria chance de tomar o poder. A presença de militares moderados no governo, que refletiam a opinião da sociedade civil, garantiu a continuidade das normas constitucionais, das quais recuavam à ideia de renunciar um político popularmente eleito. O pesquisador conclui que

Jango tornou-se presidente não em virtude da pressão da esquerda, mas sim, graças à divisão entre os militares, combinada com uma ampla base da opinião do centro, ansiosa por garantir a obediência ao processo constitucional (SKIDMORE, 1982, p.262).

Durante a vigência do regime parlamentarista, entre setembro de 1961 a janeiro de 1963, sucederam-se três Conselhos de Ministros. O primeiro gabinete ficou conhecido como “união nacional” e era presidido por Tancredo Neves, do PSD mineiro. Na perspectiva de Toledo (1984), a vitória de forças politicamente conservadores estava estampada no novo gabinete do governo. Dos seis ministros que compunham o primeiro Conselho, quatro pertenciam ao PSD, e dois à UDN. Ao partido do presidente Goulart, o PTB, coube apenas uma pasta: o Ministério das Relações Exteriores, chefiado por Francisco San Thiago Dantas. O Ministério da Fazenda ficou sob responsabilidade do banqueiro Walter Moreira Salles, ideologicamente aliado dos partidos conservadores. Desse modo, procurava-se obter o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e autoridades estadunidenses, para conciliar a economia brasileira.

No setor econômico, o Conselho apresentava-se contrário ao ideário nacional-desenvolvimentista, sendo que nenhuma crítica foi feita à reforma cambial do governo anterior, por exemplo. Contudo, a assessoria de João Goulart, composta por petebistas e nacional-reformistas, buscou influir sobre o conservadorismo do gabinete, defendendo o fortalecimento do setor estatal, nova política cambial e a necessidades das reformas de base (TOLEDO, 1984, p.26).

Apesar do majoritário conservadorismo do gabinete dos ministros, algumas propostas e decisões do conselho atendiam os setores progressistas do governo. Como exemplo, podemos citar a proposta do Ministro das Minas e Energia, Gabriel Passos,

um dos poucos políticos nacionalistas da UDN. Junto ao Conselho, Passos cancelou todas as autorizações feitas ao truste estadunidense da companhia de mineração Hanna Corporation. Outra decisão que teve repercussão foi o restabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética, dando, assim, continuidade à política externa independente, iniciada no governo de Jânio Quadros.

Toledo (1984) conta que dois meses depois, em novembro de 1961, realizou-se a reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), no Uruguai. A finalidade era debater a situação cubana, após a oficialização do regime comunista na ilha. Durante o encontro, os EUA propuseram a expulsão de Cuba da OEA e pretendiam aprovar sanções contra o governo de Fidel Castro. Nesse momento, o Brasil poderia provar a sua política externa independente, opondo-se a qualquer forma de sanção – militar, econômica ou diplomática. Todavia, devido à pressão norte-americana aprovou uma declaração onde reconhecia a incompatibilidade do sistema marxista, com os princípios democráticos do sistema interamericano, além de se abster sobre a expulsão de Cuba da Organização.

Ainda no regime parlamentarista, o presidente afirmou o seu compromisso e adesão aos princípios democráticos, defendendo a participação do capital privado e estrangeiro no desenvolvimento do país, bem como aprovando a “justa compensação” nos casos de desapropriação de empresas estrangeiras em território brasileiro. João Goulart elogiou a iniciativa do Presidente Kennedy, dos EUA, na execução do programa reformista Aliança Para o Progresso (TOLEDO, 1984, p.28-29).

O segundo gabinete parlamentarismo implicou em uma batalha política no governo de Jango. Os dois partidos conservadores, PSD e UDN, rejeitaram o nome de San Thiago Dantas (PTB), indicado pelo próprio presidente, para chefiar o novo Conselho de Ministros. Um dos motivos para tal rejeição era o apoio de Dantas nas questões referentes à política externa brasileira, e o fato de pertencer à chamada “esquerda positiva”. Toledo (1984) discorre que o ambiente febril do anticomunismo propagado pela direita, jamais poderia perdoar o reatamento das relações com a URSS e a imparcialidade brasileira referente à questão das sanções a Cuba na OEA. Ademais, San Thiago Dantas também era político de confiança de Goulart, sendo contra o regime parlamentarista instaurado e a favor da proposta das reformas de base.

O autor comenta que com a recusa de Dantas, o presidente procurou apoio no PSD e apresentou como alternativa de candidato Auro Soares de Moura Andrade, presidente do Senado. Desta vez, a decisão de Jango desagradou os líderes sindicais,

que lutavam a favor da formação de um Conselho de Ministros aliados aos princípios do nacionalismo e da democracia. Diante da aprovação de Moura de Andrade, o CGG decretou greve geral em todo o país, no dia 5 de julho de 1962. O candidato a presidente do Conselho renunciou ao cargo e, mesmo após a desistência e os apelos do presidente da República a greve foi mantida. Liderada por Jover Telles, a paralisação dos trabalhadores foi considerada o maior movimento do operariado brasileiro. Visto como vitoriosa, a greve alcançou uma de suas principais reivindicações: a lei que instituía o 13º salário.

A formação do novo gabinete de ministros deu-se em 13 de julho, chefiado por Brochado da Rocha (PSD). Tratava-se de um conselho com orientação política reformista e de centro. Durante os dois meses de vigência, o gabinete apresentou um projeto de lei ao Congresso Nacional que visava a antecipação de um plebiscito, para decidir o regimento político do país. A aprovação só foi possível graças a uma nova greve deflagrada pelos trabalhadores, definindo o dia das eleições para 6 de janeiro de 1963. Skidmore (1982) e Toledo (1984) argumentam que tal iniciativa do plebiscito acentuavam os ataques dos radicais da direita e, principalmente, do líder udenista, Carlos Lacerda. Acusavam que o governo de João Goulart estava labutando com os comunistas e que ambos planejavam um golpe, por isso não deveria conceder plenos poderes ao presidente.

Outra importante proposta do segundo Conselho de Ministros foi o pedido de autorização ao Congresso para que o gabinete pudesse legislar, através de decretos, questões referentes às reformas de base, remessa de lucros, direito de greve e abuso do poder econômico.

Expressando os interesses dos proprietários e das associações rurais, bem como da burguesia associada ao capital multinacional, a aliança PSD/UDN fechava a questão contra a “delegação de poderes” pedida pelo gabinete. Prevendo a iminente derrota no plenário do Congresso, Brochado da Rocha demitiu-se. Desta forma, o Congresso cedia quanto à convocação do Plebiscito, mas a sua maioria não abria mão de sua condição de intransigente defensora dos interesses das classes proprietárias e dos setores politicamente conservadores (TOLEDO, 1984, p.35).

No último Conselho de Ministros, chefiado por Hermes Lima, Bandeira (1977) assinala que o governo já dava ares de um regime presidencialista. Desse modo, as forças políticas e a sociedade civil já estavam articuladas para derrubar o parlamentarismo no plebiscito de 6 de janeiro de 1963. Com exceção dos reacionários

de direita, como a UDN e o IPES/IBAD, poucos setores se moveram contra a mudança de regime que estava por vir. Logo após a eleição, ficou claro a preferência popular na volta do presidencialismo.

Segundo Toledo (1984), a instauração do parlamentarismo configura-se como jogada política dos partidos conservadores, que buscaram obter o controle dos poderes do presidente. Mesmo assim, o regime parlamentarista fracassou devido à sua ineficácia administrativa, sendo fonte permanente de crises institucionais e políticas. Além disso, a dualidade do sistema, com o Conselho de Ministros e o Presidente na disputa do Executivo, dificultava a tomada de decisões na resolução dos problemas econômicos e sociais do país.

2. João Goulart e o cenário nacional

Com a revogação do regime parlamentarista, João Goulart ganhava plenos poderes em 23 de janeiro de 1963. Ao novo governo presidencialista competia, agora, a superação da crise econômico-financeira e dos demais problemas sociais e políticos que atingiam o país. A “fase positiva” da administração de Jango, chamada assim por Skidmore (1982), contou com a ajuda de ministros e deputados da esquerda moderada, que estruturaram propostas de contenção das crises nacionais. Entre os políticos que tomaram partido, encontra-se Celso Furtado, um dos responsáveis pela elaboração do “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social: 1963-1965”. Outro representante da esquerda moderada que trabalhou ao lado de João Goulart na confecção do Plano Trienal foi o Ministro da Fazenda, San Thiago Dantas. Como membro da elite financeira e intelectual, o ministro tentava articular as forças políticas da esquerda radical, das quais Jango não tinha absoluto controle, e setores conservadores (SKIDMORE, 1982; TOLEDO, 1984).

Skidmore (1982) e Toledo (1984) afirmam que o objetivo do Plano Trienal era compatibilizar o combate ao surto inflacionário, com a adoção de uma política de desenvolvimento, para a retomada de taxas de crescimento e aumento do PIB nacional, em um período de três anos. O programa também visava uma melhor distribuição dos frutos do desenvolvimento econômico, em conjunto com a redução das desigualdades sociais do país. Todavia, era de conhecimento que o insucesso do Plano Trienal acarretaria em um surto inflacionário, conhecido como hiperinflação, fato que geraria a paralisação das atividades econômicas brasileiras e, conseqüentemente, diversas lutas sociais.

O governo de Jango empenhou-se assim num programa mais ambicioso do que qualquer outro regime brasileiro de após-guerra: manteria um ritmo de crescimento no nível dos melhores anos de Juscelino (7 por cento), reduzindo ao mesmo tempo o aumento dos preços a um nível nunca igualado desde Dutra (10 por cento). Concomitantemente, empreenderia reformas de base – para cujo caráter ou propósito não havia ainda um consenso claro – nem na esquerda, nem no centro (SKIDMORE, 1982, p.288).

Para alguns setores da esquerda, o Plano constituía um avanço às medidas dominantes e adotadas até o momento, pois afirmava ser possível conter a inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico brasileiro. Em relação ao setor externo, concordavam os esquerdistas que a inflação era provocada pela drenagem de recursos para fora do país e pela transferência de renda, na forma de subsídios governamentais para o setor exportador. Diante desse cenário, o Plano seria uma “nova capitulação ao latifúndio e ao imperialismo” (TOLEDO, 1984, p.45).

Já no setor público, o método utilizado para conter a pressão inflacionária baseava-se no que Toledo chamou de “medidas de ação convergente”, entre elas, contava a redução do dispêndio público. A esquerda advertia que os gastos públicos não poderiam ser reduzidos se o desejo era o desenvolvimento da economia.

Relata Skidmore (1982), que San Thiago Dantas e Celso Furtado sabiam que seria difícil implementar o Plano Trienal. De início, o programa exigia o cumprimento de medidas impopulares, como a adoção de uma política salarial e a execução da reforma fiscal, visando reduzir os déficits no setor público. Posteriormente, as tentativas de uniformizar as taxas cambiais, assemelhavam o Plano da política adotada por Jânio em 1961. O aumento do custo de vida no Brasil foi o reflexo da medida anti-inflacionária, em relação à concessão de subsídios de produtos de importação.

Se a medida do Ministro do Planejamento foi aplaudida de início pelos industriais, Toledo (2004) contrapõe que não demorou muito para que o projeto fosse criticado pelos sindicatos, sendo considerado de “caráter reacionário”, pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Na perspectiva de João Goulart, deveria existir um consenso de empresários e trabalhadores, para a execução do Plano Trienal.

Na perspectiva do governo nivelavam-se, assim, as “boas vontades”: de um lado, a dos empresários que deveria moderar, provisoriamente, o apetite por lucros crescentes; de outro, a dos trabalhadores assalariados, que deveriam deixar de pressionar – adiando, pois, suas greves e reivindicações – por salários mais elevados. Ora, bem sabiam que tais reivindicações visavam,

simplesmente, recompor para a classe trabalhadora um nível de participação menos deteriorado na renda nacional (TOLEDO, 1984, p.46).

Bandeira (1977) e Toledo (2004) pontuam que San Thiago Dantas e Celso Furtado realizaram um acordo com o Ministro do Trabalho, Almino Afonso, para não permitir que a expansão do salário fosse um dos fatores inflacionários. Porém, as constantes greves que foram deflagradas pelos trabalhadores não podiam ser ignoradas, ainda mais no Governo Goulart, que havia legalizado o CGT e permitido o apoio aos sindicatos trabalhistas, como o Pacto de Unidade e Ação (PUA), do Rio de Janeiro, e os Conselhos Permanentes das Organizações Sindicais (CPOS), em Salvador.

Em fevereiro de 1963, um manifesto da CGT criticava o governo de Goulart, combatendo a política financeira do Plano Trienal. No documento, revelava-se que o programa deixava os lucros do capital estrangeiro aos latifundiários e grandes empresários, enquanto impunha sacrifícios à classe trabalhadora (TOLEDO, 1984).

As críticas se aprofundaram a partir do momento em que as consequências da política de eliminação de subsídios ao trigo e ao petróleo começaram a ter efeitos sobre os salários das classes populares. CGT, PUA, FPN, UNE e o "grupo nacionalista" do PTB se unem na condenação do Plano Trienal de Furtado e Dantas. Ao findar o ano de 1963, o malogro do Plano Trienal era reconhecido por todos: não ocorreu nem desaceleração da inflação nem aceleração do crescimento. Houve, sim, inflação sem crescimento (TOLEDO, 2004. p. 17.).

O viés antinacionalista da política econômica de João Goulart também ficaria evidenciado nas negociações de assistência financeira entre Brasil e EUA. Segundo Skidmore (1982) e Toledo (1984), em março de 1963, San Thiago Dantas foi a Washington com o objetivo de convencer o governo estadunidense a renegociar as dívidas e externas e obter ajuda monetária. O Plano Trienal demonstrava que o Brasil precisava se enquadrar no receituário financeiro dos Estados Unidos e do FMI e, por isso, o governo norte-americano exigiu um compromisso formal para que o programa fosse amplamente executado. Os autores ainda revelam que os EUA impuseram outra condição para conceder o empréstimo ao Brasil: a desapropriação da American Foreign Power (AMFORP). Na verdade, como afirmou Toledo, o que ocorria não era uma transferência de capital dos Estados Unidos para o nosso país, mas sim, o contrário: um escoamento de recursos brasileiros para o país norte-americano.

O escândalo da AMFORP, como ficou conhecido o episódio, contribuiu para abalar o prestígio da administração de João Goulart. A inflação descontrolada,

juntamente com o congelamento dos salários fez o presidente perder o apoio de empresários e da classe operária. Não houve desenvolvimento, nem controle da inflação, mas sim, inflação sem desenvolvimento.

Com o fracasso do “Plano Trienal”, o presidente da República passou a se empenhar para realizar as famosas Reformas de Base, também conhecida como Reformas Estruturais, que foram a tônica da administração presidencial. As Reformas estiveram em pauta durante todo o governo de Goulart, tendo como principal medida, a reforma agrária, que era parte do Plano Trienal, devido ao seu aspecto de justiça social e processo que facilitaria o incremento produtivo e aquisitivo do setor rural (SKIDMORE, 1982). A medida tinha como finalidade propiciar o desenvolvimento da indústria nacional, além de promover a distribuição igualitária de renda, com menor desigualdade social e ampliando os privilégios da classe trabalhadora. Para o presidente, com a implementação das reformas, seu governo poderia obter meios para controlar as críticas da esquerda ao programa econômico da administração janguista.

O Comício das Reformas de Base, em 13 de Janeiro de 1964, em frente à Estação Ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro, tinha como objetivo expor o novo projeto governamental, defender as reformas e as liberdades democráticas e sindicais. Em passagem de seu pronunciamento, diz o Chefe da Nação: “Todos têm o direito à liberdade de opinião e de manifestar também sem temor o seu pensamento. É um princípio fundamental dos direitos do homem, contido na Carta das Nações Unidas, e que temos o dever de assegurar a todos os brasileiros”².

João Goulart expunha o caráter nacional-reformista de sua administração, levando os setores conservadores e militares a endurecer a oposição ao presidente. Mais de 150 mil pessoas se reuniram no Comício, ouvindo as palavras de Jango, conclamando pelas reformas eleitorais, universitárias, agrárias, entre outras, além de discursar sobre a Petrobrás e a encampação das refinarias particulares, passando a ser patrimônio público.

Diante do exposto no Comício da Central, as reações ao governo foram imediatas: manifestações anti-Goulart aconteceram em capitais do país, enquanto a UDN, PSD e outros partidos de oposição pregavam o impedimento do então presidente. Setores da sociedade civil também articularam as Marchas da Família, com Deus, pela

² GOULART, J. **Discurso do Comício das Reformas de Base**. Estação Central do Brasil, Rio de Janeiro, 13 jan. 1964. Discurso proferido pelo presidente João Goulart à população brasileira. Disponível em: <http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=31>

Liberdade, conclamando como o dito regime comunista que diziam ser próximo à administração janista. Três meses depois, foi deflagrado o golpe civil-militar.

III.2. TRAMAS DO GOLPE

A bipolarização da Guerra Fria, nos anos de 1960 travou uma batalha política entre as ideologias capitalistas e comunistas, representadas pelos Estados Unidos e União Soviética, respectivamente. Por conseguinte, as configurações ideológicas influenciavam a América Latina, desencadeando revoluções e golpes de Estado em diversos países.

No que concerne ao avanço da frente comunista no continente, destaca-se a Revolução Cubana de 1959, liderada por Fidel Castro, que institui o regime socialista em Cuba. O novo governo da ilha gerou o temor dos estadunidenses, que desejavam conter a evolução da esquerda na América do Sul. Desse modo, uma forma de enquadrar o progresso comunista nos países latinos foi o financiamento da Escola das Américas, no Panamá, que tinha como objetivo fortalecer lideranças militares simpáticas aos Estados Unidos, tendo como representantes, o ditador Manuel Noriega, do Panamá, e Leopoldo Galtieri, líder da Junta Militar Argentina. Além disso, em 1961, houve a criação da “Aliança Para o Progresso”, pelo Presidente Kennedy, que tinha como principal finalidade conter as tensões sociais, auxiliar no desenvolvimento econômico da América Latina e, como pano de fundo, conter o avanço comunista. O programa foi extinto pelo presidente Richard Nixon em 1969 (PEREIRA, 2010).

A experiência da guerra motivara o governo estadunidense a querer que a América Latina mantivesse uma relação de dependência militar diante dos Estados Unidos. [...] Esforçando-se para excluir, ou, no mínimo, limitar outras influências estrangeiras na América Latina e promover as ideias estadunidenses sobre paz e segurança, lideranças norte-americanas propuseram uma política de padronização de armas para todo o continente. Os Estados Unidos providenciariam armas se os países latino-americanos cooperassem com a defesa hemisférica no pós-Segunda Guerra Mundial, tornassem suas bases militares disponíveis para as Forças Armadas dos Estados Unidos (Marinha e Aeronáutica) e concordassem em não comprar equipamento e treinamento de procedência estrangeira que não a norte-americana (PEREIRA, 2010. p. 310).

Visto por esse ângulo, o Brasil representava uma ameaça aos interesses estadunidenses, principalmente após a eleição do presidente Jânio Quadros, em 1961, e o seu vice, João Goulart, que mantinham aproximações com a esquerda. O país também estava em pleno avanço, desde os anos de 1950, a partir do governo de Juscelino Kubistchek, que investiu em uma ampla campanha de modernização, com a proposta de

se consolidar a Nação como uma nova potência econômica no cenário dos países subdesenvolvidos.

As almeçadas reformas estruturais de base, pregadas pelo Presidente João Goulart, fez com que seu governo seguisse tendências para a ala considerada de esquerda, recebendo, assim, apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Tais medidas preocuparam dois importantes setores da política brasileira: os militares e a UDN, tendo como principal figura o político Carlos Lacerda. Ambos os setores passaram a afirmar que Goulart não possuía real intenção em concretizar as reformas de base, mas sim, preparar o terreno para a instauração do nacionalismo radical, ou seja, do regime comunista em solo brasileiro, assim como já tinha ocorrido em Cuba (SKIDMORE, 1988. p. 39).

A partir do Comício das Reformas de Base, em 13 de março de 1964, o governo Goulart voltava-se para a esquerda radical, complicando a imagem da administração nacional perante os interesses internacionais, e as alas conservadoras. Com as reformas, Jango atacava os princípios da propriedade privada, tanto urbana, quanto rural e, assim, se indispunha com os grandes latifundiários brasileiros e liberais da direita (SKIDMORE, 1982).

Desse modo, o governo de João Goulart e o próprio presidente foram acusados de corrupção e subversão e enfrentaram uma crise política, enquanto a conspiração civil-militar aumentava gradativamente. Já nos últimos dias do mês de março de 1964, os militares de alta patente apoiaram o golpe que iria depor o Presidente da República.

1. O Golpe civil-militar de 1964 e o pós-Golpe

A histeria anticomunista se manifestou no dia 19 de março de 1964, com a “Marcha da Família por Deus e pela Liberdade”, da qual vários segmentos da sociedade civil, como a Igreja Católica, a classe-média e grandes veículos de comunicação, manifestaram repúdio às medidas adotadas por João Goulart. Além disso, a criação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) demonstrava os interesses da direita em pregar a hipótese de que Governo Goulart iria sucumbir ao que foi chamado “cubanização” nacional (SKIDMORE, 1988, p. 39).

Skidmore (1988) revela que a elite dominante compartilhava dos conceitos difundidos pela Escola Superior de Guerra, segundo a qual as estagnações econômicas inviabilizavam a continuidade de uma política próspera. Havia, portanto, a necessidade

de mudanças, dentro da defesa do binômio de Segurança e Desenvolvimento, lema mantido posteriormente pela Ditadura.

Assim, na passagem do dia 31 de março para 1º de abril, foi deflagrado o Golpe que depôs o presidente João Goulart e estabeleceu o governo autoritário com apoio e mobilização dos segmentos civis. Conta Toledo (1984) que o gal. Mourão Filho, comandante do IV Região Militar de Minas Gerais, ordenou às suas tropas que se movimentassem ao Rio de Janeiro, ação incentivada pelos governadores de Minas Gerais e São Paulo. Os golpistas aguardavam a decisão do gal. Amaury Kruehl, do II Exército, que ainda relutava em aderir à ação do golpe. Skidmore (1982) relata que Kruehl chegou a telefonar para Goulart, pedindo que renunciasse o apoio ao CGT e todas as demais entidades ditas “subversivas e comunistas”, mas o presidente foi enfático ao optar por não abandonar o setor das forças populares. Diante de tal prerrogativa, Kruehl teria ordenado às tropas de São Paulo que rumassem ao Rio de Janeiro, para se juntarem ao comando do gal. Mourão.

Segundo Skidmore (1988), o Golpe tinha dois objetivos principais: frustrar o plano comunista e defender as instituições militares. O pesquisador salienta que após a derrocada de João Goulart, os militares teriam que resolver o impasse de quem subiria ao poder. A Constituição, em vigor desde 1946, estabelecia que só poderia abandonar o cargo de presidente da República caso o chefe da Nação fosse afastado do país sem aprovação legislativa, por renúncia do cargo, ou ainda por impedimento do Congresso. O impasse foi resolvido por Moura de Andrade que declarou vacante o cargo de Presidência da República, gerando protestos por parte dos integrantes do PTB. A Constituição foi preservada e, assim, subiu ao cargo de presidente, o líder da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Entretanto, em 11 de abril de 1964, o cargo máximo do Congresso foi assumido por um militar, o general Humberto de Alencar Castelo Branco. O general foi eleito por meio de eleições indiretas, deixando clara a aliança entre os militares e a UDN. Hoje já se reconhece que tanto o golpe como a ditadura não foram exclusivamente militares, também tiveram a participação dos civis.

Com a instauração do regime militar, os partidos de esquerda, as entidades de massa e os movimentos populares foram desarticulados. A União Nacional dos Estudantes (UNE) já nos primeiros momentos da administração militar teve sua sede incendiada e saqueada, e seus principais líderes estudantis foram presos e exilados pelos golpistas. No próprio 1º de abril deram-se os primeiros assassinatos e torturas aos opositores do golpe. Ao mesmo tempo, houve a cassação de mandatos no Congresso

Nacional de parlamentares, deputados, governadores e demais políticos contrários ao governo militar (PAULINO, 2012, p.37).

Com a finalidade de dar aparência de legalidade ao Golpe instaurado, os militares radicais da chamada “linha-dura”, ampliaram os poderes do Executivo em abril de 1964, através do chamado Ato Institucional no. 1. Em 1965, decretando o Ato Institucional no. 2, extinguiram os partidos políticos existentes, deixando apenas a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de situação e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição.

Com a centralização dos poderes do Executivo, a meta do governo militar era a estabilização econômica, preceito defensor do Golpe, com o intuito de promover uma nova política financeira e econômica que gerasse desenvolvimento nacional e, conseqüentemente, propiciasse apoio da população por meio do crescimento da economia e o controle da inflação, como aponta Skidmore (1988).

O historiador e brasilianista ainda ressalta que o governo militar de Castelo Branco contou com a ajuda de Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões, economistas que já haviam elaborado um plano de estabilização financeira no governo de Juscelino Kubistchek, em 1958, para conter a crise econômica que assolava o país. O programa foi intitulado Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e identificava a inflação acelerada como o principal problema nacional. Diante desse quadro, Campos e Bulhões defenderam o congelamento de preços e salários e a redução da taxa de crescimento dos meios de pagamento. Os economistas também adotaram rigorosas medidas de arrecadação de impostos, bem como o controle de crédito dos setores privados. Skidmore salienta que o controle de crédito dos setores privados tinha como objetivo

[...] induzir os homens de negócios a pensarem em termos de recursos reais, o que permitiria o fornecimento de créditos para empreendimentos que garantissem taxa real de retorno mais alta. A expectativa de empresários, banqueiros e comerciantes, ainda que apoiassem em princípio a ação governamental, era a de se sentirem ameaçados quer fossem devedores (com possibilidade de perder se uma inflação menor majorasse o valor real dos seus débitos, além do esperado), quer credores (contrariados com cortes nos habituais subsídios ao crédito). Campos e Bulhões sabiam disto, daí porque afirmaram aos empresários que perseguiriam a qualquer preço suas políticas. Era uma escaramuça decisiva na batalha (SKIDMORE, 1988. p. 77).

Outro importante item do projeto de Campos e Bulhões foi a política salarial que também prometera o controle da inflação e o desenvolvimento econômico-financeiro

nacional. Ainda citando Skidmore (1988), o pesquisador relata que durante o governo de João Goulart, em 1963, o presidente adotou uma medida instrumentalista durante a alta inflação registrada, com a criação do Conselho Nacional de Política Salarial, que dispunha de autoridade legalmente reconhecida para fixar os salários dentro dos setores públicos e empresas privadas licenciadas para a prestação de serviços públicos. A intenção da política janguista era controlar os salários e, por consequência, deter o aumento dos preços. Entretanto, os ajustes salariais não foram inferiores aos das empresas não licenciadas, mostrando a ineficiência da política salarial de João Goulart.

Com o golpe civil-militar de 1964, a política de estabilização financeira e econômica, aplicada por Roberto Campos e Octávio Bulhões, visava a impedir que os salários subissem mais depressa que a taxa de inflação, controlando-os dentro do setor público e deixando o setor privado livre. Mesmo assim, a política mostrou-se ineficiente.

Os salários do setor privado aumentaram muito mais rapidamente, além dos níveis toleráveis especificados no PAEG. Em agosto de 1965, o governo solicitou ao Congresso a extensão ao setor privado da autoridade que possuía para ficar salários no plano federal. [...] Os resultados é que em meados de 1968, a estabilização havia sido alcançada e a negociação coletiva pode “retornar” às condições livres que o PAEG implicitamente endossava (SKIDMORE, 1988. p. 81).

A política de Campos e Bulhões também propunha um amplo desenvolvimento tecnológico, atrelado ao avanço das empresas privadas e à afirmação do capitalismo. Por isso, há uma memória institucionalizada de que durante a Ditadura Militar houve o chamado “milagre econômico”, de crescimento nacional e de estabilização da economia brasileira. Por outro lado, com o endurecimento do regime militar após a instauração do Ato Institucional no. 5 (AI-5), em 1968, a repressão, a censura e práticas de tortura, mostraram a face mais violenta do governo imposto pelos militares.

No dia 7 de dezembro de 1966, o Presidente general Humberto Castelo Branco decreta o Ato Institucional no. 4 (AI-4), da qual convocou o Congresso Nacional para uma votação e promulgação de um novo projeto de Constituição, que abandonaria a então Carta Magna de 1946. O projeto foi redigido pelo advogado e político Carlos Medeiros Silva, que também ajudou a elaborar o Ato Institucional no.1. A nova Constituição Federal foi promulgada no dia 24 de janeiro de 1967 e entrou em vigor no dia 15 de março do mesmo ano, dando plenos poderes ao Executivo. A elaboração da nova Constituição brasileira incorporou todos os Atos Institucionais e emendas

incorporadas anteriormente, estabelecendo a Lei de Segurança Nacional. Desse modo a reforma administrativa do país formalizou-se legislativamente, pois a antiga Carta Magna de 1946 não correspondia aos interesses do governo instaurado de 1964.

2. A segmentação política nos anos 1960: partidos e esquerdas

No início dos anos de 1960, o recrudescimento da luta de classes desencadeou diversos movimentos sociais e o crescimento de inúmeros partidos de esquerda, que atuavam no cenário político brasileiro. A luta ideológica expressava-se no confronto entre as orientações acerca das reformas sociais; de um lado, os radicais antirreformistas, e do outro, os nacionalistas de esquerda que pregavam contra o imperialismo e a favor das reformas (TOLEDO, 1984, p.68-69).

Vale lembrar que também compartilhavam da visão nacionalista da esquerda o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do qual foi candidato o presidente João Goulart. O PTB era legalizado e mantinha vínculos com os sindicatos e outras organizações operárias, além de sua grande representatividade nos centros urbanos da época, principalmente no setor das Forças Armadas, pregando o nacionalismo de esquerda (BOTOSSO, 2000).

Todavia, o partido encontrava-se dividido em relação à política janguista. Alguns setores defendiam a aproximação com o PSD, para a realização de reformas sociais “não radicais”, da qual San Thiago Dantas chamou de “esquerda positiva”. Disserta Toledo (1984):

O partido [PTB] – cujos quadros provinham principalmente do Ministério do Trabalho – apresentava-se dividido em duas grandes facções: o “grupo compacto” (ou “ideológico”) e o “grupo fisiológico”. Enquanto o primeiro procurava manter uma linha de independência face ao comando populista de Goulart, o segundo aceitava, sem a menor restrição a política de conciliação do presidente da República, que acumulava também a função de presidente nacional do PTB (TOLEDO, 1984, p 70).

Ao defender a realização das reformas de base de modo radical, o “grupo compacto” alinhava-se aos princípios da esquerda nacionalista, alegando a necessidade do PTB definir sua ideologia de modo nítido. A controvérsia de posicionamento dentro do partido foi uma das responsáveis pelas crises políticas durante o governo de João Goulart. A indefinição partidária, aliada à necessidade do presidente em agradar conservadores e esquerdistas, culminou em desavenças internas, que contribuiu para a fragilidade do PTB e, conseqüentemente, a debilidade da administração janguista.

Entre a ala da esquerda predominava o Partido Comunista Brasileiro (PCB), conhecido como “Partidão”, que embora tenha vivido ilegalmente, teve o seu apogeu no período, com influências ideológicas na luta política e sindical. A busca do partido estava aliada aos princípios nacionais-reformistas, influenciando até mesmo em setores sociais que não militavam no PCB. Entre as proposições políticas, estava a realização de uma “revolução burguesa” brasileira, pois se acreditava que o país ainda detinha características feudais, ou semifeudais no campo, atrasando o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo. De acordo com a ideologia do PCB, os setores feudais dominantes contavam com a ajuda do novo imperialismo, que não se interessava pelo desenvolvimento autônomo nacional. Assim, a tarefa dos comunistas seria juntar às forças da burguesia nacional e dos setores progressistas, para realizar a revolução democrática, garantindo a emancipação do proletariado (RIDENTI, 1993, p.25).

Segundo Ridenti (1993) com o governo de João Goulart o projeto do PCB parecia ganhar força. O populismo político da esquerda e o próprio Partido Comunista Brasileiro possuíam características em comum, reivindicando a população para a emancipação econômica nacional do exterior, além da simpatia com o projeto de Jango, as reformas estruturais de base. Os comunistas enxergavam na administração de Jango o início da efetiva libertação nacional. O principal representante das forças nacionalistas de esquerda era o governador gaúcho e, posteriormente deputado federal, Leonel Brizola, que defendia a execução das reformas mesmo que à força, com o objetivo de deter os golpistas de direita.

O sindicalismo brasileiro teve seu ápice no triênio 1961-63, com o engajamento dos trabalhadores nas lutas partidárias e a formação de sindicatos com a mesma orientação política. O PCB tinha conseguido ampla penetração nesses setores, enfatizando a necessidade de unificação sindical e a criação de entidades que difundissem a ideologia do proletariado. Dessa forma, oriundo do Comando Geral de Greve (CGG) surgiu o Comando Geral dos Trabalhadores, que difundia a ideologia nacional-reformista, em conjunto com as reivindicações trabalhistas.

No triênio 61/63, o CGT e outros organismos de alianças intersindicais tiveram uma intensa atuação política. Diversos acontecimentos e circunstâncias políticas levaram o CGT e estes órgãos a decretarem (ou ameaçarem) greves políticas. Algumas das razões dessas decisões foram: defesa da posse de Goulart em 1961, pressão para convocação de um plebiscito, defesa da Revolução Cubana (...), pressão sobre o Congresso para aprovação das Reformas de Base, apoio aos sargentos, negação do Estado de Sítio, etc. Para afronta dos setores de direita, os líderes do CGT eram frequentemente

reconhecidos como interlocutores do presidente da República e de importantes lideranças políticas do País (TOLEDO, 1984, p.74).

A ascensão da luta política e social brasileira pelos trabalhadores provocou reação da camada dominante, temerosa em perder seus privilégios políticos, fato que colaborou para a adesão das classes médias urbanas ao golpe militar de 1964. Ademais, a intervenção governamental nos movimentos trabalhistas no pós-golpe contribuiu para desarticular as sindicâncias, como a legislação do governo Castelo Branco que destituía o direito de greve (RIDENTI, 1993, p.167-168).

Ridenti (1993) salienta que ainda na década de 1960, duas principais correntes surgiram como alternativa ao PCB: a Ação Popular (AP) e a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (conhecida como POLOP ou ORM-PO). A influência desses partidos se dava, principalmente, entre o meio acadêmico em conjunto com a União Nacional dos Estudantes (UNE). Ao contrário das ideias reformistas e pacifistas do PCB, tanto a AP como a POLOP pregavam a luta armada revolucionária rumo ao socialismo.

As Ligas Camponesas no período anterior a 1964 também reuniam trabalhadores, lavradores, intelectuais e representantes da esquerda em nome da Reforma Agrária. Toledo (1984) salienta que esse movimento nasceu da resistência armada de foreiros contra a tentativa de expulsão das terras pelos proprietários em que trabalhavam, tendo como principal líder o deputado federal por Pernambuco, Francisco Julião. A principal contestação das Ligas era a crítica à submissão política das massas rurais, chegando a ocorrer conflitos armados entre camponeses e grandes latifundiários.

Outros grupos surgiram no contexto nacional como dissidências e alternativas ao PCB, como é o caso do Partido Comunista do Brasil (PC do B), segmentação do setor minoritário do Partidão e que buscava a sua legalidade e o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), além da continuidade do antigo Partido Socialista Brasileiro (PSB), considerado um reformista moderado, ao exemplo da ideologia social-democrática da Europa. O PC do B foi o responsável por desencadear uma guerrilha rural na região do Araguaia entre os anos de 1972-1974 (RIDENTI, 1993. p. 27).

Com a instauração do golpe civil-militar de 1964, as forças progressistas e de esquerda entraram em uma profunda crise, sendo considerados ilegais pelo AI-2.

O golpe civil-militar e a derrota sem resistência das forças ditas progressistas em 1964 marcaram profundamente os partidos e movimentos de esquerda

brasileiros. Os nacionalistas, a POLOP e outros grupos, já advertiam para a necessidade de resistência armada a um golpe de direita, enquanto o PCB e outras forças reformistas assistiam perplexos à demolição de seus ideais. Logo se faria sentir sobre o conjunto da esquerda o “terremoto” de 1964, com a dispersão da maior parte das forças populares que começavam a adentrar na cena política. [...] Nesse clima de contestação nacional e internacional, com o fracasso das esquerdas brasileiras em 1964, ocorreram sangrias orgânicas irreparáveis nos partidos e movimentos clandestinos atuantes, sobretudo no PCB, principal força das fileiras derrotadas (RIDENTI, 1993. p. 27-28).

Diante desse cenário, vários segmentos vinculados à esquerda se radicalizaram e pregaram a luta armada revolucionária, sobretudo pela influência da Revolução Cubana de 1959. Para Ridenti (1993) as principais cisões do PCB foram lideradas por Carlos Marighella e pelo dirigente Mário Alves, que criariam a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). No concerne à ALN, seus membros pregavam a ação autônoma de grupos revolucionários guerrilheiros para a emancipação nacional. Ao propor um governo popular-revolucionário, a entidade declarava seu objetivo de destruir o aparelho burocrático-militar do Estado burguês e latifundiário. Enquanto crescia as agremiações ilegais originárias de dissidências do PCB, o Partidão continuava a perder seguidores e sofria com as diversas repressões policiais.

O PCB praticamente saiu de cena por quase uma década, preservando-se relativamente das investidas da repressão. A fúria policial voltou-se contra o Partido entre 1974 e 1976, quando os grupos armados já estavam destruídos e o PCB apoiava o projeto redemocratizante do MDB (Movimento Democrático Brasileiro, o único partido legal de oposição, que contou com o apoio do PCB desde que foi criado em 1965, como contraponto ao partido oficial, a Aliança Renovadora Nacional – ARENA). O PCB ficou então praticamente desestruturado, e viu-se obrigado a tirar do país os remanescentes de sua direção central (RIDENTE, 1993. p. 28).

Em contrapartida ao PCB e os setores da esquerda, é notável a atuação de partidos conservadores, responsáveis por desarticular medidas progressistas, com destaque para a União Democrática Nacional (UDN). Fundada em 1945 por políticos de oposição a Getúlio Vargas, o partido reunia setores da burguesia e classe média urbana, sendo o seu principal representante o político Carlos Lacerda. Contra a reforma agrária e favorável ao capital estrangeiro, a UDN foi uma das patrocinadoras da derrocada de João Goulart em 1964. Com a instauração do Ato Institucional no. 2 (AI-2), em 1965, a maioria de seus representantes passou a fazer parte do partido militar e conservador ARENA.

Destaca Toledo (1984), que em 1962, os dois partidos conservadores – PSD e UDN – detinham 54% de representantes na Câmara Federal, demonstrando a grande oposição partidária que se encontrava a administração Goulart. O PSD, por sua vez, possuía dissidências entre seus membros; com a maioria do partido apoiando os grandes proprietários rurais e os industriais, um pequeno núcleo do PSD apoiava as reformas de Jango e mantinham vínculos com a ideologia nacionalista. O mesmo aconteceu com a UDN, com a ala chamada de “Bossa Nova”, que também apoiava as medidas moderadas da administração janguista.

A contramobilização da direita também foi expressa por membros da sociedade civil, setores da Igreja Católica e empresários, que se posicionaram em defesa de seus interesses particulares e pelo combate aos movimentos sociais nacionalistas de esquerda, organizados em torno do complexo IPES/IBAD.

É importante destacar que o envolvimento positivo do setor eclesiástico em relação ao golpe civil-militar, correspondia aos interesses da Igreja aliada às práticas dos “bons costumes”. Entretanto, com o endurecimento do regime, diversas organizações religiosas passaram a empunhar a bandeira contra a Ditadura e, até mesmo, ter filiação com organizações de esquerda. É notável a atuação da Ação Popular (AP), juntamente com a Juventude Universitária Católica (JUC), no apoio das reformas de base, do sindicalismo rural e condenavam as práticas ditatoriais pós-1964 (RIDENTI, 1993).

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAB), criado na década de 1950, tinha como proposta a “defesa da democracia”. A entidade aglutinou as atividades paramilitares e anticomunistas, tais como o Movimento Anticomunista (MAC), a Organização Paranaense Anticomunista (OPAC) e a Cruzada Libertadora Militar Democrática (CLMD). O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) é fundado em 1961 por um grupo de empresários que visavam uma liderança política, aliada a uma ascendência econômica. Tal propósito só seria alcançado se o país não fosse dirigido por políticos de esquerda, que diante da crescente debilitação administrativa não seria digno de confiança da elite burguesa. O IPES/IBAD atuou como uma organização das classes dominantes, condenando o sindicalismo e a mobilização social e procurando estabelecer uma nova ordem política-social, com hegemonia no capital multinacional (TOLEDO, 1984, p.53-55).

Importante papel na desestabilização de Goulart teve o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), composto por políticos, empresários e militares de direita. O IPES realizava elaborações teóricas, com documentos e análises que atacavam a UNE e as demais organizações populares, com redação marcadamente anticomunista. O Instituto tinha estreitas ligações com o MAC, cujas ações armadas o instituto financiava. Além disso, era financiado por dinheiro dos Estados Unidos e por empresas brasileiras ou multinacionais aqui sediadas, tais como Light, Esso, Mesbla, Rhodia, Arno, Sul América, Antártica Paulista e outras (PAULINO, 2012, p.34).

Em nível regional, a organização de partidos tanto de esquerda, quanto de direita fez parte da configuração política da Câmara Municipal, e dos diversos movimentos desencadeados nas cidades do interior na década de 1960. Na cidade de Ribeirão Preto, por exemplo, destacam-se duas frentes que lutavam em favor dos trabalhadores rurais: os cristãos ligados à Frente Agrária Municipal, coordenados pelo Pe. Celso Ibson Sylos, que também era diretor do jornal *Diário de Notícias*; e os comunistas locais do PCB, liderados por Irineu de Moraes, também conhecido como o "Índio" (BOTOSSO, 2000).

A presença de agrupamentos políticos ilegais e radicais também fazia parte do contexto regional, com o surgimento de entidades esquerdistas que uniam trabalhadores rurais e estudantes. Entre elas, as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), criada em 1966, como dissidência do PCB, entendia como ação revolucionária imediata a luta armada. A organização era ligada à Carlos Marighella, tendo como principais representantes Áurea Moretti, Vanderley Caixe e Nanci Marietto. Botosso (2000) relata que eram frequentes as manifestações estudantis vinculadas à FALN contra a política ditatorial vigente. A organização foi extinta na cidade em meados dos anos de 1968, com o endurecimento do regime militar e a prisão de vários de seus membros.

3. Ribeirão Preto nos anos de 1960

Os acontecimentos nacionais e as inúmeras crises políticas oriundas dos debates entre partidos de esquerda e direita fizeram parte do cenário regional de Ribeirão Preto. Tendo o seu desenvolvimento original da agricultura cafeeira, a cidade do interior paulista compartilhava uma visão conservadora dos grandes latifundiários e proprietários de terra, ao mesmo tempo em que desenvolvia ideologias esquerdizantes, advindas de movimentos sociais, influenciados pela luta dos estudantes e dos trabalhadores rurais. Desse modo, o município sustentava-se como palco de disputas ideológicas entre o conservadorismo da direita e o crescimento das entidades nacionalistas e de esquerdas, no âmbito da sociedade civil e da Câmara Municipal.

No pré-golpe, vigorava a administração municipal do prefeito Condeixa Filho, eleito pela segunda vez, em 1960. De acordo com dados obtidos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, Alfredo Condeixa Filho possuía formação militar, tendo se alistado no Centro de Instrução Militar da Força Pública de São Paulo, posteriormente, recebeu o diploma de Instrutor de Educação Física e Mestre em Armas e foi promovido a Tenente, trabalhando como instrutor de cadetes. Seu regresso a Ribeirão Preto deu-se em 1943, quando recebeu título de Capitão, e organizou na cidade o Batalhão do Educandário Quito Junqueira. Ingressou na política em 1948, ocupando o cargo de vice-prefeito na administração de José Magalhães e tendo dois mandatos como prefeito: o primeiro, de 1952 a 1955; e o segundo, de 1960 a 1964.

De acordo com Marino (1998), o prefeito municipal da época compartilhava da política de Adhemar de Barros que, nos anos de 1960, vivia a sua fase de radicalismo direitista, ao mesmo tempo em que se processava cisão ideológica entre setores da esquerda e direita. Quando corria o ano de 1961 e o segundo mandato do prefeito Condeixa Filho, revela o autor que o chefe da administração municipal retornou ao poder na crise política em que se encontrava o país – com a renúncia de Jânio Quadros e a pressão para conter os movimentos esquerdistas.

O Coronel Alfredo Condeixa Filho, vinculado a um caudilho que se associou ao processo golpista em marcha no País, vitorioso em 31 de março de 1964, foi prefeito de uma “casa dividida”, realidades angustiantes para um “homem cordial”. Recém-empossado, espremido pelas disputas políticas entre janistas e adhemaristas, o prefeito deu início a uma série de demissões “ad mutum” de funcionários estatutários municipais, supostamente “janistas” ou “esquerdistas” (MARINO, 1988, p.18).

A disputa ideológica e política nacional ganhavam as dimensões regionais à medida que movimentos sociais e setores da sociedade civil, apoiaram os acontecimentos federais referentes à posse de João Goulart e a luta em prol das reformas de base. O militante da ALN em Ribeirão Preto, Leopoldo Paulino (2012) revela que já em 1961, alguns jornais nacionalistas e esquerdistas traziam manchetes denunciando a trama golpista dos congressistas, com a instituição do regime parlamentarista e a tentativa de tomada de poder, e clamavam à população para a luta em favor de Jango. Entidades estudantis faziam coro à resistência golpista, com a realização de assembleias, passeatas e movimentos a favor do governo janguista e contra as concepções de direita. Um desses movimentos foi a greve decretada pelo Centro

Nacionalista Olavo Bilac³, presidido pelo estudante Antônio José Moreira, e os manifestos publicados pelos professores da Faculdade de Medicina e Odontologia, da Universidade de São Paulo (USP).

Ao final do mandato de Condeixa Filho, o clima radical de cisão ideológica colaborava para a germinação de preconceitos gerados pela esquerda e pela direita, que influíram diretamente na imagem dos candidatos à Prefeitura Municipal no ano de 1963. Entre os políticos que competiram pelo cargo de administração de Ribeirão, encontrava-se o redator-chefe do *Diário da Manhã*, Antônio Carlos Sant'Anna, pelo PSB; Orlando Jurca, escolhido como candidato pelo PCB local e de outras facções de esquerda; e Welson Gasparini, eleito pelo PRP.

Marino (1998) discorre que o Partidão local e os nacionalistas perderam sua unidade ao abandonar a candidatura de Orlando Jurca repentinamente, e lograr apoio a Antônio Carlos Sant'Anna. O autor não dá qualquer descrédito à figura do redator do DM, mas afirma que a candidatura de Jurca tornou-se vazia com a perda do apoio político. A vitória ficou a mando do jovem radicalista e jornalista do *Diário de Notícias*, Welson Gasparini.

O novo prefeito assumiu o cargo no dia 1 de janeiro de 1964, três meses antes da deflagração do golpe civil-militar. Aliado aos movimentos da Igreja Católica e da Social Democracia Cristã, afirma Gasparini que a sua posição diante do novo regime instaurado no país foi o mesmo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Revela o prefeito da época que sofreu retaliações políticas de seus adversários de direita, pela sua participação em diversas manifestações sociais e greves locais, que o acusaram de subversão e aliado da política de esquerda.

Influenciados pelos meus adversários políticos, os militares da cidade achavam que o golpe era um momento de me tirar da Prefeitura. Eles me acusavam de ser de esquerda, de ter participado de vários movimentos sociais e, portanto, eu deveria ser cassado como foram vários políticos na época. Eu fui até São Paulo, falar com o Comandante do Exército sobre a pressão que estava sofrendo em Ribeirão Preto, mas que eu não devia nada. Eu realmente participei de greves, de vários movimentos sociais, mas movimentos justos, que não tinham nada de esquerda, mas eram movimentos sociais que eu apoiava junto com a Igreja Católica. Eu participei, antes de ser eleito, de uma grande greve aqui na cidade, nas indústrias Matarazzo. E eu apoiei a greve, porque havia um atraso no pagamento dos salários, e eu fui para as ruas defender a regularização do pagamento. Isso não é subversão, é justiça trabalhista. Não eram movimentos subversivos. E o Comandante do Exército viu a minha ficha, e me mandou a

³ O Centro Nacionalista Olavo Bilac é uma organização formada por estudantes da Escola Municipal Otoniel Motta.

Ribeirão Preto, dizendo que estava tudo certo e que eu realmente não devia nada. Dei uma entrevista coletiva assim que cheguei à cidade, disse que estive em São Paulo e que o Comandante falou que se algum militar mexesse comigo era para eu telefonar pra ele. Isso botou um ponto final na reação que havia por parte de alguns políticos de Ribeirão Preto que queriam me derrubar do cargo de Prefeito Municipal⁴.

Com a promulgação do AI-2 e a extinção dos partidos políticos, Welson Gasparini filiou-se à ARENA, organização de situação apoiada pelos militares. O ex-prefeito relata que apesar do seu vínculo ao partido, ele nunca mudou sua posição política, aliada aos princípios da Democracia Cristã. Todavia, visto que o poder Executivo local depende financeiramente dos governos estaduais e federais, foi necessária a filiação à ARENA. O político permaneceu na Prefeitura Municipal até 1969, quando foi substituído por Antônio Duarte Nogueira.

Com a deflagração do golpe civil-militar em 1964, a ideologia conservadora ganhou notoriedade com o manifesto extremista do Movimento Ativo Democrático (MAD), publicado nas páginas do jornal *A Cidade*, em 31 de março. A finalidade do discurso era a convocar uma campanha contra os periódicos *A Palavra de Ribeirão*, *Diário de Notícias* e *Diário da Manhã*, ditos como “subversivos” e “comunistas”, afirmando que as empresas locais não deveriam anunciar em tais periódicos, com o objetivo de sufocar as publicações e, assim, fechá-las por falta de anúncios (PAULINO, 2012. p. 24).

Assim como ocorreu em âmbito federal, a Câmara Municipal tomando conhecimento da deflagração do golpe cassou mandatos de políticos vistos como “subversivos” pelo regime instaurado. Paulino (2012) disserta que se instituiu na cidade a política da delação, da qual dedos-duros adeptos ao regime denunciavam possíveis indivíduos e os levavam até às autoridades políticas, taxando-os de subversivos. O golpe civil-militar não apenas desarticulou os partidos dos grandes centros urbanos, mas também, os representantes da política de oposição e os movimentos populares de todo o Brasil. O memorialista destaca que logo nos primeiros dias após o golpe, opositores do regime foram presos, como nacionalistas, comunistas, socialistas, membros filiados a partidos de esquerda e, até mesmo, jornalistas que se mostraram contrários à política militar vigente.

Na primeira quinzena de abril de 1964, a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Resolução 14/64, apresentado pelo vereador da época Celso Paschoal. A resolução

⁴ Welson Gasparini (entrevista no.2).

cassava o mandato do vereador do PSB, Pedro Azevedo de Marques, identificando subserviência da Câmara ao golpe militar. O político foi considerado um agitador comunista, junto com outros suplentes do partido. O presidente da Câmara Municipal Aloizio Olaia Paschoal colocou o projeto em votação, sendo aprovado pelos vereadores Celso Paschoal, José Bompani, Wagner Antônio Calil, Juventino Miguel, Foaade Hanna, Osório Carlos do Nascimento e Domingos Isaac, Faustino Jarruche, José Alves de Castro, José Delibom, José Monterio, José Moretti, Barquet Miguel, Orlando Victaliano, Paulo Abranches de Farias, Antônio Vicente Golfeto, Waldo Adalberto da Silveira e José Velloni (PAULINO, 2012, p. 38).

Devido aos conceitos da Guerra Fria existia o pessoal da esquerda e da direita na política. A cassação do Pedro Marques foi uma pressão, porque todo mundo que militava na política era fichado, gerando um dossiê feito pelo DOPS de cada um dos elementos que possuía participação ativa em movimentos sociais. Mas, a cassação do mandato do vereador foi uma imposição do regime. Era uma sessão secreta e existia pressão. Dos 21 vereadores, um estava ausente e só um votou contra, que foi o Mário Spanó. Os outros votaram a favor porque éramos obrigados, questão de sobrevivência, mesmo que uma sobrevivência covarde⁵.

Em outro projeto de lei, Paulino (2012) relata que a Câmara aprovou a resolução que determinava a cassação de todos os suplentes da legenda socialista. Outros políticos do PSB tiveram seus mandatos suprimidos, como o caso de Argeu Egydio dos Santos, Amílcar José Papa, Emílio Dinardo, Hermenegildo Ulian, João Antônio Prachedes, entre outros vereadores.

Outro momento de destaque na história política da cidade data o mês de abril de 1965, quando Ribeirão Preto recebeu a visita do embaixador americano Lincoln Gordon, principal representante e vínculo do governo dos Estados Unidos com os militares do Golpe de 1964. O acontecimento merece destaque pelo levante popular manifestado com a vinda do embaixador, bem como o apoio dado ao americano pelas elites locais e a própria Câmara Municipal, configurando um cenário de confrontos ideológicos. A Câmara, por exemplo, mostrou subserviência ao embaixador, conferindo-lhe o título de Cidadão de Ribeirão Preto. De outro lado, os militantes de esquerda protestavam contra a presença do americano na cidade, liderados pelo PCB que organizou uma campanha de denúncia e contestação à população sobre o significado daquela visita (PAULINO, 2012).

⁵ Osório Carlos do Nascimento (entrevista no.1), em depoimento à bolsista.

Havia a presença e a representação de grupos ativos e militantes contra a política instaurada em Ribeirão Preto. Como exemplo, as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), entidade destacada no município, que tinha como seus principais representantes os estudantes da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, entre eles, Vandeley Caixe e Áurea Moretti. A existência de grupos como a FALN revela a politização de uma pequena parcela da população, que com aproximações e diálogos junto aos movimentos deflagrados nos grandes centros urbanos, principalmente em São Paulo, também transformaram o município do interior paulista em um cenário político de contestação. Demonstrando, assim, que a História ocorrida em nível regional dialoga com a nacional, ora reafirmando e ora negando tendências dominantes e oposicionistas.

CAPÍTULO IV

O DESENVOLVIMENTO DA IMPRENSA BRASILEIRA

IV.1. A MODERNIZAÇÃO DA IMPRENSA

1. A modernização da imprensa nos anos de 1950: o contexto dos grandes centros urbanos

A modernização da imprensa brasileira nos anos de 1950 organizou a incorporação de inúmeros elementos, tanto textuais, quanto gráficos, baseados nos moldes do jornalismo norte-americano. Houve a reestruturação dos elementos textuais, como a introdução *lead*, que seguia o princípio do chamado cinco “Qs” (ou cinco “Ws”, em inglês) – O quê? Quem? Onde? Como? Quando? Por que?, além a profissionalização dos trabalhadores da área. Segundo Ribeiro (2007), o modelo estadunidense foi referência para as reformas gráficas e perspectivas empresariais, da modificação discursiva, culminando para delinear um jornalismo objetivo. Passou-se a privilegiar a fidelidade dos fatos, conferindo um considerável poder social ao jornalismo, através da ideia da objetividade e imparcialidade.

Um dos pioneiros na introdução do *lead* foi o periódico *Diário Carioca*, do empresário Pompeu de Souza. Em 1950, a empresa jornalística lançou o primeiro manual de estilo e redação do Brasil e introduziu em sua redação a figura do *copy-desk*, da qual os profissionais se revezavam para corrigir, editar e até, possivelmente, reescrever as matérias.

No momento anterior à modernização da imprensa, o jornalismo nacional seguia as tendências francesas, com o excesso de títulos e letras ornamentadas. A mudança visual e padronizada foi evidente na década de 1950, com o abandono do barroquismo francês e a utilização de regras de hierarquia das notícias, aliado ao uso de manchetes, o estilo padronizado pelos norte-americanos. A primeira página do jornal era, portanto, como uma “vitrine”, trazendo os principais acontecimentos noticiáveis, com o intuito de chamar a atenção do leitor. O conceito foi amplamente utilizado pelo *Jornal do Brasil* e *Última Hora*. (RIBEIRO, 2007, p. 31-151).

As mudanças no cenário jornalístico estavam conectadas com o desenvolvimento da indústria das grandes guerras mundiais, que impulsionou a publicidade, uma das principais fontes de renda das empresas de comunicação. Ribeiro (2007) pontua que essa tendência de fazer jornalismo aprimorava a relação triangular entre o jornal, o

público e a publicidade. Por meio da linguagem objetiva e da representação do real, o jornal atraía o interesse do público, que consumia as notícias junto com a publicidade; e esta última, por sua vez, contribuía para manutenção dos jornais por meio das verbas e financiamentos.

Segundo Sodré (1983), havia uma crescente dependência da imprensa em relação à publicidade durante a segunda metade do século XX. Desse modo, a liberdade de imprensa na sociedade capitalista ocorria em função da autonomia do seu capital e, portanto, opiniões divergentes ou assuntos de interesse nacional que contrariassem grandes empresas e grandes negócios encontravam pouco espaço nos jornais diários. Para Sodré, a dependência publicitária e a imprensa empresarial foram os grandes responsáveis pela preparação do golpe civil-militar de 1964, ocasionado pelo clima de instabilidade política desencadeada, dentre outros grupos, pela oposição dos grandes jornais ao governo de João Goulart que era considerado ameaça à propriedade privada.

2. A modernização da Imprensa em Ribeirão Preto

O surgimento dos primeiros impressos na região ribeirão-pretana está associado à emergência da cultura do café, no período denominado República Velha (1889-1930). Rocha & Zaiuth (2011) destacam que os dois principais jornais da cidade surgiram no auge desse período, o *A Cidade*, que representava o conglomerado político de “Quinzinho” Junqueira, poderosa família tradicional ribeirão-pretana, e o *Diário da Manhã*, aliado do alemão Francisco Schmidt, também membro da elite cafeeira.

A expansão da agricultura do café levou o município a um crescimento demográfico exponencial, devido ao enriquecimento econômico da região, bem como a vinda de imigrantes que vieram trabalhar na cidade. Por consequência do aumento populacional, houve o aumento de veículos impressos, que disseminavam as diferentes ideologias presentes na sociedade da época, destacando as publicações das famílias dominantes e barões do café.

Em 1950, com a modernização da imprensa nos grandes centros urbanos brasileiros, a influência norte-americana no conceito empresas jornalística atingiu os impressos ribeirão-pretanos, contribuindo para introduzir novas técnicas jornalísticas nos periódicos da cidade. Sant’ana (2010) relata que durante esse momento, o *A Cidade* ao lado do *Diário da Manhã*, teriam dado início a uma tímida modernização gráfica-editorial, refletindo as mudanças das capitais, aliadas à intensa urbanização da região e os princípios desenvolvimentistas do governo de Juscelino Kubitschek. Essas mudanças

revelavam a diversificação na economia e a maior complexidade social, da qual as pessoas passaram a exigir a informação ativa e dinâmica. Portanto, assim como a grande imprensa, a imprensa interiorana se estruturou nos padrões estadunidenses, evidenciando o uso do *lead*, estruturação e hierarquização de sua diagramação e a introdução do fotojornalismo.

Em Ribeirão Preto, as novas concepções de jornalismo e o moderno modelo norte-americano de reformas textuais, gráficas e editoriais teria início dez anos depois, em 1960, alcançando pleno êxito apenas em meados dos anos 1970. O desenvolvimento da imprensa ribeirão-pretana atingiu alto grau de modernização com os periódicos *A Cidade*, o *Diário da Manhã*, *Diário de Notícias* e *O Diário*, que investiram em uma moderna diagramação, concomitantemente ao processo de estruturação e modernização textual (ARAÚJO & GERALDO, 2006).

Para Araújo e Geraldo (2006), ironicamente, na mesma época em que ocorriam as principais reformas dentro da empresa jornalística em Ribeirão Preto, seria deflagrado o Golpe de 31 de março de 1964. Os periódicos pioneiros na modernização, não puderam desfrutar de completa autonomia em conjunto com suas reformas gráficas e estruturais, visto que o período político privou a imprensa ribeirão-pretana de total liberdade política. Apesar de o novo cenário comprometer a democracia e a relativa autonomia dos órgãos de imprensa, não impediu o desenvolvimento e a significativa modernização de alguns veículos da cidade, que sobreviveram ao conturbado momento político.

Araújo (2005) salienta que o desenvolvimento de algumas empresas jornalísticas durante o período ditatorial revelou o conturbado palco político e econômico em que vivia o país. A Ditadura atuava com veemência para promover veículos favoráveis ao regime e destruir àqueles com posição contrária à política instaurada, principalmente com o corte de publicidade, intervenções por meio de impostos, elevação do preço do papel do jornal e, até mesmo, o uso de instrumentos de censura.

O diário *A Cidade*, entretanto, atravessou intocável todo o período militar e, prevalece até os dias atuais. As mudanças iniciadas nas décadas de 1950-1960 foram feitas no sentido de acompanhar a tendência dos grandes jornais impressos de São Paulo e Rio de Janeiro. A incorporação de novas tecnologias gráficas, novos elementos textuais e visuais, fez do jornal *A Cidade*, atualmente, ser considerado o maior veículo impresso da região.

Já no caso do periódico *Diário da Manhã*, nosso objeto de estudo, a modernização também acompanhava as tendências da grande imprensa paulista e carioca. Entretanto, o completo grau de desenvolvimento foi barrado com o fechamento do diário, durante o fim da Ditadura Militar, devido à problemas financeiros oriundos da falta de anúncios e queda no número de assinantes.

IV.2. ARTICULAÇÃO ENTRE IMPRENSA, SOCIEDADE E POLÍTICA

As análises das relações entre Estado e Imprensa no Brasil compreendem diversas interlocuções entre as ambas as instituições, durante os diferentes contextos históricos do país. A completa autonomia e liberdade da imprensa no Brasil é controversa e, por vezes, negada. Em determinadas épocas houve uma aproximação das políticas adotadas pelo Estado e, em outros momentos, nota-se o afastamento da Imprensa da política dominante. Também há o acionamento de instrumentos de censura, com o intuito de controlar os órgãos de comunicação por parte do Estado, fato que limita ainda mais a liberdade de imprensa no país (SMITH, 2000).

Desse modo, o estudo das relações entre a imprensa e o Estado faz-se necessário discorrer sobre as obras que abordam esse assunto, como é o caso da pesquisa de Anne Smith, Beatriz Kusinski e Maria Aparecida de Aquino. Apesar de enfocarmos o recorte temporal da pesquisa, é importante traçar a linha histórica em que se dá o processo de dependência entre a política e o jornalismo, representado ora por diários de apoio, ora de resistência ao regime vigente.

1. As relações entre a Imprensa brasileira e a política vigente ao longo dos anos

As relações entre Estado e Imprensa são oriundas de fatores políticos, sociais e, principalmente, econômicos. Com o fornecimento ou corte de publicidade e a concessão pública de transmissão no espectro para veículos de radiodifusão, os meios jornalísticos assinam sua dependência financeira com o governo. Mesmo selando os acordos políticos-financeiros com o Estado, determinados órgãos de comunicação não foram impedidos de armar oposição ao governo, colaborando para uma discussão de cunho ideológica e política, entre os princípios disseminados pela imprensa e sociedade civil, e as medidas da administração pública. Smith (2000) destaca duas significativas campanhas feitas pela imprensa questionando o Estado: a primeira, contra a

nacionalização do petróleo em 1950 e, posteriormente, entre 1963/64, contra as reformas de base de João Goulart, que culminou com a instauração da Ditadura Militar.

Por outro lado, Smith (2000) ressalta que a imposição da censura na Imprensa pelo Estado também está presente desde a publicação dos primeiros veículos no Brasil, que começaram a circular em 1808, com a vinda da Família Real para o Rio de Janeiro. Já nesse período, todas as publicações deveriam passar pela aprovação da Realeza, antes de saírem às ruas. Com a independência, em 1822, a situação pouco se alterou, visto que um conjunto de leis, com o intuito de proteger o governo, restringia “doutrinas incendiárias e subversivas” – estratégia que seria utilizada anos mais tarde, durante a censura dos anos de chumbo de 1964/85.

Durante o século XX, o jornalismo pregava a autonomia de seu discurso político, embasada nos princípios da liberdade de expressão salientados pela Constituição de 1946. Mesmo assim, a mídia não viveu a sua completa independência. As restrições impostas pelo Estado continuaram a existir, aumentando suas medidas arbitrárias a partir dos anos de 1937/45, com a ditadura de Getúlio Vargas. No Estado Novo, o aparelho de censura foi oficializado e legalizado, através da criação de aparelhos fiscalizadores, como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), considerado a peça fundamental de todo o sistema censório (SMITH, 2000, p. 24).

Smith (2000) destaca que além de fiscalizar a imprensa, o DIP também plantava notícias e registrava veículos e jornalistas, sendo que os órgãos não registrados pelo Departamento tinham sua veiculação impedida. Mesmo com a imposição da censura e outros atos ditatoriais, alguns membros do jornalismo brasileiro apoiaram as decisões governamentais adotadas, caracterizando uma aproximação política do Estado. A pesquisadora ainda lembra que foi durante o Estado Novo que a imprensa e a sociedade civil sofreram dias tenebrosos, com restrições que acarretavam em prisões e práticas de tortura; fato que seria repetido, novamente, durante a Ditadura Militar de 1964-85.

Durante o governo Vargas também foi criado o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), do então Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), editado em 24/01/1946, o decreto no. 20.493, que dava uma nova forma e conteúdo ao direito de Estado de regulamentação da liberdade de expressão, com base nas questões da moralidade e dos bons costumes. Com a sua promulgação, os censores puderam justificar seus atos de censura prévia de diferentes veículos de informação e/ou entretenimento. Assim, o trabalho de censor ganhava cada vez mais notoriedade. Vale lembrar, que o decreto lançado durante o Estado Novo foi o um dos moldes utilizados

pelos militares no regime de 1964, para institucionalizar as práticas de censura. No governo de Castelo Branco, o presidente reorganizou o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), que tinha a função de censurar as diversões públicas (KUSHNIR, 2011).

A criação de aparelhos repressores a órgãos de divulgação de informação são símbolos institucionalizados das práticas de censura feitas pelo Estado brasileiro. Não só por meio da censura direta e prévia, caracterizada pela presença do censor nas redações dos jornais e o uso do chamado “lápiz vermelho” (KUSHNIR, 2004), as diferentes relações entre Imprensa e Estado podem ser esboçadas em estâncias políticas e econômicas – vistas ora como relação de cumplicidade, ora como de adversidade.

Desse modo, as relações ora conflitantes, ora de consenso entre imprensa e Estado durante os anos de 1960 a 1985 não eram novidade. Muitos veículos, impulsionados pelo movimento anticomunista e desejosos do golpe militar, apoiaram a deposição do então presidente João Goulart e atuaram, nas palavras de Kushnir (2004), como verdadeiros “cães de guarda” da política instaurada. O golpe foi, portanto, a retomada de uma política que já acontecida há tempos na História do Brasil, sendo que é difícil identificar a existência de uma completa liberdade de imprensa na trajetória nacional. (SMITH, 2000).

2. A relação entre a Imprensa brasileira, a sociedade e a política durante a Ditadura civil-militar

Conforme caracteriza Smith (2000), o período da ditadura era caracterizado por dois principais tipos de publicações: a grande imprensa e a chamada imprensa alternativa; a última floresceu, principalmente, nos anos de 1970, com publicações independentes que criticavam o regime em vigência. No caso de nossa pesquisa, o jornal estudado não se qualifica em nenhuma publicação elencada pela autora, mas sim, faz parte de uma imprensa regional, que incorporava elementos da grande imprensa brasileira e, por vezes, compartilhava de ideais da imprensa alternativa. Mesmo assim, faz-se necessário discorrer sobre os dois tipos de jornais ditos por Smith (2000), como forma de compreender as articulações entre a política e as empresas jornalísticas durante o período da Ditadura civil-militar.

Aquino (1999) relata que a grande imprensa é caracterizada por órgãos com ampla divulgação, cuja veiculação pode ser diária ou obedecer outras regras de periodicidade. Além disso, possui extensa dimensão e cobertura jornalística, com

destaque nas capitais. Em termos empresariais, ela tem alta dependência financeira advinda, muitas vezes, da publicidade, não sobrevivendo, apenas da venda em bancas. Os veículos representantes da grande imprensa nacional são *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Correio da Manhã*, *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*.

Apesar do número de tiragem alto, Smith (2000) faz uma ressalva quanto ao número de leitores de jornais impressos da época: a pesquisadora salienta que o Brasil era um dos países com o menor índice de leitura de jornais, fazendo com que os periódicos fossem voltados apenas para a restrita elite brasileira. Desse modo, a maioria da população conservava-se distante dos acontecimentos nacionais, impossibilitando uma discussão que abrangesse todos os setores sociais.

Os principais diários da época possuíam uma unidade definida, suas matérias e diagramação obedeciam à mesma estrutura, baseando-se nos conceitos norte-americanos do jornalismo. Ademais, a linha-editorial dos quatro principais jornais nacionais, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*, conspiraram para o desencadeamento do Golpe civil-militar de 1964, como demonstra Aquino (1999).

No caso específico do representante da grande imprensa *O Estado de S. Paulo*, o apoio por parte do periódico à intervenção das Forças Armadas na derrubada do governo de João Goulart é justificado pela postura liberal do jornal, que pregava a defesa das liberdades naturais do indivíduo e o direito à propriedade privada. Desse modo, a política das reformas de base de Jango ameaçava a ideologia seguida pelo matutino (AQUINO, 1999, p. 40).

Aquino (1999), analisando os editoriais do *O Estado de S. Paulo* nos momentos que antecedem o golpe civil-militar de 1964, observa o tom alarmista de crítica ao governo de João Goulart e a conclamação da sociedade civil e das Forças Armadas na defesa do que o periódico considera como “defesa natural dos homens”. A pesquisadora também relata que *O Estado de S. Paulo* não apenas apoiou o Golpe, mas o via como uma aspiração nacional e aprovava o nome do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco para assumir a presidência da República.

Além do *O Estado de S. Paulo*, outro representante da grande imprensa foi catalisador e apoiou o Golpe civil-militar de 1964: a *Folha de S. Paulo*. Kushnir (2004) analisa o comportamento do conglomerado da Folha, dirigido pelos empresários Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. A autora salienta que a mudança de direção na empresa jornalística, ocorrida em 1962, buscou não somente ampliar seu

público, tornando-se um dos principais veículos de comunicação do país, mas também alterou a linha-editorial, adotando uma política antijanguista. Kushnir defende que o periódico teve um tímido posicionamento contra os militares a partir 1967, quando o jornalista Cláudio Abramo assumiu a chefia de redação.

Silva (1988), ao estudar o comportamento e a evolução da *Folha de S. Paulo*, dentro do projeto denominado “Projeto Folha”, de reestruturação econômica, gráfica e editorial dos periódicos que formavam o complexo Folha (*Folha da Noite*, *Folha da Tarde*, *Folha de S. Paulo*), revela que a empresa de Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho passava por sérios problemas financeiros nos anos de 1962, quando foi comprada de Nabantino Ramos. Desse modo, os novos diretores tiveram uma preocupação inicial de administrar o setor econômico e financeiro da Empresa, alterando minimamente o seu conteúdo editorial. A *Folha*, conseqüentemente, continuou sendo um jornal da classe média urbana, portanto, não possuía posicionamento autônomo ao Estado e setores conservadores, visto que o seu intuito era se modernizar e se reestruturar financeiramente e economicamente, fazendo com que o apoio à elite dominante fosse inevitável.

No tocante ao projeto político do Estado de institucionalizar a censura, o governo militar esbarrava em uma controvérsia: ao mesmo tempo em que desejava controlar as publicações jornalísticas, também desejava dar ares de legalidade na administração federal. A Constituição de 1946 ainda era utilizada como a Carta Magna da Nação em 1964, a livre manifestação do pensamento era assegurada, salvo casos de abuso de poder. Assim, a Ditadura lançou em mãos a justificativa dos “bons costumes” para assegurar o controle da imprensa brasileira. Destaca o Capítulo II, Art 141, §5:

É livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo, cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do Poder Público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe (CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1946).

Durante a presidência do Marechal Costa e Silva (1967-1969), os diferentes Atos Institucionais ditados pelo governo militar, foi outorgada a nova Constituição Brasileira, que entrou em vigor no dia 15 de março de 1967. A elaboração da Carta Magna foi feita pelo Congresso Nacional, que já com o AI-4, buscou legalizar e institucionalizar o regime originário do golpe de 1964.

O conteúdo referente à liberdade de expressão do pensamento não foi abolido da nova Constituição brasileira, entretanto, permaneceu a delimitação que restringia a aplicabilidade de sua manifestação, condicionando aos modelos da ordem pública e dos bons costumes. No Capítulo IV, sobre os Direitos e Garantias Individuais, Art 150, §8, muito se assemelha ao descrito pela Constituição de 1946. Entretanto, o Art 151 ressaltava a proteção da “ordem pública”, caso abusos fossem cometidos por indivíduos que se utilizassem de seu direito de expressão. Assim, decreta-se, no Art 151, que:

Aquele que abusar dos direitos individuais previstos nos §§ 8, 23, 27 e 28, do artigo anterior e dos direitos políticos, para atentar contra a ordem democrática ou praticar a corrupção, incorrerá na suspensão destes últimos direitos pelo prazo de dois a dez anos, declarada pelo Supremo Tribunal Federal, mediante representação do Procurador-Geral da República, sem prejuízo da ação civil ou penal cabível, assegurada ao paciente a mais ampla, defesa (CONSTITUIÇÃO DO BRASIL, 1967).

Desse modo, justifica-se o uso de aparelhos de censura em nome da ordem, da moral e dos bons costumes. Visto que durante o período histórico analisado o país sentia os reflexos da Guerra Fria, quaisquer publicações que estavam na contramão do regime vigente eram consideradas hediondas e, assim, censuradas.

Outra forma de obter controle sobre os meios de comunicação da época o advento da lei no. 5.250, conhecida como Lei de Imprensa, que entrou em vigor em março do mesmo ano. Apesar de já existir uma Lei de Imprensa (lei no. 2083), datada em 12 de novembro de 1953, esta foi revogada com a nova regulamentação, que também incluía as plataformas de radiodifusão. De acordo com a nova lei do presidente Castelo Branco, não só a imprensa deveria ser regulada, mas também a liberdade de manifestação do pensamento e da informação, visando conter a veiculação de propagandas de guerra, subversão da ordem social e pública e difusão de ideias preconceituosas. Também há a proibição de publicações clandestinas que atentem contra a moral e os bons costumes, e a necessidade de concessão federal para a utilização do espectro pelas empresas de radiodifusão.

A Lei de Imprensa, em seu Capítulo II, intitulado “Dos abusos no exercício de manifestação do pensamento e informação”, deixava claro em seu art. 12, a possibilidade de intervenção estatal em publicações que praticassem abusos à liberdade de expressão. No art.15, a lei proibia a divulgação ou publicação de “a) segredo de Estado, notícia ou informação relativa à preparação da defesa interna ou externa do País, desde que o sigilo seja justificado como necessário, mediante norma ou

recomendação prévia determinando segredo confidência ou reserva; b) notícia ou informação sigilosa, de interesse da segurança nacional, desde que exista, igualmente, norma ou recomendação prévia determinando segredo, confidência ou reserva” (Lei no. 5.250, art. 15, 1967). No artigo seguinte também estava prevista a punição pela perturbação da ordem pública ou alarma social. O Estado utilizava de novos trâmites legais para justificar a censura nos meios de comunicação. A Lei de Imprensa foi revogada em 2009, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que a julgou inconstitucional aos princípios da Constituição de 1988.

Em 21/11/1968, Costa e Silva editava a lei no. 5.536, sobre a censura em obras teatrais e cinematográficas por caráter classificatório e pelas mesmas questões de moralidade e não incentivo à luta de classes. O artigo no. 5.536 também criou o Conselho Superior de Censura (CSC), órgão subordinado ao Ministério da Justiça. No mesmo ano, era promulgado o AI-5, desenhando os anos de endurecimento do regime (KUSHINIR, 2011).

A censura, então, no pós-1968 esteve dividida em duas instâncias: 1) aplicada à diversão: preocupação na moral e nos bons costumes; 2) aplicada à imprensa: caráter secreto. Assim, as empresas jornalísticas começaram a receber “manuais de comportamento”, com aquilo que seria permitido divulgar (SMITH, 2000).

Em 17/10/1969, promulgou-se a emenda Constitucional no.1, que tinha entre suas funções a regulamentação da censura por parte da Polícia Federal, mostrando assim, a centralidade do poder da polícia – e a censura usada como principal instrumento para representar este poder. É importante ressaltar que esses rearranjos legislativos deixavam no ar uma questão a ser analisada quando falamos do período de Ditadura Militar no contexto brasileiro: embora os militares praticassem seus atos sobre a égide do AI-5, havia um arsenal burocrático a ser considerado – porém, todo esse armamento no legislativo tem a intenção de definir o governo da época. Ou seja, o regime buscava o reconhecimento e uma característica através de aparatos legislativos. Assim, mais um decreto foi criado: o no. 1.077 em 1970, que instituía a censura prévia, por parte do ministro da Justiça, deixando claro que a prática era um ato do governo, mas ao mesmo tempo negava a sua existência.

Ainda em 1970, cria-se o Serviço de Informação do Gabinete (SIGAB), ligado ao ministro da Justiça. Entre suas funções incluía-se os telefones às redações dizendo o que poderia ser publicado, visita aos jornais sob censura prévia, checar o cumprimentos das ordens impostas aos veículos de comunicação e enviar os famosos “bilhetinhos” às

redações. Também é criado o DSI (Divisão de Segurança e Informação), que era um órgão de assessoramento do Ministro de Estado e complementar do Conselho de Segurança, que “colaborava” com a elaboração da programação das mídias.

Smith (2000) relata que nos anos que do governo Médici, a concentração de poder ficou nas mãos do Ministério da Justiça, além disso, foi o período que do auge dos “bilhetinhos” às redações e perseguições aos ditos “inimigos de Médici”. A censura era amplamente praticada nas imprensas seja pelo SIGAB, pela Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP), ou pelo Conselho Superior de Censura (CSC). Apenas com o governo de João Figueiredo (1978-1985) uma pequena abertura nas leis que regiam o CSC entrou em vigor: a obra censurada poderia reivindicar uma reavaliação dos cortes propostos. Com o fim do regime militar, acreditavam que a censura também havia terminado. A “Nova República” instituía a censura apenas em caráter classificatório. O novo ministro, Fernando Lyra, decretou fim ao DCDP.

Finalmente, Kushinir (2011) nos traz a reflexão sobre os aparelhos de repressão do Estado em três pontos: a) a censura e todo o seu aparato existem e executam seus trabalhos em momentos democráticos, como nos autoritários; b) que os governos, em períodos de exceção, no Brasil, têm a preocupação, talvez singular, de legislar e, assim, dar aos atos de arbítrio aparência e conteúdo de legalidade; c) que existe um processo de continuidade, com nuances de transformação, no sentido de aprimoramento, que regulou as agências de censura no período republicano brasileiro até 1988, quando a nova Constituição retirou da esfera do Estado tal função (KUSHINIR, 2011).

No âmbito regional, especificamente na cidade de Ribeirão Preto, interior paulista, Botosso (2000) e Marino (1998) defendem que alguns jornais também apoiaram a instauração do regime em 1964, comprometendo-se apenas com a chamada classe média e a elite intelectual da cidade, como é o caso do matutino *A Cidade*, líder de circulação da região. De outro lado, as restrições legislativas impostas pelo governo também alcançaram as publicações ribeirão-pretanas, que tiveram que se submeter às leis regulatórias federais, no referente à liberdade de expressão e manifestação do pensamento.

O apoio às elites locais também era visto nas páginas do *O Diário*, representante da classe média urbana. Embora seu editorial defendesse a plena neutralidade, a folha era propriedade do político e prefeito Costábile Romano, atuando em defesa de seus preceitos políticos e ideais conservadores.

Outros periódicos, como é o caso do *Diário de Notícias*, *A Palavra de Ribeirão* e *Diário da Manhã*, possuíam tendências de esquerda, não apoiaram o golpe civil-militar de 1964 e travaram uma discordância ideológica com os dois jornais conservadores citados anteriormente. Dos três jornais oposicionistas apontados, apenas o *Diário da Manhã* permaneceu em funcionando após a instauração do golpe de 1964.

No caso de *A Palavra de Ribeirão Preto* houve boicote às suas publicações já em 1961 pelas elites locais, sob justificativa da defesa dos “bons costumes”, denominando o semanário como subversivo e aliados dos interesses comunistas. O mesmo aconteceu com o *Diário de Notícias*, dirigido pela Arquidiocese de Ribeirão Preto, na figura do Pe. Celso Ibson Sylos, que foi fechado alguns meses antes do golpe, pela sua posição em defesa da Reforma Agrária e dos trabalhadores rurais (BOTOSSO, 2000; MARINO, 1998)⁶.

Cabe salientar que o fechamento dos jornais oposicionistas *Diário de Notícias* e *A Palavra de Ribeirão*, bem como a predominância do *Diário da Manhã* e *A Cidade* indicam os posicionamentos conservadores da sociedade local por meio do apoio aos veículos contrários ao governo de João Goulart. Por outro lado, para problematizar a atuação política dos jornais, temos de considerar análises que discutem o processo de produção da notícia e os possíveis vínculos entre jornalismo e sociedade.

CAPÍTULO V

⁶ A história de cada um dos periódicos locais será desenvolvida nos capítulos seguintes, com foco na atuação do *Diário da Manhã*.

JORNALISMO E SUAS TEORIAS

V.1. OS GÊNEROS OPINATIVOS DO JORNALISMO

A compreensão teórica acerca do jornalismo baseia-se em análises que evidenciam e discorrem sobre as notícias, consideradas como o principal produto do meio jornalístico. Traquina (2005) observa em seus estudos que as notícias fazem parte de uma construção social, resultado de inúmeras interações entre diversos agentes sociais que pretendem mobilizar as notícias como um recurso social em prol de suas estratégias de comunicação (TRAQUINA, 2005, p. 28).

Diante disso, apreendemos que o poder dos veículos de comunicação transcende a publicação de informação; há uma responsabilidade social por parte dos indivíduos que compõem o campo jornalístico em informar, interpretar a realidade e, também, formar opiniões que podem ser acolhidas ou negadas por determinadas camadas sociais. Os jornalistas são emissores que devem levar em consideração o poder de escolha dos receptores e, assim, transmitir conteúdos com a ciência de que podem ora desagradar, ora agradar a opinião pública.

Portanto, as análises jornalísticas aqui elencadas são corpus de referência para compreender os textos opinativos do *Diário da Manhã* e esboçamos os principais referenciais teóricos presentes à construção das notícias e os aplicamos nas análises dos textos opinativos, a partir dos conceitos esboçados por Beltrão (1980) e Marques de Melo (1985). A escolha dos editoriais como objeto de estudo deve-se ao fato desse gênero jornalístico condensar os múltiplos interesses do veículo de comunicação. Analisar os editoriais é trabalhar com o espaço de significação do próprio jornal, em que ele se posiciona explicitamente sobre os assuntos políticos e defende seu ponto de vista publicamente, como empresa privada e instituição social (CHAMMAS, 2012, p.16-17).

Com a modernização da imprensa brasileira no decorrer do século XX, tendeu-se ao realce das diferenças entre o que é notícia e o que é opinião. No primeiro caso, os textos deveriam se ater a representação do fato através de um relato mais aproximado possível, por meio da objetividade e imparcialidade. No segundo, o chamado jornalismo opinativo, era permitido efetuar comentários, sejam eles de autorias institucionais ou pessoais, sobre diversos acontecimentos. Nessa perspectiva, alguns autores buscaram teorizar sobre as diferenças produzidas pelos profissionais.

Para Luiz Beltrão (1980), a opinião é a função vertical do jornalismo. Segundo ele, o jornal teria o dever de levar ao público o seu posicionamento, como forma de orientar o leitor através da expressão de um determinado ponto de vista. O pesquisador ainda ressalta que para formar a chamada “opinião pública” é necessário um conjunto de pontos de vistas individuais que são divulgadas, de forma ampla, através do jornal por intermédio dos jornalistas.

Beltrão (1980) salienta que a opinião impressa do jornalismo faz parte da elaboração do pensamento da sociedade, atuando como um instrumento da manifestação do público. Desse modo, uma orientação desta pesquisa histórica dos editoriais do jornal *Diário da Manhã* considera o texto como instância de produção e circulação de ideia, mediadora da comunicação na sociedade ribeirão-pretana e brasileira.

Compartilhando a mesma perspectiva de análise, Melo (1985) acrescenta que a opinião na imprensa brasileira foi a característica principal dos primeiros jornais, como é o caso de *O Correio Braziliense* produzido por Hipólito da Costa no início do século XIX. Melo acrescenta que com a crescente modernização da imprensa e a introdução dos conceitos norte-americanos de jornalismo no século XX, a informação e a neutralidade passaram a ser sobrepor à opinião jornalística. A veiculação do posicionamento político e as opiniões de redatores e editores deveriam restringir-se aos editoriais e artigos. Todavia, o pesquisador observa que a opinião está presente não apenas nos editoriais e artigos, mas também na filtragem e na seleção das informações, na hierarquia de importância das manchetes e na escolha das palavras. A mesma posição sobre o assunto, também é compartilhada por Traquina (2005) e Sousa (2000), quando elencam as teorias explicativas de produção e construção da notícia e identificam os vários constrangimentos que quebram o mito do jornalismo objetivo e neutro.

Alguns teóricos buscaram normatizar e dividir categorias dos textos opinativos. Eles possuem características comuns devido à estrutura textual, que visa à persuasão e a defesa de um determinado ponto de vista. Entretanto, cada um deles possui uma especificidade que os difere e os categoriza. Dentre as divisões estabelecidas, José Marques de Melo (1985) elenca quatro categorias de textos de opinião de acordo com o enunciador, ou seja, referindo-se ao profissional encarregado de escrever o discurso:

- a) Empresa: que aparece, além da seleção das notícias através da linha editorial, nos chamados “editoriais”;

- b) Jornalista: entendido como profissional regulamentado que trabalha no veículo de comunicação, a opinião se apresenta através dos “artigos”, “comentários”, “resenhas”, “crônicas” e “caricaturas”;
- c) Colaborador: não precisa pertencer ao quadro fixo do veículo de comunicação, e sua opinião manifesta-se através de “artigos”;
- d) Leitor: por fim, o público também é participante de algum modo, na divulgação da opinião dentro de um veículo jornalístico, através do envio de “cartas” à empresa.

Faremos um recorte normativo do “editorial”, “artigo” e “comentário” dentro dos demais textos opinativos, por serem os gêneros que mais se aproximam dos discursos analisados do *Diário da Manhã*, embora também possam ser encontradas as crônicas, resenhas, entre outros. Constatou-se que a intensidade de textos similares aos editoriais, artigos e comentários era maior, mas mesmo assim, há diferença entre os textos opinativos do *Diário da Manhã* e os conceitos elaborados por José Marques de Melo (1985), como veremos adiante.

Segundo Beltrão (1980) e Marques de Melo (1985) os editoriais representam a opinião oficial do veículo, ou seja, a opinião da empresa. Esses textos, por sua vez, não são assinados, pois se configuram como autoria institucional. Além disso, o editorial também pode expressar a opinião do dono do veículo de comunicação, no caso das empresas de pequeno e médio porte, como é o caso, geralmente, das empresas regionais.

Os autores ainda definem que os editoriais são voltados para orientar a opinião pública diante da argumentação exposta. Como pontua Beltrão (1980) existem quatro atributos principais: impessoalidade (não ser assinado); topicalidade (tema delimitado); condensabilidade (poucas ideias e força na argumentação) e plasticidade (são flexíveis e não dogmáticos).

Martins (2010) reforça que a estrutura informativa do editorial possui uma linguagem persuasiva e direta, que assume uma posição. Enquanto no jornalismo informativo o enunciador busca orientar o acontecimento em uma ordem lógica, respondendo as perguntas *O quê? Quem? Onde? Como? Por quê?*, no opinativo de opinião o raciocínio se costura por meio das ideias, com a finalidade de expor e interpretar os fatos de modo argumentativo.

O artigo é apresentado por Beltrão (1980) e Marques de Melo (1985) como um gênero textual em que o autor (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta a sua

opinião sobre o assunto. Nesse tipo de texto, o escritor tem liberdade de escrever sobre qualquer assunto e expor sua opinião. A grande diferença do artigo para o editorial, segundo os autores, é a assinatura, sendo que o redator assume total responsabilidade por aquilo que escreve e é publicado.

Por fim, o comentário é um gênero que teria relação com a dinâmica rápida da imprensa contemporânea e a necessidade de orientação do público. Melo (1985) salienta que a figura do comentarista é associada com a de um jornalista com farta bagagem cultural, além de reconhecido publicamente. Por isso, o comentarista possui credibilidade e influência dentro da opinião pública, permitindo-o emitir valores e opiniões.

O surgimento do comentário no cenário brasileiro é impreciso; pesquisas datam os anos de 1950 e o auge desse gênero nos anos de 1960, com a ampla modernização da imprensa brasileira (MELO, 1985, p. 85-93). Entretanto, como o comentário necessita de ampla liberdade de imprensa, durante o período militar, poucos comentários continuaram circulando nos jornais, visto que a maioria deles era censurada pela Polícia Política do regime vigente.

A característica principal do comentário seria salientar a opinião do autor, sem exercer, necessariamente, relação com a postura institucional do jornal. Melo (1985) afirma que enquanto o editorial procura salientar e opinar institucionalmente sobre fatos notórios na sociedade, o comentário é de autoria pessoal e visa expor a opinião particular do autor em diversos assuntos considerados importantes para a sociedade, conectando as notícias à opinião.

Os três gêneros de textos opinativos enfatizados da abordagem de Melo (1985), não dão conta da especificidade dos textos do *Diário da Manhã*. Essa questão sugere uma característica singular do veículo e ressalta a necessidade de estudo para compreender a relação entre o jornalismo dos grandes veículos e o praticado num veículo impresso do interior com características específicas.

1. Teorias da notícia e os textos opinativos

Ao mencionarmos a caracterização, normatização e a divisão do jornalismo em duas correntes (a do jornalismo informativo e a do jornalismo opinativo), não pretendemos afirmar que o texto informativo seja completamente neutro, desvinculado e desconectado totalmente do opinativo e de subjetividades.

Segundo Marques de Melo (1985), o jornalismo tem na sua essência a divulgação da informação e, conseqüentemente, o relato da realidade de forma mais fiel possível. Entretanto, o processo de seleção e fabricação do produto jornalístico, a notícia, já é a consequência de uma escolha subjetiva do profissional da comunicação, que seleciona aquilo que será publicado e o que não será. Esse conceito de seleção do conteúdo também foi abordado por Wolf (2009), em seu estudo sobre as teorias da comunicação, em especial, da pesquisa sobre o *gatekeeper*. Para o estudioso, a teoria do *gatekeeping* defende que a seleção e filtragem das notícias são feita pelo jornalista de dois modos: o primeiro, subjetivamente e de acordo com um conjunto de valores intrincados no sujeito; o segundo, levando em consideração todo o processo de produção da informação, a partir de critérios organizacionais, a fluidez e rapidez do acontecimento e outros valores profissionais.

Alargando o processo da seleção feita pelo *gatekeeper* ao controle do processo informativo no seu conjunto, torna-se muito importante a maneira como se executa a filtragem: na transmissão da mensagem através dos canais, pode estar envolvida muito mais no que uma simples recusa ou aceitação [...]. O *gatekeeping* no *mass media* inclui todas as formas de controle de informação, que podem estabelecer-se nas decisões acerca da codificação das mensagens, da seleção, da formação da mensagem, da difusão, da programação, da exclusão de toda a mensagem ou de seus componentes (WOLF, 2009, p. 181-182).

Wolf (2009) também destaca que apesar dos jornalistas levarem em consideração o contexto profissional-organizativo-burocrático da empresa jornalística, a referência de fontes e os fatores externos que exercem influência nas escolhas das notícias, o próprio público para quem as informações são destinadas é pouco conhecido. Segundo essa teoria, a principal fonte de expectativas, orientações e valores profissionais atuantes não provém do público, mas sim, do grupo de referência constituído pelos colegas ou superiores do campo profissional. Diante disso, Wolf cita os estudos de Breed, nos anos de 1950, apontando que o jornalista, durante sua atividade cotidiana, redefine os seus próprios valores ao nível mais pragmático do grupo redacional (WOLF, 2009, p. 182-183).

Em acréscimo à *Teoria do Gatekeeper*, o jornalismo informativo e, no caso mais específico de seu grande produto, as notícias, também sofrem a interferência do meio, além da do próprio redator. Fatores sociais, políticos e culturais e, até mesmo, um conjunto de critérios e valores delimitam e norteiam a informação, – os chamados valores-notícia, destacados por Wolf (2009) – participam da construção do material

jornalístico, como exploram as Teorias da Notícia propostas e discutidas por Traquina (2000; 2005) e Sousa (2000).

Segundo os autores, as teorias explicativas de produção e construção do produto jornalístico, partem da observação de que há fatores que influenciam a elaboração do conteúdo da informação. Nesse contexto, Wolf (2009) explora a chamada teoria do *newsmaking*, que se articula por meio de dois limites: a cultura profissional dos jornalistas e as conexões e relações existentes no processo produtivo e da organização profissional. Embora os estudos sobre o *newsmaking* estejam centrados na produção do presente, transpomos os seus conceitos para o impresso do passado, bem como para o produto editorial, que não deixa de ser um importante componente jornalístico por também ser resultante de várias escolhas orientadas por critérios referentes ao conteúdo político, à suposta receptividade de determinado público e ao espaço disputado com outros veículos.

Durante a produção de informações de massa, a cultura profissional dos jornalistas é entendida como um emaranhado de retóricas, códigos, símbolos, representações e estereótipos relativos à função desempenhada pelos *mass media*. A ideologia desse grupo, portanto, dá base a uma série de práticas profissionais adotadas como naturais e que orientam a seleção de um acontecimento noticiável. Em outro aspecto, a organização sobre as quais se cria convenções do ambiente de trabalho determina a definição da notícia, com a seleção de acontecimentos e fontes, vinculados à empresa jornalística ou ao contexto profissional. Os critérios de seleção das informações que serão veiculadas ao público são chamados de *noticiabilidade* (WOLF, 2009, p. 189).

A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirirem a existência pública de notícias. Tudo o que não corresponde a esses requisitos é “excluído”, por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional. [...] Pode também dizer que a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, cotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de fatos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias (WOLF, 2009. p. 190).

A noticiabilidade, assim, é vista como um conjunto de elementos através dos quais os meios de comunicação controlam a quantidade e a especificidade da notícia,

pela seleção de determinado acontecimento. Esses componentes da noticiabilidade são chamados de valores-notícias e divididos de acordo com Wolf (2009) em: a) características substantivas das notícias de acordo com o seu *conteúdo*; b) disponibilidade do material para a captação da notícia e relativos ao *produto* informativo; c) relativos ao *público*; e, por fim, d) relativos à *concorrência* (WOLF, 2009. p. 200).

Os critérios relativos ao conteúdo articulam-se, principalmente, diante da importância e o interesse da notícia. Dessa maneira, entendemos que o acontecimento possui determinados graus de notoriedade e interesse de acordo com diversos fatores, entre eles: o grau hierárquico dos indivíduos envolvidos, ou seja, o nível de poder institucional, sua visibilidade e influência na sociedade, seja uma instituição econômica ou política, ou até mesmo, o envolvimento de pessoas conhecidas; o impacto sobre a nação e o interesse nacional, caracterizado por meio da proximidade do acontecimento, seja geográfica ou por afinidade cultural; a quantidade de pessoas que envolvem o fato, sendo que quanto maior o número de indivíduos envolvidos no acontecimento, maior a sua aproximação com o noticiável; e, por último, a sua relevância e significação de acordo com a evolução futura da situação, onde se encaixam as histórias de interesse humano, de inversão de papéis e que necessitam de uma interpretação contínua com o desenrolar dos fatos.

Os critérios relativos ao produto dizem respeito à disponibilidade de materiais para a captação da notícia, as especificidades do produto jornalístico na veiculação do acontecimento e os seus limites de formato no espaço-tempo (no caso do impresso, o tamanho e disposição do texto na página), bem como a qualidade da história que será publicada. Ressalta Wolf (2009) que “o limiar da noticiabilidade de certos fatos depende da quantidade de uma determinada categoria de acontecimentos que já existe no produto informativo” (WOLF, 2009. p. 209).

Já os critérios relativos ao público dizem respeito à imagem que os jornalistas possuem de seus receptores. Entretanto, Wolf (2009) destaca que os emissores pouco conhecem de seu público e raramente desejam conhecê-lo. Dessa forma, o dever do enunciário parte do princípio de informar e não satisfazer o público, dando mais atenção ao conteúdo informativo e não à sensibilidade e interpretações dos receptores. Entretanto, a teoria de Jesus Martín-Barbero (1995) sobre os estudos de recepção e mediação avaliam e contestam a produção da informação apresentada, encarando os receptores como parte do processo comunicativo, atuando fundamentalmente na forma

de conceber a informação. Sendo assim, não só os jornalistas deveriam conhecer o público, mas também enxergá-lo como parte do processo de produção da notícia.

Por fim, os critérios relativos à concorrência dizem respeito à seleção do acontecimento por meio de uma competição de determinados meios de comunicação. Ou seja, pode acontecer que uma notícia seja selecionada porque se espera que os veículos da concorrência façam o mesmo. Vemos, portanto, que a mídia dialoga de forma a noticiar acontecimentos semelhantes, com a intenção de cobrir o que é noticiável pelos diferentes meios.

Desse modo, destarte o conceito de noticiabilidade e os valores-notícia serem utilizados para o jornalismo informativo (na produção de notícias), a mesma caracterização e normatização dos valores-notícias são utilizados para conceber a análise dos editoriais do *Diário da Manhã*, visto que esses textos são produzidos por meio de uma seleção de acontecimentos julgados publicáveis seguindo critérios de conteúdo políticos ideológicos correntes naqueles anos, de articulação com públicos afinados a essas tendências e em diálogo com outros veículos que tinham posicionamentos diferentes e, desse modo, segue-se uma divisão semelhante a adotada no jornalismo informativo para o jornalismo opinativo.

Traquina (2005) elenca uma diversidade de teorias da notícia e do jornalismo que se desenvolveram ao longo do século XX, diante da observação empírica do trabalho do campo do jornalismo. Na presente monografia, nos debruçaremos sobre duas principais teorias elencadas por Traquina (2005) para analisar os textos opinativos do *Diário da Manhã*: a teoria de ação política e a teoria construcionista. A escolha delas deve-se ao fato de esses estudos utilizarem o argumento da influência política na construção do texto, principal caráter investigativo de nossa pesquisa.

O ponto de partida é considerar que todo veículo de comunicação possui uma linha editorial que irá orientar a seleção dos fatos que serão divulgados – através de textos informativos ou opinativos. A linha editorial é, nas palavras de Marques de Melo (1985), a ótica na qual a empresa jornalística testemunha sua percepção da realidade e decide publicar os acontecimentos considerados representativos dessa realidade.

A teoria de ação política emerge nos anos de 1970, em uma investigação que estabelece como eixo central a atividade do jornalismo no campo político e social. Traquina (2005) afirma que na análise da teoria de ação política os *media* noticiosos servem a interesses políticos específicos. O estudo defende a posição de que as notícias

são distorções da realidade e servem como auxílio na projeção de uma visão de mundo parcial, atendendo aos interesses ideológicos de determinados agentes sociais.

Citando Herman e Chomsky⁷, estudiosos da teoria da ação política, Traquina (2005) ressalta que a própria opinião do dono da empresa jornalística irá interferir na elaboração da notícia. O autor afirma que, para os autores norte-americanos, os donos de jornal estavam em acordo com o sistema capitalista e, por esse motivo, as notícias serviriam na manutenção do poder estabelecido. Porém, a análise Herman-Chomsky excluiria o grau de autonomia dos próprios jornalistas, que poderiam estar dispostos a injetar as suas preferências políticas nos conteúdos noticiosos, ora de apoio à política vigente, ora de contestação.

Já a teoria construcionista parte do pressuposto que as notícias colaboram com a construção da realidade. O acontecimento sofreriam diversas influências na sua fase de produção, seja pelas rotinas produtivas, seja pela ideologia política do jornalista e da comunidade social em que está inserido. Traquina (2005) desenvolve a tese de que a própria linguagem não é neutra, portanto, as notícias não seriam a representação fiel do acontecimento, pela própria plataforma em que é inserida, ou seja, a linguagem.

Além disso, o autor discorre que os *media* noticiosos estruturam a representação dos fatos, sofrendo a influência de diversos elementos, incluindo os aspectos da organização do trabalho de redação, as limitações técnicas, administrativas e orçamentárias da empresa e a própria maneira estrutural da rede noticiosa. Isso não implica dizer que as notícias são ficcionais, mas sim, convencionais; ou seja, alerta ao fato de que a notícia é parte de uma realidade construída, com subjetividades e vários constrangimentos (TRAQUINA, 2005, p. 169).

Segundo Traquina (2000), citando McCombs e Shaw, existe uma transformação na formação de opiniões na sociedade, que aconteceriam devido à influência dos meios de comunicação. Assim, acredita-se que a construção do texto seja movida por elementos culturais, sociais, políticos e ideológicos, inseparáveis do redator e que também sofre interferências externas, seja do local de trabalho, do momento histórico definido, da educação recebida, do universo cultural do público que é uma referência para a produção dos textos e para as escolhas da notícia e da informação. Desse modo, a teoria construcionista afirma que a notícia, dando vida ao acontecimento, constrói o acontecimento e a realidade. Os jornalistas, portanto, são participantes ativos na

⁷ Herman & Chomsky. **Manufacturing Consent: The Political Economy of Mass Media.** New York: Pantheon Books, 1989.

construção dessa realidade, interferindo, assim, na opinião pública (TRAQUINA, 2005. p. 170-174).

Tomando como referência os estudos de teoria da notícia, consideramos que a análise apresentada por Traquina (2005) pode ser transposta para outros produtos, tais como os editoriais e artigos por serem também elementos constituintes do jornal. Desta forma, conceber que os jornalistas e diretores do *Diário da Manhã* atuavam na divulgação de seus textos com o intuito de servir aos interesses políticos específicos, reforça a questão do jornalismo como fruto de relações de diversos vetores, tais como os sociais, os políticos e os culturais. Além disso, a concepção da construção da realidade por meio de um ponto de vista corrobora para entender a influência do periódico dentro do município, como veículo formador de opinião em processos de interação social.

2. Divergência normativa dos textos do *Diário da Manhã*

A análise dos textos opinativos do *Diário da Manhã* pretende traçar o perfil político-editorial do periódico e identificar os diálogos entre o jornalismo interiorano praticado no período e a imprensa dos grandes centros urbanos com ênfase nos temas em torno dos governos de Jânio Quadros, João Goulart e Castelo Branco. Como já expressamos anteriormente, a opção de trabalhar com textos opinativos, em especial de editoriais, justifica-se por ser o espaço discursivo em que o jornal se posiciona abertamente sobre sua ideologia e opiniões políticas.

O que se observa durante a pesquisa é a diferença entre a caracterização das categorias dos gêneros do jornalismo de opinião e os textos opinativos produzidos pelo *Diário da Manhã*. O jornal era o grande destaque da “Editora Diário da Manhã”, coordenada pela família Sant’Anna, tendo à frente os jornalistas Antônio Machado Sant’Anna e Antônio Carlos Sant’Anna, diretor-chefe e redator-chefe do matutino, respectivamente. Desse modo, levantamos a seguinte questão: os textos assinados pelos Sant’Anna configuram-se como artigos, pela autoria pessoal diante da assinatura dos dois profissionais, ou configuram-se como editoriais, já que os Sant’Anna controlavam o *Diário da Manhã* e, portanto, os textos assinados representavam, também, a opinião da empresa jornalística?

Os modelos apresentados José Marques de Melo (1985) não dão conta das características dos textos opinativos do nosso objeto de pesquisa, evidenciando a diversidade de estilos presentes nesse veículo (RIBEIRO & BARBOSA, 2009) e que, portanto, necessita de novas abordagens.

Nota-se uma preocupação dos jornalistas e editores do *Diário da Manhã* em categorizar seus textos. Particularmente, no referente ao quadro “Atualidades”, - dirigido e orientado por Antônio Carlos Sant’Anna e presente no canto superior direito da última página - como podemos perceber na edição no. 20.404, de 21/02/1964:

Porém, desde que envolvido um prisma social, humano e notadamente se se considerar a politização de seus leitores, a omissão de um **comentário** seria negar ao DN tudo aquilo por que tem lutado seus redatores [grifos meus]⁸.

Todavia, embora Antônio Carlos Sant’Anna repita o conceito de comentário no sentido explicitado por Marques de Melo (1985), em inúmeros outros textos do quadro “Atualidades”, observa-se a hibridização entre os gêneros artigo/comentário e editorial. Em outro texto da edição no. 20.424, por exemplo, o redator-chefe do *Diário da Manhã* mescla a própria opinião com os interesses do jornal da qual ele toma a frente.

Esta folha é livre e independente, orientando-se por princípios cristãos e ideias democráticas, mas nacionalista⁹.

Portanto, apesar da preocupação de Antônio Carlos Sant’Anna, destarte no caso específico do *Diário da Manhã*, vamos considerar os textos opinativos assinados pelos dois diretores como editoriais. A categorização e escolha dos textos como editorial parte da consideração de que os dois jornalistas eram regentes do periódico e, portanto, expressavam, além da própria opinião, o posicionamento do jornal que dirigiam, configurando uma característica particular do editorial.

Outro fator importante de destaque é a presença de conteúdos opinativos não assinados, ou seja, caracterizados essencialmente em editoriais. Ainda assim, a incidência dos textos sem assinatura é inferior se comparada com a quantidade de textos assinados por Antônio Machado e Antônio Carlos Sant’Anna. Os textos não assinados apareciam na primeira página do periódico no canto inferior direito, sendo que a sua tipografia era sempre a mesma, caracterizando uma identidade visual. Muitas vezes, os textos também eram transcrições de editoriais de jornais das grandes capitais, principalmente, as folhas *A Gazeta* e *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, e *O Estado de S. Paulo*, de São Paulo.

⁸ SANT’ANNA, Antônio Carlos. A César o que é de César, ao povo o que é do povo. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p. 8, 21 de fev. de 1964.

⁹ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Campanha de ódio em Ribeirão Preto. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p. 8, 15 de março de 1964.

Havia, ainda, a presença de textos assinados por outros jornalistas que, não necessariamente, trabalhavam na redação do *Diário da Manhã*. Desse modo, essa última modalidade discursiva de textos escritos por outros jornalistas e colaboradores eram, em sua essência, os artigos, e não representavam a opinião direta do jornal. É possível verificar a diagramação da primeira página do *Diário da Manhã*, bem como a localização de textos assinados por Antônio Machado Sant’Anna, outros não assinados e transcrições de outros jornais no “ANEXO A” da presente monografia.

CAPÍTULO VI

A IMPRENSA EM RIBEIRÃO PRETO: ANÁLISE DO DM

VI.1. BREVE HISTÓRICO DA IMPRENSA RIBEIRÃO-PRETANA

A pesquisa sobre o desenvolvimento histórico da imprensa em Ribeirão Preto caminha em passos lentos. O pequeno número de estudos sobre os periódicos da região mostram lacunas na história do jornalismo da cidade. Segundo Rocha & Zaiuth (2011), a emergência dos primeiros veículos de comunicação locais datam o ano de 1884, e eram mantidos por pequenas empresas. As fontes do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto mostram que o primeiro veículo a ser publicado foi o semanário *A Lucta*, que deixou de circular logo após algumas edições. Assim como os demais jornais do século XIX, as publicações do município possuíam vida efêmera e veiculavam opiniões ideológicas dos grupos que as mantinham. Para Sodré (1966), essa era uma característica de toda a imprensa brasileira, que somente se modificou com o desenvolvimento do capitalismo e a crescente urbanização e industrialização, transformando-se em empresas jornalísticas e sendo capazes de gerar lucros.

Na pesquisa de Rocha & Zaiuth (2011), 59 veículos foram catalogados como membros da imprensa da região de Ribeirão Preto. Dentre eles, destacamos: o *Diário da Manhã*, *A Cidade*, *Diário de Notícias*, *O Diário* e *A Palavra de Ribeirão*. O volante estudantil *O Berro*, apesar de sua existência efêmera, é um importante representante da imprensa alternativa no município, por isso, vemos a necessidade de pontuar a atuação do impresso na discussão política dos anos da Ditadura Militar brasileira, no contexto regional.

O desenvolvimento da imprensa nesse momento está de acordo com o crescimento de Ribeirão Preto datado no final do século XIX e início do século XX. Para Paziani (2005), a região alcançou posição de destaque no cenário nacional e internacional com a implantação da estrada de Ferro da Companhia Mogiana, em 1883. A autora salienta que a urbe atravessou uma série de mudanças em seu espaço técnico e social, culminando com novas mediações simbólicas, principalmente, oriundas das articulações entre os posicionamentos dos diários da época, entre os anos de 1890 e 1920. O movimento modernizante de Ribeirão Preto foi liderado por Francisco Schmidt e Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, membros da elite cafeeira e chefes políticos, que tinham seus interesses defendidos pelos jornais locais e pela Câmara Municipal.

O jornalismo local se consolidou em 1898, com o surgimento dos periódicos *Diário da Manhã* (1898) e *A Cidade* (1905). Os dois jornais incrementaram o seu parque gráfico ao longo dos anos e foram os veículos de maior representatividade em termos de leitores de Ribeirão Preto. Com o desenvolvimento dos diários locais, ambas as publicações passaram a atingir não somente o núcleo ribeirão-pretano, mas também todos os arredores, contribuindo para o crescimento do jornalismo regional no interior de São Paulo (ARAÚJO & GERALDO, 2006; MARINO, 1998; ROCHA & ZAUITH, 2011; SANT'ANA, 2010).

Nos anos de 1960, o município contemplava seu desenvolvimento econômico, oriundo da exploração da cultura cafeeira, o que possibilitou o crescimento urbano e demográfico. Nesse período, a produção de veículos informativos ganhou força, com a manutenção dos representativos *Diário da Manhã* e o *A Cidade*, em conjunto com a produção de novos periódicos. Destaca-se a produção do jornal católico *Diário de Notícias*, o panfleto estudantil *O Berro*, o semanário *A Palavra de Ribeirão* e o órgão *O Diário*.

Dos jornais citados, apenas *A Cidade* conseguiu passar pelo endurecimento da política da Ditadura Militar (1964-85) e prevalece até os dias atuais, sendo o líder de circulação na região ribeirão-pretana. O diário foi fundado pelo jornalista e advogado Enéas Ferreira da Silva, em 1 de janeiro de 1905, mas que deixou a folha depois de cinco anos, devido a compromissos políticos. Embora o jornal tenha defendido, desde sua primeira edição, o princípio de “neutralidade”, sua linha editorial seguia posições favoráveis aos partidários de Quinzinho Junqueira, membro da elite cafeeira da cidade, e fazia oposição a outro elitista, conhecido “rei do café”, Francisco Schimdt. Em 1911 foi comprado por uma sociedade anônima, formada pelo agrupamento político de Joaquim da Cunha e outros membros do então Partido Republicano Paulista (PRP), que também apoiavam Junqueira (SAVENHAGO, 2011).

Nos anos de 1920 e 1930, Renato Barillari e Francisco Augusto Nunes passam a dirigi-lo. Nesse período, foi empastelado por opositores de Getúlio Vargas, que queimaram parte da sua coleção encadernada, contribuindo para um déficit de material de estudo. Depois do empastelamento, em 1936, o jornal foi vendido para Orestes Lopes de Camargo, que usaria o periódico para fazer propaganda de sua campanha política. O novo diretor do *A Cidade* atuou como vereador, entre 1940 a 1950, e como vice-prefeito de 1964 a 1969. A família Lopes de Camargo continuou na direção do

jornal até 2006, quando foi vendido para o grupo das Emissoras Pioneiras de Televisão (EPTV), filiada da Rede Globo (SANT’ANA, 2010).

Em março de 1964, o impresso veiculou o manifesto do Movimento Ativo Democrático Pela Religião e pela Democracia e Contra o Comunismo (MAD), discurso conservador e a favor da Ditadura Militar, que contribuiu para a divulgação dos estereótipos sobre os jornais *Diário da Manhã*, *Diário de Notícias* e *A Palavra de Ribeirão*. De forma indireta, o M.A.D. taxava os veículos como “jornais comunistas”, como referência ao *A Palavra de Ribeirão*; “falsos nacionalistas”, ao *Diário da Manhã*; e “que acendem uma vela a Deus e outra ao Diabo”, ao *Diário de Notícias* (MARINO, 1998, p. 9).

Cidadão brasileiro patriota, reaja ativamente contra a infiltração comunista que está sufocando o Brasil.

[...] Vamos reagir ativamente começando por cancelar, devolver e não anunciar em **jornais comunistas, ou jornais brizolistas (falsos nacionalistas), ou jornais confucionistas que acendem uma vela a Deus e outra ao Diabo** [grifos nossos]¹⁰.

Marino (1998) ressalta que o manifesto não possuía forças concretas para fechar os três jornais considerados “revolucionários”. Contudo, através das ultrageneralizações e de preconceitos, que já existiam dentro da sociedade de Ribeirão Preto, o *Diário de Notícias*, *A Palavra de Ribeirão* e o *Diário da Manhã* foram deixando de existir, devido, em grande parte, ao corte de publicidade, queda das vendas e a confiança da população. Desse modo, os responsáveis pelo M.A.D aos poucos alcançaram seu propósito: uma cidade sem o *Diário de Notícias*, o semanário *A Palavra de Ribeirão*, o Centro de Debates da Rádio PRA-7 e, a morte mais demorada, nos anos de 1980, do matutino *Diário da Manhã*.

Outro pioneiro na modernização da imprensa em Ribeirão Preto foi o periódico *O Diário*. Para Rocha e Zauith (2011) e Araújo e Geraldo (2006) foi com essa folha, em 1966, que o jornalismo ribeirão-pretano inaugurou a sua nova fase. *O Diário* era o primeiro veículo de comunicação local a investir maciçamente em grandes reportagens, mas manteve fortes alianças políticas partidárias. Defendendo os interesses políticos conservadores, o jornal foi fundado, em 1955, pelo então deputado estadual Costábile Romano que seria eleito prefeito naquele mesmo ano, tendo o seu mandato de 1955 a

¹⁰ SEM AUTOR. Manifesto MAD: Ao Povo. **A Cidade** Ribeirão Preto, p.1, 31 de março de 1964.

1959. Anos mais tarde, em 1968, a folha apoiou o advogado e jornalista Marcelino Romano, como presidente da câmara municipal (SANT'ANA, 2010).

Os posicionamentos políticos de cada um dos jornais mencionados refletem a radicalização ideológica da esquerda e direita dos anos de 1960. Assim como aconteceu na política municipal, os jornais interioranos também colaboraram para a manifestação de opiniões políticas divergentes, compondo um quadro antagônico nos editoriais veiculados em Ribeirão Preto. Marino (1998) e Botosso (2000) dissertam que os jornais *Diário da Manhã*, *Diário de Notícias* e *A Palavra de Ribeirão* mantinham um forte posicionamento a favor das políticas da regência de Jânio Quadros e, posteriormente, do governo de João Goulart, também apoiavam as reformas de base e possuíam um viés nacionalista em sua linha editorial. Em outro posicionamento estavam *A Cidade* e *O Diário*, de perfil conservador, ora apoiando as manifestações direitistas, ora mantendo-se ao centro dos debates políticos. Revelam os autores que o *A Cidade* teria apoiado o manifesto do grupo anônimo Movimento Ativo Democrático pela Religião, pela Democracia e Contra o Comunismo (M.A.D), que circulou nas páginas do diário em 31 de março de 1964 (BOTOSSO, 2000; MARINO, 1998).

O *Diário de Notícias* data o seu nascimento em 1 de julho de 1928, por José da Silva Lisboa e seu irmão Oswaldo da Silva Lisboa. No ano de 1943, o periódico foi vendido para o professor Oscar de Moura Lacerda, que permaneceu por apenas um ano na direção. Em 1940, no auge do fascismo europeu, o diário foi ameaçado de “empastelamento” pelos integralistas, que possuíam uma opinião divergente da linha editorial adotada pela folha. Um ano mais tarde, em 1944, com a morte de Moura Lacerda, o jornal passou para as mãos da Cúria Arquidiocesana de São Paulo, até o fim dos seus 36 anos de existência (SANT'ANA, 2010).

No período antecedente ao golpe civil-militar de 1964, a tiragem do jornal chegava a quase 8.500 exemplares, tendo como princípio editorial o nacionalismo e apoio à administração de João Goulart. Mesmo contando com a participação de segmentos da sociedade na derrocada de Jango, inclusive da Igreja Católica, o *Diário de Notícias* não correspondeu aos interesses golpistas de 1964, apesar de pertencer a Cúria Arquidiocesana de São Paulo. O posicionamento do jornal adequava-se às ações de seu diretor, o padre Celso Ibson de Sylos, que coordenava o diário desde 1957. O religioso era líder da “Frente Agrária” de Ribeirão Preto, entidade criada em 1962, com o objetivo principal de reunir trabalhadores rurais em sindicatos, em nome da luta pelas reformas de base e agrária. (OLIVEIRA, 2005).

Um mês antes da tomada de poder pelos militares, o *Diário de Notícias* teve a sua circulação interrompida, fato que foi amplamente divulgado pelo *Diário da Manhã*. Os ideais de apoio às reformas de base, a favor da política de João Goulart e os princípios cristãos eram compartilhados pelos dois veículos, que possuíam um diálogo entre si. A paralisação das atividades do *Diário de Notícias*, em fevereiro de 1964, causou repúdio por parte do diretor e redator-chefe do *Diário da Manhã*, Antônio Machado Sant’Anna e Antônio Carlos Sant’Anna, respectivamente. Uma ampla porcentagem dos editoriais/artigos dos meses de fevereiro e março de 1964, falavam sobre o fechamento do periódico católico, como destacamos o pequeno excerto do texto de Antônio Carlos Sant’Anna, “A César o que é de César, ao povo o que é do povo”, publicado na página 8 do *Diário da Manhã*, em 21 de fevereiro de 1964, um dia após o encerramento das atividades do *Diário de Notícias*.

Encerrou ontem suas atividades o “Diário de Notícias” desta cidade, órgão cuja tradição de luta o situava em lugar destacado entre aqueles cuja tradição de luta em prol da maior grandeza nacional – em todos os sentidos – é uma constante. Paradoxalmente, olhada à primeira vista a medida determinante do lamentável acontecimento seria, repetimos – olhada à primeira vista – o sentido vigoroso de luta social cristã ora desenvolvido por sua direção de redação tendo à frente a figura dinâmica do jornalista padre Celso Ibson de Silos. [...], a rendosa indústria do anticomunismo, motivo de que tem lançado mão aqueles cujo espírito personalista lhes garante satisfação aos interesses divorciados da realidade histórica brasileira e, sobretudo, dos princípios profundamente humanos e sábios contidos nas encíclicas papais “Mater et Magistra” e “Pacem in Terris”, constitui, ainda hoje, um argumento forte a uso da reação nacional¹¹.

Outro jornal que compartilhava ideologia semelhante ao *Diário de Notícias* e mantinha uma aproximação com o *Diário da Manhã* era o semanário *A Palavra de Ribeirão*, propriedade do professor universitário Divo Marino. Fundado em 6 de março de 1961, o diário teve vida curta, fechando as portas em 30 de março de 1964, devido às inúmeras perseguições que sofria mesmo antes do Golpe. Segundo Marino (1998) o semanário era vítima de represálias, pois manteve firmes os ideais do Movimento Nacionalista, da esquerda democrática, do movimento social-cristão e dos comunistas, como forma de defender a legalidade democrática em suas páginas.

No ano de sua fundação, vigora o mandato de Condeixa Filho, como chefe do Executivo Municipal. O prefeito era seguidor do governador de São Paulo, Adhemar Barros, que nos anos de 1960, vivia uma fase política de direita. Mesmo assim,

¹¹ SANT’ANNA, Antônio Carlos. A César o que é de César, ao povo o que é do povo. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p. 8, 21 de fev. de 1964.

Condeixa Filho subiu à Câmara Municipal com ajuda dos comunistas locais, edificando uma parceria entre os representantes da esquerda e os ademaristas da cidade. Por esse motivo, até mesmo os seguidores do comunismo em Ribeirão Preto, acusavam o semanário de falso reformista, pelas críticas que o jornal teceu contra a política associativa entre direita e esquerda, em favor do prefeito. Em 25 de setembro de 1961, *A Palavra de Ribeirão* publicou em sua manchete “Ditadura em Ribeirão Preto”¹², relatando que as autoridades locais proibiram as bancas de jornais de venderem o semanário (MARINO, 1998, p. 18).

Ainda segundo Marino (1998), o semanário ficou conhecido além dos limites de Ribeirão Preto, considerado um exemplo de imprensa alternativa, que defendia o desenvolvimento econômico e cultural do país e era contrária ao conservadorismo vigente. Com o golpe instaurado, o autor relata que na porta da redação do *A Palavra de Ribeirão* havia sempre um policial montando guarda. Alguns redatores do semanário chegaram, até mesmo, a deixar Ribeirão Preto, com medo de serem presos pela polícia política da cidade. O arquivo do jornal, que permanecia dentro da redação já com as portas fechadas, junto ao escritório de advocacia de Divo Marino, foram examinados pelas autoridades que compunham o aparelho repressor do município, que consideraram o conteúdo “subversivo” e fizeram a apreensão do acervo (MARINO, 1998, p. 72-74). Divo Marino e sua esposa Anice, que também colaborava com a elaboração do semanário, foram perseguidos pela política mesmo depois do encerramento das atividades do veículo (BOTOSSO, 2000).

Como símbolo da imprensa alternativa e jornalismo independente, que vigorou nos anos 1960-1970, a cidade de Ribeirão Preto contou com a existência do volante estudantil *O Berro*, promovida pelas Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), entidade de extrema esquerda na cidade. O grupo era formado por estudantes universitários ligados ao PCB, e que se mostravam favoráveis à luta armada no processo de redemocratização do país. O agrupamento FALN foi impulsionado pelas discussões da Frente Agrária Municipal, pelo grupo de discussões do quadro “Centro de Debates Culturais”, da extinta rádio PRA-7, promovido e criado pelo jornalista e radialista José da Silva Bueno, e pelos questionamentos levantados nos periódicos nacionalistas *Diário de Notícias*, *Diário da Manhã*, *A Palavra de Ribeirão* e (BOTOSSO, 2000, p. 43).

¹² MARINO, Divo. Ditadura em Ribeirão Preto. **A Palavra de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, p. 1, 25 de set. de 1961.

Desde a sua primeira edição, em 1966, *O Berro* intitulou-se como órgão independente e de vanguarda dos universitários da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto. Seus principais idealizadores eram os estudantes Vanderley Caixe, Áurea Moretti e Nanci Marietto, além da presença de textos de colaboradores que compactuavam com o mesmo ideal da FALN (BOTOSSO, 2000, p. 53).

Botosso (2000) relata que o informativo, nos seus primeiros anos de vida, estava restrito ao meio estudantil, com destaque para os universitários da Universidade de São Paulo (USP), de Ribeirão Preto, que editavam o volante. Com o endurecimento do regime militar, o impresso sofreu represália por parte das próprias gráficas, que se recusavam a imprimir o panfleto. Até mesmo a gráfica Santo Antônio, do já fechado semanário *A Palavra de Ribeirão*, negou a impressão do volante, visto que a polícia política montava guarda em frente ao estabelecimento, e devido a perseguição policial sofrida por Divo Marino e sua esposa. Mas, foi a partir da instauração do AI-5 que *O Berro* deixou de circular apenas no meio acadêmico e passou a veicular nos diferentes segmentos da sociedade de Ribeirão Preto, sendo impresso em gráficas clandestinas. Trabalhadores, padres progressistas e intelectuais descontentes com a política vigente acolhiam os membros da FALN e os ajudavam com a distribuição do alternativo, por meio de panfletagem, em fábricas reconhecidas no município, como a Matarazzo e Antártica.

Além do alternativo *O Berro*, outros jornais estudantis também produzidos pela FALN circularam em Ribeirão Preto, mas não tiveram tanto destaque, tais como: *Você deve saber*, *Prática Revolucionária* e o *Informação Extra*. Em outubro de 1969, com o total desmantelamento da FALN e seus principais líderes presos, *O Berro* e os demais alternativos deixam de circular (BOTOSSO, 2000, p. 60-64).

Apesar das aparentes repressões aos jornais *A Palavra de Ribeirão*, *Diário de Notícias* e *Diário da Manhã*, os três representantes da imprensa interiorana de Ribeirão Preto não sofreram diretamente com a censura imposta nas redações, com aconteceu com os jornais da grande imprensa, como *O Estado de S. Paulo*, por exemplo. Não há relatos da presença de censores na redação, atuando, nas palavras de Kushnir (2004), com o “lápiz vermelho” no corte de matérias. Com exceção do jornal estudantil *O Berro*, as outras três folhas mencionadas foram se extinguindo gradativamente devido à pressão ideológica feita pela “mass-media” de preconceitos e estereótipos contra os jornais, taxando-os como subversivos e comunistas, pela pressão policial e pela falta de anúncios e assinantes. A permanência do *A Cidade* na região, dá-se ao desenvolvimento

do jornal como empresa capitalista, com a ampliação de recursos tecnológicos que contribuíram favoravelmente para o crescimento do diário.

A construção e veiculação de jornais alinhados a posicionamentos de esquerda e direita, além da própria modernização das empresas jornalísticas, em Ribeirão Preto, comprovam a tese de que dentro do interior do estado de São Paulo haviam movimentos ligados às práticas jornalísticas, que discutiam questões políticas. Além disso, a presença de volantes estudantis e alternativos que pregavam veementemente contra a Ditadura demonstra a proximidade da região com a prática jornalística dos grandes centros urbanos, que tiveram como símbolos dessa luta os panfletos *O Pasquim*, *Movimento e Opinião* (KUCINSKI, 1991).

Dessa forma, estudar as relações do jornalismo em âmbito regional, levando em consideração as características específicas de cada periódico, demonstra as articulações políticas presentes no interior do estado de São Paulo, bem como as representações sociais da época. Traçar o histórico dos principais veículos de comunicação do município contribuiu para a compreensão do jornalismo praticado no contexto de análise, e como essas empresas jornalísticas dialogavam entre si. Percebem-se as relações de cumplicidade e afastamento dos principais jornais ribeirão-pretanos e como isso fomentou a discussão política na sociedade. Assim como nas grandes capitais brasileiras, o jornalismo em Ribeirão Preto esbarra em relações ideológicas e práticas empresariais, que consagraram a prática jornalística da cidade e construíram mais uma página da história da imprensa brasileira.

VI.2. O DECANO DA IMPRENSA RIBEIRÃO-PRETANA

O *Diário da Manhã* ficou conhecido como o precursor da imprensa diária em Ribeirão Preto, tendo a sua primeira edição no dia 1 de junho de 1898, por Juvenal de Sá. Já em 1906, o fundador do jornal abandonou a coordenação do diário, que foi vendido para Osório Corrêa e, em 1909, para Sosthenes Gomes. Durante esse primeiro período de existência, os diretores do periódico apoiaram os interesses políticos do imigrante alemão Francisco Schimdt, conhecido como o “rei do café”. Seu principal adversário era Quinzinho Junqueira, do PRP, político representado pelo jornal *A Cidade* (PAIZIANI, 2005).

Apesar das constantes mudanças de direção, o DM investiu na divulgação de fatos e notícias da cidade, bem como a veiculação de opiniões políticas. Desse modo, o matutino ganhou notoriedade na sociedade, como um dos jornais de destaque da região.

Em 1938, Costábile compra o matutino e o moderniza, investindo em um novo parque gráfico com a instalação do primeiro linotipo da cidade. O novo proprietário mantinha contato direto com a folha paulistana *A Gazeta*. Segundo Antônio Machado Sant’Anna¹³, nos anos de 1930, a imprensa ribeirão-pretana já mantinha vínculo com os grandes veículos do eixo Rio-São Paulo. A principal relação entre os impressos interioranos e da capital era por parte dos “Diários Associados”.

Nos anos de 1940, o *Diário da Manhã* era o veículo de maior circulação no município, chegando a alcançar uma tiragem de até 12 mil exemplares com edições extras. Após esse período, vários diretores assumiram a frente do jornal, como Oswald de Abreu Sampaio e Luiz Antônio Ribeiro Pinto.

A partir dos anos de 1950, a família Sant’Anna assumiu o controle do diário, tendo como diretor-chefe o jornalista Antônio Machado Sant’Anna e seu filho, o redator-chefe Antônio Carlos Sant’Anna. O diretor permaneceu no comando do jornal até 1968, quando se aposentou, deixando o matutino nas mãos de Antônio Carlos Sant’Anna até a data de seu fechamento, em meados de 1980 (SANT’ANA, 2010, p. 25-30).

Antônio Machado Sant’Anna foi uma figura notória na cidade de Ribeirão Preto. Nascido em 9 de agosto de 1905, no distrito de Bonfim Paulista, sua atuação no jornalismo começou em 1926, já no *Diário da Manhã*, e nos anos de 1929 a 1930, trabalhou no *Diário d’Oeste*. No ano seguinte, em 1931, Machado Sant’Anna foi redator do jornal *A Cidade*, diretor da sucursal do *Diário de São Paulo* e *Diário da Noite* e fundador da *Revista de Ribeirão Preto*. Na década de 1940, o jornalista abriu uma sociedade com o advogado Onésio da Motta Cortez e, juntos, adquiriram o impresso *A Tarde*. Posteriormente, Machado Sant’Anna vendeu o jornal e passou a controlar o *Diário da Manhã*, onde atuou como diretor-chefe ao lado filho Antônio Carlos Sant’Anna, redator-chefe. Os outros filhos do jornalista também atuaram como redatores no matutino, como Luiz Augusto Sant’Anna, Sérgio Rubens Sant’Anna e Armando Lúcio (CIONE, 1992).

Com o fechamento por dois meses após a instauração do golpe em 1964, Antônio Machado Sant’Anna foi para a capital paulista trabalhar para Assis Chateaubriand. Apesar da distância de Ribeirão Preto, o jornalista continuou com o cargo de diretor-chefe do *Diário da Manhã* até 1968, quando se aposentou.

¹³ SANT’ANA, Antônio Machado. Trinta e Quatro anos de Jornalismo nos ‘Diários Associados’ de S. Paulo. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 10 de dez. de 1964.10/12/1964.

Além de homens de imprensa, os diretores do diário também eram figuras políticas. Machado Sant’Anna participou da inauguração da Faculdade de Medicina da USP e fundador do Aeroclube de Ribeirão Preto. O jornalista também mantinha relacionamento com importantes políticos da época, como Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros e João Goulart.

Pelo seu amplo relacionamento com a política da cidade, Antônio Machado Sant’Anna foi convidado para ser o presidente da Associação de Municípios, realizando viagens em congressos em prol do desenvolvimento progressista e municipalista de Ribeirão Preto. Desse modo, foi considerado o “embaixador de Ribeirão Preto”, demonstrando o avanço da região e contribuindo para desencadear ações que beneficiariam a cidade¹⁴.

Antônio Machado Sant’Anna retornou a Ribeirão Preto em 1979, onde faleceu no dia 9 de setembro de 1981. Devido à importância política do jornalista para a cidade, o governo do Estado o homenageou, dando o seu nome para a estrada que liga Ribeirão Preto à Araraquara, e ao prédio da Câmara Municipal, onde também está erguido um busto.

Já o filho de Antônio Machado Sant’Anna, o redator-chefe do *Diário da Manhã*, Antônio Carlos Sant’Anna também atuou firmemente na política da cidade. O jornalista viria a ser candidato a prefeito pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro) às eleições municipais de 1963, sendo que já tinha ocupado o cargo de vereador municipal anteriormente. Apesar de político conhecido, o redator-chefe do DM foi derrotado pelo prefeito eleito em 1964, Welson Gasparini, que permaneceu no poder até 1969 (CARNEIRO JÚNIOR, 2002).

Para Marco Zeri Ferreira¹⁵, comerciante e amigo da família Sant’Anna, o DM era reconhecido pelo seu posicionamento político definido com a ideologia progressista e municipalista, representada pelas opiniões de Antônio Carlos Sant’Anna e Antônio Machado Sant’Anna, que assinavam os editoriais do jornal. Ferreira afirma que o diário teve importante papel na cidade de Ribeirão Preto, por noticiar e comentar acontecimentos públicos e por sua trajetória histórica. Nos anos de 1960, o comerciante revela que o matutino foi chamado de comunista pela oligarquia do município, mas que o DM não possuía relações com comunismo.

¹⁴ O termo “embaixador de Ribeirão Preto” foi utilizado pelo entrevistado Osório Carlos do Nascimento (entrevista no.1), que também destacou o envolvimento de Antônio Machado Sant’Anna com a política municipal e seu papel na Associação de Municípios e nos Congressos Municipalistas realizados na época.

¹⁵ Marco Zeri Ferreira (entrevista no.5).

O Diário da Manhã era um jornal de resistência, ele falava coisas que incomodava a classe política vigente, e daí se criava a ideia de que era um jornal comunista, mas ele nunca foi comunista. Era um jornal progressista, falando sempre dos problemas daqui, das sucessões políticas, dos nossos candidatos, dos prefeitos da época. Quando você é progressista, a oposição te combate te chamando de comunista. Era uma pecha. Ou chamava de fascista. O jornalismo que os Sant'Anna faziam era muito coerente com a época, com os sonhos da juventude brasileira, com os anos dourados, com a época da Bossa Nova, foi toda uma geração que queria o Brasil melhor. E queria tirar o país de uma oligarquia¹⁶.

O próprio jornal, em um editorial de Antônio Machado Sant'Anna, identifica o seu posicionamento nacionalista. Revela o redator-chefe, em consonância com a fala do entrevistado, que “nós somos nacionalistas. Decididamente nacionalistas. Repelimos e o fazemos em total observância aos princípios por que pautamos nossa existência, a conceituação tendenciosa de que ser nacionalista é ser comunista”¹⁷. Também se portava em favor do município, buscando abordar assuntos regionais e em favor da localidade. Segundo o diretor-chefe, a característica do DM seria abordar “a todo instante, assuntos regionais, batendo-se pela melhoria das comunicações entre municípios, saneamento, construção de pontes escolas e hospitais, assuntos políticos, sociais e notícias em geral”¹⁸.

Graficamente, o *Diário da Manhã* sofreu modificações em seu número de página e disposição de notícias. De acordo com a análise feita por Rocha & Zauith (2011), nos primeiros anos de vida do DM, o matutino contava com apenas quatro páginas, em formato tabloide, destinadas à manifestação das opiniões políticas de seus diretores. Era perceptível a foto de capa do jornal, com a imagem do coronel Francisco Schmidt, demonstrando o apoio do periódico ao político da cidade.

Com a modernização das redações durante os anos de 1950, o *Diário da Manhã* abandonou o formato tabloide e adotou o *standard*, com dimensões de 37,5x54cm, aproximadamente. O slogan do jornal deixava visível o novo caráter comercial adotado, voltado ao privilégio da informação, em detrimento à opinião: “Leia e assine o *Diário*

¹⁶ Marco Zeri Ferreira (entrevista no.5).

¹⁷ SANT'ANNA, Antônio Machado. É tempo de definição ideológica sem hesitação em termos situando a posição do autêntico nacionalismo. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.12, 08 de jul. de 1962.

¹⁸ SANT'ANNA, Antônio Machado. Luta continua e sem quartel para o subdesenvolvimento. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 20 de jan. de 1962.

da Manhã. A notícia e a informação como você gosta de ler”. (ROCHA & ZAUIH, 2011).

O periódico possuía circulação diária, com exceção da segunda-feira. Raramente, a sua veiculação era interrompida em mais de um dia da semana, sendo que o fato foi constatado apenas após os dias de Natal e Ano Novo.

Nos anos de 1960, o jornal ainda utilizava o formato *standard* e seu número de páginas foi ampliado em torno de 8 a 12 páginas, variando conforme o aumento da publicidade e durante datas comemorativas (dia das mães, natal, dia das crianças, etc). Na primeira página, o destaque era para os assuntos mais importantes do dia e a fotografia ganhava espaço. Havia, ainda, a presença de textos assinados por Antônio Machado Sant’anna e, por vezes, a página continha um editorial ou transcrições de jornais dos grandes centros urbanos. No cabeçalho de cada edição, a frase “o decano da imprensa ribeirão-pretana” aparecia logo abaixo do nome do diário, como forma de evidenciar a prevalência do matutino na região. Para melhor visualização, consultar “ANEXO B”.

Na segunda página, apareciam os horários do cinema e apresentações teatrais, com resenhas críticas e notícias sobre cultura. Havia uma coluna fixa chamada “Ronda de filmes”, assinada pelo jornalista Osvaldo de Britto, com comentários sobre o mundo do cinema, críticas de filme, ou opiniões sobre famosos. Outro quadro contínuo chamava-se “Coisas que acontecem por esse mundo louco”, destinada à crônica. Também eram frequentes os anúncios publicitários, sendo a página de maior concentração das propagandas comerciais de produtos, ou referências à médicos e serviços da cidade (ver “ANEXO C”).

Em seguida, a página 4 noticiava assuntos destinados às personalidades locais, e levantamento sobre a vida de pessoas famosas, na coluna “Notícias Sociais” articulada por Luis Augusto Sant’Anna (CARNEIRO JÚNIOR, 2002, p. 116). A coluna “Notícias Sociais” aparecia, por vezes, nas páginas 3 e 5. Na mesma folha, também eram veiculados os fatos policiais recorrentes no município, organizados em pequenas notas (consulte “ANEXO D”).

A penúltima página era reservada ao esporte e a última trazia assuntos referentes à política e infraestrutura local, bem como notícias sobre a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Também estava presente o quadro fixo “Atualidades”, assinado por Antônio Carlos Sant’anna, que debatia assuntos políticos, sociais e econômicos de âmbito nacional, regional e internacional. Outra coluna frequente era a chamada “Do

meu canto”, do jornalista Pedro Brando que, em tom literário, discutia sobre acontecimentos diversos, desde política até cinema. A fotografia não era constante nas últimas páginas. Para visualizar a última página do jornal *Diário da Manhã*, ver “ANEXO E”.

É importante salientar que durante os anos analisados, de 1961 a 1967, houve variação no número de páginas das edições, bem como a ausência de determinadas colunas em algumas publicações. Ocorreram algumas mudanças gráficas, como a modificação de tipografias, o uso de demarcações em determinadas notícias e quadros e mudança na localização de algumas colunas. Todavia, essas reestruturações gráficas não representaram significativa mudança na concepção jornalística da publicação. Ou seja, apesar da variação imagética, o conteúdo veiculado permanecia constante, bem como a presença das colunas fixas.

No final dos anos de 1965 e começo de 1966, a escassez da matéria-prima para a fabricação do jornal, o papel, aliada a crise econômica pela qual passava o periódico (com redução no número de assinantes e anúncios publicitários), o *Diário da Manhã* teve que reduzir seu número de páginas e algumas colunas desapareceram. Durante esse período, há um decréscimo de edições que continham textos opinativos, sendo que as notícias passaram a ter privilégio nos espaços da folha.

VI.3. A ATUAÇÃO POLÍTICA DO “DIÁRIO DA MANHÃ”

A análise dos textos opinativos do *Diário da Manhã* parte da edição no. 19.576, do dia 02 de abril de 1961 e se estende até a edição no. 21.332, de 30 de junho de 1967. Levou-se em consideração a lacuna de material nos anos de 1961, 1962 e 1963¹⁹, visto que o Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto não possuía a coleção completa do diário nesse período. Também é importante ressaltar a ausência de material durante de seis meses no ano de 1964 (meses de junho, julho, agosto e setembro), devido à paralisação das atividades do periódico em dois meses (abril e maio), logo após o golpe em 31 de março de 1964, e a consequente perda de exemplares.

Para compreender a atuação política do matutino, é necessário debruçar a análise na própria trajetória do jornal, explicitada anteriormente, como forma de traçar uma linha histórica dos posicionamentos políticos do diário no decorrer dos anos. Visto que

¹⁹ Em 1961, os meses analisados foram: abril, maio, junho, outubro, novembro e dezembro. Já em 1962, estudamos nove meses de jornal (janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto e setembro) e, por último, o ano de 1963, percorreu os meses de abril, maio e junho.

desde o seu nascimento o *Diário da Manhã* demonstrou apoio a específicos setores da sociedade ribeirão-pretana, em consonância com os princípios ideológicos de seus diferentes diretores, os anos de 1960 também é o momento de encontro entre o posicionamento político da época, com as ideias manifestadas pelos textos e discursos do jornal.

Conforme apresentado anteriormente, faremos uma articulação entre os editoriais e demais textos opinativos recortados do *Diário da Manhã*, com as teorias da notícia explicitadas por Nelson Traquina (2005) e Mauro Wolf (2009)²⁰, como as teorias políticas e estruturalistas da notícia, e os critérios de noticiabilidade. O uso desses métodos teóricos facilitou a segmentação dos conteúdos dos textos, bem como ajudou a perceber os interesses do jornal, de acordo com a veiculação de determinados temas. Vale o esforço uma reflexão acerca dos critérios de noticiabilidade aplicados aos editoriais, que foram considerados muito além das especificações teóricas, mas também, como parte de processos e escolhas da própria empresa jornalística, que aglutina e desenha os próprios critérios para mostrar seus interesses. Além disso, utilizamos as propostas teóricas de caracterizações entre editorial, artigo e comentário, ditas por Beltrão (1980) e Melo (1985), que debruçaram suas pesquisas em torno dos textos opinativos jornalísticos por excelência.

Para mais, optou-se por organizar as leituras em partes, que faziam referência aos assuntos tratados pelo jornal e, desse modo, hierarquizar a importância política das opiniões manifestadas. Consideramos o conteúdo autoral dos textos, como forma de observar a frequência com as quais redatores e jornalistas, ou até mesmo transcrições de editoriais de outros jornais das capitais, escreviam no matutino. É importante salientar que o estudo também partiu da observação das ideologias dos demais escritores do diário, visto que era necessário considerar a aproximação ideológica entre os jornalistas e os diretores do periódico.

Alguns conteúdos apareceram somente uma vez durante o período analisado, enquanto outros apresentaram uma constância. Assim, percebemos que os textos opinativos do *Diário da Manhã* dialogam com as situações e acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais do momento, ou seja, estabelecem uma relação entre a

²⁰ Embora seja sabido que as teorias da notícia e da produção noticiosa são fruto de trabalhos de pesquisadores preocupados em observar o texto objetivo das reportagens e das notícias, ao invés de textos jornalísticos opinativos, consideramos que as referências teóricas podem ser aplicadas a esta pesquisa. Esse paralelo entre as correntes de pesquisa e aplicação no presente objeto de estudo é fruto de considerações entre orientador e pesquisadora, que concluíram ser possível a aproximação dessas teorias aplicadas a esta perspectiva de análise.

opinião e as notícias – que veiculam os fatos da atualidade. Agrupamos os temas correlacionados, lendo todos os textos opinativos que apareciam nas edições e, assim, categorizando a atuação política do veículo.

Em resumo, apresentaremos aqui um esboço dos principais autores e escritores dos artigos e editoriais do DM, bem como os conteúdos destacados dos textos. Cada uma das segmentações hierarquizadas será abordada com maior profundidade, levando em conta o período político pela qual o texto foi escrito. Por isso, debruçamos a análise na divisão entre o governo de Jânio Quadros, João Goulart e após a instauração da Ditadura Militar, durante o governo Castelo Branco.

No quadro de principais autores destacados ao longo dos textos analisados, segmentamos os nomes mais recorrentes ao longo dos anos de 1961 a 1967. Para isso, recortamos os nomes dos seguintes escritores:

1- Antônio Machado Sant’Anna: diretor-chefe do *Diário da Manhã*. Entre os anos de 1961 a 1963, percebemos que os textos do autor estavam localizados em um boxe no canto superior direito da página. Posteriormente, a diagramação foi modificada, sendo que os editoriais do diretor apareciam no canto inferior direito, também dentro de um boxe. A tipografia manteve-se constante, caracterizando uma identificação visual e gráfica por parte do jornal.

2- Antônio Carlos Sant’Anna: redator-chefe do *Diário da Manhã*. Durante todo o período analisado, seus textos fizeram parte do quadro “Atualidades”, localizado em boxe identificado pelo logo do quadro, no canto superior direito da última página do jornal. Em raras ocasiões, o quadro “Atualidades” aparecia sem assinatura ou eram transcrições de outros jornais da capital paulista ou do Rio de Janeiro.

3- Autores não identificados (não assinados): localizados na primeira página do jornal, sem localização constante, podendo aparecer no canto superior ou inferior da folha.

4- Outros autores: localizados, geralmente, na terceira página do periódico. Colaboravam com esses artigos intelectuais e pessoas influentes de Ribeirão Preto, como o prefeito da época, Welson Gasparini e o jornalista Luciano Lepera. Os outros filhos de Antônio Machado Sant’Anna também tinham seus textos publicados no jornal, como é o caso de Sérgio Rubens Sant’Anna, Luiz Augusto e Armando Lúcio.

5- Transcrição de jornais: transcrições de jornais das principais capitais paulistas, como é o caso de *A Gazeta*, *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo*; localizados na primeira, terceira página e a última, no quadro “Atualidades”.

Na primeira organização do material, nota-se a predominância dos textos assinados por Antônio Carlos Sant’Anna, comentando acontecimentos relacionados com a manchete de primeira página. Ou seja, o redator dialogava com as notícias informativas veiculadas no jornal, demonstrando atualidade na composição de seus discursos. Diante do levantamento de dados, percebemos que a maioria do conteúdo fazia referência à política, que representava além da própria ideologia e opinião do autor, a identidade e posicionamento do veículo, configurando a política editorial do matutino. A partir de maio de 1961, a coluna “Atualidades” passou a ser acompanhada de uma fotografia de Antônio Carlos Sant’Anna, como forma de esclarecer possíveis controvérsias acerca de quem assinava o quadro.

Há pequena confusão relativa à identidade do responsável por esta coluna, muito embora seja assinada, motivo porque nossa fotografia acompanha a informação ora prestada e passará a sair nos futuros comentários. De princípio não o desejávamos, mas diante dos fatos e do que deles há resultado, fazemos, desde hoje esta apresentação fisionômica a fim de que os interessados fiquem sabendo: Antônio Carlos Sant’Anna é o da fotografia. Não haja mais dúvida²¹.

No período anterior à instauração do golpe civil-militar, a maioria dos editoriais de Antônio Machado Sant’Anna mostravam posicionamentos acerca das questões administrativas municipais. Eram recorrentes opiniões do diretor sobre temas relacionados ao Prefeito da época, bem como a participação ativa do jornalista na presidência da Associação Paulista de Municípios (APM), nos anos de 1960. Desse modo, o diretor dissertava sobre a participação de Congressos Nacionais e Internacionais que visavam discutir o progresso dos municípios, e as atuações da APM em Ribeirão Preto. Segundo o portal da Associação²², a entidade atuava de modo

²¹ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Sobre Cuba-Portugal e política exterior leia reportagem em “Manchete” de 27-5 sobre telefone: julgamento. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 23 de maio de 1961.

²² A Associação Paulista de Municípios (APM) existe até hoje, atuando em Congressos e reuniões que visam à melhoria das cidades. De acordo com as informações institucionais da entidade, a APM tem mais de 60 anos de história, nascida de um movimento na década de 1940, denominado “Bandeira dos Prefeitos”. Sua oficialidade como entidade representativa deu-se em 30 de outubro de 1948. Atualmente, a Associação é representante de 645 municípios do Estado de São Paulo, inclusive Ribeirão Preto. O site

suprapartidário, com o objetivo de defender a ideologia municipalista e o aprimoramento técnico dos responsáveis pela administração municipal. A APM realizava assessoria de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, na defesa da emancipação política e financeira das cidades.

Após a instauração do golpe, nota-se uma queda na quantidade de publicações assinadas por Antônio Carlos Sant'Anna e pelo diretor-chefe, Antônio Machado Sant'Anna. Por ter sido impedido de circular por dois meses depois do dia 31 de março e, tendo Antônio Carlos Sant'Anna obrigado a prestar depoimento no DOPS local, o quadro "Atualidades" era escrito por outros jornalistas da redação do DM. Com a volta do redator às páginas do jornal, os textos passaram a explicar a situação de Antônio Carlos Sant'Anna no DOPS, pelas palavras do próprio jornalista. Já Antônio Machado Sant'Anna começou a realizar viagens até a capital brasileira e, também, viagens internacionais em nome da APM e Aliança Para o Progresso. Por isso, a maioria dos editoriais do diretor fazia referência às suas viagens e experiências particulares.

Nesse momento posterior ao golpe, também há um crescimento na publicação de textos considerados editoriais por excelência, por não possuírem assinaturas (MELO, 1985). Os textos não assinados representavam o posicionamento da empresa jornalística como um todo, inclusive de seus diretores, mas a ausência de assinatura pode demonstrar a preocupação dos donos do jornal ao manifestarem suas opiniões. Retomamos a discussão do hibridismo editorial dos textos do matutino, visto que apesar de os textos serem assinados ou não, a maioria deles era escrita pelos próprios diretores do jornal e, portanto, também faziam parte da opinião pessoal dos jornalistas.

A presença de artigos assinados por jornalistas vinculados ou não ao *Diário da Manhã*, ou até mesmo figuras notórias da cidade que escreviam para a folha, mantém uma constante nos anos de 1961 a 1964. Nesse período, os artigos de outros veículos de comunicação apareciam de modo esporádico, sendo que os editoriais dos diretores do DM detinham o maior espaço na folha. Após o golpe, é possível observar uma ascendência nesse tipo de publicação, como o aumento de transcrições de textos opinativos de outros jornais dos grandes centros urbanos do sudeste. A aproximação do DM com demais diários paulistas consolida a própria opinião do matutino, mostrando a consonância editorial do periódico e de seus diretores, com os representantes da grande imprensa brasileira.

No segundo semestre de 1965, o quadro “Atualidades” sofre mudança em sua diagramação. Anteriormente, a coluna vinha acompanhada de um título para o texto e uma caricatura de Antônio Carlos Sant’Anna no canto superior esquerdo do box; nos meses que se seguiram de junho de 1965 a julho de 1967, não há a presença de títulos e da imagem do redator é retirada. Diante disso, podemos inferir que o *Diário da Manhã* preocupava-se com o espaço utilizado na composição de suas folhas, ou seja, havia o cuidado de priorizar o essencial na produção jornalística do periódico, visto que a página em que se encontrava o quadro “Atualidades” ficou mais “limpa” e com mais espaço para o corpo do texto.

É no período entre julho de 1965 até 1967 que há uma descendência nos textos opinativos presentes na primeira página que, geralmente, eram de autoria de Antônio Machado Sant’Anna. A visível queda dos artigos dá-se, principalmente, pela aposentadoria do diretor-chefe do *Diário da Manhã*.

Há tempos estou em busca de meios para a aposentadoria, após 40 anos de serviços ativos na imprensa. Sempre falta um papel!... Daí o procurador, o chefe da divisão de Benefícios, no IAPC, no edifício do Viaduto Santa Efigênia, em São Paulo. Disseram-me que ali estaria a partir das 14 horas. Dois minutos antes já ali me encontrava e sua secretária informou que não demoraria e ficamos na sala à sua espera. O relógio correu 2:30, três horas e, finalmente, às três e 20 despontava à porta o homem que eu buscava²³.

Além disso, o aumento no preço do papel fez com que o jornal priorizasse as notícias factuais ao invés dos comentários críticos, o que também pode ser o resultado de certa pressão política sofrida das instituições conservadoras. Houve uma perceptível decadência nos textos não assinados e transcrições de outros periódicos (principalmente, do carioca *Correio da Manhã*), sendo que estes passaram a aparecer, em raras ocasiões, na coluna “Atualidades”, de Antônio Carlos Sant’Anna.

Em algumas edições, nota-se a ausência completa de textos opinativos e, até mesmo, da coluna “Atualidades”, como é o caso dos números 20.901, de 1 de janeiro de 1966; no. 20.905, de 8 de janeiro de 1966; no. 20.917, de 25 de janeiro de 1966; entre outros.

Já no esboço dos principais conteúdos comentados pelos textos opinativos do DM, apresentamos a hierarquização básica dos assuntos levantados. Lembramos que no tocante ao estudo qualitativo do texto, levamos em consideração as especificações

²³ SANT’ANNA, Antônio Machado. As falhas da previdência social removidas graças à boa vontade. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, p.1, 19 de jan. de 1966.

temporais em que o texto foi publicado, ou seja, o momento político vivido no período de análise. Vale ressaltar, que alguns editoriais e artigos foram desconsiderados durante o levantamento dos dados, por acreditarmos que eles teriam pouca significância no desenho da atuação política do jornal. Lembramos que os conteúdos explicitados a seguir são um resumo das análises, que compreendem discussões mais amplas e, até mesmo, sendo os segmentos abaixo divididos em áreas subtemáticas específicas, posteriormente.

Política Nacional: assuntos referentes às medidas adotadas pelo Presidente ou por governadores dos Estados, bem como a aplicação e criação de leis, revelação de escândalos e debates entre políticos, além da realização de eleições. É importante destacar que havia ampla defesa pela democracia e por práticas progressistas, por isso eram frequentes as críticas às medidas impopulares ou eleições indiretas. No percurso de nossa análise, esbarramos com comentários sobre a administração de Jânio Quadros, João Goulart e o governo militar de Castelo Branco. Levamos em consideração os depoimentos referentes à questão da Reforma Agrária, que fomentaria discussões durante a vigência de Jango no Executivo.

- Política Internacional: assuntos referentes às medidas adotadas por Presidentes e políticos de outros países, bem como guerras, tratados e acontecimentos. Nos anos de 1960, houve comentários acerca das decisões diplomáticas em relação a Cuba, após a instauração do regime comunista no país. Observamos posicionamentos políticos que relacionavam os acontecimentos internacionais e o reflexo dessas ações em contexto nacional. Durante a análise, priorizamos a compreensão das ideologias envolvidas nos assuntos internacionais e que pautaram, de certa forma, as opiniões manifestadas pelos autores no jornal.

- Política em Ribeirão Preto: assuntos referentes às medidas adotadas pelo Prefeito Municipal, Câmara Municipal, debate entre vereadores, criação e aplicação de leis municipais e acontecimentos que abrangem a região de Ribeirão Preto. No tocante à Política Municipal, vale ressaltar que a presença de Antônio Machado Sant'Anna e Antônio Carlos Sant'Anna, como membros influentes da Câmara Municipal, influenciava a construção textual opinativa dos redatores. Portanto, além do próprio papel de jornalistas, ambos os diretores do jornal teciam comentários políticos sobre

acontecimentos diretos da Prefeitura, sendo personagens das ações. São destacados as regências municipais de Condeixa Filho (de 1961 a 1964) e Welson Gasparini (1964-1969).

- Economia: os assuntos econômicos eram tratados, geralmente, de em consonância com reflexões acerca do plano de governo de presidentes e governadores. Entre os anos de 1961 a 1963, por exemplo, a economia era discutida levando em consideração a inflação brasileira e as medidas de contenção do aumento de preço dos produtos. Posteriormente, as problemáticas abordadas referiam-se aos programas econômicos do ministro Roberto Campos, a estagnação econômica e problemas da balança comercial que influenciavam negativamente nas questões sociais brasileiras.

- Jornalismo e Imprensa: os assuntos da temática centravam-se na explicitação da linha editorial do veículo, considerações acerca do jornalismo do interior, a prática da atividade jornalística e o diálogo que o DM mantinha com outros periódicos de Ribeirão Preto. Dessa maneira, encontramos nesse tema o posicionamento e a ideologia do veículo de modo explícito, destacando a atuação do diário de acordo com o nacionalismo e com os princípios da Doutrina Social Cristã. Além disso, percebemos a posição favorável do DM em relação à liberdade de expressão, como força norteadora da luta contra a exploração do povo e das classes oprimidas. Em tese, inferimos que o jornal tinha consciência de seu papel enquanto veículo de difusão de informação, e formador de opinião e, por esse motivo, destacamos a temática sobre o Jornalismo.

VI.4. O CONTEÚDO DOS TEXTOS OPINATIVOS

Conforme explicitado anteriormente, a hierarquização dos conteúdos dos textos do *Diário da Manhã* levou em consideração as referências sobre teoria da notícia e as escolhas da própria empresa jornalística, bem como as reflexões acerca do jornalismo opinativo. Devido à grande quantidade de material para análise, priorizamos o estudo dos editoriais e artigos que tratavam de assuntos políticos, demonstrando a atuação política do jornal e os posicionamentos de seus diretores de forma explícita. Além disso, houve a necessidade de segmentar os temas em duas vertentes: o pré e o pós-golpe de 1964, como forma de facilitar a compreensão dos temas, diante do momento político vivido no país.

Vale a ressalva de que alguns temas aparecem ora no período anterior à instauração do regime militar, ora no momento posterior ao acontecimento político destacado. Dessa forma, algumas análises centrar-se-ão nos anos de 1964 a 1967, devido à mudança político-administrativa vivida pelo cenário nacional, e os diversos acontecimentos que envolveram o Brasil e a cidade de Ribeirão Preto. Em contrapartida, os anos de 1961 a 1963 também serão vistos de maneira privilegiada, tendo em vista as conturbações governamentais de Jânio Quadros e as medidas políticas adotadas por João Goulart que, posteriormente, precederam a imposição do regime ditatorial militar.

Alguns editoriais e artigos foram desconsiderados durante a análise por não contribuírem, efetivamente, na identificação do posicionamento político do veículo. Mesmo assim, todos os textos levantados foram lidos e fichados, como o intuito de compreender as articulações entre o DM e seus diretores, o jornalismo regional praticado em Ribeirão Preto, a sociedade e a política da época. Entre os temas não contemplados na análise, encontram-se homenagens ao aviador Santos Dumont, discursos proferidos durante cerimoniais de Faculdade, elogios ao aeroclube de Ribeirão Preto, divulgação e lançamento de livros e homenagens a personalidades da cidade. É importante lembrar que o diretor-chefe do diário, Antônio Machado Sant'Anna, atuava como importante figura política no cenário ribeirão-pretano, por isso, muitos de seus editoriais e artigos discursavam sobre seus feitos para a cidade.

Salientamos que as análises de conteúdo aqui relatadas são apenas uma perspectiva de estudo, sendo que novas pesquisas futuras podem trazer novos vieses na contemplação da atuação política do *Diário da Manhã*. Nem por isso, o presente estudo é incompleto, mas faz parte de uma visão recortada dos moldes de representação da realidade por meio de textos opinativos do matutino. Assim como demais pesquisas históricas, entendemos que estudar o passado é um processo em contínua construção e, desse modo, deixamos em aberto para novas perspectivas, que podem ajudar a incrementar a compreensão sobre os fatos de décadas anteriores.

1. Política Internacional

Os acontecimentos envolvendo demais países da América Latina e outros locais além do Brasil foram elencados como parte da temática de Política Internacional. Entende-se que os conteúdos abordados envolvem decisões econômicas, medidas políticas e até mesmo tratados militares em diversos países, que possuem certa influência no cenário nacional. Recordamos que os anos de 1961 a 1967, do qual

centramos nossa análise, fazem parte do contexto da Guerra Fria, interligando os fatos internacionais com as ideologias pregadas pelo capitalismo ou socialismo.

No concerne às manifestações opinativas do DM, os anos de 1961 a 1963, centram-se na discussão da questão cubana e nos diversos acordos e desacordos entre a Ilha e o governo estadunidense. A mudança no sistema de governo de Cuba, para uma República Socialista Democrática, despertou a temeridade dos Estados Unidos e uma consequente ação do presidente norte-americano em declarar invasão às terras de Cuba, demonstrando a força do conflito ideológico existente. Sobre o assunto, o redator-chefe do *Diário da Manhã*, Antônio Machado Sant'Anna foi convidado para prestar esclarecimentos em rede televisa sobre a questão de EUA-Cuba. O pronunciamento do jornalista culminou na produção de um artigo assinado por ele, em que explica seu posicionamento. De acordo com Antônio Carlos Sant'Anna, a mudança de sistema cubano resultou no afastamento do país das Organizações dos Estados Americanos (OEA), como medida defensiva dos demais países capitalistas, ao novo governo comunista. No mesmo artigo, o redator revela seu posicionamento contrário a qualquer invasão a Cuba, visto que a luta de Fidel Castro era em defesa dos interesses do povo.

Enquanto o líder revolucionário cubano esteve defendendo o interesse do seu povo, sem se desintegrar do bloco americanista, éramos de parecer que merecia nosso respeito, nossa máxima consideração, e daí profligarmos qualquer tipo de intervenção em seu país; o reconhecemos em sua luta, a luta do homem sequioso de liberdade, de plena independência para a sua Pátria²⁴.

Ainda sobre o novo regime cubano, Antônio Carlos Sant'Anna posiciona-se, novamente, em favor do povo cubano e em consonância com o reconhecimento do governo brasileiro na autodeterminação da República Socialista Democrática de Cuba. O redator-chefe utilizou das palavras do próprio Fidel Castro, na afirmação de que não houve eleições em Cuba, pois a população assim não desejava. A Ilha acabava de sair de um governo ditatorial da Fulgêncio Baptista e, assim, havia a necessidade de uma rápida mudança no sistema administrativo, como forma de garantir benefícios aos cidadãos. Nas palavras de Fidel Castro, reproduzidas por Antônio Carlos Sant'Anna, o povo teria sido enganado por sessenta anos, em nome de falsas eleições que perpetuaram a ditadura cubana. Por isso, o que mais interessava à população seria o avanço da revolução socialista no país. Afirma o redator:

²⁴ SANT'ANNA, Antônio Carlos. República Social Democrática de Cuba, espinha encravada na garganta das Américas – Necessário o “mea culpa”. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, p.10, 04 de maio de 1961.

O povo cubano está coeso em torno do seu líder e de todos os rincões da terra multidões protestaram contra a intervenção. O Brasil uniu sua voz a dos povos livres, reafirmando, como já dissemos, que está arraigado em nós o princípio de autodeterminação dos povos. Insistir na invasão de Cuba é incidir no erro; já será, de acordo com o povo, rematada burrice²⁵.

Em similar posicionamento, o diretor-chefe do DM, Antônio Machado Sant'Anna, também se demonstrava favorável ao reconhecimento do novo governo de Cuba, chegando até mesmo a viajar para Havana, em comemoração à revolução da Ilha. Em seu editorial de primeira página, “Salvador Lo Sacco péssimo brasileiro”²⁶, afirma o jornalista que Cuba devia muito ao Brasil, pois nossa Nação havia abrigado pessoas que fugiam da ditadura de Fulgêncio Baptista, e o mesmo acontecia inversamente: Brasil devia muito a Cuba, pela festiva recepção. Em outro texto, intitulado “Término sangrento de todos os ditadores”²⁷, o diretor disserta sobre a ânsia de liberdade do homem, visto que “a luta é permanente, pelos povos e pelo próprio homem, na sua condição de ser ansioso pela liberdade, dentro dos postulados democráticos”, e por isso nenhum homem poderia dominar um povo. Desse modo, Antônio Machado Sant'Anna preconiza o governo do ditador Baptista e, mais uma vez, demonstra a sua posição favorável à República Socialista Democrática de Cuba.

No final do ano de 1961, uma nova investida contra a Ilha é marcada para o dia 29 de novembro. Diante de tal ação, Antônio Carlos Sant'Anna se pronuncia desfavorável à medida, vista como uma das “mais inglórias investidas de inconformados e retrógrados contra a própria evolução da humanidade”²⁸. No mesmo texto, o redator também discursa que o povo cubano está dando seguidos exemplos a todos os oprimidos da América Latina e uma invasão à Ilha representava um “ultraje ao Brasil, à Argentina, ao Chile, ao Equador, ao México, a todos os países que exigem respeito à autodeterminação do povo cubano e a não intervenção”. Apesar do descrédito dado à intervenção cubana, na data marcada para a investida não há textos que discursam sobre o acontecimento no país.

²⁵ SANT'ANNA, Antônio Carlos. Fidel: “Ladrões e Mediocres durante 60 anos!”. Inverteram os papeis na Câmara; os venais são outros... – Transferência da palestra na CM. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 14 de maio de 1961.

²⁶ SANT'ANNA, Antônio Machado. Salvador Lo Sacco péssimo brasileiro. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 18 de maio de 1961.

²⁷ SANT'ANNA, Antônio Machado. Término sangrento de todos os ditadores. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 03 de jun. de 1961.

²⁸ SANT'ANNA, Antônio Carlos. Invasão de Cuba com data marcada assunto para amplo esclarecimento. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 21 de nov. de 1961.

Em 1962, San Thiago Dantas participa de reuniões da OEA, discutindo sobre o caso cubano e os demais cenários políticos internacionais. Nesse momento, o ministro das Relações Exteriores pronuncia-se favorável à autodeterminação de Cuba e mantém-se neutro na questão da retirada da ilha da Organização. Na análise de Antônio Carlos Sant’Anna, o Brasil iria manter seu posicionamento ao não intervencionismo²⁹. O apoio do DM à postura de San Thiago Dantas é reafirmada em outros editoriais, como é o caso de “San Thiago Dantas, diplomata e jurista emérito, dominou em Punta Del Este!”³⁰ e “Importantes declarações do ministro San Thiago Dantas ao Diário da Manhã e saudação a Ribeirão Preto e São Paulo”³¹, da qual mostra a firmeza nos pronunciamentos do ministro em favor da Ilha, durante a Conferência da OEA.

O caso revolucionário de Cuba foi debatido por Antônio Carlos Sant’Anna em palestra realizada na sede da União Geral dos Trabalhadores (UGT), em Ribeirão Preto. O redator levou suas considerações ao operariado da cidade, que resultou na veiculação do texto “Sentimos a consciência operária durante nossa palestra realizada na UGT debatendo Brasil –Cuba-OEA”³², discorrendo sobre o despertar da consciência dos trabalhadores sobre as questões internacionais e a aproximação da Revolução Cubana, com os princípios da Reforma Agrária. A presença de Antônio Carlos Sant’Anna em pronunciamentos em sedes da classe operária denota a aproximação do redator-chefe do DM e, conseqüentemente, dos próprios ideais do jornal, com as causas trabalhistas, manifestadas através de debates sobre a mudança de sistemas políticos, bem como a luta em prol do operariado brasileiro.

O redator-chefe também destaca a importância do jornal tratar de assuntos internacionais, principalmente, relativos às reuniões da OEA e os acontecimentos cubanos. Na visão do jornalista:

Jornal que não comenta Cuba, reunião da OEA, as atitudes do departamento do Estado, dentro do seu ponto de vista, mas sem fugir da linha da verdade, não é jornal, não é nem pasquim; querem saber, nem existe... E o principal no bom jornal é salientar os fatos se possível com antecipação, relatar os

²⁹ SANT’ANNA, Antônio Carlos. O Ministros das Relações Exteriores do Brasil efetuou ontem importantes declarações quanto à posição a ser adotada na reunião do Uruguai. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 06 de jan. de 1962.

³⁰ SANT’ANNA, Antônio Carlos. San Thiago Dantas, diplomata e jurista emérito, dominou em Punta Del Este!. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 03 de fev. de 1962.

³¹ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Importantes declarações do ministro San Thiago Dantas ao Diário da Manhã e saudação a Ribeirão Preto e São Paulo. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 04 de fev. de 1962.

³² SANT’ANNA, Antônio Carlos. Sentimos a consciência operária durante nossa palestra realizada na UGT debatendo Brasil –Cuba-OEA. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p. 8, 1 de março de 1962.

acontecimentos, antevendo os outros, fatalmente gerados pelo foco; e concluir, revelando as jogadas internacionais, estudando suas faces gerais, ou, mais explicitamente, sob aspecto político-sócio-econômico, do qual não pode fugir o jornalista que se preza, que é Jornalista, e não simplesmente o que possui carteira de jornalista, que desses tipos o país anda cheio, em todos os sentidos³³.

No período pós-1964, o DM continua manifestando seu posicionamento em favor da autodeterminação do povo cubano e contra a intervenção americana na Ilha. Como exemplo, podemos citar a invasão dos estadunidenses na cidade de São Domingos, na República Dominicana, que aparece em uma série de comentários. Entre os meses de janeiro a junho de 1965. A invasão dominicana pelos Estados Unidos tinha como objetivo a deposição do presidente Juan Bosch, legalmente eleito pelo povo, em 1963. Os americanos estavam temerosos com o avanço do comunismo e a possível implantação dessa política em outro país latino-americano, impulsionados pelo sucesso da empreitada de Fidel Castro em Cuba. Assim, o presidente americano, Lyndon B. Johnson, juntamente com a OEA, decidiu invadir São Domingos, em 28 de abril de 1965, enviando mais de 22 mil soldados com o objetivo de reestruturar a ordem no país.

O governo brasileiro, que recebeu apoio dos Estados Unidos em 1964, na sua missão de derrubar o governo João Goulart, logo se mostrou simpático à invasão que os EUA realizaram na República Dominicana em 1965. Entretanto, a esquerda nacional manifestou-se contra o envio de tropas brasileiras ao Caribe e em todo o território nacional. Manifestos e pichações surgiram nas ruas, inclusive na cidade de Ribeirão Preto, com os dizeres “Não iremos a São Domingos” (PAULINO, 2012).

Diante do presente contexto bélico e invasivo, o *Diário da Manhã* posiciona-se contra a medida dos EUA, pelo caráter ditatorial e repressivo de tomada de poder. Para Antônio Carlos Sant’Anna, os americanos estavam privando a liberdade dominicana, com a utilização da força bruta, fato que devia ser contestado. O redator afirma que combater o extremismo é necessário, mas não através da invasão autoritária em um país. Na visão do jornalista, o mesmo poderia acontecer no Brasil, caso os estadunidenses resolvessem invadir o país, em nome da democracia e contra o extremismo. Ressalta o Antônio Carlos Sant’Anna que a democracia é a essência da liberdade, “então como entender-se e mesmo desculpar-se violências cometidas em seu nome?”³⁴.

³³ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Nem todas as lições de João XXIII têm sido compreendidas, apesar de claras. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p. 8, 04 de março de 1962.

³⁴ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Atualidades. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 05 de maio de 1965.

Ainda na questão da invasão de São Domingos, o jornal posiciona-se contra o envio de brasileiros às terras caribenhas. Entretanto, a medida adotada por Castelo Branco foi cooperar com os Estados Unidos e enviar soldados ao Caribe, demonstrando um afastamento entre os atos praticados pelo Estado brasileiro e o posicionamento político do DM.

A invasão da República Dominicana pelos Estados Unidos foi o assunto escolhido para a reabertura da coluna “Opinião-Crítica-Debate”, em 11 de maio de 1965. O quadro havia sido fechado logo após o dia 31 de março de 1964, pois trazia assuntos relacionados com a política nacionalista. Localizado na terceira folha do jornal, a reabertura da coluna traz a transcrição do artigo “O Doutor Fantástico em Ação”, de Otto Maria Carpeaux, do diário carioca *Correio da Manhã*. Para o DM, “Opinião-Crítica-Debate” tem um caráter polêmico e altamente democrático, devendo encontrar ressonância que normalmente vinha obtendo até quando temporariamente a encerramos”³⁵. Tanto a transcrição de Otto Maria Carpeaux e o DM coincidem suas opiniões no referente à questão dominicana, demonstrando as aproximações do jornal do interior paulista, com um veículo da grande imprensa do Rio de Janeiro.

Percebe-se a influência do nacionalismo na política editorial do *Diário da Manhã* e comentários de seus diretores, em sintonia com os artigos publicados por jornalistas ou transcritos de outros veículos. Esse princípio norteia os principais assuntos sobre a política internacional, além de criticar as medidas adotadas pelo governo estadunidense, como a repressão aos movimentos populares e as políticas de interferência, o chamado “imperialismo norte-americano”. Antônio Carlos Sant’Anna destaca que se acontecesse no Brasil a mesma invasão articulada no Caribe, o nacionalismo e a ânsia pela liberdade fariam com que lutássemos pela emancipação.

Se aqui pisassem russos ou americanos, japoneses ou chineses, seriam um povo só, uma nação unida a lutar pela liberdade, pela independência e pelo direito inalienável que temos de gerir nós mesmos nossas vidas. Quem raciocinar assim não pode estar a favor da invasão de São Domingos [...]”³⁶.

Vale a ressalva de que apesar de financiado pela “Aliança Para o Progresso” e compartilhar de ideais que aproximavam EUA do Brasil, Antônio Machado Sant’Anna mantinha seu posicionamento a favor da autodeterminação cubana, já preconizado

³⁵ SEM AUTOR. Opinião-Crítica-Debate: reabertura de uma das nossas mais importantes colunas para exame de fatos transcendentais da política. *Diário da Manhã*, 1 de maio de 1965.

³⁶ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Atualidades, *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, p.8, 14 de maio de 1965.

desde o ano de 1961. Temos, então, dois vieses de posicionamento analítico-político: o primeiro, referente ao caso específico cubano e à política intervencionista americana; de outro lado, as aproximações entre EUA e Brasil para a melhoria das condições de vida, através da implementação de medidas administrativas baseadas em conceitos norte-americanos.

Antônio Machado Sant’Anna, financiado pelo programa “Aliança para o Progresso”, realizava viagens pelos estados norte-americanos, com o objetivo de identificar propostas políticas e estruturas de organização urbana. Para o diretor-chefe, havia pouco conhecimento no tocante ao projeto, sendo que o “seu fundamento principal reside no princípio de que a liberdade e a democracia representativa assegurem as melhores condições para satisfazer os anelos do trabalho, teto e terra, escola e saúde, dando ao homem condições dignas de vida, como fundamento da civilização”³⁷.

Dentro do programa “Aliança para o Progresso”, o diretor também defende a integração de municípios entre o Brasil e Estados Unidos, em um programa de “cidades-irmãs”. Segundo o autor, o programa possuía “caráter municipalista, com a difusão dos sentimentos fraternais. Um programa do povo para o povo”³⁸. A cidade-irmã de Ribeirão Preto, dita por Machado Sant’Anna, seria San Leandro. Os relatos de viagens e as declarações pessoais do jornalista também enaltecem a cultura americana e salientam a qualidade de vida dos cidadãos.

Ao mesmo tempo, no final do ano de 1965, Antônio Carlos Sant’Anna critica o programa “Aliança para o Progresso”, demonstrando um afastamento de ideologias entre os dois editores do DM. Para o redator-chefe, o programa de Kennedy não realizada mais do que promessas, sendo que o seu plano econômico já havia sido superado e ainda existiam países em subdesenvolvimento. Nota-se, portanto, um particular afastamento dos posicionamentos entre os diretores, visto que as opiniões acerca do programa “Aliança para o Progresso” destoam durante a análise dos textos.

[...] tudo o que consideramos superado pela Aliança para o Progresso, especialmente no concerne ao terreno da promessa, em que referida Aliança é mestre, pois, os fatos estão demonstrando sobejamente, poucos temos tido de prático quanto à aplicação em favor do desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos, mas, em contrapartida, ajuda à guiza de assistência social no pior sentido não tem faltado. Isto porém, não leva a coisa

³⁷ SANT’ANNA, Antônio Machado. Combate à “Aliança Para o Progresso”, obra de masoqueiros e de marginais. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 26 de abril de 1962.

³⁸ SANT’ANNA, Antônio Machado. O que é o Programa cidades-irmãs para melhor entendimento entre os povos, **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 4 de fev. de 1965.

alguma, razão porque continuamos subnutridos e subdesenvolvidos no plano econômico³⁹.

No mesmo período, mais precisamente em 17 de novembro de 1965, o Rio de Janeiro recebeu a conferência OEA. Tendo a Organização dos Estados Americanos participado da invasão em São Domingos, a reunião na cidade carioca passou a receber comentários por parte de Antônio Carlos Sant’Anna, na coluna “Atualidades”. Curiosamente, ao mesmo tempo em que tecia críticas à atuação política da OEA, o redator-chefe também conseguiu relatar fatos políticos nacionais, como a ausência de um ilustre brasileiro, do qual o nome não é citado, devido ao seu desaparecimento.

Devemos considerar que o afastamento das opiniões entre os diretores do *Diário da Manhã*, Antônio Machado Sant’Anna e Antônio Carlos Sant’Anna, demonstra a autonomia por parte dos jornalistas que regiam o periódico. Ainda assim, o posicionamento do referido jornal no concerne aos assuntos relacionados à Política Internacional são norteados pela forte presença do nacionalismo em conjunto com o desenvolvimento econômico das nações, além de comentários contra as medidas intervencionistas dos Estados Unidos.

2. Política Nacional

Para conceber a análise dos textos opinativos referentes às questões de Política Nacional, enfrentamos o problema da multiplicidade de conteúdos presentes nas páginas do DM que se encaixavam como subtemas da hierarquização aqui proposta. No montante de material recolhido, observa-se que a maioria dos textos centra as discussões no tocante à administração nacional e às medidas tomadas no Congresso Nacional. Dessa forma, priorizamos tratar aqui os editoriais e artigos que se referem aos governos presidenciais e aos percalços enfrentados pelo Executivo e, em certa medida, os debates acerca das condições estaduais.

Com a tomada de poder pelos militares, em 1964, houve uma ampliação do debate em torno dos sistemas de governo, evidenciando novas discussões no sistema político nacional. É importante ressaltar que durante o levantamento de dados, não encontramos nada documental sobre a presença de censura prévia no periódico, por isso, as manifestações veiculadas nos editoriais e artigos são parte de reflexões dos próprios diretores acerca do regime, sem a interferência direta de um poder censor na redação.

³⁹ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Atualidades, *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, p.8, 25 de nov. de 1965.

Ainda assim, devemos considerar que o próprio contexto político, além do fechamento do matutino por dois meses após a instauração do golpe, contribuiu para pequenas modificações nos posicionamentos enfáticos dos diretores.

Diante dessas prerrogativas, faremos um esboço dos conteúdos tratados nos textos opinativos do DM, como forma de situar o diário dentro dos acontecimentos políticos do país. Posteriormente, há uma subdivisão temática, revelando as principais discussões acerca da Política Nacional, bem como a mudança de governo no decorrer dos anos de 1961 a 1967. Destacamos nos subtemas: Jânio Quadros; João Goulart e as Reformas de Base; Juscelino Kubistchek; Carlos Lacerda; e Ditadura Militar: o governo Castelo Branco.

Damos ênfase aos conteúdos de Política Nacional por perceber que é nessa temática que aparecem os posicionamentos políticos explícitos do DM. A opinião dos diretores Antônio Machado Sant'Anna e Antônio Carlos Sant'Anna é evidenciada no decorrer dos textos, demonstrando o posicionamento da empresa jornalística nas questões políticas nacionais. Dessa forma, através da leitura dos editoriais e artigos é possível traçar a ideologia e propostas administrativas ditas pelo diário.

As manifestações opinativas no DM são concentradas em análises dos feitos e ações dos homens públicos e não propriamente a figura pessoal do político, de acordo com as palavras de Antônio Carlos Sant'Anna. Além disso, enfatiza o redator que o jornal não pede o apoio de ninguém, mas as opiniões veiculadas previnem “o povo contra a exploração, contra a demagogia, contra a malversação do dinheiro público, contra os que, pobres medíocres, mal formulam uma palavra em defesa do interesse coletivo, mas que serão capazes (do que não serão?) de escrever uma enciclopédia na satisfação de sua vaidade, de seu interesse pessoal”⁴⁰.

Os comentários favoráveis à liberdade democrática aparecem como forma de manifestação da ideologia dos diretores do jornal. No texto “Resposta missiva ao português”⁴¹, o redator-chefe Antônio Carlos Sant'Anna expõe sua opinião acerca da ilusão de liberdade que temos em nosso país. Segundo as palavras do jornalista, deve-se respeitar o governo democraticamente eleito pelo povo e não atentar contra a escolha da maioria. Para Sant'Anna:

⁴⁰ SANT'ANNA, Antônio Carlos. Sobre Cuba-Portugal e política exterior leia reportagem em “Manchete” de 27-5 sobre telefone: julgamento popular. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.10, 23 de maio de 1961.

⁴¹ SANT'ANNA, Antônio Carlos. Resposta ao missivista português. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.10, 20 de maio de 1961.

Pátria livre é o que eu desejo para o meu Brasil; livre, inclusive, do desejo de possuir o controle da liberdade alheia, do pensamento alheio, da honra alheia, da honestidade alheia. O que nos adianta gritar a pleno pulmão que somos livres, independentes, honestos, briosos, cumpridores de nossas obrigações, quando isso não é verdade ou quando apenas parte disso é verdade?⁴²

O posicionamento acima explicitado dialoga com as colocações de Antônio Carlos Sant’Anna, na medida em que o passo para a emancipação nacional só é possível através de práticas políticas coesas. O redator-chefe ao dizer que irá prevenir o povo contra a demagogia e a malversação do dinheiro público, também destaca outro filão de comprometimento do jornal: a denúncia de irregularidades na administração pública e os comentários acerca de questões sobre escândalos políticos, como casos correntes de corrupção. O jornal manifestava seu descontentamento e dizia “cadeia para essa gente. Para todos os corruptos”⁴³. O mesmo ideal é compartilhado pelo diretor-chefe Antônio Machado Sant’Anna, que postula o jornal como uma “espécie de funil, onde todos mandam as suas queixas, aspirações e indicações, devendo passar pelo filtro da direção e veiculadas quando fala mais alto o interesse da coletividade”⁴⁴.

Os diretores também criticavam ações de entidades reacionárias, como o Movimento Anticomunista (MAC), que agia de modo extremo no combate às práticas simpatizantes à esquerda, como os movimentos da União Nacional dos Estudantes (UNE). Afirma Antônio Carlos Sant’Anna, que o MAC “não é coisa de homem; pelo menos não pode ser de homens amadurecidos, acostumados aos duros embates da vida e que raciocinam clara e objetivamente. Tem que ser, é – não há dúvida – originário daqueles reacionários ultradireitistas, de que tanto temos falado, perigosos como os da extrema esquerda”⁴⁵. O redator ainda salienta que o medo do comunismo desencadeava tais ações extremas, como se a ideologia esquerdizante já estivesse “ditando ordens entre nós definitiva e indiscutivelmente”⁴⁶.

Em outro texto, Antônio Carlos Sant’Anna discorre que a ideologia dos grupos conservadores resulta no sufocamento de brasileiros desejosos na defesa dos interesses

⁴² Idem, *ibidem*.

⁴³ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Corrupção dos encasacados. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 10 de out. de 1964.

⁴⁴ SANT’ANNA, Antônio Machado. Medidas drásticas que se fazem imprescindíveis. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 11 de out. de 1961.

⁴⁵ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Urge providenciar contra a onda reacionária ultradireitista que invade o país e agride os estudantes. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 09 de jan. de 1962.

⁴⁶ Idem, *ibidem*.

nacionais. Colaborando com a visão apresentada por Marco Zeri Ferreira⁴⁷, o autor defende que "nem tudo é comunismo. Muitas vezes, ações absolutamente cristãs, mas socialistas, embora se assemelhem ao socialismo vermelho, dele nada tem. E o fato transpira, deixando o lugar comum, para, como exemplo, ligar-se em parença ao que muitos julgam extremismo esquerdista"⁴⁸. O jornalista também defendia uma maior organização por parte dos brasileiros nacionalistas, a fim de evitar a irrupção de um movimento armado por parte da direita. Dessa forma, cabia aos representantes dos ideais do povo buscar "na politização da massa, nas reformas de base, sob pressão contínua, o encontro da solução para o grave problema da exploração do homem pelo homem"⁴⁹.

Destacamos que os referenciais opinativos e as temáticas abordadas são modificados com a imposição do regime ditatorial, em março de 1964. Já no final do ano de 1961 e 1962, percebemos que o DM já atentava para a tomada do Poder Público, pelas mãos de um grupo conservador de direita, um "golpe direitista que não visa propriamente as esquerdas; o seu objetivo não é outro senão a sustentação própria"⁵⁰. De acordo com os princípios democráticos e libertários do diário, a instauração arbitrária de um novo regime no Brasil era dissonante com as necessidades do povo. Na perspectiva do DM, o golpe já estava em processo de consolidação, sendo um "movimento direitista, da reação, contra o povo"⁵¹. Diante da perspectiva golpista, o jornal reafirmava o posicionamento nacionalista e evidenciava seu afastamento da ideologia comunista (como já explicitado, nacionalismo e comunismo eram, muitas vezes, utilizados como sinônimos), chegando até mesmo a falar que "o combate ao comunismo há de ser realizado por nós mesmos, dentro dos princípios do estado democrático, não havendo necessidade de sujeição ao povo a desastrosos regimes de exceção ou extralegais"⁵².

⁴⁷ Marco Zeri Ferreria (entrevista no.5).

⁴⁸ SANT'ANNA, Antônio Carlos. Com o terrorismo da extrema direita a advertência do presidente brasileiro vigora: "ano de homens de calças compridas". **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 12 de jan. de 1962.

⁴⁹ SANT'ANNA, Antônio Carlos. Importante concentração na noite de hoje na qual deverão comparecer líderes classistas autêntico, para debates. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 22 de maio de 1962.

⁵⁰ SANT'ANNA, Antônio Carlos. "Há um golpe de direita em preparo!", advertência do bispo de Santo André. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 12 de nov. de 1961.

⁵¹ SANT'ANNA, Antônio Carlos. Há um movimento reacionário em marcha para o qual chamamos a atenção do povo. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 29 de maio de 1962.

⁵² SANT'ANNA, Antônio Carlos. Pronuncia-se contra qualquer ditadura o general Osvaldo Ferreira Alves, atual comandante do I Exército na Guanabara. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 30 de maio de 1962.

A articulação para a imposição de um regime ditatorial no Brasil também trazia discussões sobre o cerceamento da liberdade de expressão, com a introdução de órgãos fiscalizadores, práticas comuns em governos autoritários de exceção. Destaca o veículo que há a lembrança da existência do Departamento de Imprensa e Protaganda (DIP), e demais órgãos de controle sindical e estudantil, representando “pleno fascismo em ação, erguendo o braço truculento de policiais nem sempre honestos em informações, contra um povo indefeso e por natureza, massacrado por um regime iníquo, praticado por falsos democratas”⁵³.

As considerações sobre os diversos acontecimentos envolvendo a trama golpista serão explicitadas nos subtemas que se seguem, como forma de ampliar a análise sobre o posicionamento do periódico. Vale ressaltar que o jornal possuía consciência de sua atuação política na sociedade ribeirão-pretana, bem como o papel desempenhado pelo jornalismo do interior. Os diálogos entre o matutino e a sociedade da época, principalmente no concerne às críticas feitas pelo matutino aos diversos acontecimentos políticos, destacava a aproximação do periódico com as necessidades do povo. De acordo com o próprio DM, “as classes conservadoras, os indiferentes ao sofrimento do povo e os que apreciam a confusão, começam a ver no jornal uma espécie de adversário”⁵⁴, transcendendo os limites espaciais do impresso, para tornar-se uma luta social.

2.1. Jânio Quadros

Diante dos posicionamentos apresentados anteriormente, podemos perceber que a atuação política do *Diário da Manhã* valia do argumento em favor do regime de direito, democraticamente escolhido pelo povo e pautado nos princípios de liberdade. Ademais, o sentimento progressista e nacionalista que imperava nas opiniões dos diretores do jornal aproxima a ideologia do veículo com a visão esquerdista, embora a afirmação do DM concentre-se em definir que o matutino não era comunista.

Dessa maneira, podemos inferir algumas considerações sobre o governo Jânio Quadros, diante da posição política do diário. Iremos explorar as edições de janeiro a agosto de 1961, quando ocorreu a administração janista e, posteriormente, os anos de

⁵³ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Garantir o povo contra os extremistas é uma coisa, mas libertar os fascistas é outra muito diferente; daí a denúncia. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 30 de jun. de 1962.

⁵⁴ SANT’ANNA, Antônio Machado. Nem tudo é fácil para o jornal que se quer manter independente. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 08 de jun. de 1962.

1962 e 1963, época em que o ex-presidente renunciante disputou a candidatura para governador do Estado. Ressaltamos que a escolha do recorte temporal deu-se posteriormente à leitura de todos os exemplares da folha, de 1961 a 1967. Percebemos que o número de textos opinativos que tratavam do tema denominado “Jânio Quadros” foi constante nos primeiros anos de análise e, por isso, pouco se comentava acerca do político após a instauração da Ditadura Militar, em 1964.

Algumas edições não puderam ser analisadas, devido à ausência de material no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. O mês de agosto de 1961, por exemplo, foi perdido nos arquivos da cidade, comprometendo o estudo do DM, pois a data era de significativa importância, por causa da renúncia de Jânio Quadros. Mesmo assim, evidenciamos posicionamentos pertinentes diante do ato do ex-presidente, além dos próprios comentários políticos do DM, oriundos das medidas administrativas do governo janista, que formaram a perspectiva ideológica do jornal esboçada nesta pesquisa.

O entrosamento do DM com a política janista é expressa através da afirmação favorável do diário em relação às medidas administrativas propostas pelo presidente e à ideologia de Jânio. De acordo com o matutino, havia uma interpretação errônea de que o líder do Executivo era comunista, por apoiar a autodeterminação do povo cubano, mas o que importava é que ele era “um homem cômico de nossas necessidades e, sobretudo, um homem que saiba o que podemos impor no regime de troca, da compra e venda e, muito importante, no campo político internacional”⁵⁵.

Os editoriais e artigos contemplados no período de abril, maio e junho de 1961, não discursam diretamente sobre Jânio Quadros. Desse modo, é após a renúncia do presidente e sua campanha para ocupar o cargo de governador de São Paulo, em 1962, que se intensificam os comentários acerca do ex-chefe da Nação. Lembramos que devido à ausência de material no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, algumas edições foram perdidas e não fizeram parte desta pesquisa. Por isso, temos uma lacuna nos meses de julho, agosto e setembro de 1961, nos exemplares do DM. Em editorial de Antônio Carlos Sant’Anna, é perceptível o acompanhamento do jornal nos acontecimentos nacionais que envolviam a candidatura de Jânio Quadros. Comenta-se que Jânio iria voltar ao poder e “adiantam os arautos do retorno janista que o ex-

⁵⁵ SANT’ANNA, Antônio Carlos. O Brasil e a exportação açucareira na fase da diversificação agrícola. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 05 de maio de 1961.

presidente concorrerá às eleições para o governo do Estado”⁵⁶, concorrendo com o adversário Adhemar de Barros.

Ainda sobre as eleições para líder de Estado, comenta o DM sobre a ação do então governador de São Paulo Carvalho Pinto, de tornar a votação indireta. Segundo a opinião do jornal os deputados pretendem “eleger por votação indireta o substituto do governador. – E por quê? – Para garantirem-se, nada mais!”⁵⁷. O periódico ainda afirma a sua discordância com Carvalho Pinto, afirmando que tal medida configurava um golpe contra o povo.

Não somos a favor do candidato do sr. Carvalho Pinto. Isso pouco importa; o que interessa, é não concordar com o golpe baixo pretendido pelos atuais deputados. Constitui-se autentica imoralidade, indecência flagrantemente configurada pela má intenção do salve-se quem puder⁵⁸.

O método de eleições indiretas proposto por Carvalho Pinto desfavoreceu a opinião do DM em relação ao governador do Estado de São Paulo. Apesar disso, o jornal não se diz contra o político, explicando o seu posicionamento afastado do chefe do Estado ao dizer: “Entendam-nos: não estamos, nem somos contra Carvalho Pinto; nem há porque. Estamos, isso sim, reprovando os métodos postos em prática e que incidem um pernicioso rameirão que tantas desilusões já nos trouxeram”⁵⁹. De acordo com o *Diário da Manhã*, a preocupação de Carvalho Pinto com a candidatura de Jânio Quadros afastava o governador do povo. Na opinião do veículo, “O objeto direto de preocupação de qualquer governo deveria ser a massa, mas, na atual conjuntura, o governador não consegue desvincular o egoísmo que o envolve”⁶⁰.

Em fevereiro de 1962, o jornal esboça considerações acerca da renúncia de Jânio Quadros. Diz o próprio DM, que deixar o poder do Executivo nas mãos de João Goulart revelava alto grau de politização dos brasileiros e dos militares. Apesar de criticar o parlamentarismo vigente, o matutino acreditava que deixar Jango com o cargo de presidente era a prova da soberania popular, que tinha ido às urnas eleger o chefe da

⁵⁶ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Reacionários tentam subverter a ordem. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 14 de dez. de 1961.

⁵⁷ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Eleição indireta do governador imoralidade pretendida ontem ludibriando novamente o povo. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 04 de jan. de 1962.

⁵⁸ Idem, ibidem.

⁵⁹ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Quando o governador souber quem editou o boletim que circulou ontem na cidade perguntará: “Estás comigo ou contra mim?”. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 16 de março de 1962.

⁶⁰ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Em prejuízo de seus próprios interesses PTB e PSP lançaram candidatos próprios, beneficiando ainda mais o governador. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 09 de maio de 1962.

Nação e seu substituto. Destaca o periódico que “houve quem desejasse subverter a ordem imutável do espírito democrático e houve, até, manifesto público ameaçando de prisão o sr. João Goulart, assinado por três militares”⁶¹, mas que o Brasil demonstrou esforço em manter a posição legalista.

A defesa do governo de Jânio Quadros é expressa mesmo após a sua renúncia. No texto de Antônio Carlos Sant’Anna, o jornalista afirma que “talvez Jânio Quadros não estivesse inteiramente errado no processo adotado; poderia ter sido um pouco mais brando, agindo através de métodos persuasórios que poderiam representar concessão, mas que, no fundo, seriam conquistas”⁶². Desse modo, o governo alcançaria os ideais a favor do povo e da democracia, características cobiçadas na administração janista. Mesmo assim, o veículo revela que após a renúncia de Jânio considerou “surpreendente decisão do sr. João Goulart concordando em aceitar o enxerto parlamentarista para evitar uma revolução sangrenta, entramos em fase inteiramente distinta de sistema de governo”⁶³, pois teríamos, agora, um Gabinete de Ministros liderados por um premier, dividindo as responsabilidades do Executivo e mantendo o presidente da República afastado do Congresso Nacional.

Diante do regime parlamentarista, o DM posiciona-se contra a atual forma de governo, mesmo tendo afirmado anteriormente que considerava uma soberania popular e militar o fato de João Goulart subir ao poder. Ressaltamos que o jornal apoiava o presidente Jango e, por isso, defendia a tese da concentração política nas mãos do Executivo, através do regime presidencialista. O diário apoiava o plebiscito para decidir o regime de governo, escolhendo o presidencialismo ou o parlamentarismo.

(...) o mais grave, no atual regime, é certamente a ausência de responsabilidade pelo caos reinante; em especial, pelo fato de o próprio presidente da República não ser, como de fato não é, responsável por nada do que ocorre; mas, infelizmente, distorcendo a verdade, mistificadores pretendem imputar-lhe como se a ele pertencesse, a paternidade dos acontecimentos em nos situamos e, todos sabemos esta pertence ao Congresso, principalmente, e em seguida, ao Gabinete de Ministros⁶⁴.

⁶¹ SANT’ANNA, Antônio Carlos. O exemplo legalista do Brasil não serviu para o sr. Frondizi. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 10 de fev. de 1962.

⁶² SANT’ANNA, Antônio Carlos. Se as forças ocultas de fato não existem, sofrimento e exploração do povo brasileiro não passa de algo abstrato e pura invenção. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 13 de fev. de 1962.

⁶³ SANT’ANNA, Antônio Carlos. O Congresso desmoralizará as cúpulas partidárias caso aprove San Thiago. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 27 de jun. de 1962.

⁶⁴ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Vai haver plebiscito muito breve e descansem os temerosos: o golpe pretendido fracassará novamente. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 12 de ago. de 1962.

Um ano após a renúncia de Jânio Quadros, o periódico traz considerações acerca do fato político, reafirmando que o ato do então presidente da República foi parte de uma “imposição militarista, do desejo inequívoco de transformá-lo em um boneco”⁶⁵. O jornal reitera que o político se retirou do governo por não ter condições de governar decentemente, diante das imposições que lhes eram atribuídas.

Renunciou – espetacularmente – levando a responsabilidade os homens que esperam dele um fantoche que não é. E renunciando, Jânio convocou-nos no sério dilema nacional de terem de abrir o jogo, de se mostrarem ao povo tal qual são! (...) Jânio não chegou a ser “suicidado”, porque renunciou. Para manter o regime inviolado⁶⁶.

Para completar, o DM revela que há um ano defendeu, e continuava defendendo, a posse de um substituto legal, respeitando a Constituição brasileira e a livre manifestação democrática do povo, através das eleições. A atitude renunciante de Jânio Quadros deveria ser encarada como uma medida política e, por isso deveríamos manter o presidente “vivo na lembrança dos brasileiros, (...) pelo que realizou pelo Brasil, pelo operariado, por nossos filhos”⁶⁷. De acordo com o DM, se a renúncia de Jânio Quadros traiu alguém, certamente não teria sido o povo, pois afirma o diário que o presidente era capaz de colocar um “freio nos abusos de que é presa a espoliada coletividade desse pobre país”⁶⁸.

Curiosamente, o jornal posiciona-se contrário a algumas medidas adotadas por Jânio Quadros, durante a campanha para ocupar do cargo de governador do Estado de São Paulo. Percebemos, então, uma mudança no posicionamento do DM, já no período após a renúncia de Jânio. A justificativa dada pelo diário era de que as constantes mudanças de opinião do ex-presidente trouxeram descrédito ao político. O jornal chega a comparar as propostas do renunciante com as de Juscelino Kubistchek, dizendo que o primeiro nunca terá o espírito estadista do segundo. Ainda assim, o matutino ressalta o carisma popular de Jânio Quadros e o modo como ele conquista às massas, com pronunciamentos contra adversários e antecessores políticos, que antes eram seus

⁶⁵ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Jânio não chegou a ser “suicidado” porque renunciou para manter o regime inviolado. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 25 de ago. de 1962.

⁶⁶ Idem, ibidem.

⁶⁷ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Getúlio e Jânio: duas renúncias inseparáveis devido ao seu conteúdo altamente político. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 26 de ago. de 1962.

⁶⁸ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Na unificação da consciência política nacional, o segredo de nossa liberdade. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 29 de ago. de 1962.

aliados. Conclui a posição do DM que faltou firmeza no governo janista e coragem para enfrentar situações políticas adversas.

Não sabemos se o Brasil foi grande demais para Jânio ou se ele era insignificante demais para Brasília. Numa ou noutra hipótese, sempre será demasiadamente pequeno o pretenso herói lançado pela UDN, para a presidência, para o timoneio de nosso barco. Faltam-lhe as qualidades mínimas requeridas e dentre estas, coragem de enfrentar as situações, menos ambição pessoal de poder. Faltou ao Jânio o homem à sua direita para dizer à hora azada: “Chega! Aja como homem! No Vaticano, só o Papa, lá não é lugar para Jânio Quadros⁶⁹”.

Ademais, o DM compara as atuações políticas de João Goulart e Jânio Quadros, tomando posição de apoio ao primeiro. Em 1962, o matutino afirma que “Jango é simples e realiza com objetividade, enquanto que o ex-presidente, personalista e insincero, ambicioso e egoísta, desejava apenas para si o sucesso do que poderia capitalizar para o povo”⁷⁰. Contraditoriamente, no ano de 1963, o periódico volta a manifestar seu contentamento com a política janista nas eleições para governador, dizendo que “somos o que Jânio representa, até que o representante o realize concretamente. (...) Uma vez livre, sempre! Sim, somos janistas pelo que Jânio é hoje”⁷¹.

A brusca mudança de opinião do DM, ora em favor, ora em contestação a Jânio Quadros denota uma controvérsia de posicionamento do próprio diário. Em contrapartida, também demonstra a preocupação do matutino com o povo e, assim, medidas políticas impopulares, ou contradições políticas que confundiam a sociedade eram criticadas. Percebemos que os textos que traziam a problemática e a discussão sobre Jânio Quadros estavam atrelados com demais considerações políticas, como o regime parlamentarista em vigência após a renúncia do então presidente, ou as medidas de controle de poder de Carvalho Pinto.

Voltamos a frisar, que devido à ausência de material nos meses de renúncia podem comprometer o viés analítico da perspectiva e posicionamento do DM em relação a Jânio Quadros. Todavia, as considerações aqui evidenciadas ajudam a perceber a atuação política do jornal em relação aos presidentes, além do próprio

⁶⁹ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Ao político Jânio Quadros tem faltado às condições de estadista de Kubistchek. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 28 de março de 1962.

⁷⁰ SANT’ANNA, Antônio Carlos. São Paulo necessita de autenticidade no governo – de mistificadores todos já nos cansamos; porém, qual é o melhor?. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 18 de abril de 1962.

⁷¹ SANT’ANNA, Antônio Carlos. O tempo está encolhendo?. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 20 de abril de 1963.

posicionamento do veículo, que manifestava suas opiniões socialmente, atuando como ator político na sociedade de Ribeirão Preto.

2.2. João Goulart e as Reformas de Base

Desde o início do governo de João Goulart, ainda no parlamentarismo de 1961, o presidente insistia sobre a necessidade de se efetuar as reformas estruturais de base no Brasil (incluindo reforma agrária, bancária, administrativa, fiscal, eleitoral, educacional e urbana). No referente à reforma agrária, Jango sugeria a promulgação de uma emenda constitucional à Carta Magna de 1946, uma vez que a Constituição exigia que a expropriação de terra fosse paga por meio de uma indenização em dinheiro (SKIDMORE, 1982).

A defesa da reforma agrária tinha por base o desenvolvimento econômico, uma vez que o antigo sistema rural impedia o aumento da produção agrícola e restringia a expansão da economia financeira para o setor rural. Dessa forma, havia a necessidade de aumentar a demanda de alimentos para a população urbana crescente, ao mesmo tempo em que se buscava um novo mercado interno para o consumo de bens manufaturados. Alegava-se a urgência das reformas, objetivando uma melhor redistribuição de terras, que estavam concentradas nas mãos dos grandes latifundiários. Como afirma Skidmore (1982), através das reformas os frutos do crescimento econômico, que já foram alcançados, seriam distribuídos de maneira equitativa.

Sendo parte do Plano Trienal de San Thiago Dantas e Celso Furtado, o programa das reformas estruturais de base era indispensável para o reconhecimento do próprio Plano, visto que ao lado do correto planejamento, o capitalismo industrial se beneficiaria de tal medida, através de seu desenvolvimento superior. Toledo (1984) explica o contexto, revelando que o Plano afirmava que as reformas fiscal e agrária permitiriam a eliminação de “entraves institucionais à utilização ótima dos fatores de produção” (TOLEDO, 1984, p.54).

Em contrapartida, as reformas poderiam alterar o equilíbrio político, a partir da concessão de votos aos analfabetos, programas de alfabetização das massas e outros direitos de votos propostos pela reforma eleitoral. Skidmore (1982) salienta que essas alterações na configuração política iriam causar profundas modificações na estrutura social, causando reações da extrema direita e classes sociais privilegiadas. O autor diz que o projeto foi atacado pela Ação Democrática Parlamentar, aliança interpartidária de deputados direitistas da UDN e do PSD, que acusaram Jango de “gestos demagógicos”.

Apesar de não ter nenhum sentido revolucionário, correspondendo, pois, de um lado, às necessidades da consolidação do capitalismo industrial e, de outro lado, à estratégia da dominação social burguesa, a Reforma Agrária proposta por Goulart será objeto de intensa constante oposição por parte dos proprietários rurais e seus setores políticos (...). Tais setores não admitiam, por exemplo, a alteração dos preceitos constitucionais sob alegação de que – caso isso viesse ocorrer – corria-se o risco de ser invalidado o estatuto da propriedade privada no Brasil... Além do mais, conforme assinalou um historiador, as reformas propostas (eleitoral, educacional, etc.) poderiam implicar a “alteração do equilíbrio político” que permitia até então a hegemonia das forças conservadoras e de direita, particularmente no Legislativo (TOLEDO, 1984, p.55-56).

As medidas conciliatórias de Jango também fortaleceram as críticas por parte de radicais da esquerda, que apressavam o presidente para a radicalização da opinião pública e por sua indefinição em relação a uma série de programas independentes de reforma constitucional. Entre eles, encontrava-se a Lei de Remessa de Lucros e a nacionalização das concessionárias de serviços públicos, consideradas medidas de caráter popular.

O projeto das reformas de base, sobressaindo a Reforma Agrária, provocou reação por parte da aliança PSD-PTB. Relata Skidmore (1982) que o PSD se opôs à lei, influenciado pelos seus partidários agrários, ao lado da UDN. Já o PTB estava dividido, visto que seus representantes ora apoiavam as medidas de Jango, ora negavam o apoio pretendido ao presidente.

Em âmbito civil, as Ligas Camponesas moviam recursos pela Reforma Agrária, através da mobilização rural e ocupação de terras. Nas observações de Toledo (1984), as Ligas contestavam a dominação política e econômica dos latifundiários, da qual eram submetidas às massas rurais. Na luta pelas reformas de base, houve a associação desse grupamento com demais organizações políticas do país, que promoveram passeatas, comícios, manifestações e exerceram pressão sobre o Congresso, em prol do programa de João Goulart. Também se ampliou a organização sindical dos trabalhadores rurais, que clamavam pela Reforma Agrária, ao mesmo tempo em que desejavam despertar a “consciência do proletariado”.

Mesmo com o apoio popular, as perspectivas para qualquer modificação constitucional eram poucas, enquanto a maioria do Congresso desejasse vetar as propostas de Jango. O projeto foi rejeitado em maio de 1963, pela Comissão da Câmara dos Deputados. Leonel Brizola, que apoiou prontamente as reformas, reagiu à decisão

promulgada, defendendo que o Exército deveria se empenhar pelas reformas sociais (SKIDMORE, 1982).

Aumentando as críticas da esquerda e da direita, o governo de João Goulart ficou politicamente isolado. Nas palavras de Toledo (1984), o isolamento e a debilidade política janista advinham das contradições e crises políticas oriundas de seus programas administrativas. Além disso, os próprios cargos federais eram reservados aos representantes das classes dominantes, vigorando membros das Forças Armadas e políticos do PSD.

(...) ao mesmo tempo que agitava a bandeira do nacionalismo e das Reformas, – solicitando, pois, o apoio das massas e dos setores políticos da esquerda – Goulart, por outro lado, protelava indefinidamente a realização das medidas populares, afastava colaboradores ideologicamente progressistas, combatia os setores independentes (não pelegos) do movimento sindical e condenava abertamente iniciativas políticas de esquerda (TOLEDO, 1984, p.59).

A desconfiança dos setores esquerdistas e direitistas aumentariam com o decreto de 4 de outubro, que deixava o país em Estado de Sítio por 30 dias. Para Skidmore (1982), esse episódio provocou o rápido avanço da conspiração militar que objetivava depor João Goulart. O autor disserta que o presidente fora forçado pelos ministros militares a solicitar tal medida, em virtude das constantes greves políticas e pelo pronunciamento de Carlos Lacerda, que condenava as ações militares. Segundo o governador da Guanabara, o governo de João Goulart era favorável ao comunismo, e o presidente só detinha os poderes por ineficiência das Forças Armadas que hesitavam depô-lo.

Apesar das razões do presidente em requisitar o Estado de Sítio, tanto a esquerda e a direita se opuseram à concessão da medida de força. Pontua Toledo (1984), que os setores nacionalistas e esquerdistas viam no Estado de Sítio uma ameaça às liberdades, a democracia e aos movimentos progressistas. Em outro viés, a direita via no Estado de Sítio a oportunidade para um golpe tramado pelo próprio Goulart, a fim de permanecer no poder, em meio a uma “ditadura esquerdizante”.

Toledo (1984) diz que o balanço do governo de Jango em 1963 revelou uma situação dramática no contexto da política econômica: com o fracasso do Plano Trienal, e os impasses políticos das reformas de base, não houve crescimento econômico e muito menos contenção inflacionária. O incontrolável aumento no custo de vida, aliado a

redução salarial colaborou para a deflagração de greves e diversos movimentos sociais, e aumentou a desconfiança da esquerda diante do governo Goulart.

João Goulart apenas reconquistaria o apoio popular e esquerdista com o “Comício das Reformas de Base”. Apenas dezoito dias antes da instauração do golpe civil-militar, no dia 13 de março de 1964, o então Presidente da República realizou o Comício na Estação Central do Rio de Janeiro, ao lado de políticos alinhados à esquerda, como o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e o governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Durante o pronunciamento, Jango decretou a nacionalização das empresas particulares de refinarias petróleo, a desapropriação de determinadas terras ao longo de rodovias, ferrovias e áreas de irrigação de açudes públicos e a reforma da Constituição Federal. O presidente entusiasmou a classe trabalhadora, mas acabou ameaçando os interesses da elite nacional. Apenas dois dias depois, em 15 de março de 1964, João Goulart encaminhava um projeto de lei reformista que continha emendas relativas às reformas estruturais de base (BOTOSSO, 2000, p. 12).

No discurso de João Goulart sobre as reformas, Bandeira (1977) elenca as principais características da adoção da nova política janguista: a reforma agrária, como emenda da Constituição Federal e com indenização prévia em dinheiro; a reforma política, com a ampliação do direito de voto aos analfabetos; a reforma universitária, assegurando liberdade no ensino; a reforma na Constituição Brasileira, para a delegação de poderes legislativos ao presidente; por fim, a consulta de um plebiscito, para a realização efetiva das reformas de base.

Botosso (2000) afirma que com o pronunciamento de Goulart, uma ameaça ao imperialismo americano foi detectada. Assim, a elite nacional detentora de posses, a Igreja Católica e os grandes representantes da imprensa brasileira (formada por empresários liberais, que também temiam a perda da propriedade privada), foram às ruas na famosa “Marcha da Família por Deus e pela Liberdade”, reivindicando contra as medidas adotadas pelo Presidente da República. Entre os grandes jornais paulistas que foram contra a política reformista de Jango, destacam-se *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*.

Para Toledo (1984), o dia do Comício representa um marco na história brasileira. Todavia, para a decepção dos setores da esquerda o dia 13 de março de 1964 não acarretaria na emergência de um governo nacionalista, mas sim, o último ato da democracia populista. Enquanto trabalhadores comemoravam a futura consolidação das

reformas de base, a direita se articulava para conter o movimento social e o desabrochar do governo janguista.

Para traçar a opinião do *Diário da Manhã* diante desse projeto da administração de Jango, é preciso levar em conta à medida política do presidente: a modificação estrutural da sociedade, de acordo com o plano das Reformas de Base. Além disso, durante a leitura dos exemplares do *Diário da Manhã* foi possível perceber uma ampla discussão em torno da administração de João Goulart, em consonância com os princípios postulados pelas reformas. Dessa forma, o foco de análise será em torno da visão do diário, diante das políticas reformistas e a posição do veículo durante o governo de Jango.

Diante das considerações expostas sobre Jânio Quadros, podemos destacar que o DM posicionava-se favoravelmente à concentração de poder nas mãos de João Goulart, após a renúncia janista, em agosto de 1961. O regime parlamentarista instaurado também era contestado pelo jornal, que apoiava a reforma do sistema político através de um plebiscito, clamando pela volta do presidencialismo. O nosso estudo sobre João Goulart e as reformas de base parte do período após a renúncia de Jânio Quadros, centrando as atenções às condições do homem do campo e a necessidade de implantação de medidas reformistas para melhorar a vida em sociedade.

Para o DM, a condição do homem do campo era muito diferente do trabalhador urbano, trabalhando em condições precárias e sem sindicatos. Nos anos de governo que antecederam João Goulart, o diário destaca que nada se fez em prol do rurícola e bastava

falar em reforma agrária, em humanizar o trabalho, em se dar ao rurícola (colono, agregado, diarista ou meeiro) condições mínimas de conforto, com água corrente, luz elétrica, chuveiro, instalação sanitária e escola para os filhos, para se levantar o clamor⁷².

Nesse cenário, a reforma agrária, pregada por Jango, era imprescindível para a melhoria das condições de vida do trabalhador rural. De acordo com o texto de Antônio Machado Sant'Anna, o posicionamento do jornal não era contrário aos latifundiários, fazendo "campanha contra o fazendeiro ou contra o proprietário de terra. Entendemos

⁷² SANT'ANNA, Antônio Machado. Direitos do rurícola em face da legislação. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 18 de out. de 1961.

que cada um vive como quer sem ter que dar satisfações a ninguém”⁷³, mas a favor da humanização do homem do campo, como responsabilidade do governo federal.

Diante dessa perspectiva, o apoio às reformas estruturais de base era evidenciado nas páginas do DM. Todavia, a abordagem do assunto crescia os olhos de políticos conservadores, que voltavam a taxar o jornal como comunista, pelo apoio dado à política de João Goulart. Diz Antônio Carlos Sant’Anna, que as imposições contra as reformas de base tinham sempre a mesma desculpa: “o socialismo vem aí; como se isso estivesse explicada a questão e praticamente resolvida. Nada resta a fazer; o socialismo vem aí...”⁷⁴. Para o redator, a mudança de regime só se concretizaria diante da incapacidade dos indivíduos que dominam o poder, que tentam confundir a opinião pública pregando o temor ao sistema de esquerda e deixando de lado os problemas da Nação. Destaca o jornalista que a solução seria “exigir do governo as necessárias reformas de base urgentemente!”⁷⁵, visto que o objetivo principal é a racionalização da produção do campo, sem o desejo de “tomar terra de ninguém. Não pretende violentar direitos adquiridos. O que se deseja é o aproveitamento racional da própria terra para que não haja desperdícios e que tudo seja plantado, rendendo o solo, em juro dobrado, ao que à ele se dá”⁷⁶.

A preocupação do DM com as condições de vida do homem do campo revela o posicionamento do jornal: além de pregar as almejadas reformas de base de João Goulart, o periódico reforça a tese da melhoria de trabalho no meio rural, como forma de emancipação nacional a partir do respeito do trabalhador. Destaca Antônio Carlos Sant’Anna que “portem-se como quiserem os homens da direita reacionária ou esquerda extremada, nossa única preocupação será com o homem do campo; por sentirmos nele o próprio Brasil”⁷⁷. Os setores que iam contra a visão do matutino, negando as reformas de base e as medidas administrativas de João Goulart, eram criticados como uma “elite

⁷³ SANT’ANNA, Antônio Machado. A humanização do trabalho rurícola é do governo. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 22 de out. de 1961.

⁷⁴ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Quem avisa, amigo é... . **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 13 de dez. de 1961.

⁷⁵ Idem, ibidem.

⁷⁶ SANT’ANNA, Antônio Machado. Reforma agrária em forma humana. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 16 de jan. de 1962.

⁷⁷ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Na emancipação do campo encontraremos a emancipação do Brasil, lutemos portanto pelo homem da perdigão. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 10 de março de 1962.

mesquinha segue abusando, negando entregar uma parcela de seus privilégios; não quer reformas e onde surge a convicção de que sem estas nada se realizará”⁷⁸.

Além dos setores sociais, os políticos ditos reacionários pelo DM também foram alvo de críticas por parte do jornal. O líder da UDN, Carlos Lacerda, moveu ataques contra João Goulart, principalmente, com a publicação da carta Brandi⁷⁹, dando descrédito ao presidente da Nação. Segundo o diário, o ato lacerdista tinha em voga dar descrédito à figura de Jango, mas “tais elementos reacionários, dizíamos, pretendem de forma simplista redimir-se do engano outrora cometido; mas, não para nós, que na conversa vamos, venham alegar tal infantilidade”⁸⁰. Salienta o jornal que tal atitude era recorrente no cenário político, pois toda vez que se discutia a implantação das reformas de base “há indisfarçável reação proveniente não só dos elementos que compõem nosso poder Legislativo, como, ainda, de setores ligados aos mais influentes órgãos de informação”⁸¹. Além disso, percebemos que as críticas à UDN centralizavam-se em considerações acerca da ideologia reacionária do partido, aliando comentários ao posicionamento antirreformista de Lacerda.

As reformas de base são um imperativo do momento. Sem elas nada conseguiremos de positivo. Haverá reação, nem há dúvida. Onde há UDN há reação... Mas, nem por isso se devem iludir os que são reacionários, pois, basta-lhes ir contando quantos são hoje e quantos foram ontem, para concluir que seu número diminui instante a instante (...) E vamos para as reformas de base!⁸².

⁷⁸ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Ditaduras e oligarquias “democráticas” estertoram diante da reação popular que se propagou por todo o continente. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 23 de março de 1962.

⁷⁹ De acordo com registros do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), o episódio da chamada “Carta Brandi” surgiu durante o ano de 1955, durante as eleições de Juscelino Kubistchek. Duas correntes políticas se confrontavam nesse momento: os varguistas (seguidores da política de Getúlio Vargas) e a oposição da UDN, liderada por Carlos Lacerda. O jornal do líder udenista, a *Tribuna da Imprensa* divulgou uma carta data de 5 de agosto de 1953, endereçada ao então ministro do Trabalho João Goulart, denunciando contatos secretos que este teria mantido com Juan Domingo Perón (presidente argentino), com o objetivo de implantar uma república sindicalista no Brasil. O suposto autor da carta teria sido o deputado Antonio Jesus Brandi, da Argentina. Após a realização de um IPM, pelo general Emílio Maurel Filho, concluiu-se pela falsidade do documento, como uma notícia supostamente plantada pelos opositores de Juscelino e João Goulart, no jornal de Lacerda. Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/JkRumoPresidencia/Candidatura>

⁸⁰ SANT’ANNA, Antônio Carlos. São Paulo necessita de autenticidade no governo – de mistificadores todos já estamos cansados; porém, qual é o melhor?. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 18 de abril de 1962.

⁸¹ SANT’ANNA, Antônio Carlos. O Congresso está moralmente comprometido a partir do pronunciamento do presidente em seu discurso do 1º de maio. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 04 de maio de 1962.

⁸² SANT’ANNA, Antônio Carlos. As reformas, Jango e a reação. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.12, 05 de maio de 1963.

Notamos uma oposição do DM em relação à ideologia udenista, considerada pelos diretores como um partido de reacionários, que visavam confundir a opinião pública. Para o jornal, Carlos Lacerda e os demais membros da UDN eram contrários aos ideais janguistas. Entretanto, a única forma de evitar a exploração seria por meio das lutas pelas reformas constitucionais e, “se o contra argumento da reação é de que o Brasil tem imensas áreas de terra para lotear, devendo fazê-lo para contentar a massa necessitada, nada mais consentâneo com a realidade nacional que retrucar (...) (para mostrar politização, que isso assusta o reacionário)⁸³”.

Em outro texto, Antônio Carlos Sant’Anna critica Bilac Pinto⁸⁴, também membro da UDN. Para ele, o representante udenista devia ficar atento ao fato de que os camponeses estavam cientes dos elementos que apoiaram e que não apoiaram as reformas. O jornal salientava que o camponês não era ignorante e que tinha se vinculado ao movimento reformista. Além disso, o homem do campo acompanhava a evolução da política nacional através do rádio e da imprensa, desse modo, sendo ciente dos elementos que eram favoráveis e contra a reforma agrária. O DM afirmava que considerar o camponês como ignorante e alienado era um erro, pois eles possuíam inteligência e cultura suficientes para participar das lutas políticas.

[...] eles entenderam que o progresso apenas chegará ao campo no dia em que a reforma agrária for realidade; reforma geral, completa, não a simples distribuição de terra, mas financiamento da produção ao pequeno chacareiro ou sítiante, enfim, reforma agrária em plena concepção: integral⁸⁵.

Além dos políticos udenistas, a posição conservadora adotada por Adhemar de Barros também descontentava o matutino. Antônio Carlos Sant’Anna denota que se de um lado, João Goulart lutava “pelas reformas de base e da constituição e Adhemar, de outro, a opor resistência, lançar manifestos vazios, criando atmosfera adversa à ideia presidencial”⁸⁶. Todavia, mesmo com todas as restrições enfrentadas pela política reformista de João Goulart, o povo deveria exigir o cumprimento das reformas estruturais de base, sendo a única forma de deixar de ser explorado.

⁸³ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Reforma Agrária. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 14 de maio de 1963.

⁸⁴ Olavo Bilac Pinto (1908-1985) é um dos principais políticos da UDN. Foi opositor ao governo de Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek. Além disso, apoiou a deposição de João Goulart e a instauração do golpe civil-militar de 1964.

⁸⁵ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Bilac Pinto quer revolução. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 18 de jan. de 1964.

⁸⁶ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Adhemar-Jango e Brizola. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 05 de jun. de 1963.

O povo não sofrerá mais, nem será explorado, justamente quando deixar de ser ignorante; mas, para isso acontecer será preciso luta, muita disposição. Fazer reformas, exigir reformas haja o que houver. É a única maneira do povo deixar de ser explorado; miseravelmente explorado⁸⁷.

Por ser uma medida de interesse social, o DM também clama aos setores da sociedade civil a apoiarem a execução do plano das reformas de base. Nesse sentido, o proletariado, os camponeses e estudantes seriam uma parcela da população beneficiada pela implantação do plano. Destacamos que o jornal também apelava para os religiosos, que deveriam “dar apoio ao movimento pró-reformas, pois somente da vitória dele é que, realmente, poderemos pensar em liberdade na pura essência do vocábulo”⁸⁸.

A aproximação do DM com o a política de João Goulart revela o posicionamento favorável do jornal, diante das medidas presidenciais, bem como a adoção de elogios à atuação do chefe do Executivo. Destaca o matutino que Jango estava entrosado no poder, concentrando esforços na luta contra os opressores do povo e contribuindo para melhorar a imagem do PTB, partido da qual era representante. Sobre a imagem do partido, alinhado à realização das reformas de base, posiciona-se o matutino:

Dando ao PTB o prestígio que uma organização política de âmbito popular necessita, o sr. Goulart fatalmente restabelecerá o equilíbrio da situação, pois, podemos concluir, exercer-se-á através de uma agremiação de tal porte e prestígio, necessária pressão em qualquer tipo de Congresso, para o procedimento das necessárias e indispensáveis reformas⁸⁹.

Ressaltamos que a prioridade do jornal na implantação das reformas de base, partia da consecução da reforma eleitoral. Para os diretores do periódico, esse seria o “primeiro passo para a moralização administrativa, através de homens probos e decentes”⁹⁰. Dessa forma, garantir-se-ia a integridade do Congresso Nacional, perante a eleição de político aliados aos interesses do povo.

O apoio a João Goulart também pode ser observado pelos elogios tecido ao presidente. Segundo o matutino, o chefe do Executivo havia dado “a exata dimensão de

⁸⁷ SANT’ANNA, Antônio Carlos. “Deus e a Revolução”. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 12 de jun. de 1963.

⁸⁸ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Estertora a reação. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 18 de jun. de 1963.

⁸⁹ SANT’ANNA, Antônio Carlos. O Presidente deseja as reformas a fim de reconduzir a seu lugar, o operariado e seus representantes. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 17 de maio de 1962.

⁹⁰ SANT’ANNA, Antônio Machado. Aventureiros e profissionais da política serão varridos pela reforma eleitoral. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 06 de jun. de 1962.

sua capacidade de ação ao coordenar seu dispositivo militar e, principalmente, limitar à área de sua influência, políticos que se assenhoreavam de situações de todo pacíficas para, demagogicamente, apresentarem-nas à Nação como fruto de escusas pretensões do governo”⁹¹. Ou seja, na visão do periódico, além de propor medidas populares que garantiriam a melhoria das condições de vida da sociedade brasileira, João Goulart ainda mostrava-se apto a articular as forças que compunham o governo. Para o matutino, o crescimento no Brasil devia muito ao presidente, que “entre moderado e enérgico, foi-se elevando no conceito da Nação, demarcando os limites que se constituíam a fronteira de nossa expansão política e intelectual”⁹².

Com a execução do plano reformista, o DM acreditava que o Brasil atingiria alto grau de desenvolvimento e emancipação econômica, social e política. Desse modo, o apoio a João Goulart era justificado novamente pelo caráter do presidente em prol das necessidades do povo e apto para enfrentar a reação, sendo “um homem perfeitamente identificado com a massa à qual deve o seu prestígio e sua ascensão ao poder. Seria injustiça deixar de reconhecer, em contrapartida, os anseios daqueles que constroem a nossa grandeza”⁹³.

No dia 13 de janeiro de 1964, João Goulart realizou um comício no Rio de Janeiro, oficializando em seu discurso a proposta das reformas de base e a necessidade de mudanças na Constituição Federal. O fato foi noticiado na manchete no *Diário da Manhã*, no dia 13 de janeiro e comentado por Antônio Carlos Sant’Anna, em seu editorial de última página. O termo “gorilas” aparece no texto para caracterizar políticos e setores da sociedade civil que não concordavam com a proposta de Jango e não compreendiam o “espírito de luta e o nosso determinismo em ver o Brasil livre e independente, moral, social, cultural e economicamente”⁹⁴. O jornal ainda ressaltava que as políticas do Brasil deveriam ser benéficas para todos os brasileiros, sejam eles trabalhadores urbanos ou rurais, independente da idade, poder aquisitivo ou escolaridade. É interessante notar que o periódico critica a condição em que se encontravam muitas pessoas do país, elencando dentre os muitos excluídos socialmente, as crianças sem escolas, subnutridas e desidratadas. Para os diretores, seria apenas com

⁹¹ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Com fidelidade militar ao regime o Brasil sobreviverá às investidas contra a sua emancipação econômica. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, 06 de jul. de 1962.

⁹² SANT’ANNA, Antônio Carlos. Getúlio, Jânio, Lacerda e Jango. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, 07 de abril de 1963.

⁹³ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Ao impedir a posse de Jango, a reação defendia-se. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 07 de fev. 1964.

⁹⁴ “Pelas reformas, pelo Brasil”, **Diário da Manhã**, 13/1/1964.

a reforma agrária que as condições de subdesenvolvimento do país poderiam ser superadas.

[...] para acabar com o subdesenvolvimento, com a exploração, aumentando o direito de propriedade com ampliação do número de proprietários rurais, através de uma reforma agrária humana, digna de um homem e não como projetam alguns, simples paliativo a apenas aumentar o drama nacional. Hoje, com Jango, pelas reformas e pelo Brasil!⁹⁵.

Diante do pronunciamento do presidente João Goulart, o DM acredita que o plano das reformas estruturais de base seria impulsionado pelo governo e almejado pelo povo, consciente de que o país caminhava rumo à emancipação nacional. Na opinião do matutino, não havia dúvida de que “a consciência nacional amadureceu para o problema das reformas e a renovação surgirá por força dessa condição, queiram ou não os reacionários encastelados ainda agora no poder”⁹⁶. Na perspectiva dos diretores, a luta reformista era amparada pelo povo, na busca pela modificação das estruturas do país, desencadeando um ambiente propício para a valorização do trabalhador e para ascensão econômica, social e política brasileira.

O povo deve buscar somar sua força dando total amparo à luta reformista. Nada obteremos fora da consolidação pretendida há tempos, porque sem modificar nossas estruturas básicas jamais chegaremos a atingir nosso ideal e, como tudo o que almejamos para nossos filhos se consubstancia na liberdade que perseguimos, é preciso ter em mente que a felicidade existe conjugada com a democracia e para sobreviver o atual regime é preciso lutar sem desfalecimento para conservar no poder do homem que nos vem dando meios para nossa emancipação social e econômica, o presidente da República⁹⁷.

Dessa forma, defendia o diário que havia um clima estável para implantar a reforma agrária no país. Segundo o jornal, os fatos que impediam o camponês de ser dono de sua própria terra estavam centrados no financiamento bancário e preço inacessível, ou seja, ligadas ao valor do loteamento, a conformidade com a legislação que se refere ao assunto e aos financiamentos de créditos oficiais. A mobilização de entidades civis em apoio aos camponeses ajudaria o movimento reformista a ganhar força, em pela própria terra. Destaca o jornal, que “inúmeras e excelentes glebas de terra

⁹⁵ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Pelas reformas, pelo Brasil. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 13 de jan. de 1964.

⁹⁶ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Renovação ou convulsão social. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 15 de jan. de 1964.

⁹⁷ SANT’ANNA, Antônio Carlos. O estertor da reação não repercutirá. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 22 de jan. 1964.

estão em total abandono, à espera apenas da reforma agrária. Assim, o que se espera para torna-la realidade?”⁹⁸.

O apoio do jornal às reformas de base repercutiu na sociedade, quando deflagrado o golpe. A simpatia pelo presidente e as políticas de João Goulart, pode ter contribuído para o fechamento do periódico durante dois meses após a instauração do regime. A predominância de textos que defendiam a proposta de Jango mostra uma aproximação do DM com a política nacionalista defendida por vários segmentos de esquerda do período.

Após a instauração do golpe, os assuntos referentes às reformas de base não apareceram em destaque. Entretanto, o periódico continuava a defender os preceitos difundidos por João Goulart, porém, de modo ameno e interligado com demais assuntos, principalmente, por parte de Antônio Carlos Sant’Anna. Na opinião do redator-chefe, “a reforma agrária é um postulado democrático. Defende-la é defender a própria democracia. É combater autêntico genocídio, se se considerar a morte diária de milhares de brasileiros por falta de capacidade aquisitiva oriunda de nenhuma posse ou de nenhum direito de produzir”⁹⁹. O jornalista ainda defende que o posicionamento contrário às reformas de base era pregar a favor de um golpe reacionário, pois era pregar contra uma medida progressista em favor do povo brasileiro.

Nos anos seguintes, entre o segundo semestre de 1965 até meados de julho de 1967, houve uma queda abrupta de publicações sobre a temática. Os raros comentários eram amenos, revelando a preocupação do diário com as práticas de sufocamento da imprensa que eram feitas pela política vigente e, até mesmo, a comprovação de que o projeto de João Goulart não iria se concretizar durante o regime militar.

2.3. Ditadura Militar: o governo Castelo Branco

Compreender as questões acerca da política de João Goulart e o seu principal plano de governo, as reformas estruturais, é a base para discutir o comportamento do *Diário da Manhã* com a instauração do regime militar em 1964. Reforçamos que já nos anos de 1961 a 1963, o jornal atentava contra um pretendido golpe no Executivo nacional, forjado por militares e reacionários de direita. A própria mudança no sistema administrativo brasileiro para o parlamentarismo, logo após a renúncia de Jânio

⁹⁸ SANT’ANNA, Antônio Machado. Clima para reforma agrária. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.3, 4 de fev. de 1964.

⁹⁹ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Golpe e revolução. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 27 de out de 1964.

Quadros, já trazia discussões sobre a tomada de poder por forças conservadoras. Além disso, a política-editorial do periódico alinhado aos ideais nacionalistas e progressistas, fez com que o jornal sofresse represália por parte dos setores que apoiaram a deflagração do golpe civil-militar.

Ressaltamos que logo após o dia 31 de março de 1964, o matutino foi impedido de circular por dois meses e o redator-chefe, Antônio Carlos Sant'Anna prestou depoimento no DOPS local. No mesmo dia, a manchete de primeira página estampava os dizeres: “O Golpe que desejamos é o Golpe democrático de base para a libertação do povo”, deixando claro o posicionamento do veículo a favor das reformas e contra a deflagração golpista. Revela Antônio Carlos Sant'Anna que “não estamos em luta contra ninguém. Nossa luta é pelas reformas de nossas estruturas e nos termos em que a colocou o nosso presidente; dentro do esquema em que o povo estará exigindo, esse povo que dia a dia se multiplica, e com o qual a Pátria se emancipará”¹⁰⁰.

Como já apresentamos, pairava em algumas camadas sociais de Ribeirão Preto o posicionamento reacionário, defensores do silenciamento dos órgãos de imprensa contrários ao regime imposto, ou que representavam ideologias alinhadas à esquerda. O posicionamento político do jornal, com editoriais enfáticos em prol das reformas e a favor de João Goulart pode ter sido um dos fatores que contribuíram para a pausa na sua veiculação.

Logo após a volta da circulação do DM na cidade, os diretores passaram a se preocupar com o novo governo vigente, o do presidente militar Castelo Branco. O posicionamento do diário, como já foi explicitado, era em desacordo com o golpe militar, justificando que não houve benefícios plenos para a sociedade, apenas para os poucos que ajudaram a acionar o dispositivo golpista. De acordo com o jornal, o golpe deflagrado “por certo não continha em seu bojo a proposição de realizar imediatamente as reformas de base que há tanto o país reclama”¹⁰¹. Dizia o matutino que também discordava do governo na questão da “punição as classes trabalhadoras. Afinal, os operários não tem nenhuma culpa de haver-se chegado ao clima que motivou o movimento de abril”¹⁰² e, por isso, não deveriam sofrer com a alta no custo de vida.

¹⁰⁰ SANT'ANNA, Antônio Carlos. Terminou o “deitado eternamente”. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 31 de março de 1964.

¹⁰¹ SANT'ANNA, Antônio Carlos. Revolução e o Estatuto da Terra. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 03 de out. de 1964.

¹⁰² Idem, ibidem.

Com a decisão do presidente Castelo Branco em enviar ao Congresso Nacional a proposta do chamado “Estatuto da Terra”, aparato legal para a desapropriação de terras julgadas de interesse social, contra o pagamento de título de dívidas públicas, o DM manteve o seu posicionamento a favor do reformismo, afirmando que se tal medida se concretizasse, a sua opinião seria favorável ao programa de Castelo Branco. Ressalta Antônio Carlos Sant’Anna, que o jornal estava “diante de um dilema, pois, se se positivar na sequência da mensagem do sr. Castelo Branco seu desejo de tornar realidade o sonho nacional através das reformas de base, nada impedirá que digamos como os monarquistas: viva o rei; no caso do novo presidente”¹⁰³.

Ainda assim, em artigo assinado pelo jornalista do DM, Vicente de Paula Faleiros, no quadro “Figura e Fundo”, é exposta a opinião do autor sobre a questão da política do “Estatuto da Terra”, dizendo que Castelo Branco reconheceu “a luta pela Reforma Agrária, mas seu Ministério e o Congresso estão querendo impor as minorias e isso é fingimento, não revolução”¹⁰⁴. Ou seja, na perspectiva do texto, havia um aparato conservador no Congresso Nacional que impedia a implantação de medidas reformistas.

Apesar de acreditar na concretização de projetos reformistas pelo novo governo de Castelo Branco em 1964, os anseios do jornal foram negados no ano seguinte. Disserta o matutino que o governo desapropriaria as terras para ter onde produzir, mas que o uso deveria ser pago, em suma, voltaria para as mãos de terceiros. Afirma o periódico que:

(...) reforma agrária para nós é antes de tudo desapropriação do latifúndio improdutivo, da terra especulada e inflacionária, para, somente depois, vir a ser dividida de acordo com o interesse social e econômico do país, acima sempre de nossa preocupação pessoal. (...) Evitando-se a farsa, a mistificação de uma reforma que nada tem de reforma de base, pois não visa atingir o alicerce e apenas se mantém na superfície do grande problema agrário¹⁰⁵.

O DM reforça que apenas com a consecução de projetos de progresso administrativo, relacionados com as reformas de base prometidas pelo presidente, poderíamos demonstrar que não estaríamos vivendo em um golpe. O jornal também questiona o governo, afirmando que o povo está descontente, “oprimido, sofrendo e, por

¹⁰³ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁴ FALEIROS, Vicente de Paula. Revolução e minoria. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.3, 01 de nov. de 1964.

¹⁰⁵ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Eleições – um teste. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 10 de abril de 1965.

não dizer, desesperançado de tudo”¹⁰⁶, com as medidas impostas pelo Executivo e Congresso Nacional.

As medidas administrativas de cunho nacionalista seriam engavetadas pelo presidente, bem como os demais projetos do governo anterior. Tal prerrogativa foi vista negativamente pelo DM, que passou a denunciar as mazelas governamentais face à imposição de medidas que visavam conter políticos considerados “subversivos”. Como exemplo, a questão do Ato Institucional no. 1, outorgado pelo regime militar que cassou todos os “considerados subversivos ou perigosos; e no roldão das cassações entraram homens públicos como Jânio Quadros e Juscelino Kubistchek”¹⁰⁷. Segundo o matutino, as contradições administrativas eram tantas, que não seria possível as enumerarem em uma coluna da folha.

Outra situação comentada pelo DM referia-se à questão das eleições. Aos olhos do jornal, a prática de eleições indiretas era o reflexo de uma política eleitoral antidemocrática, privando o povo de sua mais poderosa arma: o voto. Para o diário, “fora as eleições, não há democracia, nem salvação. Sem eleições, haverá apenas ditadura”¹⁰⁸. Os diretores comentavam sobre a redemocratização do país, através de eleições diretas e, por isso, criticavam as medidas consideradas “reacionaristas”, como a supressão das eleições diretas para prefeito em São Paulo. De acordo com o jornal, a realização da eleição municipal paulista representava “algo mais que uma simples substituição de prefeito, é a reabertura do caminho democrático através da consecução de sua mais alta finalidade: a representação popular no poder”¹⁰⁹.

Ainda no pretexto das eleições, o DM relembra que o movimento iniciado em abril de 1964, e que depôs o presidente João Goulart, tinha como objetivo combater a subversão da ordem e banir os políticos corruptos. Todavia, ressalta o jornal que dos ideais pregados pelo golpe:

(...) passou-se à forja de uma ditadura cujo desenvolvimento foi envolvendo todo o país a pouco e pouco, alijando do poder legitimado pelo voto, políticos, uns após outros, até que de forma inequívoca se evidenciou em São Paulo era objeto direto dos interesses em jogo. (...) O povo quer eleições, porque não

¹⁰⁶ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Atualidades. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 12 de jul. de 1965.

¹⁰⁷ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Fim do ato. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 09 de out. de 1964.

¹⁰⁸ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Fim de abril e outras. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 15 de jan. de 1965.

¹⁰⁹ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Eleições – um teste. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 19 de jan. de 1965.

pode suportar ser dirigido por homens escolhidos pelos que erram negando eleições¹¹⁰.

Novamente, o veículo esbarra em um dilema: existia a crença de que Castelo Branco iria propor novas eleições diretas e que o presidente tinha a pretensão de sair do poder. Por esse motivo, o periódico pregava o bom caráter do então presidente. Todavia, os textos não deixavam de ressaltar que “o povo não teve participação direta em sua eleição e num regime presidencialista, nem se diga o contrário, isso é meio esquisito; se não, raro”¹¹¹.

A defesa para a volta das eleições diretas para Presidente da República continuou frequente nas páginas do diário. De acordo com as manifestações do jornal, os principais candidatos ao cargo seriam Adhemar de Barros e Carlos Lacerda. Ainda assim, o DM atentava que ala mais radical do governo impediria as eleições presidenciais.

A chamada linha dura engarrafará o pleito presidencial, prorrogando o pleito presidencial, prorrogando o mandato do atual presidente ou, como tem feito sem nenhum subterfúgio, dando um jeito de manter-se à frente do poder¹¹².

Em junho de 1965, o DM discorre que com a proximidade das eleições voltaria o debate sobre a questão democrática. O jornal critica o posicionamento da administração pública de só poderem se eleger políticos aprovados pelo governo, dizendo que “a democracia só existirá desde o instante em que o povo puder votar e ser votado. Fora daí será algo especialíssimo, que dizer, um regime de exceções; portanto, divorciado do espírito legalista e democrático”¹¹³.

O descontentamento do *Diário da Manhã* com a não realização das eleições deu-se diante do prolongamento do mandato de Castelo Branco. Na visão de Antônio Carlos Sant’Anna, o fato evidenciava que o Brasil vivia uma época de restrições de liberdade política e de expressão. Revela o redator que os demais candidatos à presidência, decepcionados por não concorrerem às eleições, uniram-se em defesa do regime presidencialista, “visando formar unidade nacional contra o pensamento de elementos

¹¹⁰ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Atualidades. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 06 de fev. de 1965.

¹¹¹ SEM AUTOR. Opinião-Debate-Crítica: Castelo Branco e o problema eleitoral como ponto de partida à redemocratização do país. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.3, 23 de jan. de 1965.

¹¹² SANT’ANNA, Antônio Carlos. Eleições e papoulas. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 11 de fev. de 1965.

¹¹³ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Atualidades. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.12, 20 de jun. de 1965.

radicais e que pretendem reimplantar o parlamentarismo na República”¹¹⁴. Para o DM, a volta do parlamentarismo era nada mais que um jogo, que sufocaria as eleições e acarretaria no fechamento do Parlamento.

Em 3 outubro de 1965, houve a primeira eleição direta para a escolha de dirigentes estaduais, após a derrubada do presidente João Goulart. O DM considerou a medida de extrema importância para o fortalecimento da liberdade e práticas democráticas, acreditando que o regime militar chegaria ao seu fim e o Brasil viveria o reestabelecimento de uma nova democracia. Além disso, cinco candidatos da oposição venceram as eleições nos estados brasileiros. Na Guanabara, o governador eleito Negrão de Lima, do PSD¹¹⁵, derrotou o candidato escolhido Carlos Lacerda, o político Flexa Ribeiro, da UDN¹¹⁶.

Ciente dos acontecimentos que envolviam a Guanabara e outros estados em que ocorriam as eleições para governador, o DM ressaltava que o resultado do pleito refletia a consciência política nacional, visto que os candidatos de oposição haviam vencido a disputa estadual. Segundo o periódico, “os brasileiros deram mais uma demonstração de maturidade, cumprindo seu dever para com a pátria de forma a mantê-la integrada, livre e democrática como a conquistaram para nossos antepassados”¹¹⁷. O resultado visto pelas urnas no dia 3 de outubro revelou, nas palavras do DM, uma manifestação politizada, a fim de manter a causa da liberdade.

Com o resultado das eleições e a vitória da oposição em alguns estados, os militares que detinham o poder do Governo Federal sentiram-se temerosos em perder seus privilégios políticos. Assim, o pleito de outubro de 1965 foi um pretexto para o endurecimento do regime, com a abertura de processos de cassação, promulgação do bipartidarismo (ARENA, de situação; MDB, de oposição), extinção dos demais partidos políticos e intervenção do Poder Judiciário pelo Executivo.

¹¹⁴ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Atualidades. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, 01 de set. de 1965.

¹¹⁵ Francisco Negrão de Lima foi candidato pelo PSD ao cargo de Governador do estado da Guanabara, durante as eleições de outubro de 1965. O político era formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), além de atuar como jornalista no *Diário de Minas* e *Estado de Minas*, em Belo Horizonte. Também chegou a dirigir a sucursal mineira do *O Estado de S. Paulo*, mas se afastou da imprensa após a Revolução de 1930. Passou a morar no Rio de Janeiro, onde atuou como Secretário-geral da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, participou da Assembleia Nacional Constituinte de 1934 e, em 1937, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, teve seu mandato como deputado federal cassado.

¹¹⁶ Carlos Octávio Flexa Ribeiro foi um dos fundados do PSB. Foi eleito suplente de deputado estadual no ano de 1960, já pela UDN, e atuou como Secretário da Educação no governo de Carlos Lacerda. Também lecionou História da Arte e Estética na Faculdade Nacional de Arquitetura, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no ano de 1952.

¹¹⁷ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Atualidades. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 05 de out. de 1965.

No dia 27 do mesmo mês, Castelo Branco promulga oficialmente o Ato Institucional no. 2 (AI-2), que tornou indireta a eleição para Presidente da República. Segundo o jornal, “o Ato Institucional, os inquéritos policiais-militares e muitos outros atos arbitrários que apenas visam à consolidação, no poder, de uma minoria civil e militar de tendência autocrática¹¹⁸”. Dessa forma, a promulgação de atos institucionais e emendas constitucionais que restringiam a liberdade do povo e o exercício da plena democracia causou repúdio por parte do redator, fato que foi divulgado em comentários no DM. Para o diário, “combater a ditadura é dever do brasileiro consciente”¹¹⁹, também frisava o diário que o apoio ao presidente da República só era visto por covardes ou pessoas beneficiadas com as medidas governamentais impostas. A transcrição do editorial “Caminho democrático”, do matutino carioca *Correio da Manhã* na primeira página do diário demonstra a consonância de ideologia dos dois jornais, em relação à promulgação do AI-2 e o apoio à volta ao regime democrático, afirmando que “não há outro caminho para o restabelecimento da política no Brasil a não ser o da preservação do regime democrático”¹²⁰.

Segundo o matutino, eram absurdas as determinações contidas nos atos institucionais, que impediam críticas aos possíveis abusos do Presidente da República, bem como os presidentes do Congresso, do Senado, da Câmara, Ministros do Supremo e chefes do governo estrangeiros e seus representantes. Desse modo, os Atos estariam ferindo os princípios de liberdade, como forma de agir em prol do conjunto social que visavam representar. O DM afirmava que “o Brasil está sendo amordaçado. Já não se trata mais de imprensa e de liberdade dos profissionais de jornal, rádio ou televisão. O que vem sendo atingido – e de há muito temos afirmado isso – é o direito em geral de podermos nos afirmar homens livres”¹²¹.

O AI-2 vigorou até 15 de março de 1967, data que tomou posse Presidência da República o marechal Costa e Silva e promulgou-se a nova Constituição Federal. Mesmo sendo contra a prática das eleições indiretas e os atos institucionais, principalmente, no que se refere ao bipartidarismo e a intervenção do Executivo no poder Judiciário, o DM não criticou o presidente durante a tomada de posse.

¹¹⁸ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Caminho democrático. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 23 de out. de 1965.

¹¹⁹ Idem, ibidem.

¹²⁰ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Caminho democrático. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 23 de out. de 1965.

¹²¹ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Atualidades. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 20 de jan. de 1966.

Em 7 de dezembro de 1966, já no final do mandato de Castelo Branco, é instaurado o Ato Institucional no.4 (AI-4), que utilizava de atribuições do AI-2 para justificar as medidas tomadas pelo Governo Federal em nome da Segurança Nacional. O assunto também é comentado no DM na transcrição do editorial do jornal paulistano *A Gazeta*, “A insegurança da segurança”. Assim como a presença do editorial do *Correio da Manhã*, os comentários transcritos de *A Gazeta* demonstram uma aproximação do DM com a ideologia política de outros periódicos da capital, como podemos perceber a seguir:

Eis que temos em vigor uma lei de “segurança”, que só inspira insegurança a todos que a deletrearam, já por forçar julgamentos subjetivos, quando não para afirmar conceitos que se tornam anômalos pelo sibilino da forma e pelo obscurantismo do conteúdo.

[...] O povo ficou praticamente sitiado, submetendo o exercício de fugas e temores. O valor da palavra se tornou, de repente, inócuo, porque a palavra passou a ser um pecado mortal, bastando que seja lida ou ouvida através de um dicionário misterioso que passa a pertencer ao conciliábulo dos adivinhos.

Proíbe-se o protesto, a denúncia, a reclamação, para que o poder instalado trabalhe a seu modo, evite prestar contas com opinião, evite o próprio contato com a nação¹²².

Por fim, com o início do endurecimento do regime militar, no final do mandato de Castelo Branco e durante o governo Costa e Silva, o periódico mostra-se em desacordo com o Estado militar. Ao mesmo tempo a abrupta queda no número de textos opinativos presentes nas folhas do DM evidencia dois principais questionamentos: o primeiro refere-se aos discursos críticos ao Governo Federal de modo indireto, a partir de transcrições de outros periódicos das grandes metrópoles¹²³, o que pode configurar uma estratégia do matutino ribeirão-pretano; por outro, pode significar que a imprensa de Ribeirão Preto e, no presente caso de nosso *corpus* de estudo, desempenhou práticas de autocensura para permanecer em circulação.

Nos subcapítulos que seguem a temática da Política Nacional, procuramos destacar os principais assuntos que acompanharam as discussões do DM, como as

¹²² SEM AUTOR. A insegurança da segurança. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 23 de março de 1967.

¹²³ Além dos editoriais “Caminhos democráticos”, do *Correio da Manhã*, e “A insegurança da segurança”, do *A Gazeta*, destacamos a transcrição de outros textos que aproximavam o posicionamento político do DM, com os jornais das capitais, tais como: “Traição” (*Correio da Manhã*, 02 de outubro de 1964), “Data” (*Correio da Manhã*, 04 de outubro de 1964), “Taxação e progresso” (*Correio da Manhã*, 06 de outubro de 1964), “Justiça pela metade” (*O Estado de S. Paulo*, 08 de outubro de 1964), “E as verbas?” (*Folha da Manhã*, 09 de outubro de 1964), “Resistência” (*Correio da Manhã*, 25 de outubro de 1964), “Pena de morte” (*Correio da Manhã*, 03 de janeiro de 1965), “Liberdade de Imprensa”, (*A Gazeta*, 23 de outubro de 1966), entre outros.

reformas de base, Juscelino Kubistchek e Carlos Lacerda – tanto no período pré, quanto pós-golpe civil-militar.

2.4. Juscelino Kubistchek

Apesar de concentrarmos o foco de análise nos anos de 1961 a 1967 e, portanto, não contemplando o governo de Juscelino Kubistchek nos anos de 1950, as constantes referências ao político nos editoriais e artigos do periódico, atentaram nosso estudo para o posicionamento do DM, diante do ex-presidente do Brasil. Como já foi visto nos subtemas anteriores, o jornal mantinha uma aproximação com JK, utilizando de sua atuação como estadista em benefício do povo.

Centramos nossa análise sobre Juscelino Kubistchek, a partir do ano de 1964, quando se intensificaram os pronunciamentos do matutino em referência ao político em questão. Ademais, não deixamos de considerar os discursos sobre o ex-presidente nos anos anteriores, vistos que já os explicitamos juntamente com os temas de Jânio Quadros, João Goulart e as Reformas de Base e Ditadura Militar: o governo Castelo Branco. Desse modo, debruçaremos nossa análise em como o DM questionava a figura de Juscelino Kubistchek, levando em consideração os estudos anteriores, que demonstraram simpatia do periódico em relação ao político.

Em 25 de janeiro de 1964, o ex-chefe do Executivo parte para uma visita à cidade natal do DM, Ribeirão Preto. O político esteve no município para receber o título de cidadão ribeirão-pretano e ser paraninfo da Faculdade de Economia e Administração (FEA), da Universidade de São Paulo (USP). Diante da presença de JK, Antônio Machado Sant’Anna e Antônio Carlos Sant’Anna comentam sobre o homem público, demonstrando apoio à futura candidatura de Juscelino para eleições presidenciais previstas no ano seguinte. Segundo os diretores, JK teria condições para tirar o país do subdesenvolvimento, devido à sua história política e o desenvolvimento que proporcionou durante o seu período na presidência, com o projeto “50 anos em 5”. O jornal ainda salientava que o político tinha uma forte penetração popular e, através do que os diretores chamaram de sonho “ufanista”, JK “empreendeu a marcha progressista na luta contra o subdesenvolvimento, criando condições excepcionais para a liderança indiscutível na América do Sul”¹²⁴.

¹²⁴ SANT’ANNA, Antônio Machado. No deserto de homens e de ideias JK deu ao Brasil novas dimensões. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 25 de jan. de 1964.

Durante a estadia de Juscelino Kubistchek em Ribeirão Preto, o político cedeu entrevista à imprensa local, com o intuito de se autopromover e discutir assuntos políticos variados. No dia 26 de janeiro de 1964, estiveram presentes vários jornalistas e diretores de veículos de comunicação, como os membros da extinta rádio PRA-7, o matutino *A Cidade* e, é claro, Antônio Carlos Sant'Anna, do *Diário da Manhã*. Nesse contexto, é nítido o apoio do periódico à JK, justificado “pela sinceridade. Pela erudição. Pelo convencimento deixado em todos os que ouviram, sobretudo nas críticas aos que nos exploram e à nossas riquezas”¹²⁵ e pela aproximação ideológica entre o ex-presidente e o jornal ribeirão-pretano.

No ano de 1965, o DM ainda demonstra o seu apoio e simpatia ao ex-presidente. Com o início do endurecimento do regime militar e a cassação de políticos considerados subversivos, JK é detido como suspeito em outubro do mesmo ano, sendo vítima de inquérito militar. O vínculo do político com o Partido Social Democrático (PSD), de oposição, durante o período em que se iniciava o AI-2, colaborou para que o IPM o interrogasse. O jornal defendia que a detenção de JK representava uma ferida na democracia do país, demonstrando que havia desentendimentos políticos no interior do Governo Federal. Além disso, a ação repressiva do governo se centrou na pessoa de JK e não no grupo que ele representava¹²⁶.

Nesse contexto, Antônio Carlos Sant'Anna destaca que os exaustivos inquéritos feitos a Juscelino Kubistchek levaram o político a sofrer um enfarte. Segundo o periódico, o ex-presidente era interrogado diariamente durante quase cinco horas e seria lamentável que a resistência física de JK chegasse ao fim antes que os IPMs terminassem. O DM dizia que “se JK vencer, nada resultando das acusações que lhe pesem, ficará como correta a palavra do general Costa e Silva, quando disse que a cassação daquele homem público devia-se a motivos exclusivamente políticos”¹²⁷.

2.5. Carlos Lacerda

Se por um lado o *Diário da Manhã* fazia campanha a favor de João Goulart e das pretendidas reformas de base do presidente, por outro, mantinha um posicionamento contrário às atuações do de Carlos Lacerda, principal representante da UDN, e

¹²⁵ SANT'ANNA, Antônio Carlos. Preferimos o JK da entrevista à imprensa. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, 26 de jan. de 1964.

¹²⁶ SANT'ANNA, Antônio Carlos. Atualidades. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 27 de out. de 1965.

¹²⁷ SANT'ANNA, Antônio Carlos. Atualidades. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 23 de out. de 1965.

candidato do estado do Rio de Janeiro. Segundo o próprio jornal, o udenista compartilhava de ideais reacionários e direitistas, que impediam o progresso brasileiro face à emancipação nacional, além de se afastar de medidas populares planejadas por políticos reformistas. Destaca o jornal que “não poderíamos pedir ao amigo que votasse no Lacerda, assim como não recomendo nenhum candidato da UDN”¹²⁸, pois os membros do partido afastavam-se das medidas nacionalistas. O jornal considerava Carlos Lacerda como “expoente máximo do reacionarismo insipiente, mas gerado pelo capitalismo mais voraz e mais feroz de que temos notícia, urde a trama da destruição, estigmatizando sempre com a mesma fórmula”¹²⁹.

Carlos Lacerda também se afastava dos posicionamentos estudantis da UNE; diante disso, o DM evidencia que o político tinha chamado os estudantes de comunistas e vagabundos. Para o periódico, tal atitude deveria ser condenada e, seria certo que Lacerda como “inteligente homem público iniciasse uma campanha de renovação dos quadros políticos, visando dotar nosso Parlamento de homens à altura; cultos, capacitados a discutir problemas de base e as inadiáveis reformas constantemente apregoadas pelos moços da UNE e pelos estudantes de todo o Brasil”¹³⁰.

Já em 1962, Antônio Carlos Sant’Anna afirma que Carlos Lacerda acionou o DOPS carioca, prendendo centenas de trabalhadores vistos como comunistas ou subversivos por meio de sua Polícia Política. Afirma o redator que “no exercício de um governo que se afirma democrático, o sr. Carlos Lacerda age, não raras vezes, como autêntico fascista”¹³¹. Devido à atuação conservadora do udenista, o DM criticou as políticas governamentais reacionárias, que se distanciavam do reformismo pregado por João Goulart. Segundo o diário, “Carlos Lacerda não entende assim e exorbita. Exortando seus fantasiados seguidores a se rebelarem contra as determinações do presidente Goulart, nada mais faz que agitar e pregar a subversão da ordem”¹³². Pelo seu

¹²⁸ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Precisamos criar a mentalidade eleitoral que reformará os quadros da administração brasileira de 1963. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 14 de nov. de 1961.

¹²⁹ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Getúlio, Jânio, Lacerda e Jango. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.12, 07 de abril de 1963.

¹³⁰ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Os estudantes brasileiros esperam de Lacerda mais do que acusações falsas e deposição de governo: desejam as reformas de base, necessárias. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 11 de jan. de 1961.

¹³¹ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Considerações sobre o momento político. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 14 de jul. de 1962.

¹³² SANT’ANNA, Antônio Carlos. Lacerda, o agitador de extrema direita. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 04 de abril de 1963.

posicionamento, o jornal ressalta que o “povo, a grande massa operária e camponesa não está nem nunca esteve com Lacerda, o agitador”¹³³.

O posicionamento do jornal sobre o político permanece no período anterior e posterior ao golpe. É notável o descontentamento do DM e de seus diretores com o político udenista e com a própria UDN. Em um dos editoriais, Carlos Lacerda é chamado de “totalitário”, devido ao fato do político ser contra a Assembleia Legislativa do estado da Guanabara e tentar, como recurso extremo, transformá-la num aglomerado simbólico, com o pretexto de fechá-la diante o argumento de sua inutilidade. Para o DM, essa atitude era uma manobra política por parte de Carlos Lacerda, que seria reconhecido pelos democratas e homens decentes como “farsante, o corrupto e o fascista que se tornou entre nós o arauto do totalitarismo”¹³⁴.

Segundo o diário, Carlos Lacerda e a UDN eram os responsáveis pela queda de vários presidentes brasileiros, como Getúlio Vargas, Jânio Quadros e o próprio João Goulart. O periódico condenava as práticas de Lacerda, julgando-o responsável pela instauração do golpe e a queda de Jango, com a finalidade de tomar o poder do presidente da República para as suas mãos.

A decisão de fechar a UNE e o fim das eleições diretas, também estariam entrelaçados com a UDN, que visava barrar qualquer aparato político que impedisse ou representasse ameaça a busca de Carlos Lacerda pela conquista do poder público. A cúpula udenista seria, nas palavras do DM, um partido “bem aparelhado e com elementos aptos tecnicamente para realizar uma guerra psicológica maior do que o próprio Golpe”¹³⁵. A opinião do periódico residia no fato de que qualquer candidato de oposição venceria Carlos Lacerda e o fato era perceptível através das eleições estudantis que ocorriam em todo o Brasil. Portanto, como forma de garantir seus privilégios políticos, o líder da UDN usaria como tática o fechamento de agremiações que o ameaçassem.

O jornal salientava que a linha política nacionalista era contrária aos princípios lacerdistas. Segundo o periódico, esse fato norteava a oposição da folha à ideologia udenista e lacerdista, pois não havia afinidade política entre o Carlos Lacerda e os nacionalistas. Além disso, o DM pregava que se ocorreram oportunidades em que o

¹³³ Idem, ibidem.

¹³⁴ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Totalitário. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 01 de nov. de 1964.

¹³⁵ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Lacerda, o Goldwater nacional. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 01 de nov. de 1965.

líder da UDN aproximou-se do nacionalismo, ele o fez apenas por interesse próprio, “motivado pelo complexo de poder que sempre o perseguiu”¹³⁶.

Diante das futuras eleições que seriam realizadas no ano de 1965, a candidatura de Carlos Lacerda era também contestada. Para o jornal, o político da UDN representava os interesses de uma minoria privilegiada, não alinhada com os princípios nacionalistas e, portanto, não atendendo aos anseios da classe trabalhadora.

Todo antipovo e antinacionalista será, obviamente, um lacerdista; em consequência, é bom fixar claramente para evitar futuro engano, nenhum homem do povo, do trabalho duro, das fábricas e dos campos poderá pensar, sequer remotamente, em apoiar Carlos Lacerda para presidente. Seria pretender, embora possível honestamente, uma solução utópica para um problema concreto¹³⁷.

A candidatura de Lacerda ao cargo de presidente da República, durante as possíveis eleições de 1965, foi comentada pelo DM através da ótica do próprio líder da Nação, Castelo Branco, que se mostrava contraditório em apoiar a candidatura do líder udenista. Antônio Carlos Sant’Anna, no quadro “Atualidades”, salientava que as hostes udenistas preocupavam-se com as contradições do Presidente Castelo Branco, sobre a possível candidatura do líder da UDN em 1965. Segundo o jornal, o então presidente “acolheu o nome do sr. Carlos Lacerda como candidato à substituição do atual presidente e, este conforme depreende dos fatos, embora procure manter-se afastado da política partidária, tem demonstrado estar francamente contra o lançamento de Lacerda”¹³⁸.

Apesar da oposição em relação à política lacerdista, o DM acabou por reconhecer que o apoio do líder udenista à continuidade do regime presidencialista representava um amadurecimento político e, além disso, uma consonância com o pensamento do diário. Assim como o governador Adhemar de Barros¹³⁹, candidato que recebeu apoio por parte do *Diário da Manhã* para o governo do estado de São Paulo, Lacerda queria a continuidade do presidencialismo para concorrer às eleições, agindo em conformidade em defesa do regime presidencialista. Essa aproximação de

¹³⁶ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Atualidades. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 01 de abril de 1965.

¹³⁷ SANT’ANNA, Antônio Carlos. O problema sucessório de 65. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 06 de fev. de 1964.

¹³⁸ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Atualidades. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 31 de ago. de 1965.

¹³⁹ Vale a ressalva: Adhemar de Barros era candidato para governador do estado de São Paulo, enquanto Carlos Lacerda era para governador do Rio de Janeiro. As disputas eram regionalizadas por estado e, desse modo, destacamos que o DM apoiava Adhemar no estado de São Paulo e contestava Lacerda, para o estado do Rio de Janeiro.

pensamento dos governadores visava “formar a unidade nacional contra o pensamento de elementos radicais e que pretendiam reimplantar o parlamentarismo na República”¹⁴⁰.

É importante ressaltar que o pensamento a favor da liberdade de expressão defendido pelo DM permanecia coerente, até mesmo quando seus adversários políticos sofriam represálias. O próprio Carlos Lacerda teve seus programas jornalísticos censurados, sendo que o periódico condenou essa prática do Estado e defendeu o direito do udenista de expressar suas opiniões.

A drástica medida ontem adotada pelo governo federal, ordenando a cassação da palavra do sr. Carlos Lacerda, suspendendo o programa de televisão em que falava aquele político reflete em sua inteireza o inconformismo de elementos desabilitados com as críticas, sejam cadentes ou não; demais, colocaram em franca contradição as repetidas afirmações governamentais sobre liberdade eleitoral e democracia [...]. Ou existe liberdade ou não existe [...].

Cassar a palavra a um político interrompendo-lhe um discurso, seja em rádio, televisão, praça pública ou recinto fechado é próprio de um estado discricionário, é condição arbitrária cujo reflexo evidencia violência sem nenhum disfarce.

[...] O sr. Carlos Lacerda pode ser um agitador e inclusive exorbitar-se nos pronunciamentos contrários ao atual governo. Não será, porém, com a adoção de medidas que revelem mais prepotência que a dele e mais violentas que aquelas que preconiza, que iremos ao encontro das liberdades pelas quais lutamos¹⁴¹.

Em 28 de outubro de 1966, cria-se o movimento conhecido como Frente Ampla, cujo objetivo era lutar pela restauração do regime democrático. A organização foi fundada por Carlos Lacerda e recebeu apoio de dois correligionários que antes eram considerados adversários políticos do líder udenista: Juscelino Kubistchek e João Goulart. O movimento surgiu devido ao alijamento sofrido por Carlos Lacerda após do golpe de 31 de março de 1964. Apesar de ter sido um dos principais articuladores no processo que depôs Jango, Lacerda passou a sofrer os efeitos do regime militar, principalmente, após a promulgação do AI-2 que excluiu sua candidatura à presidente da República. Além disso, com o bipartidarismo, os membros da UDN filiaram-se à ARENA, partido de situação e Lacerda afastou-se dos militares, sendo que os seguidores fiéis do ex-governador da Guanabara aliaram-se ao partido de oposição, o MDB.

¹⁴⁰SANT’ANNA, Antônio Carlos. Atualidades. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 01 de setde 19. 65.

¹⁴¹ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Atualidades. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 28 de set. de 1965.

Em setembro de 1966, a imprensa confirmava a formação da Frente Ampla. As negociações entre seus membros, principalmente de Lacerda com o político cassado e exilado em Lisboa, Juscelino Kubistchek, foram encaminhadas ao deputado do MDB, Renato Archer, e avançaram com certa facilidade. Em outubro, com a eleição do marechal Costa e Silva ao cargo de presidente da República e as constantes crises do Executivo e o Legislativo, o Congresso nacional foi fechado, no dia 21 de outubro de 1966. Comentava o DM que o presidente Castelo Branco “pouco se importou com tais aparências e deu ao congresso a pá de cal que de há muito se esperava, fechando-o”¹⁴².

Assim, a Frente Ampla foi lançada no dia 28 do mesmo mês, a partir de um manifesto de Carlos Lacerda publicado no jornal carioca *Tribuna da Imprensa*, defendendo a realização de eleições livres, reforma partidária e retomada do desenvolvimento econômico.

Destarte as constantes críticas a Carlos Lacerda, o *Diário da Manhã* viu-se obrigado a reconhecer que tal movimento tinha ideais próximos aos defendidos pelo o periódico, principalmente no concerne à retomada das eleições, desenvolvimento econômico e restauração dos princípios democráticos.

Entusiasmo, civismo, ideal, tudo pode estar fundido nessa união incrível para uns, correta para outros, e necessária para milhões. No entanto, diante de um fato concreto que é o atual estado político em que vivemos, ninguém deve nem pode duvidar que para Lacerda e Kubistchek chegaram à consecução do proposto em seu manifesto em lisboeta, terão de lutar muito, sobretudo se se considerar que JK está banido da vida pública e político do país e num indiscutível exílio, enquanto que seu novo aliado, Lacerda, poderá ser o próximo cassado do regime castelista. Haja o que houver, a sorte vai sendo lançada pelos que ontem eram inimigos e hoje compõem-se na firme decisão de recuperar o Brasil daquilo que taxaram de caos político, econômico e financeiro¹⁴³.

Tanto no pré, quanto no pós-golpe, o posicionamento do *Diário da Manhã* em relação à Lacerda e a UDN permanecia constante. Há consonância entre as opiniões de Antônio Machado Sant’Anna e Antônio Carlos Sant’Anna sobre Lacerda e, além disso, os textos de autores não identificados e não assinados, também aparecem no periódico, com críticas ao udenista. A justificativa do posicionamento do veículo era norteadas pela

¹⁴² SANT’ANNA, Antônio Carlos. Atualidades. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 28 de set. de 1965.

¹⁴³ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Atualidades. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 23 de out. de 1966.

oposição entre o nacionalismo, da qual o *Diário da Manhã* era defensor, e as medidas de Carlos Lacerda, que eram vistas como antidemocráticas.

Entretanto, com o endurecimento do regime militar após a promulgação do AI-2 e a criação da Frente Ampla por parte de Carlos Lacerda, fizeram com que o DM apoiasse, em certa forma, as medidas do udenista para o restabelecimento da democracia. Desse modo, percebemos que apesar do afastamento entre a ideologia dos diretores do periódico com a política lacerdista, ambos concordaram no que diz respeito à falta de liberdade do Governo Federal e acreditavam ser necessário lutar para restaurar os direitos civis e democráticos, mesmo em face de interesses diversos.

3. Política em Ribeirão Preto

A análise das questões referentes à Política Municipal irá se centrar em um recorte que privilegia os assuntos sobre os acontecimentos na Câmara Municipal, a atuação política dos diretores na cidade e as críticas ao poder Executivo local. Destacamos que alguns fatos foram separados em subtemas, que abrangem as discussões acerca do MAD, DOPS e Lincoln Gordon, explicitados posteriormente na pesquisa.

Para iniciar o estudo, partimos das considerações acerca do trabalho de Antônio Carlos Sant'Anna como presidente da APM, que contribuía significativamente para ampliar as discussões sobre o movimento municipalista em Ribeirão Preto, bem como as melhorias pela qual a cidade deveria passar. O diretor acreditava que através do desenvolvimento das comunas, impulsionado pelo municipalismo, a Nação alcançaria alto grau de desenvolvimento, visto que era um programa “conduzido por homens que pensam e agem com o espírito voltado para a solução dos sérios problemas que tanto afligem a Nação, e que somente através de elementos de pulso, inteligência, ação e dinamismo poderá levar o Brasil ao seu verdadeiro destino de líder de um mundo novo que está pela frente”¹⁴⁴. Dessa forma, nas palavras de Antônio Machado Sant'Anna, os municípios brasileiros alcançariam seu desenvolvimento pleno, ao exemplo dos EUA e Europa.

Municipalismo não é propriedade de ninguém, nem de grupos ou de partidos. É assunto que tem que ser tratado nos grupos escolares, nos ginásios, nas escolas superiores, porque municipalismo é pedra basilar da nacionalidade. Quando os

¹⁴⁴ SANT'ANNA, Antônio Machado. Trabalho municipalista no palácio do planalto. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, p.1., 19 de abril de 1961.

municípios brasileiros forem suficientes desenvolvidos, com economia fortificada e dentro do quadro que ora se verifica nos Estados Unidos e alguns países da Europa, não haverá dúvidas que teremos conquistado lugar destacado na liderança mundial¹⁴⁵.

Como presidente da APM, Antônio Machado Sant'Anna participava de Congressos nacionais promovidos pela entidade, como forma de ampliar as discussões municipalistas. A participação do diretor no VII Congresso da Associação Paulista de Municípios, entre os dias 27 a 30 de abril de 1961, em Serra Negra¹⁴⁶, trouxe diversos editoriais no DM sobre os debates levantados. Durante o encontro, prefeitos e vereadores se reuniram para discutir o problema das comunas e como solucioná-los, juntamente com membros da APM que colaboravam com ideias e planejamentos para a urbe. Destaca o diretor, que a solução dos problemas municipais só seria efetiva quando alcançarmos o desenvolvimento econômico, pois “enquanto não tivermos o município fortalecido economicamente, jamais poderemos ter aquela unidade e o poderio tão almejado para que sejamos, de fato, uma nação em toda a sua plenitude”¹⁴⁷.

Na visão do DM, o municipalismo representa o “esforço de uma coletividade em busca de meios para lutar e vencer o subdesenvolvimento, para fortalecer a célula-mater e possibilitar à administração recursos para enfrentar os problemas que a assoberbam”¹⁴⁸. De acordo com Antônio Machado Sant'Anna, os princípios postulados pelo municipalismo ganhavam contornos com as conquistas alcançadas pela APM. Relata o diretor que “o municipalismo venceu em linha reta e marcha esplendidamente para chegar a meta que é o maior fortalecimento das células-mater da nacionalidade, levando a palavra de fé a todos os Estados e mesmo no estrangeiro”¹⁴⁹.

A mesma opinião é compartilhada por Antônio Carlos Sant'Anna, que revela que “a Nação é o que são suas comunas. Do que realizam, do que reivindicam os municípios brasileiros, crescem”¹⁵⁰. Portanto, compreender a política municipalista seria uma forma de contribuir para a melhoria das cidades, para que assim, o Brasil pudesse

¹⁴⁵ SANT'ANNA, Antônio Machado. Concentração municipalista da APM em Ribeirão Preto. **Diário da Manhã**, p.1, 09 de maio de 1961.

¹⁴⁶ SANT'ANNA, Antônio Machado. Início de atividades do Congresso Municipalista. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 23 de abril de 1961.

¹⁴⁷ SANT'ANNA, Antônio Machado. Novos horizontes na vida municipal. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 28 de abril de 1961.

¹⁴⁸ SANT'ANNA, Antônio Machado. Municipalismo é trabalho e não trampolim político. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 25 de nov. de 1961.

¹⁴⁹ SANT'ANNA, Antônio Machado. Combate ao trabalho construtivo e decente. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 10 de dez. de 1961.

¹⁵⁰ SANT'ANNA, Antônio Carlos. Agiram bem os políticos locais atacando a política do governo. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 26 de dez. de 1961.

se desenvolver em sua plenitude, - tanto nacionalmente, quanto internacionalmente - em consonância com a administração das comunas.

Como parte dos programas municipalistas, o jornal era favorável “à criação de novos municípios, como fase evolutiva para que se dê possibilidades ao que desejarem se expandir”¹⁵¹. Também defendia o “apoio aos pequenos centros de produção e de interesse”¹⁵², ou seja, apoiando as cidades recém-criadas.

Antônio Machado Sant’Anna também participou do Congresso Interamericano de Municípios¹⁵³, onde várias cidades de todo o mundo se encontravam para debater o crescimento urbano e regional, econômico, além de procurar soluções que ajudassem as cidades na melhoria de suas políticas e administrações municipais. O diretor-chefe apresentava seminários sobre a cidade de Ribeirão Preto durante os Congressos, mostrando dados estatísticos e estudos sobre a administração pública e o desenvolvimento do município. Machado Sant’Anna tinha grande influência na sociedade ribeirão-pretana, como figura notória e presente no palco político da cidade.

É interessante observar que, apesar do periódico possuir um posicionamento contrário ao chamado “imperialismo norte-americano”, Machado Sant’Anna utilizava os Estados Unidos como símbolo de independência das cidades do interior, com o progresso e desenvolvimento municipal, exemplo que deveria ser seguido pelos municípios brasileiros.

O fator grandeza norte-americana reside no fortalecimento e auto-suficiência dos seus municípios. [...]

Cada comunidade americana tem a sua seção de “public relations” e setor de publicidade intensiva, no chamamento de capitais e para convocar valores que produzam e façam realçar o esforço comum. É o que precisamos. A semente está lançada. Basta apenas continuar¹⁵⁴.

Outro discurso adotado por Antônio Machado Sant’Anna é a exaltação do programa “Aliança para o Progresso”, que junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) elaborou um plano de financiamento aos municípios do interior, que dariam empréstimo às cidades, em troca de um amplo desenvolvimento

¹⁵¹ SANT’ANNA, Antônio Machado. São Paulo entre um novo período administrativo com 600 prefeituras. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 01 de jan. de 1964.

¹⁵² Idem, ibidem.

¹⁵³ O Congresso Interamericano de Municípios era uma reunião com diversos prefeitos de várias cidades do mundo, com o objetivo de integrar as administrações municipais e discutir melhorias para as políticas regionais. Machado Sant’Anna participava dos Congressos, junto com o prefeito ou demais autoridades políticas.

¹⁵⁴ SANT’ANNA, Antônio Machado. No fortalecimento e auto-suficiência dos municípios residem as forças naturais para vencer obstáculos. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, 09 de fev. de 1964.

econômico e político. Assim, dentro do programa da Aliança e junto ao BID, Ribeirão Preto teria facilidade em obter o empréstimo cotado em dois bilhões de cruzeiros para proporcionar a reforma dos serviços de esgoto, como a construção da estação de tratamento de resíduos, industrialização do lixo e mecanização da limpeza pública.

Outro assunto dentro da Política Municipal era a denúncia das precariedades da administração pública da cidade, como o déficit do orçamento municipal e de práticas ilícitas por parte de representantes da Câmara. Tendo em vista o recorte temporal da pesquisa, a análise contemplou a Prefeitura de Condeixa Filho¹⁵⁵ (1960-1964) e Welson Gasparini¹⁵⁶ (1964-1969).

Nos anos que seguiram a administração de Condeixa Filho, o DM mantinha-se relativamente neutro, diante da política prefeito municipal. Os poucos comentários contidos no jornal por vezes criticava as medidas do Executivo local, principalmente no concerne ao pagamento da dívida do governo anterior, ato não realizado por Condeixa Filho. Todavia, o diário criticava a campanha feita por demais elementos da imprensa ribeirã-pretana, contra o prefeito de situação, dizendo que “não obstante, sua conduta como administrador não merece a campanha contra ele desenvolvida. Notadamente, de forma deselegante como se faz.”¹⁵⁷.

Apesar da pesquisa contemplar quase o período inteiro da administração de Condeixa Filho, percebemos que pouco se comentava sobre os atos do Executivo local nesse período. Com a eleição de Welson Gasparini, em 1964, acentuam-se os comentários acerca do prefeito da época, visto que a regência do novo prefeito foi acompanhada de perto por Antônio Carlos Sant’Anna, que também concorreu ao cargo de prefeito na época. Apesar de adversários políticos, notamos que o redator-chefe apoiava o prefeito de situação, justificando a consciência política do jornal em prol dos benefícios do povo.

No texto “Aumento da taxa d’água, medida drástica” é notável o apoio do jornalista à Welson Gasparini. Antônio Carlos Sant’Anna comenta o aumento de preço da taxa de água no município e, apesar de o jornal ser contra a qualquer tipo de aumento, há certa simpatia com a política adotada pelo prefeito. O jornal afirmou que a

¹⁵⁵ Alfredo Condeixa Filho foi prefeito de Ribeirão Preto durante os anos de 1952 a 1955, e de 1960 a 1964, ficando por oito anos na regência do Executivo municipal.

¹⁵⁶ Welson Gasparini foi prefeito de Ribeirão Preto de 1964 a 1969, de 1973 a 1977, de 1989 a 1992 e de 2005 a 2008. Nos anos de 1964 a 1966 foi filiado ao Partido Republicano Paulista (PRP), sendo que em 1966, mudou para o partido ARENA, de situação.

¹⁵⁷ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Sobretudo, em nossas campanhas, mantenhamos o bom conceito que desfrutamos como imprensa. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.12, 07 de jan. de 1962.

ação de Gasparini deveria ser necessária, já que “os motivos que levaram o prefeito à sua decisão de elevar a taxa de água deverão ser bastante forte, pois, caso contrário, cremos que s. s. jamais tomaria medida tão drástica”¹⁵⁸.

Sobre as críticas feitas à Câmara de Ribeirão Preto, destacamos o texto do redator-chefe, Antônio Carlos Sant’Anna, intitulado “Impossível limiar a ação política da Câmara”, sobre os esclarecimentos que a Câmara deveria prestar à população. Segundo o jornal, “o plenário da Câmara Municipal é a própria tribuna do povo, que para ali enviou seus representantes”¹⁵⁹. Portanto, seria dever dos vereadores debater questões político-ideológicas e informar o povo sobre as decisões tomadas. A folha salienta que “o povo paga o trabalho dos vereadores justamente para ser bem informado”¹⁶⁰.

Há, também, textos que se voltavam contra o vereador municipal Fuad Hanna¹⁶¹, que além de ocupar um cargo dentro da Câmara Municipal, também realizava o trabalho de fiscal federal. O jornal ressaltava que “o certo é que o s. s. exerce, no momento, cargos incompatíveis tais como o de fiscal federal e vereador, e, sem nenhum precedente ou amparo legal”¹⁶². Nesse contexto, Fuad Hanna pede que o cargo de vereador seja exercido sem remuneração e, conseqüentemente, o político poderia exercer as duas funções da qual era empregado. Assim, o jornal salienta que apesar do cargo de vereador ser honroso, não deveria ser exercido por alguém com mais de uma profissão e sem remuneração. Para a folha, o fato dos vereadores se dedicarem inteiramente ao cargo, justificava o pagamento salarial, visto que “dedicando-se inteiramente a ele, ao cargo, nada mais justo e lógico que receber pelo trabalho desenvolvido em prol da coletividade, de remuneração à altura”¹⁶³. A discussão sobre o edil em questão, centrou-se no mês de fevereiro de 1964.

Em março, Fuad Hanna sobe ao cargo de vereador. O político logo ao assumir um lugar na Câmara tece severas críticas contra outros vereadores. Mais uma vez, o fato foi comentado pelo *Diário da Manhã*. Desta vez, em um artigo intitulado “Cassação ou impedimento, dá no mesmo”, do jornalista Raul Machado. O texto ressalta que Fuad

¹⁵⁸ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Aumento da taxa d’água, medida drástica. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 11 de março de 1964.

¹⁵⁹ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Impossível limitar a ação política da Câmara. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 01 de fev. de 1964.

¹⁶⁰ Idem, ibidem.

¹⁶¹ Fuad Hanna foi vereador de Ribeirão Preto entre os 1964-1982.

¹⁶² SANT’ANNA, Antônio Carlos. Venais e corruptos. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 18 de fev. de 1964.

¹⁶³ Idem, ibidem.

Hanna “investiu contra tudo e contra todos, fazendo acusações que, por indiscriminadas, atingiram à casa legislativa toda”¹⁶⁴. Percebe-se a consonância entre a opinião de colaboradores, com a postura político-editorial adotada pelo periódico.

No segundo semestre do ano de 1965, com a queda no número de textos opinativos no periódico e o processo de aposentadoria do diretor Antônio Machado Sant’Anna, os assuntos relacionados à política municipal eram publicados nas palavras do redator Sérgio Rubens Sant’Anna, filho do diretor do DM. Apesar de poucas informações sobre a biografia de Sérgio Rubens, o jornalista passou a escrever no periódico, bem como a administrar a empresa jornalística ao lado do irmão, Antônio Carlos Sant’Anna, já que o diretor-chefe e o pai dos redatores, Antônio Machado, estava entrando com pedido de aposentadoria.

Os textos de Sérgio Rubens Sant’Anna estavam localizados, na maioria das vezes, na terceira página do periódico. Rubens Sant’Anna passou a tecer comentários críticos sobre o aumento de impostos imobiliários na região e, além disso, sobre as decisões tomadas por Orestes Lopes de Camargo, dono do jornal mais famoso da região, o *A Cidade*, que ocupou o Executivo municipal durante a ausência do então prefeito Welson Gasparini, que estava em viagem aos Estados Unidos.

E a assessoria do sr. Prefeito? Não verificou que esse índice de valores é abusivo e altamente extorsivo à economia popular? Então a administração não cogita de verificar se a sugestão é válida para o efeito de tributação e, ainda, se essa tributação não é excessiva?¹⁶⁵

A partir de 1966, a presença de textos de Sérgio Rubens Sant’Anna é cada vez menor nas edições do DM, correspondendo ao fato da caída de publicações de textos opinativos no diário.

Os assuntos econômicos também eram discutidos sob o tema da Política Municipal, pois alguns editoriais focavam-se em abordar o problema do corte de crédito agrícola em 1966 e como o fato influenciava a administração local. No dia 31 de março de 1966, o assunto do mercado de crédito é abordado pela coluna “Atualidades”, de

¹⁶⁴ SANT’ANNA, Antônio Carlos. ou impedimento, dá no mesmo. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 05 de março de 1964.

¹⁶⁵ SANT’ANNA, Sérgio Rubens. Administração imatura. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.3, 01 de out. de 1965.

Antônio Carlos Sant'Anna, que dialoga com uma grande reportagem sobre o mesmo assunto e presente na última página¹⁶⁶.

Chamamos a atenção dos leitores para a reportagem desta página referente aos acontecimentos que abalam o mercado de crédito local, reflexo daquilo que se passa no país, objetivando dar-lhes a ciência da realidade que atravessamos. O assunto é sério e obriga enquadramento dentro de um plano indiscutivelmente elevado, pois resultante do que passa pode ser das mais tristes. Não é Ribeirão Preto apenas a atingida, são todas as cidades, são todos os setores ligados à produção, logo, é todo o Brasil efervescendo diante de um problema cujas bases não oferecem vislumbre a uma solução racional, e que, não obstante, poderá ocorrer¹⁶⁷.

Curiosamente, apesar de o trecho ser publicado no aniversário de dois anos do golpe civil-militar brasileiro, nada foi dito ou comentado pelo DM sobre o regime. O fato pode representar uma estratégia política do jornal, que para não sofrer restrições políticas, optou por não se pronunciar sobre a política militar na data mencionada.

De forma geral, o *Diário da Manhã* atuava no viés da política municipal denunciando e criticando manobras políticas, como o caso do vereador Fuad Hanna e, ao mesmo tempo, demonstrava apoio ao Prefeito de situação da época, Welson Gasparini. É importante notar que Antônio Carlos Sant'Anna, redator-chefe do periódico, foi candidato à Prefeitura da cidade no mesmo ano que Gasparini, em 1963. Apesar da derrota, o jornalista passou a apoiar o Prefeito. Essa posição também pode indicar uma estratégia do matutino, que visava a sua manutenção na cidade como veículo de comunicação e, além disso, um modo dos diretores manterem a imagem, já que tanto Antônio Machado Sant'Anna, quanto Antônio Carlos Sant'Anna eram participantes ativos da política municipal.

Nos subcapítulos que se seguem sobre Política Municipal, alguns deles retratam apenas os anos de 1964 e início de 1965, onde havia maior número de textos sobre a temática e, além disso, havia a movimentação de setores municipais a favor e contra o golpe civil-militar. É importante ressaltar que a partir do ano de 1965 que há crescimento nas notícias municipais e, ao mesmo tempo, redução no número de comentários sobre o tema. Os diretores do periódico dedicaram-se a escrever sobre assuntos da Política Nacional e crises econômicas e financeiras e as restrições às

¹⁶⁶ SEM AUTOR. Violenta restrição de crédito bancário geral afetando vida comercial, industrial e agrícola. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 31 de março de 1966.

¹⁶⁷ SANT'ANNA, Antônio Carlos. Atualidades. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 31 de março de 1966.

práticas democráticas, que, de certa forma, influenciavam na administração da cidade de Ribeirão Preto.

3.1. M.A.D

No dia do início do golpe, a cidade de Ribeirão Preto foi invadida pelo manifesto anônimo do Movimento Ativo Democrático (M.A.D), que apoiava os militares e pregava o fim da chamada “ameaça comunista”, representada por João Goulart e suas políticas das reformas estruturais de base. O manifesto foi publicado pelo jornal de grande representatividade local, *A Cidade*. Além do apoio à derrubada do governo de Jango, o manifesto do M.A.D também criticava jornais locais como *A Palavra de Ribeirão*, do professor universitário Divo Marino, o *Diário de Notícias* e seu diretor Pe. Celso Ibson Sylos, e o *Diário da Manhã*, considerado pelos elementos do M.A.D um “falso nacionalista” que não contribuía para o espírito democrático verdadeiro. Para o M.A.D, apenas com o fim da ameaça comunista o país poderia aspirar a liberdade democrática¹⁶⁸.

Segundo Marino (1998) e Paulino (2012) a reação do grupo anônimo M.A.D. foi de apoio ao regime militar instaurado, de pregação de ideologias anticomunistas e a favor da dita “democracia de direito”. Para os autores, o manifesto era a expressão das ultrageneralizações geradas nacionalmente, contra medidas progressistas e nacionalistas que se tinham se desenvolvido no governo de João Goulart. A entidade era composta por fascistas e que seus membros chegaram até mesmo a visitar o delegado regional de polícia, Celso Camargo Azevedo, com o objetivo de expor seus propósitos. Osório Carlos do Nascimento¹⁶⁹, vereador de Ribeirão Preto em 1964, afirma que alguns políticos e membros da elite local participavam de reuniões da organização, e chegaram a criticar o prefeito democraticamente eleito, Welson Gasparini.

Marino (1998) ainda ressalta que o M.A.D desejava tumultuar a cidade. Em 8 de abril de 1964, o mandato do vereador Pedro Azevedo Marques, do PSB, foi cassado, pois o político fora considerado “subversivo”. O acontecimento teria sido influenciado pelos representantes da entidade anônima, que teriam denunciado o vereador. A sessão da Câmara foi secreta e apresentou várias irregularidades, sendo que sua cassação foi feita através de “acordo de cavalheiros”, fato que permitiu que os militares locais se

¹⁶⁸ SEM AUTOR. M.A.D Movimento Ativo Democrático. *A Cidade*, Ribeirão Preto, p.1, 31 de março de 1964.

¹⁶⁹ Osório Carlos do Nascimento (entrevista no.1), em depoimento à bolsista.

acalmassem. Devido às inúmeras irregularidades do processo, o vereador voltou a ocupar seu cargo na Prefeitura depois de sete meses da cassação.

Mesmo antes da veiculação do manifesto M.A.D, o grupo anônimo já praticava atos e escrevia críticas aos três jornais nacionalistas. A atuação do grupo articulava-se aos movimentos que conspiravam contra o governo de Jango. Dias depois, os diretores do *Diário da Manhã* escreveram textos sobre a conduta considerada irregular da entidade, como uma forma de resposta aos ataques.

Esta folha é livre e independente, orientando-se por princípios cristãos e ideias democráticas; mas nacionalista; em consequência, quando elementos ainda desconhecidos para nós, mas dizendo-se representantes de uma entidade juridicamente inexistente passam a nos agredir e desejam subverter a ordem, apaniguados inclusive pela Polícia, em sã consciência os responsabilizamos por tudo o que nos acontecer moral, física e materialmente; aos nossos redatores e aos operários que conosco labutam, porque, finalmente, todos os males e prejuízos que futuramente tivermos mercê desta campanha de ódio e anticristã, de homens retrógrados e superados, lhes competirá a responsabilidade exclusiva.

Aos “donos da democracia” lançamos um repto para debaterem conosco – em público – suas razões ideológicas, políticas, religiosas e o que mais desejarem. O povo será o juiz, porque através dele ouve-se a voz de Deus¹⁷⁰.

O *Diário da Manhã* utiliza o termo “campanha de ódio” para designar os atos praticados pelo M.A.D. Para o periódico, os indivíduos que compunham o Movimento Ativo Democrático pouco entendiam o que realmente eram as reformas de base e a dita democracia.

Foi com grande surpresa que tomamos conhecimento de que está se processando, nesta cidade, uma campanha de ódio, provocada por indivíduos inescrupulosos, de procedência duvidosa, ignorantes e que não evoluíram. Continuam com os mesmos métodos superados da mistificação, da intriga, da mentira e da pregação de uma campanha que cognominaram de “defesa da democracia”, quando que por democracia eles entendem apenas a garantia do que é de cada um, (muitas vezes sem poder explicar bem como conseguiram ficar ricos), no desejo de oprimir os humildes, destruir a ideia de expansão nacional e continuar o país atrelado aos carros dos exploradores do povo. Para essa gente o bem da coletividade não existe. Entendem que a coletividade dever ser explorada apenas em benefício de alguns¹⁷¹.

¹⁷⁰SANT’ANNA, Antônio Carlos. Campanha de ódio em Ribeirão Preto. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, 15 de março de 1964.

¹⁷¹ SANT’ANNA, Antônio Machado. A ideia de que a terra pertence ao povo é tão velha quanto a república nos EEUU. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 17 de março de 1964.

É possível perceber a crítica à entidade por parte do *Diário da Manhã* no texto de Antônio Carlos Sant'Anna "O por que das reformas", que além de defender a política de João Goulart pelas reformas de base, o redator-chefe ainda cita o M.A.D.

[...] Com as reformas, haverá maior capacidade de renda nacional e com esta, surge a emancipação de todo um povo, de toda uma nação, o nosso Brasil!
O que desejam, o que querem, afinal, os articuladores do MAD?
Não é o progresso? – Não será democrática distribuição de riqueza? – Não será respeito à religião, entendida e divulgada em base da doutrina social?
O que desejam os homens do MAD afinal?
Não será o mesmo por que lutamos, nós os nacionalistas? E sendo assim, por que nos agridem, nos infamam, nos perseguem e nos vilipendiam?
Onde o espírito democrático dessa gente? Onde sua caridade cristã?¹⁷²

Marino (1998) relata que os homens do M.A.D convocaram um encontro formal com os representantes dos jornais atacados pelo manifesto, na extinta emissora de rádio PRA-7, no dia 31 de março de 1964, às 20 horas. Compareceram ao encontro os jornalistas Divo Marino, do semanário *A Palavra de Ribeirão*, o Pe. Celso Ibson Sylos, do *Diário de Notícias* e o redator-chefe do *Diário da Manhã*, Antônio Carlos Sant'Anna. O intuito era debater a realidade nacional, face aos recentes acontecimentos da política brasileira.

Antônio Carlos Sant'Anna, no texto "Configuração da pressão econômica", comenta o comportamento dos representantes do M.A.D que, segundo o jornalista "nos atingiram na essência: nossa liberdade. Agravaram seu primeiro pronunciamento contra atividade altamente prejudicial aos nossos interesses e os daqueles que julgamos defender com nossa atuação profissional"¹⁷³.

Os três jornalistas tinham como objetivo defender as reformas de base, o nacionalismo e criticar o latifúndio improdutivo e as práticas fascistas de Carlos Lacerda. No mesmo dia do encontro seria deflagrado o golpe civil-militar, com o apoio general Amauri Kruel, que se posicionou favorável ao movimento iniciado em Minas Gerais. Os quatro jornalistas presentes na PRA-7, quando noticiados sobre o golpe, decidiram deixar a cidade de Ribeirão Preto, temerosos de serem presos. Os representantes do M.A.D não apareceram ao encontro.

¹⁷² SANT'ANNA, Antônio Carlos. O por que das reformas. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 17 de março de 1964.

¹⁷³ SANT'ANNA, Antônio Carlos. Configuração da pressão econômica. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, 19 de março de 1964.

3.2. DOPS

O aparelho de repressão política atuou em Ribeirão Preto em conjunto com a Polícia Política da região e uma gama de delatores, que atuavam denunciando práticas que não condiziam com a política militar. Segundo Marino (1998), alguns jornais foram fechados e tiveram suas gráficas depredadas, antes mesmo da instauração da Ditadura Militar, como aconteceu com o semanário *A Palavra de Ribeirão* e o periódico *Diário de Notícias*.

Logo após o golpe, o jornal *Diário da Manhã* também foi impedido de circular, por ser considerado subversivo. O redator-chefe, Antônio Carlos Sant'Anna, também foi levado ao DOPS local para prestar depoimento por ser acusado como infrator da Lei de Segurança Nacional, por causa do caráter de seus textos, que eram vistos como ameaças à liberdade e a Nação. Entretanto, nada foi provado contra o ele, que foi liberado e teve suas acusações retiradas pelo Juiz da 1ª. Vara, Luiz Campos Maia Filho¹⁷⁴.

Para Marino (1998), os inquéritos do DOPS, submetendo inúmeros jornalistas e figuras públicas de Ribeirão Preto, como Antônio Carlos Sant'Anna, o estudante Wilson Gameiro e o vereador Pedro de Azevedo Marques, tinham como finalidade a repressão, visando ao engessamento da liderança crítica da classe média (MARINO, 1998. p. 84). As diversas práticas que utilizavam a força para reprimir o que era considerado “subversivo” foram comentadas pelo jornal, como no caso ocorrido na capital carioca.

O país presencia estarecido a onda de absurdos que contra os nossos supremos interesses vem sendo erguida pelos homens do poder, tendo-se este como poder de momento, tal como é o caso dos policiais da Guanabara, local em que prevalece a prepotência de mão dada com o cinismo, segundo a imprensa carioca.

A Livraria Intiluv, que funcionava no Edifício Santos Vahlis, foi destruída pelos Policiais de Ordem Política da Guanabara nos primeiros dias de abril. O quebra-quebra lá verificado teve origem no objetivo da repressão a atos subversivos praticados pelo russo Boris Peimer, no caso o proprietário do estabelecimento¹⁷⁵.

Apesar de Antônio Carlos Sant'Anna sofrer com a delação regional, não há registros de que o *Diário da Manhã* tenha sofrido represálias com o uso de força por

¹⁷⁴ SANT'ANNA, Antônio Carlos. Homens que negam a Deus e repudiam os mais sagrados ditames da honra. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 11 de dez. de 1964.

¹⁷⁵ SANT'ANNA, Antônio Carlos. Polícia carioca quebra – o povo paga. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 02 de nov. de 1964.

parte da Polícia Política local. O fato pode contribuir para revelar que o veículo possuía estratégias políticas e trânsito na cidade que garantiram sua sobrevivência.

3.3. Lincoln Gordon

No mês de abril do ano de 1965, Ribeirão Preto recebeu a visita do embaixador americano Lincoln Gordon, elo entre o governo dos Estados Unidos e o golpe civil-militar de 1964. Segundo Paulino (2012), a classe média urbana saudava a presença do embaixador na cidade, chegando até mesmo a o entregar o título de cidadão ribeirão-pretano. De outro lado, havia um amplo movimento popular, representado pelo PCB e os estudantes do município, contra a presença do embaixador.

Tamanha repercussão do fato não poderia deixar de ser noticiada e comentada pelo *Diário da Manhã*. Todavia, durante a presença de Lincoln Gordon em Ribeirão, o periódico teve, novamente, um posicionamento contraditório. Ou seja, o diário era simpático às políticas reformistas de João Goulart, pregava a independência e progresso nacional livre de capital e influência estrangeira, mas apoiou à vinda do embaixador a cidade.

Mostrou-se surpreendido o prof. Lincoln Gordon, nas rápidas horas que aqui passou anteontem com o que lhe foi dado a ver, observar e anotar quanto aos diversos aspectos com que a cidade que mais cresce no interior lhe apresentou. [...] Aliás, em seus pronunciamentos, quer na Prefeitura como na Recreativa, foram de molde a permitir ao repórter avançar nos prognósticos, de que essa visita foi das mais proveitosas, sob todos os aspectos, realçando a maneira espetacular de nossa cidade, as autoridades e ao povo¹⁷⁶.

Essa contradição também é vista no artigo de Raul Machado publicado no jornal, que comenta sobre as manifestações contra a presença de Lincoln Gordon. Para o jornalista, esses movimentos contra a visita de Lincoln Gordon eram vistos como práticas de uma “falsa esquerda”, de “criaturas politicamente mal informadas”. A opinião do jornalista Raul Machado não necessariamente apresenta o posicionamento do jornal, entretanto, visto que a maioria dos artigos veiculados no periódico seguia a mesma linha política do matutino, há que se especular sobre o posicionamento do veículo quanto ao acontecimento.

Raul era defensor das causas nacionalistas, integrado ao Núcleo Nacional de Ribeirão Preto. Em 1963, foi candidato a vereador municipal pelo PSB, junto com a

¹⁷⁶ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Impressões de um professor universitário sobre as diversas facetas de nossa cidade. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, p.8, 23 de abril de 1965.

candidatura à Prefeito do redator Antônio Carlos Sant'Anna. Também foi perseguido pelo DOPS local, no ano de 1964.

Não. As manifestações de desagrado não vieram daqueles que se colocam ideologicamente contra o sr. Lincoln Gordon. Vieram, isso sim, de criaturas politicamente mal formadas e que, por oposição ao prefeito, deram mostras de que sacrificam mesmo o prestígio da cidade contanto que suas mesquinhas ambições de mando sejam realizadas.

Nada tem a ver a esquerda com tais atitudes. Foram os derrotados, os aliados do poder local, os superados políticos, daqui mesmo com “ideologia municipal” mesmo, os que ensaiaram uma manifestação que não teve no seio do povo, que foi nobre, gentil e educado¹⁷⁷.

O dito apoio à vinda do embaixador Lincoln Gordon a Ribeirão Preto ressalta, novamente, o caráter por vezes contraditório do *Diário da Manhã*. Embora Antônio Carlos Sant'Anna fizesse críticas às políticas norte-americanas, o jornalista enalteceu a vinda do embaixador estadunidense. Essa análise reforça a tese de Carneiro Júnior (2002), que defendia que a folha possuía um posicionamento híbrido em relação à política do momento.

4. Economia e Indústria

As considerações sobre a Economia e a Indústria escritas no *Diário da Manhã* seguem dois caminhos, antes e depois do golpe. No pré-golpe, a maioria dos textos tratava sobre a necessidade de contenção da inflação, e comentários acerca da economia municipal. De acordo com o DM, um município economicamente fortalecido e que, conseqüentemente, resultaria no estado e país independentes do capital exterior, mesmo princípio pregado pelo movimento municipalista já abordado. Para o jornal, “o município, economicamente fortalecido, garantirá um Estado em progresso constante e um país respeitado, com as características de potência de primeira grandeza”¹⁷⁸. Destaca o jornal que a exemplo do município de Ribeirão Preto, a cidade possuía fortes atributos para a industrialização do campo, como uma garantia de desenvolvimento econômico¹⁷⁹.

¹⁷⁷ MACHADO, Raul. Sobre as manifestações políticas. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.3, 23 de abril de 1965.

¹⁷⁸ SANT'ANNA, Antônio Machado. Municípios economicamente fortalecidos tornam o Estado e o país independentes. **Diário da Manhã**, p.1, 13 de março de 1964.

¹⁷⁹ SANT'ANNA, Antônio Machado. Uma oportunidade que não podemos perder. **Diário da Manhã**, p.1, 21 de maio de 1961.

Ademais, o problema da inflação que atingia o Brasil durante os anos de 1960, era comentado pelos diretores como fator essencial de contenção no plano econômico. Para o jornal, os brasileiros já tinham consciência do sério problema de aumento dos preços e era necessário “combater tenazmente a inflação, a fim de caminharmos para a almejada estabilidade, que há de nos proporcionar segurança, confiança e tranquilidade no futuro”¹⁸⁰. Desse modo, era o papel do governo garantir a melhoria da qualidade de vida da população, e não piorá-la.

Diante do cenário inflacionário, defendia o diário que era dever do Gabinete de Ministros, durante o regime parlamentar, conter os preços antes mesmo de se elevar os salários. Segundo o DM, se essa política não fosse verificada, “antes mesmo de se elevar os salários, estes serão consumidos pela violência com que os aproveitadores da situação anômala agem: criminosamente”¹⁸¹. Ironiza Antônio Machado Sant’Anna, que a situação do trabalhador brasileiro deveria permanecer a mesma, de acordo com o governo, pois se exigisse mais poderia ser considerado subversivo. Diz o diretor que em tom de deboche que “o povo que se dane e o trabalhador que treine para aprender a comer uma vez só por dia e andar em farrapos, porque se gritar, em nome da razão e do direito, será apontado como comunista”¹⁸².

O posicionamento nacionalista do DM também era evidenciado nas questões referentes à economia e indústria. De acordo com o jornal, a garantia do desenvolvimento do país e a sua consequente recuperação econômica, “só terá fim quando a força energética, a capacidade motriz de nossa indústria, estiver em mãos do governo e por ele acionada”¹⁸³, ou seja, com a nacionalização das empresas. Além disso, destaca o periódico a necessidade de ajudar o campo, com “energia elétrica suficiente para movimentar a capacidade aquisitiva e produtora da imensa legião de patrícios que o habitam”¹⁸⁴.

Vale ressaltar que no período anterior ao golpe militar eram poucos os editoriais e artigos que abordavam a situação econômica. Frequentemente, vimos comentários

¹⁸⁰ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Atualidades. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 06 de abril de 1961.

¹⁸¹ SANT’ANNA, Antônio Machado. O Congresso Nacional e o Gabinete estão com as obrigações de Jânio, assumidas em compromisso de louco. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 06 de out. de 1961.

¹⁸² SANT’ANNA, Antônio Machado. Medidas drásticas contra a carestia. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 08 de out. de 1961.

¹⁸³ SANT’ANNA, Antônio Carlos. A nacionalização das empresas elétricas consolida a nossa independência econômica. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 10 de out. de 1961.

¹⁸⁴ SANT’ANNA, Antônio Carlos. A nacionalização das empresas elétricas consolida a nossa independência econômica. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 10 de out. de 1961.

sobre os assuntos financeiros, aliados à defesa das reformas de base, já explicitadas anteriormente. Desse modo, inferimos que a preocupação central do DM nesse momento era para com a concretização das reformas estruturas de base, que garantiriam o desenvolvimento do Brasil, através de mudanças no sistema político, eleitoral e estrutural.

No pós-golpe, as críticas do jornal concentraram-se nas propostas econômicas de Roberto Campos e Octávio Bulhões e o seu Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). O DM era contrário à contenção salarial, uma das propostas do plano, visto que na ótica do próprio jornal, essa medida só havia prejudicado a classe trabalhadora. Nesse período, aumenta a quantidade de textos sobre essa temática.

Outra contestação sobre a economia no país era o privilégio dos americanos no mercado, sendo que os estadunidenses haviam adquirido até mesmo uma indústria de minérios nacional, a Hanna Ming Co. Para o jornal “de todas as preocupações a que mais aflige aos brasileiros neste precioso momento é a relacionada com a permissão de um embarcadouro a uma companhia particular de mineração norte-americana em território nacional”¹⁸⁵. Os diretores do jornal defendiam que o Brasil deveria ter mais autonomia e confiar nos meios de produção nacional, ao invés de clamar por ajuda financeira e conceder privilégios ao exterior.

A crise econômico-financeira era um dos principais assuntos utilizados pelos diretores do DM para criticar o Governo Federal e medidas protecionistas de outros países, principalmente, dos Estados Unidos. Para o periódico, a estagnação econômica causada pela política de Roberto Campos durante a regência de Castelo Branco, não trouxe desenvolvimento para o Brasil e, além disso, o povo sofria constantemente com as altas inflações do mercado.

Além disso, o aumento do custo de vida tinha relação com a economia castelista que mantinha a economia estagnada e a alta dos preços, tais como da carne, do combustível e do dólar. Segundo o DM, a carestia social era tão grande que ninguém mais concordava com as declarações dos assessores governamentais ¹⁸⁶.

Ainda no setor econômico, outro assunto comentado pelo DM foi a crise bancária que dispensou cerca de 30% do quadro de funcionários do setor de crédito.

¹⁸⁵ SANT’ANNA, Antônio Carlos. O Brasil em 7 dias: a Hanna e a Petrobrás. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 22 de nov. de 1964.

¹⁸⁶ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Atualidades. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 04 de jan. de 1966.

Para o periódico, as medidas tomadas pelo Governo Federal de ordem econômica e financeira, deveriam ser discutidas em âmbito social; ou seja, como afetaram o povo.

É importante salientar que era através dos assuntos de ordem econômica que o jornal tecia críticas ao regime militar em vigência. Desse modo, inferimos que os comentários indiretos sobre o Estado militar era um modo do DM mostrar seu posicionamento contra as medidas federais, sem sofrer represálias.

À medida em que os dias correm, vão surgindo decisões de ordem administrativa no âmbito federal cujo alcance deve ser discutido no plano social. Sem perder de vista a conjuntura política falamos do ângulo sociológico do problema, onde, é fácil constatar, nuvens densas vão se acumulando e dando-nos perspectivas nada agradáveis do que poderá vir a ocorrer em futuro não muito distante, caso persistam nossas autoridades em atuar como um estado fascista, não obstante falar-se muito na democracia entre nós¹⁸⁷.

O tema da indústria era voltado ao centro industrial do ABC paulista, o “maior parque da América Latina”¹⁸⁸ onde floresciam as mais famosas indústrias do país.

Além do ABC, a Petrobrás também era uma constante nos textos opinativos, não apenas pelo petróleo, mas também sobre assuntos relacionados à má administração da empresa, bem como os escândalos dentro da Petrobrás que vinham a público. O jornal comentava que “a luta pelo monopólio do mineral tornou-se mais legítima com as últimas decisões do governo federal”¹⁸⁹, de nacionalização do Petróleo, defendido pelo periódico.

5. Jornalismo e Imprensa

As análises sobre as questões referentes ao Jornalismo e a Imprensa centraram-se nos textos do DM que abordavam o posicionamento explícito do jornal, bem com as concepções do jornalismo e da profissão apresentadas pelo periódico e por seus diretores. Vale ressaltar que os princípios democráticos e nacionalistas postulados pelo DM são observados em suas manifestações acerca da liberdade de expressão, em consonância com o papel do jornalismo de informar a sociedade e questionar falcatuas políticas e administrativas. Sendo assim, destaca o jornal que os jornalistas ocupam

¹⁸⁷ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Atualidades. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 10 de fev. de 1966.

¹⁸⁸ SANT’ANNA, Antônio Machado. Firmando convênios intermunicipais para o desenvolvimento das comunas. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, 05 de jan. de 1964.

¹⁸⁹ SANT’ANNA, Antônio Carlos. A Petrobrás continua intocável. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 30 de jan. de 1964.

posição de relevo social em todo o mundo, sendo apenas em locais de culturas atrasadas, que a profissão é vista “com ironia ou mesmo combatido, porque sua atividade, sua visão, sua perspicácia, fazem mal e causam danos aos que não conseguem sair do terra-a-terra vulgar”¹⁹⁰. De acordo com a visão do DM, a profissão do jornalista era nobre, pois defendia os “postulados democráticos em prol daquilo que o povo deseja”¹⁹¹.

Em um artigo do colaborador Waldo Silveira, há uma discussão sobre o papel do jornalista dentro da sociedade e a necessidade da valorização da profissão, que muitas vezes é injustiçada. O discurso de Silveira parte do princípio de que o profissional é de indiscutível utilidade social e deve estar atento aos acontecimentos da para noticiá-los de forma clara. Para o autor, perdura um conceito injusto de que o jornalismo é uma atividade ociosa e que o profissional da imprensa pouco trabalha. Todavia, revela Silveira:

Os que abrigam semelhante conceito, não atinam para a indiscutível necessidade da imprensa em qualquer comunidade. Sem jornais não há notícias. Sem notícias o homem não tem informações com que nortear as suas próprias atividades, precaver-se contra acontecimentos iminentes. Sem jornal não se propagam ideias novas necessárias ao aperfeiçoamento cultural da comunidade. Até a publicidade comercial veiculada pela imprensa tem o seu valor no desenvolvimento cultural de um povo. Sem os jornais não se propagam os conhecimentos científicos, as conquistas culturais de um modo geral. E sem os jornalistas não há jornais¹⁹².

Tendo em voga o destaque do jornalismo para a sociedade, o DM também discute a importância dos impressos do interior para os municípios do estado de São Paulo. Segundo o diário, a função dos periódicos interioranos torna-se árdua dada às condições adversas do ambiente regional, pois a compra de maquinários e o investimento em publicidade para garantir a permanência dos jornais eram facilitados nas capitais. Mesmo assim, evidenciando o próprio trabalho, diz o DM que procura “nesse longo jornadejar tem procurado servir a coletividade, dentro de uma linha de coerência, de decência e, sobretudo, de interesse das aspirações populares”¹⁹³. O mesmo preceito é compartilhado por Antônio Carlos Sant’Anna, afirmando que na sua posição

¹⁹⁰ SANT’ANNA, Antônio Machado. Escolha de jornalistas para elevados cargos. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 16 de abril de 1961.

¹⁹¹ SANT’ANNA, Antônio Machado. Sessenta e cinco anos de lutas inteiramente ao lado do povo. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 01 de jun. de 1963.

¹⁹² SILVEIRA, Waldo. A profissão de jornalista. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.3, 22 de jan. 1964.

¹⁹³ SANT’ANNA, Antônio Machado. Mais uma etapa vencida pelo decano da imprensa. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 01 de jun. de 1961.

enquanto jornalista, que “jamais contrariamos os ditames de nossa consciência. Jamais investimos contra o interesse popular. Jamais torcemos a verdade!”¹⁹⁴.

Apesar dos percalços e dificuldades pela qual passava a imprensa no interior, o DM coloca-se em posição favorável diante da sociedade ribeirão-pretana. Salienta o jornal, que a empresa jornalística vinha “dando impulso e acelerando, em sentido dinamizador, não somente à sua equipe, hoje das mais completas do interior, mas, estimulando mesmo, em sadia concorrência, aos demais em ação que podemos denominar padronizada”¹⁹⁵. O fato demonstra a aproximação do diário com a modernização empresarial da imprensa, já praticada por grandes veículos das capitais nos anos de 1950, relevando a representatividade do DM em Ribeirão Preto. O matutino afirma que faz um “jornalismo atuante, fugindo do rameirão comum, da vulgaridade, como profissionais conscientes e que desejam cumprir fielmente a sua missão”¹⁹⁶.

Ainda sobre os jornais do interior, Antônio Machado Sant’Anna comenta que a manutenção da imprensa nos municípios de São Paulo é uma necessidade imperiosa, visto que o jornalismo atuava “nas boas causas e na defesa dos humildes”¹⁹⁷. Mesmo com “o número de redatores é reduzido, pois o material é difícil”, e o noticiário fraco, os diários interioranos deveriam agir em prol do povo, defendendo os interesses das classes menos privilegiadas. Para o jornal, essa era a luta do DM, que ratificava publicamente sua “posição de luta contínua em favor das classes oprimidas”¹⁹⁸.

Reafirmando o caráter nacionalista do periódico, o DM posiciona-se como uma folha “livre e independente, orientando-se por princípios cristãos e ideias democráticas; mas nacionalista”¹⁹⁹. A orientação católica do matutino aproximou o jornal com volante católico *Diário de Notícias*, visto por Antônio Carlos Sant’Anna como:

jornal de linha católica, dirigido com pulso firme por um profissional competente e sacerdote evoluído, afinado com o sentimento cristão que – por natural – impõe respeito ao semelhante seja ele quem for, não poderia sucumbir

¹⁹⁴ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Dias de sucesso hão de vir para nossa gente; é o que nos conforta e nos estimula. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.12, 01 de jun. de 1961.

¹⁹⁵ SANT’ANNA, Antônio Machado. Confraternização necessária para engrandecer a imprensa. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 16 de dez. de 1961.

¹⁹⁶ SANT’ANNA, Antônio Machado. Jornalismo no sentido de bem servir o leitor. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 24 de jan. de 1962.

¹⁹⁷ SANT’ANNA, Antônio Machado. Nem tudo é fácil para um jornal que se quer manter independente. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 08 de jun. de 1962.

¹⁹⁸ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Nossa luta não se iniciou ontem. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 11 de set. de 1962.

¹⁹⁹ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Campanha de ódio em Ribeirão Preto. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, 15 de março de 1964.

a não ser que razões poderosas o levassem à cova rasa onde são atirados os abandonados...²⁰⁰

Em 20 de fevereiro de 1964, o *Diário de Notícias* é proibido de circular na cidade. De acordo com Antônio Carlos Sant’Anna, a restrição imposta ao “jornal dos padres” era uma das artimanhas da indústria do anticomunismo e reacionária, que combatia jornais favoráveis aos interesses do povo. Para o redator, privar a publicação de um impresso era desconsiderar os postulados democráticos e a liberdade de expressão. De certa forma, os conceitos democráticos e nacionalistas defendidos pelo jornal esbarravam diretamente em uma crítica ao governo militar, que proibia a circulação de certos jornais em nível local e nacional que, segundo o *Diário da Manhã* consistia em uma prática imoral²⁰¹.

Os jornais, como o DN e este DIÁRIO DA MANHÃ, integrados na luta contra o subdesenvolvimento, contra o colonialismo, contra a exploração do trabalho, contra a especulação da terra, enfim, contra a usurpação de legítimos direitos do homem, estão, já está fartamente comprovado, sob ameaça constante de fechamento total ou paralisação temporária. Isto não sucede por mera coincidência nem por acaso. Ocorre unicamente devido à omissão daqueles brasileiros, católicos, cristãos em geral, ateus até, que não entenderam ainda da necessidade de uma imprensa livre para defesa da coletividade contra tantos males sociais²⁰².

No dia 4 de março de 1964, o *Diário de Notícias* volta a circular. O acontecimento é anunciado em manchete pelo DM, em conjunto com artigo de Antônio Carlos Sant’Anna, ressaltando os esforços desempenhados para a concretização de tal fato, e criticando os membros responsáveis pelo sufocamento do jornal. Todavia, o *Diário de Notícias* teve a sua morte anunciada logo depois da instauração do regime militar.

Também destacamos o fechamento do próprio *Diário da Manhã* por dois meses após golpe. Sendo um dos líderes de circulação regional, o jornal reconhecia o seu potencial dentro da sociedade, e agradecia aos seus leitores, que seriam os responsáveis pelo desenvolvimento e progresso do matutino. O DM era um dos periódicos de maior circulação, da qual “todos têm observado nosso desenvolvimento. E agradecemos aos que nos

²⁰⁰ SANT’ANNA, Antônio Carlos. A César o que é de César, ao povo o que é do povo. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 21 de fev. de 1964.

²⁰¹ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Imprensa livre é sinal de país em ordem. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 20 de nov. de 1964.

²⁰² SANT’ANNA, Antônio Carlos. Autodeterminação. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 26 de fev. de 1964.

incentivam”²⁰³, e os diretores agradecem a preferência pública, sendo necessário, até mesmo, o aumento de sua tiragem.

Em 31 de março de 1965, o *Diário da Manhã* publica o editorial “Um primeiro aniversário”, destacando a medida arbitrária em nome da “democracia”, que conduziu à interrupção de sua publicação no mesmo dia e mês do ano anterior.

Há precisamente um ano o DM era impedido de circular pela primeira vez em sua existência, e órgão combativo, livre e independente. Impedido, sob pretexto de que havia sido deflagrada uma revolução em prol da democracia no país, em visto do que, supomos ainda hoje face à arbitrariedade, devíamos ser mantidos à parte como tal como se pela democracia não lutássemos constantemente. Tal como se a liberdade que sempre defendemos fosse de fato diferente daquela pela qual diziam se empenhar os que em seu nome cometem injustiças e violências, aberrações combatidas sempre por esta folha. Ficamos 60 dias fechados, impedidos de lançar o nosso protesto escrito, tolhidos em nosso direito constitucional pelos que diziam defender a constituição. Sofremos acusações sem o direito de defesa²⁰⁴.

Tanto a luta pela reabertura do *Diário de Notícias*, quanto às críticas ao fechamento do próprio *Diário da Manhã*, além do posicionamento a favor da liberdade de imprensa, revelam uma consciência jornalística dentro dos preceitos democráticos. Para o jornal, a liberdade de imprensa era imprescindível e práticas que impediam ou decretavam o fechamento de qualquer veículo eram incompatíveis com a democracia.

O fechamento do DM ainda era retomado nos textos opinativos do periódico, como exemplo de restrição à liberdade de imprensa e aos princípios democráticos. Era comum que na data de 01 de abril, o redator-chefe Antônio Carlos Sant’Anna escrevesse em seu quadro “Atualidades”, sobre o impedimento de circulação do jornal. Vale a transcrição do comentário do redator-chefe sobre o acontecimento:

No dia de hoje, há três anos passados, o DIÁRIO DA MANHÃ não circulava. Sem outra razão mais aceitável, sofreu drástica punição “revolucionária”, ficando durante os dois meses seguintes de portas fechadas, não obstante inúmeras ordens para que elas fossem reabertas, ordens então superadas pela vontade de um único homem, justamente aquele que, à época, era o comandante revolucionário de nossas bancas caboclas. Tal punição, imposta como foi, à força, sem maiores explicações, mereceria reparo judicial e se até hoje não o fomos buscar não foi porque nos julgávamos merecedores da violência, mas, e tão somente, por ainda estarmos à espera do momento oportuno que agora é chegado.

²⁰³ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Razão de nossa vitória. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 01 de out. de 1964.

²⁰⁴ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Um primeiro aniversário. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 31 de março de 1965.

Nada justificava o fechamento “manu-militante”, do jornal, sobretudo se se considerar que sua reabertura e seu retorno à circulação deram-se nos mesmos moldes e com os mesmos redatores, posteriormente reconhecidos pela justiça como profissionais à altura de suas responsabilidades e dignos, portanto, do exercício da atividade jornalística [...] ²⁰⁵.

Antônio Machado Sant’Anna destaca ainda, no mesmo editorial transcrito, que o regime imposto de 1964 resolveu o problema de uma minoria, enquanto deixou a indústria, a agricultura e muitos profissionais liberais em situação crítica diante do cenário econômico. Fazer o balanço da revolução e lembrar o fechamento do DM, segundo o redator-chefe, era um modo do próprio periódico e seus dirigentes protestarem contra a dita revolução de março.

Sobre o cenário econômico e a sua relação com a imprensa e à própria prática do jornalismo, a escassez do papel, matéria-prima primordial para conceber o jornal impresso, fez com que vários periódicos sofressem para continuar em circulação, inclusive o próprio DM. Como maneira de alertar seus leitores, os diretores anunciaram o aumento na tabela de preços de assinaturas da folha, bem como os da sua venda avulsa. Mesmo assim, não garantiram a promessa de continuidade do diário.

Isso de jornais andarem dizendo que a vida está estabilizando e que no ano próximo nadaremos em um mar de rosas não deixa de ser interessante, porque dentro da própria imprensa nacional o que vem-se observando ultimamente é uma crescente onda de aumentos nos custos das mais importantes materiais utilizados.

Um exemplo claro está na última elevação do custo-quilo de papel de imprensa. Não foi o único corrente ano e nem será o último, porque, conforme dissemos atrás, a alta do dólar é que disciplina referido preço.

DIÁRIO DA MANHÃ, como todos os demais órgãos de informação do país, acha-se em dificuldade para prosseguir mantendo suas tabelas de preços de assinaturas e anúncios, pelo óbvio. Teremos de, forçosamente, reajustar tudo e sem pretender nada sobre estabilidade, pois tal estabilidade não depende de nós, mas, e tão somente, daqueles que manipulam o complexo econômico-financeiro nacional ²⁰⁶.

Com o endurecimento do regime militar em 1968, o jornal voltou a sofrer represálias por parte das práticas censoras. Não foi possível demarcar os períodos e datas precisas em que o diário voltou a ser impedido de circular, no ano de 1968, devido à carência de materiais para consulta no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

²⁰⁵ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Atualidades. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, 01 de abril de 1967.

²⁰⁶ SANT’ANNA, Antônio Carlos. Atualidades. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, 02 de dez. de 1965.

Mesmo com as condições adversas que passou o DM, o jornal só deixou de circular em meados de 1980, devido à carência de anunciantes e a queda de assinaturas.

VI.5. REFLEXÕES ACERCA DOS TERMOS “IDEOLOGIA” E “POVO” UTILIZADOS PELO DM

Na realização de pesquisas que envolvem temas políticos, é importante levar em consideração os termos utilizados nos discursos analisados e refletir sobre seus significados através do contexto em que se encontram. É perceptível que no período estudado, diferentes ideologias compunham o cenário mundial, interferência da chamada “Guerra Fria”, da qual se contrapunham as dicotomias da esquerda e direita. Pensando nesse contexto, nos deparamos com a utilização dos termos “ideologia” e “povo” utilizados nos textos do *Diário da Manhã*. Após a análise, houve a necessidade de discorrer sobre os significado empregado pelo jornal ao usar determinadas palavras.

De acordo com Bobbio et. al. (1998), o termo “ideologia” é empregado com bastante frequência e possui uma gama de significados. O autor salienta duas tendências para delinear os conceitos que abrangem essa palavra: seu “significado fraco” e o “significado forte”. Na sua primeira tendência, ideologia designa o sistema de crenças, conjunto de ideias e valores respeitantes à ordem pública, que visam orientar os comportamentos políticos coletivos (BOBBIO et. al, 1998, p. 595).

Em nossa pesquisa, optamos por utilizar o “significado forte” de ideologia, com origem nas concepções de Karl Marx. No conceito marxista, o termo é visto como a “falsa consciência das relações do domínio entre classes” (BOBBIO et. al., 1998, p. 595), ou seja, a ideologia é uma crença falsa. Mas, como definir a falsidade desse conceito? Para Bobbio et. al (1998), a falsidade da ideologia deve-se à sua falsa representação, pois ela não corresponde aos fatos. Para Marx, “é falsa consciência não apenas as asserções e as interpretações, mas também e, sobretudo os valores e ideais da Ideologia burguesa” (BOBBIO et. al., 1998, p. 603).

Destacamos a escolha do “significado forte” de Ideologia em nossa pesquisa, devido às contraposições das estratificações sociais compreendidas durante o texto. Ou seja, em diversos momentos durante a análise dos editoriais do *Diário da Manhã*, percebemos a introdução do termo “ideologia” para representar a ideia de caráter nacionalista do jornal, em contradição com os ideais burgueses que não compactuavam com as defesas exaltadas no diário: de luta em prol do povo e para o povo.

Com a instauração do regime militar em 31 de março de 1964, a utilização do termo em seu “significado forte” parece ganhar contornos mais nítidos: visto a posição conservadora e antipopular do governo, além do apoio da burguesia para a tomada de poder. A ideia falsa de representação de crença a favor das camadas sociais privilegiadas. Ademais, é preciso também discutir sobre o termo “povo”, termo usado pelos editores do *Diário da Manhã*, para designar o setor que era necessário defender (essa defesa ocorreria em dois sentidos: primeiro, a defesa contra a Ideologia burguesa; segundo, defesa através da ideologia nacionalista).

Ainda utilizando dos conceitos presentes em Bobbio et. al (1998), as definições dadas para o termo “povo” caminham ao lado da história do Estado romano. Os autores nos mostram que o chamado “povo” eram os cidadãos capazes de exercer pressão e influência sobre o Estado existente, identificando a principal vertente dos regimes democráticos. Entretanto, com as monarquias e principados que precederam Roma, a marca de povo começou a perder sua identidade e contorno dentro da vida política. Foi a partir do século XIX, que a visão romantizada do conceito voltou a ser empregada, com o advento do Estado-Nação.

Mas, a sua revelação [povo] havia de estar ligada aos grandes processos de transformação econômica-social iniciados com a era industrial no século XIX e com a consequente formação de grandes partidos políticos populares (BOBBIO et. al, 1998, p. 997).

A visão romântica, apesar de ressuscitar o povo como parte da vida política, homogeneizou a sociedade. Dessa forma, com a introdução dos estudos sobre classes sociais, o “povo” tornou-se um termo ligado ao ideal de Estado-Nação, além de ter filosoficamente discutido, por não representar todos os segmentos.

Marilena Chauí (1994) também tece considerações acerca da terminologia “povo”. Para a filósofa, para compreendermos o que vem a ser o povo inserido na política, devemos nos remeter à elaboração do conceito de República surgida na Europa. Encaramos uma relação dialética da palavra, posta como divisão social e política, diante de suas terminologias primas *pulus* e *Plebes*. O Povo agiria, portanto, como “instância jurídico-política legisladora, soberana e legitimadora do governo”, enquanto a Plebe seria a “dispersão dos indivíduos desprovidos de cidadania, multidão anônima que espreita o poder e reivindica direitos tácitos” (CHAUÍ, 1994, p. 15). Ora, podemos inferir que na presente definição exemplificada pela autora, o Povo seria o conceito que definiria a burguesia, detentora de poderes políticos.

Não obstante, Chauí (1994) continua a apontar a dualidade entre o termo “povo”. Aqui, nos remete a definição norteadora da presente pesquisa: o povo como generalidade política e particularidade social. Ou seja, a autora chama de “povo” os portadores da razão e fundadores da política e, por outro lado, o “povinho” teria constantes necessidades básicas, auxiliando o primeiro através da “disciplina do trabalho industrial, educação essencial para conter suas paixões obscuras, superstições, irracionalidades e, sobretudo, inveja, que se exprime no desejo do igualitarismo” (CHAUÍ, 1994, p. 17).

Diante de tais posicionamentos, refletimos sobre a terminologia de “povo” utilizada em nosso objeto de pesquisa, o jornal *Diário da Manhã*. Parece-nos que a utilização do termo pelos jornalistas e editores do matutino evoca os princípios do dito “povinho”, apresentada por Chauí (1994). Todavia, faz-se necessário compreender que a palavra povo, utilizado para fazer referência às classes sociais mais baixas, não pode ser levado em conta na sua individualidade, já que como nos apresentou Bobbio et. al (1997) e Chauí (1994), é importante entender e solucionar os problemas básicos das camadas populares, para se influenciar o campo político. O povo teria em suas mãos a transformação econômico-social, por meio das reivindicações de seus direitos e o atendimento de suas necessidades básicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho que aqui se apresenta é fruto de um amadurecimento científico de três anos, através de reflexões metodológicas e teóricas que culminaram no registro de uma perspectiva histórica. O objeto de estudo que aqui delimitamos, o órgão jornalístico da cidade de Ribeirão Preto, *Diário da Manhã*, é um referencial para compreender as articulações que envolviam o município do interior paulista e o contexto político nacional, em diálogo com teorias da História e do Jornalismo.

Ao nos debruçarmos sobre o estudo do posicionamento político do DM, desenhamos um processo oriundo das aproximações entre o jornalismo, história, sociedade e política. A análise de conteúdo dos textos do jornal levou em consideração as representações feitas pelo órgão de imprensa de Ribeirão Preto, de acordo com suas doutrinas ideológicas, ciente de que seus discursos eram interpretações dos acontecimentos sociais.

O recorte temporal privilegiou a década de 1960, escolhida por sua efervescência cultural e as mudanças políticas significativas para a História Brasileira. Concentramos a análise nos anos de 1961 a 1967, percorrendo os governos de Jânio Quadros, João Goulart e a administração militar de Castelo Branco. Como referência teórica, utilizamos as teorias da notícia de Traquina (2000) e Wolf (2009), que pontuam o texto jornalístico como produto da interação de diversos fatores, como a cultura, à economia e a política. Ressaltamos que apesar de se referirem às notícias, optamos por empregar os mesmos conceitos nesta pesquisa, para os editoriais e artigos do DM.

Para compreender a estruturação textual dos discursos opinativos do diário, foi necessário o estudo das categorizações dos textos jornalísticos, utilizando das proposições de Melo (1985), particularmente os editoriais como representantes da opinião institucional do veículo de comunicação e os artigos, entendidos como declarações que exibem o posicionamento do jornalista que assina o texto. A opinião foi encarada como uma das funções verticais do jornalismo, que além de atuar na seleção de notícias, também veiculava um posicionamento que definia o perfil do veículo e pretendia nortear a sociedade (BELTRÃO, 1980; MELO, 1985).

Todavia, esbarramos em limitações teóricas que não conseguiam definir como se configurava a construção dos textos do DM: ao mesmo tempo em que eles eram assinados por Antônio Machado Sant'Anna e Antônio Carlos Sant'Anna, também manifestavam a opinião do próprio veículo, visto que os dois jornalistas coordenavam e

dirigiam o periódico. Desse modo, procuramos traçar o perfil político do jornal, considerando o posicionamento de seus diretores e, assim, entender a influência de ambos na sociedade.

Para mais, hierarquizamos os assuntos considerados mais importantes para a compreensão da atuação política do DM. Percebemos que o alinhamento ideológico do jornal aproximava-se do ideal nacionalista, buscando atender as necessidades do povo e defendendo medidas administrativas em prol da população. Reforçamos que o DM manifestava o seu posicionamento político, em consonância com o que nos foi apresentado pela entrevista com Marco Zeri Ferreira²⁰⁷, afirmando que: “nós somos nacionalistas. Decididamente nacionalistas. Repelimos e o fazemos em total observância aos princípios por que pautamos nossa existência, a conceituação tendenciosa de que ser nacionalista é ser comunista”²⁰⁸.

Nesse contexto, destacamos que já no governo de Jânio Quadros, o matutino apoiou o político em um primeiro momento, considerando-o como símbolo de luta em benefício popular. O jornal também acreditava que a renúncia do presidente, em agosto de 1961, foi uma jogada política feita por membros conservadores do Congresso Nacional, que desejavam barrar o progresso da presidência de Jânio. Apesar disso, o diário entre em um dilema, ao criticar o ex-chefe do Executivo em 1962, defendendo que o político era ambíguo em seus pronunciamentos e, assim, confundia o povo.

Quando houve a implantação do regime parlamentarista, o DM questionou os membros do Congresso Nacional, sendo contra a mudança do sistema regencial brasileiro. O jornal defendeu que o poder deveria passar para as mãos de João Goulart, democraticamente eleito pelo povo, visto que o novo presidente era alinhado com os princípios nacionalistas. Desse modo, o diário portou-se favorável ao plebiscito para decidir a forma de governo no país, apoiando os votos ao presidencialismo, além de manter uma aproximação com a administração janguista.

Destacamos que o periódico também defendeu o plano de governo de Goulart, principalmente, no concerne às reformas estruturais de base. Na visão do matutino, a concretização do programa reformista garantiria o desenvolvimento e a emancipação nacional, tanto no setor econômico, quanto no político e social. A posição do DM contrariava a tendência dominante dos grandes veículos de comunicação, visto que a

²⁰⁷ Marco Zeri Ferreira (entrevista no.5).

²⁰⁸ SANT’ANNA, Antônio Machado. É tempo de definição ideológica sem hesitação em termos situando a posição do autêntico nacionalismo. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.12, 08 de jul. de 1962.

maioria dos jornais da grande imprensa paulista e carioca atuaram intensamente na derrocada de João Goulart, apoiando a conspiração que desencadearia o golpe civil-militar de 1964 (AQUINO, 1999; SMITH, 2000).

Com a instauração do regime militar, o DM deixa de circular por dois meses após o golpe, revelando a presença de reacionários na cidade de Ribeirão Preto. O fechamento do diário era visto pelos diretores como supressão da liberdade, sendo que a interrupção da publicação do jornal foi justificada por um discurso autodenominado de democrático, mas que na verdade, era arbitrário e ditatorial. A defesa da imprensa livre e formadora de opinião demonstrou uma consciência crítica ao *status quo* para com as práticas do jornalismo, atuação como quarto poder ou como cão de guarda. O jornal também defendeu a reabertura do *Diário de Notícias*, fechado no período anterior ao golpe, justificando que a interrupção de um jornal era privar o direito de liberdade de expressão dentro dos preceitos democráticos.

Além da paralisação das atividades do diário, data o seu redator-chefe, Antônio Carlos Sant'Anna, também foi levado ao DOPS local, acusado como infrator da Lei de Segurança Nacional, por causa do teor de seus textos, e considerados “subversivos”. Nada foi provado contra o jornalista que, após a sua liberação escreveu comentários que enfatizavam o caráter nacionalista de seus discursos e justificava-os em nome do bem da Nação.

Apesar de contrário ao novo governo autoritário, o DM acreditava que o presidente Castelo Branco enviaria ao Congresso Nacional a medida conhecida como “Estatuto da Terra”, programa similar à reforma agrária. Desse modo, o jornal apoiou o presidente, justificando que o plano castelista seria benéfico para o povo. A opinião do periódico modifica-se quando percebe que o chefe militar da Nação não cumpriria o plano reformista.

É importante ressaltar que após a publicação do AI-2, as críticas ao Governo Federal tornaram-se mais frequentes nos textos opinativos e, ao mesmo tempo, contraditoriamente, o número de editoriais nas folhas do jornal teve uma ampla redução, sendo que em algumas edições há completa ausência de textos de opinião. Os dirigentes do DM criticavam a promulgação dos atos institucionais, taxando-os como medidas restritivas às práticas democráticas, aos direitos civis e à própria liberdade. Essa postura revela relativa independência em relação ao governo e às suas estratégias de controle, ou seja, o jornal não se submeteu ao autoritarismo militar.

As eleições diretas a partir de 1965, estendendo-se até 1967, também era uma constante defendida pelo periódico, que pregava a prática do voto como um ato democrático. Entretanto, é necessário destacar que no começo do mandato de Castelo Branco, os diretores defendiam a dita boa índole do então presidente da República, mas com o prosseguimento de seu mandato e percebendo a impossibilidade das eleições indiretas, o governo castelista foi criticado pela sua atuação autoritária.

Nessa fase, o jornal também defendeu a reeleição de Juscelino Kubistchek para Presidente nas pretendidas eleições de 1965. O diário considerava que o político iria continuar a modernizar o Brasil e garantir o desenvolvimento nacional, beneficiando as diversas classes sociais. Atuando nessa campanha Antônio Carlos Sant'Anna e Antônio Machado Sant'Anna foram os responsáveis por recebê-lo em Ribeirão Preto, em 1964. Em contrapartida, o jornal posicionava-se contra Carlos Lacerda e a UDN, justificando que o posicionamento político do partido era reacionário e impopular, além de que os membros udenistas possuíam ideias incompatíveis com os preceitos ideológicos nacionalistas defendidos pelo diário.

Em nível local, o periódico defendia o movimento municipalista, que pregava a independência das cidades, como forma de desenvolvimento econômico, social e cultural do município. Também apareciam denúncias e comentários sobre assuntos da Câmara Municipal. Como exemplo, podemos citar o caso do vereador Fuad Hanna, criticado por manter dois empregos: o de vereador e de fiscal federal. Entretanto, o veículo apoiava o prefeito da situação Welson Gasparini. O pretendido apoio ao Executivo local revela uma contradição em seu posicionamento, visto que o matutino criticava determinadas atuações na Câmara.

No plano econômico, os redatores criticavam o plano econômico de Roberto Campos e Octávio Bulhões, durante o governo de Castelo Branco. Para o jornal, a medida econômica adotada pelos Ministros, chamada de Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) não solucionava o problema da inflação nacional. Além disso, o jornal destacava que ao invés de melhorar as condições econômicas do Brasil, o regime militar havia estagnado os setores industriais e agrícolas, fato que refletia em inflação e, consequentemente, afetava o panorama social.

O diálogo político que o DM estabelecia com os demais periódicos de Ribeirão Preto ocorria de duas formas (ARAÚJO & GERALDO, 2006): uma delas é que ele aproximava-se do *Diário de Notícias* e do semanário *A Palavra de Ribeirão* por compartilhar ideologias de esquerda nacionalista, a defesa dos trabalhadores e

sindicatos e amplo apoio às reformas de base. Por outro lado, o *Diário* travava uma luta ideológica com o conservador e líder de circulação da região, *A Cidade*, que fazia oposição ao governo João Goulart, tecia críticas às políticas e grupos de tendência esquerdista.

Dos três jornais que apoiavam o governo de João Goulart, apenas o *Diário da Manhã* permaneceu em funcionamento após o golpe. A longa existência do veículo pode ser explicada pela representatividade obtida por sua trajetória ambígua. A postura de oposição aos militares era simultânea à defesa da “Aliança para o Progresso”, dos modelos norte-americanos de administração municipal e do recebimento de verba para viagens aos EUA. Os diretores também se autodenominavam de católicos e defensores papais que defendiam ações sociais protetoras dos trabalhadores e dos segmentos mais pobres.

Os textos opinativos trabalhados revelam a produção de um periódico interiorano veiculando importantes temas para a cidade e a nação, com posicionamentos políticos incisivos e, no aspecto do conteúdo, sintonizado aos grandes temas do seu tempo. Ao mesmo tempo, que o impresso demonstrava incorporar elementos do jornalismo moderno e também debates do seu tempo, alimentava o papel da imprensa militante, defensora das grandes causas, afastado do jornalismo neutro e estritamente comercial, produtor de uma mercadoria informativa e supostamente neutra.

O jornalismo de proximidade fazia hábil papel de articular debates que ocorriam em nível local, nacional e internacional entrecruzando desenvolvimentismo, democracia, liberdade, religiosidade, administração pública, ética e reforma agrária. Também transitava entre posturas anti-imperialistas e incorporações de experiências administrativas de cidade estadunidenses consideradas modelares, entre vínculos com segmentos de esquerda marxista, grupos católicos e certa respeitabilidade entre os grupos conservadores e vitoriosos por meio do golpe. O DM conjugava de maneira particular vários posicionamentos da época, o envolvimento com o debate político corrente, colocando-se na posição minoritária dentre a imprensa, e a atuação política do jornalismo sem subterfúgios de neutralidade e objetividade. Percebemos a existência de elementos de modernização do texto, tais como a divisão entre opinião e informação e a introdução do *lead* (RIBEIRO, 2007), incorporando novas tendências do jornalismo da época. A escassez do papel, em meados de 1965-66, também contribuiu para observar as ferramentas jornalísticas que privilegiaram a informação; a redução dos textos

opinativos em comparação com a quantidade de notícias publicadas demonstra a preocupação do periódico em privilegiar o jornalismo informativo.

Por fim, a contribuição de nosso trabalho está centrada na construção de mais uma página da história regional inserida na lógica da História Nacional, visto que compreender o passado é uma forma de entender os acontecimentos presentes. A pesquisa aqui retratada também explora o contexto social de Ribeirão Preto, procurando ampliar as discussões históricas locais, visto que o Brasil é formado por diferentes municípios, e não apenas pelas grandes capitais. Esperamos que nosso estudo sirva de inspiração para futuras análises que envolvem o jornalismo regional e o município de Ribeirão Preto, colaborando para ampliar as discussões em torno da História, Jornalismo e Sociedade.

ANEXO A - PRIMEIRA PÁGINA DO DIÁRIO DA MANHÃ

oposição Obstruiu Votação Para Intervenção Federal em Alagoas

NOTICIÁRIO POLÍTICO DAS ÚLTIMAS 24 HORAS

ESTEVE, ontem, em Brasília, no gabinete do presidente Castello Branco, o ministro da Justiça, general Amaro Krul, para discutir a possibilidade de intervenção federal em Alagoas, sob o argumento de que o governador, general Costa e Silva, não teria condições de exercer o cargo de governador de Alagoas, devido à sua situação política e pessoal.

O MINISTRO Costa e Silva, que hoje chegou ao Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico, não poderá comparecer à sessão da Câmara de hoje, devido à sua situação de saúde.

A VITÓRIA de Adauto Lucio Cardoso para ser candidato a deputado estadual pela ARENA em Alagoas, foi anunciada ontem pela imprensa local.

REPERCUTIU em todos os círculos políticos, a notícia de que o governador de Alagoas, general Costa e Silva, não teria condições de exercer o cargo de governador de Alagoas, devido à sua situação política e pessoal.

OUTRA notícia de importância política, foi a vitória de Adauto Lucio Cardoso para ser candidato a deputado estadual pela ARENA em Alagoas, foi anunciada ontem pela imprensa local.

O DEPUTADO José Barbosa (Cajuru-Barretos) requereu a intervenção federal em Alagoas, sob o argumento de que o governador, general Costa e Silva, não teria condições de exercer o cargo de governador de Alagoas, devido à sua situação política e pessoal.

CASTELLO BRANCO intervirá diretamente na eleição do governador de Alagoas, sob o argumento de que o governador, general Costa e Silva, não teria condições de exercer o cargo de governador de Alagoas, devido à sua situação política e pessoal.

O MINISTRO Juracy Magalhães declarou, no Rio, que não se oporia a uma intervenção federal em Alagoas, sob o argumento de que o governador, general Costa e Silva, não teria condições de exercer o cargo de governador de Alagoas, devido à sua situação política e pessoal.

Diário da Manhã

Decano da Imprensa Ribeirão Pretana - Fundado em 1-6-1898

PROPRIEDADE DA "EDITORIA DIÁRIO DA MANHÃ S.A."

RED. e OFIC. Rua José Bonifácio, 707 - Caixa Postal 352 - Telefones: 1103 - 5143

ANO 68 - Ribeirão Preto, Quinta Feir, 17 de Fevereiro de 1966 - PORTE POSTAL PAGO

General Costa e Silva Desembarcará na Base do Galeão Terá Uma Recepção Apoteíctica Por Parte de Oficiais

Brasília, 16 (Espresso) - O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

Brasília, 16 (Espresso) - O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

Brasília, 16 (Espresso) - O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

Brasília, 16 (Espresso) - O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

Brasília, 16 (Espresso) - O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

Brasília, 16 (Espresso) - O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

Brasília, 16 (Espresso) - O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

Brasília, 16 (Espresso) - O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

Brasília, 16 (Espresso) - O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

Brasília, 16 (Espresso) - O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

Brasília, 16 (Espresso) - O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

Brasília, 16 (Espresso) - O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

Brasília, 16 (Espresso) - O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

Brasília, 16 (Espresso) - O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

Brasília, 16 (Espresso) - O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

Brasília, 16 (Espresso) - O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

Brasília, 16 (Espresso) - O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

Brasília, 16 (Espresso) - O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

O general Costa e Silva, governador de Alagoas, desembarcará na Base do Galeão, no Rio de Janeiro, amanhã, às 10 horas, para se deslocar para o Rio de Janeiro, onde se encontra sob tratamento médico.

PÁSTA DA AGRICULTURA ENG. AGRON. JOSÉ CALIL

Brasília, 16 (Espresso) - No Palácio do Planalto, na presença do governador de Alagoas, general Costa e Silva, o engenheiro agrônomo José Calil, diretor da Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), apresentou o plano de trabalho para o ano de 1966.

O plano de trabalho para o ano de 1966, apresentado pelo engenheiro agrônomo José Calil, diretor da Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), prevê a realização de várias atividades, incluindo a realização de cursos, palestras e visitas técnicas.

AS EMISSÕES DE PAPEL MOEDA NAS ÚLTIMAS ADMINISTRAÇÕES

Das 132 bilhões do período 1956/60 para um trilhão e 385 bilhões em 21 meses de 64/65

Brasília, 16 (Espresso) - O Banco Central do Brasil divulgou, ontem, os dados das emissões de papel-moeda durante o período de 1956/60 para o período de 1964/65.

Os dados mostram que as emissões de papel-moeda aumentaram significativamente durante o período de 1956/60 para o período de 1964/65, passando de 132 bilhões para 1 trilhão e 385 bilhões.

IMPOSTO DE RENDA COMEÇA A PRENDER ENGENHEIRO FEZ DECLARAÇÕES FALSAS

Brasília, 16 (Espresso) - Fisco do Imposto de Renda prendeu, ontem, o engenheiro agrônomo José Calil, diretor da Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), por fazer declarações falsas sobre o imposto de renda.

O engenheiro agrônomo José Calil, diretor da Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), foi preso por fazer declarações falsas sobre o imposto de renda, alegando que não tinha rendimentos.

ROCKEFELLER EM VISITA AO BRASIL

Brasília, 16 (Espresso) - O magnata norte-americano John D. Rockefeller Jr. chegou ao Rio de Janeiro, ontem, para uma visita ao Brasil.

John D. Rockefeller Jr. chegou ao Rio de Janeiro, ontem, para uma visita ao Brasil, onde se encontra sob tratamento médico.

FALSO REGISTRO INCURRIDO CONTRA FICARREAS NA

Brasília, 16 (Espresso) - O Conselho Nacional de Registro de Imóveis (CNR) decidiu, ontem, que os registros de imóveis feitos por particulares são considerados falsos.

O Conselho Nacional de Registro de Imóveis (CNR) decidiu, ontem, que os registros de imóveis feitos por particulares são considerados falsos, pois não foram feitos em nome do Estado.

DISCURSO DO GENERAL KRUL NOS ANAIS DO CONGRESSO

Brasília, 16 (Espresso) - O general Amaro Krul, ministro da Justiça, fez um discurso nos Anais do Congresso, ontem, sobre o pronunciamento do deputado José Barbosa.

O general Amaro Krul, ministro da Justiça, fez um discurso nos Anais do Congresso, ontem, sobre o pronunciamento do deputado José Barbosa, defendendo a intervenção federal em Alagoas.

BRASIL É O 8.º PAÍS DO MUNDO EM CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

Brasília, 16 (Espresso) - Segundo dados divulgados pelo IBGE, o Brasil é o 8.º país do mundo em crescimento demográfico.

Segundo dados divulgados pelo IBGE, o Brasil é o 8.º país do mundo em crescimento demográfico, com uma taxa de crescimento de 2,5% ao ano.

JOGO LIVRE

Brasília, 16 (Espresso) - O jogo livre foi autorizado pelo Conselho Nacional de Registro de Imóveis (CNR) para a venda de imóveis.

O jogo livre foi autorizado pelo Conselho Nacional de Registro de Imóveis (CNR) para a venda de imóveis, desde que não seja feito em nome do Estado.

Perdendo a voz

Brasília, 16 (Espresso) - O deputado José Barbosa perdeu a voz durante o discurso no Congresso, ontem.

O deputado José Barbosa perdeu a voz durante o discurso no Congresso, ontem, devido ao esforço excessivo.

UM DOS MELHORES HOTEIS DO MUNDO EM CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO

São Paulo, 16 (Espresso) - Um dos melhores hotéis do mundo está sendo construído em São Paulo, sob a direção do arquiteto Oscar Niemeyer.

O hotel, que será o melhor do mundo, está sendo construído em São Paulo, sob a direção do arquiteto Oscar Niemeyer.

METRO EM CAMPINAS

Campinas, 16 (Espresso) - O metrô de Campinas está sendo construído, sob a direção do engenheiro Carlos de Azevedo.

O metrô de Campinas está sendo construído, sob a direção do engenheiro Carlos de Azevedo, com o objetivo de melhorar o transporte público.

DECEISA JUDICIAL

Brasília, 16 (Espresso) - O Conselho Nacional de Registro de Imóveis (CNR) decidiu, ontem, que os registros de imóveis feitos por particulares são considerados falsos.

O Conselho Nacional de Registro de Imóveis (CNR) decidiu, ontem, que os registros de imóveis feitos por particulares são considerados falsos, pois não foram feitos em nome do Estado.

ANEXO A. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, 17/2/1966. Apresentação visual do periódico: os textos assinados por Antônio Machado Sant'Anna aparecem, frequentemente, no canto inferior direito da página. Por vezes, há a presença, no mesmo local da página, de textos não-assinados ou reproduções de outros jornais, como o "Correio da Manhã" e "A Gazeta".

ANEXO B - DIAGRAMAÇÃO DA PRIMEIRA PÁGINA DO DM

GOVERNO ESTUDA NORMAS PARA UNIFICAÇÃO DOS PEQUENOS BANCOS

NOTICIÁRIO POLÍTICO DAS ÚLTIMAS 24 HORAS

ISTÁ se formando o conceito popular de que em "sobras" e "dólos de partidos" não poderão fazer parte dos novos diretores de serem organizados, pois seria apenas a troca de siglas, mas "os homens e os métodos os mesmos".

DEVERÁ visitar São Paulo, hoje, o novo ministro da Agricultura, general Ney Braga.

HA acedimento nos antigos diretores para o encaminhamento amplo do Ato Complementar n. 4 que fixou os métodos de eleições municipais, estaduais e federais para 1960. A matéria, que se fará a indicação (art. 1.º parágrafo 1.º) exige para a indicação de um deputado federal, 2.000 assinaturas de eleitores; para estadual — 1.000 e para prefeito — 300. Vai começar, assim, a luta de luta desde já.

NO ART. 12, está vedada a participação de ministros, governadores, vice governadores, secretários de Estado, prefeitos e vice prefeitos em qualquer comissão diretora prevista pelo Ato n. 4.

JURACI declarou que vai se entender com os intelectuais presos em frente a OEA, repondo-lhes a liberdade em troca de assistência de qualquer manifestação coletiva contra o governo. Sendo rejeitada a proposta, criará e processo continuará.

A ASSOCIAÇÃO Paulista de Municípios está convocando prefeitos e vereadores para a assembleia geral no dia 3 de dezembro, para eleições gerais, de Conselho Fiscal, Diretoria, Conselho Fiscal e de Sindicância.

RIBEIRÃO PRETO com 70.000 eleitores poderá apresentar candidatos de alta expressão cultural, combatividade, conhecimento geral e de valor econômico para a Câmara Federal e Assembleia Legislativa. Pode e com facilidade, desde que a população não afraqueça, como aconteceu nas vezes anteriores.

Diário da Manhã

Decano da Imprensa Ribeirão Pretana - Fundado em 1-6-1898

PROPRIEDADE DA "EDITORA DIÁRIO DA MANHÃ S/A"

RED. e OFIC.: Rua José Bonifácio, 707 — Caixa Postal 352 — Telefones 1103 — 5143

ANO 68 — Ribeirão Preto, Terça-Feira, 25 de Novembro de 1965 — PORTE POSTAL PAGO

Os Intrincados Problemas do Transito

Homem é o Único Culpado de Acidentes

Como o deputado Nicolau Tuma classifica o tumultuamento de ruas e rodovias — O trânsito mala mais que epidemias

São Paulo, 22 (especial) — A propósito de acidentes do trânsito, o deputado federal Nicolau Tuma, autor do projeto do novo Código Nacional de Trânsito realizou uma palestra de extensão universitária, a respeito.

Afirmou, durante esta noite, que o trânsito é um problema de ordem social, econômica e política, e que não se trata apenas de um problema de trânsito, mas de um problema de ordem social, econômica e política.

Como três principais fatores, listou o homem, o veículo e o meio. Disse que, em geral, os acidentes ocorrem em duas situações: quando o veículo é velho, quando o meio é ruim.

PRINCIPAIS FATORES

Como três principais fatores, listou o homem, o veículo e o meio. Disse que, em geral, os acidentes ocorrem em duas situações: quando o veículo é velho, quando o meio é ruim.

ACIDENTE E DESASTRE

Disse que, em geral, os acidentes ocorrem em duas situações: quando o veículo é velho, quando o meio é ruim.

TAXA DE DOLAR IMUTÁVEL

Brasil, 22 (especial) — Volta a se veicular a intenção firme do governo em estudar as normas para a unificação dos pequenos bancos, pois, atualmente dentro de um esquema cooperativo, para maior fomento da produção. Outro ponto importante é que a atual taxa de dólar será definitiva, não havendo possibilidade de oscilação.

JORNAIS CUSTAM MAIS CAROS

EM VIRTUDE DA ALTA DO DOLAR

Papel para imprensa subiu mais 25% em quilo e reajuste salarial mais 35%

Se se vierem na conclusão de reajustes de preços de vários produtos, a partir desta semana, a situação será mais crítica.

A situação criada com o aumento da taxa cambial para a importação do papel de imprensa e o reajuste salarial para a categoria dos gráficos de jornais, acarretará grande aumento no custo de operação das empresas jornalísticas, o que, segundo se sabe, já está sendo refletido no preço do produto.

Uma alta de 25% no preço do papel de imprensa, que já atingiu a cifra de 40 mil e 400 mil de cruzeiros, o que, segundo se sabe, já está sendo refletido no preço do produto.

Sobre a Prisão Dos Intelectuais no Rio

O Ministro da Justiça Falou a Imprensa

Em nenhum país do mundo é suportável a ofensa ao mais alto chefe da Nação — Manifesto de 350 intelectuais

Brasília, 22 (especial) — O sr. diretor Horta, ministro da Justiça, falando pela Rádio Nacional, disse que no episódio ocorrido à porta do Hotel Glória quando da instalação da sessão solene da OEA, ignorava a prisão de intelectuais e que a prisão não foi mais do que um ato de violência.

Disse que ninguém é inocente e que a prisão não é um ato de violência, mas um ato de justiça.

CONGRESSO NACIONAL

Brasília, 22 (especial) — O Congresso Nacional, em sessão solene, comemorou o aniversário de 100 anos da República.

PAÍS DAS MARAVILHAS

Brasília, 22 (especial) — O Brasil é um país das maravilhas, disse o ministro da Justiça, Horta.

COISAS QUE PRECISAM SER EXPLICADAS A VIDA NACIONAL BASEADA EM DOLARES

Se a exportação é feita nessa base, se as compras são pelo mesmo sistema, porque os salários não acompanham a oscilação da moeda americana?

Em 1946, um servidor de médio porte "M" recebeu 3 mil cruzeiros mensais. Na época, isso equivalia a 150 dólares. A lei n. 8443, de 3 de dezembro de 1965, fixou 185.500 cruzeiros como valor mínimo para o servidor público federal. Hoje, o valor corresponde a 101 dólares. Tomando-se

PERCURSO Rio - New York

Será Feito em 150 Minutos

O "XB-70A" testa voo para construção de aviões superônicos de 225 toneladas (o dobro do "Boeing")

Três vezes a velocidade do som

Dois de seus motores de 15.000 cavalos de potência, cada um, são capazes de produzir 15.000 cavalos de potência.

Três paraquedas

O novo aparelho já foi testado em voo, com um motor de 15.000 cavalos de potência, cada um, são capazes de produzir 15.000 cavalos de potência.

SESSENTA MILHÕES DE DOLARES DO BID

SERÃO FINANCIADOS AO BRASIL NESTE ANO

Rio, 22 (especial) — Após a entrevista mantida com o presidente Castelo Branco, o sr. Felipe Barro, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), declarou que, imediatamente, passará a disposição do governo brasileiro a importância de 60 milhões de dólares para o financiamento do Programa de Desenvolvimento.

ANEXO B. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, 25/11/1965. Apresentação visual da primeira página do periódico. Identificação com o slogan "o decano da imprensa ribeirão-pretana - fundado em 1º-6-1898". Presença de notícias nacionais e internacionais.

173

Roda de Filmes

O PODER E A GLÓRIA

O romance de Graham Greene — "O Poder e a Glória", já foi adaptado há quase vinte anos para o cinema, quando foi lançado o título de "The Paganini" (Domínio de barbares, de Brassy), sob a direção de John Ford, com Henry Fonda, John e res Dal Rio e Pedro Armandez, nos papéis centrais.

Agora, retorna, com outra designação: "The Power and the Glory" (O Poder e a Glória), e nos significativamente do que a outra. E o diretor é Marc Daniels, que já realizou outras obras de requanto o elenco reúne alguns nomes: Laurence Olivier, John Harris, George S. Scott, Roddy Mac Dowall, Keenan Wynn, Martin Gabel, Mildred Dumnick, Patty Duke e outros.

A história mostra o fim que teve o último dos padres num País que se supõe situado na América Latina: observamos os "monstros", a miséria e os tipos dos soldados e policiais. A gente do hemisfério Sul continua sendo retratada assim pelo cinema de Hollywood.

O padre procura, no martírio, que ele procura com uma fatalidade, a redenção à sua vida da exemplar de pau d'água e devasso. E consegue o seu objetivo.

O filme, porém, não se alicia nunca e me parece muito inferior à dignidade do tema. Além disso, a narrativa não se mostra uma e forte, sendo as encenações como vinco de camuflagem anticomunista. A caracterização do Padre, por exemplo, que deveria ser uma repulsa ao socialismo e à anti-americana é mais torpe e contravento no sentido da pretensão acusação. Verdaderamente pouco. Não é bom modo, além de contos, que se combatem ideias.

Na abertura, um letreiro informa que o título é imaginária e procura dar a entender, e claro, que aquilo não é verdade, porque, em Cuba, o único país comunista do lado do Ocidente, tudo isso não teria importância, quanto ao cinema de verdade, se o filme tivesse o real valor das obras de arte. Qual? E fragmentário, de cronografia pauperista, não é bom modo, além de contos, que se combatem ideias.

Na abertura, um letreiro informa que o título é imaginária e procura dar a entender, e claro, que aquilo não é verdade, porque, em Cuba, o único país comunista do lado do Ocidente, tudo isso não teria importância, quanto ao cinema de verdade, se o filme tivesse o real valor das obras de arte. Qual? E fragmentário, de cronografia pauperista, não é bom modo, além de contos, que se combatem ideias.

Concluindo: — "O Poder e a Glória", extrato do célebre romance de Graham Greene, não conserva a força sugestiva da obra literária. E, em retrospectivo, o filme, porém, não se alicia nunca e me parece muito inferior à dignidade do tema. Além disso, a narrativa não se mostra uma e forte, sendo as encenações como vinco de camuflagem anticomunista. A caracterização do Padre, por exemplo, que deveria ser uma repulsa ao socialismo e à anti-americana é mais torpe e contravento no sentido da pretensão acusação. Verdaderamente pouco. Não é bom modo, além de contos, que se combatem ideias.

CLASSIFICAÇÃO

- 1) — "Pisces" (reprise)
- 2) — "Jesse venha no Egito"
- 3) — "Coragem é a senha"
- 4) — "O Cabeloira"
- 5) — "Peter Voss, o herói do dia"
- 6) — "O amante e o vingador"
- 7) — "Zorro, o vingador"
- 8) — "Maciste no Vale dos Reis"

CLEOPATRA DECEPCIONA NA RENDA INTERNACIONAL

LOS ANGELES, 7 (ESP) — Segundo a "Box" Elizabeth Taylor deu uma decepção financeira a uma importância de 2.146.000 dólares recebida por sua participação no filme "Cleopatra". A companhia declarada a decepção a importância de 2.146.000 dólares recebida por sua participação no filme "Cleopatra". A companhia declarada a decepção a importância de 2.146.000 dólares recebida por sua participação no filme "Cleopatra".

Dr. FERNANDO JORGE ROSELINO

Chefe do Serviço de Radioterapia da SANTA MEIMUNA NUCLEAR TELECOBALTOGRAFIA (Bomba de Cobalto) Neopentagente e Radioterapia Dorçores da F. M. Santa Casa. FONE: 2853 — Residência

ANUNCIO NOS CLASSIFICADOS DO DIÁRIO DA MANHÃ

CINE CENTENARIO - Tel. 3406 HOJE — 14-Peiris. 8 de Janeiro de 1961 — 22 horas 2 Sessão: às 14.30 - 20 e 22 horas

30.33 apresenta com Dick Howard, Maria Frenck, Alfred Larch em

"CORAGEM É A SENHA"

30.33 apresenta com Dick Howard, Maria Frenck, Alfred Larch em

FILMES E ARTISTAS

AFRICA DO SUL PROIBIDA "NORTH PACIFIC"

DURBAN 4 (ESP) — Média missões "North Pacific", de John Ford, foi proibida por causa de cenas de violência e de publicidade de produtos de uma empresa local. A proibição foi dada por causa de cenas de violência e de publicidade de produtos de uma empresa local.

"RITA" FILME JAPONÊS

trabalha no Brasil e vai de volta ao Japão. "Rita", de Hiroshi Inagawa, produzido de Masaharu Oda, produzido de Masaharu Oda, produzido de Masaharu Oda.

Denúncias por invasão

promotor público em exercício na 4ª Vara de Criminal, não Paulo de Oliveira, não Paulo de Oliveira, não Paulo de Oliveira.

"Liz" Taylor lenta apressar o seu divórcio

PUERTO VILARIATA, 7 (ESP) — O advogado de Liz Taylor, Richard Burton, diz que ela não quer o divórcio, mas que ela não quer o divórcio, mas que ela não quer o divórcio.

Exílio do filme sobre a "altriz" Christine Keeler

COPENHAGUE, 7 (ESP) — Os proprietários dos cinemas de Copenhague, não Christine Keeler, não Christine Keeler, não Christine Keeler.

Acidentada Marlene Carol

MADRID, 7 (ESP) — Marlene Carol parece perigosa, não Marlene Carol, não Marlene Carol, não Marlene Carol.

NO RIO BRIGITTE BARDOT

BRIGITTE BARDOT, não Brigitte Bardot, não Brigitte Bardot, não Brigitte Bardot.

DIÁRIO DA MANHÃ

LOJAS CRUZEIRO — DISCOS DO DIA

LP 12" — BAJO EL CIELO DE MEXICO COM Miguel Aceves Mejia O LEAO CANTOR Vários intérpretes 75 RPM — ALIANÇA DE NOVAIDO Curitiba e Casarinho

DISCO — O MELHOR PRESENTE — DISCO

Campeão de Xadrez por hipnotismo

NOTÍCIAS

ANIVERSARIOS: 8-1-1963

Denúncias por invasão

promotor público em exercício na 4ª Vara de Criminal, não Paulo de Oliveira, não Paulo de Oliveira, não Paulo de Oliveira.

A festa de Reis e os preconceitos

Higino Jacinto Calado Especial para "Diário da Manhã"

Alhejaram se rezaram humildes, postos no chão;

Alhejaram se rezaram humildes, postos no chão; Alhejaram se rezaram humildes, postos no chão.

CLAYO BILAC

Clayo Bilac, não Clayo Bilac, não Clayo Bilac, não Clayo Bilac.

ESTACIONAMENTO MIRIM

Estádios e Lavagem José Rodarte Rua Vitória, 847 — (entre Julio Mesquita e Largo do Aroucho) — SÃO PAULO

DIÁRIO DA MANHÃ

LOJAS CRUZEIRO — DISCOS DO DIA

LP 12" — BAJO EL CIELO DE MEXICO COM Miguel Aceves Mejia O LEAO CANTOR Vários intérpretes 75 RPM — ALIANÇA DE NOVAIDO Curitiba e Casarinho

DISCO — O MELHOR PRESENTE — DISCO

Campeão de Xadrez por hipnotismo

NOTÍCIAS

ANIVERSARIOS: 8-1-1963

Denúncias por invasão

promotor público em exercício na 4ª Vara de Criminal, não Paulo de Oliveira, não Paulo de Oliveira, não Paulo de Oliveira.

A festa de Reis e os preconceitos

Higino Jacinto Calado Especial para "Diário da Manhã"

Alhejaram se rezaram humildes, postos no chão;

Alhejaram se rezaram humildes, postos no chão; Alhejaram se rezaram humildes, postos no chão.

CLAYO BILAC

Clayo Bilac, não Clayo Bilac, não Clayo Bilac, não Clayo Bilac.

ESTACIONAMENTO MIRIM

Estádios e Lavagem José Rodarte Rua Vitória, 847 — (entre Julio Mesquita e Largo do Aroucho) — SÃO PAULO

30.33 apresenta com Dick Howard, Maria Frenck, Alfred Larch em

ANEXO D – DIAGRAMAÇÃO DA QUARTA PÁGINA DO DM

ULTIMAS DO EXTERIOR

KRUSCHEV NO VATICANO

Berlim, 26 (SE) — I hora da manhã — Informa o "Nachrichten", que Nikita Krushev irá a Roma, na comitiva de Paulo VI em companhia de seu genero Alex Adjuvini.

KRUSCHEV IRÁ A BERLIM ONDE CHEGARÁ AMANHÃ

Informa o "Nachrichten" e a Agência Tass —

HOTEL QUITANDINHA

SERÁ TRANSFORMADO

EM GRANDE CENTRO SOCIAL DO PAÍS —

COM TRES BRIGAS DE CRUZEIROS

Rio, 26 (se) — Ingressos que serão a três milhas de cruzeiros e o Adm. Geral, o qual pagou pelo quitandinha de Praga no Rio de Janeiro. Transforma o grupo de hotel e todas suas dependências para abrigar a 200 mil metros quadrados de grande centro social, analítico, para todos os programas de Invenção política social, social, internacional do Brasil.

MULHER!

VOCE TEM UM DEVER A CUMPRIR

COM A FAMÍLIA,

COM OS FILHOS,

COM A SOCIEDADE

MAF

INSCREVA-SE NO

MOVIMENTO DE

ARRIGMENTAÇÃO

FEMININA

RUA BARÃO DO AMANHAS, 904

ADHEMAR QUER VALADARES

PARA VICE NA SUA CHAPA

Nas eleições de 65 — Acha que o atual regime não irá até dezembro

Rio, 26 (se) — O sr. Ademar de Barros diz que a sua preferência no Rio, no seu primeiro momento, não estava com o senador Rosendo Valadarez, mas com o sr. Ademar, que hoje em dia, com a sua experiência política, não poderia ser o candidato a vice na chapa de Paulo VI. Ademar, porém, não quer ser o candidato a vice na chapa de Paulo VI. Ademar, porém, não quer ser o candidato a vice na chapa de Paulo VI.

REFORMAS DE BASE

NO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Rio, 26 (se) — O sr. Wilson Faria, ministro da Saúde, anunciou que o Ministério da Saúde está trabalhando para a reforma da base do sistema de saúde. O sr. Faria afirmou que o Ministério da Saúde está trabalhando para a reforma da base do sistema de saúde. O sr. Faria afirmou que o Ministério da Saúde está trabalhando para a reforma da base do sistema de saúde.

Há Cinquenta Anos Atrás

Uma Notícia da Cidade

Como se contava a história local

No "Almanaque de Ribeirão Preto", de 1913, tiramos este tipo que é interessante: "A população do município — de 80.000 habitantes, sendo a rural de 36.500 pessoas, havendo 319 propriedades rurais no distrito da cidade e 254 em Vila Real."

O sempre lembrado Teatro Carlos Gomes, inaugurado em 1897 e que foi o primeiro, no Brasil, em acústica

O teatro da cidade, inaugurado em 1897, foi o primeiro do Brasil em acústica. O teatro da cidade, inaugurado em 1897, foi o primeiro do Brasil em acústica. O teatro da cidade, inaugurado em 1897, foi o primeiro do Brasil em acústica.

INDUSTRIA E COMERCIO

MICHAELSEN ACEITOU

ESTAR HOJE EM BRASÍLIA

Porto Alegre, 26 (se) — O sr. Knut Michaelson, diretor da indústria e comércio, anunciou que ele estará em Brasília hoje. O sr. Michaelson afirmou que ele estará em Brasília hoje. O sr. Michaelson afirmou que ele estará em Brasília hoje.

ANUNCIEM NOS CLASSIFICADOS

DO "DIÁRIO DA MANHÃ"

Porto Alegre, 26 (se) — O sr. Knut Michaelson, diretor da indústria e comércio, anunciou que ele estará em Brasília hoje. O sr. Michaelson afirmou que ele estará em Brasília hoje. O sr. Michaelson afirmou que ele estará em Brasília hoje.

TREINAMENTO AVANÇADO

Nas Montanhas de Ribeirão Preto, o treinamento avançado está sendo realizado. O treinamento avançado está sendo realizado. O treinamento avançado está sendo realizado.

PLACANTES SOCIAIS

A Cidade e a Sociedade

O Mundo Todos os Dias

NO ALTO DO MORRO DE SÃO BENTO

SAN LEONARDO E CIDADE IRMA

CRISTÓFOLUS (se) — O sr. Cristófolus, diretor da cidade, anunciou que ele estará em Brasília hoje. O sr. Cristófolus afirmou que ele estará em Brasília hoje. O sr. Cristófolus afirmou que ele estará em Brasília hoje.

CLINICA E CIRURGIA DAS VIAS URINARIAS

DE MARCOS

HENRIQUES PINTO

Residência: 100 (se) —

Atende: pelo Hospital Central, Clínica de Urologia, Clínica de Cirurgia, Clínica de Diagnóstico.

REUNIAO MINISTERIAL AMANHÃ

MEDIDAS DO SETOR FINANCEIRO

Brasília, 26 (se) — O Ministério da Fazenda anunciou que haverá uma reunião ministerial amanhã. O Ministério da Fazenda afirmou que haverá uma reunião ministerial amanhã. O Ministério da Fazenda afirmou que haverá uma reunião ministerial amanhã.

SOCIAIS

ANIVERSARIOS: 26-6-1963

FELIZ ANO NOVO

SENHORA: O sr. Senhora, diretor da cidade, anunciou que ele estará em Brasília hoje. O sr. Senhora afirmou que ele estará em Brasília hoje. O sr. Senhora afirmou que ele estará em Brasília hoje.

Divirta-se nas Festas Juninas da CASA DE PORTUGAL

ATE O DIA 30 DE JUNHO

PRATOS TÍPICOS PORTUGUESES, como Caldeirada, Bacalhau, Feijão, Arroz, etc.

PRACA TIRADENTES — RIBEIRÃO PRETO

ANEXO D. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, 26/06/1963. Apresentação visual da quarta página do periódico. Identificação com notícias populares e a presença da coluna "Notícias Sociais".

ENTREVISTAS

BARBIÉRI, Marco Antônio. **Entrevista V.** [31 de jul. de 2014]. Entrevistador: Nayara Kabori. Ribeirão Preto, 2014. 1 arquivo .mp3 (53min24seg).

FERREIRA, Marcos Zeri. **Entrevista IV.** [19 de jul. de 2014]. Entrevistador: Nayara Kabori. Ribeirão Preto, 2014. 1 arquivo .mp3 (17min57seg).

GASPARINI, Welson. **Entrevista II.** [15 de jul. de 2014]. Entrevistador: Nayara Kabori. Ribeirão Preto, 2014. 1 arquivo .mp3 (12min04seg).

NASCIMENTO, Osório Carlos do. **Entrevista I.** [15 de jul. 2014]. Entrevistador: Nayara Kabori. Ribeirão Preto, 2014. 1 arquivo .mp3 (54min01seg).

PAULINO, Leopoldo. **Entrevista III.** [18 de jul. de 2014]. Entrevistador: Nayara Kabori. Ribeirão Preto, 2014. 1 arquivo .mp3 (19min46seg).

BIBLIOGRAFIA

ALVES, M. H. M. **Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984**. Bauru: EDUSC, 2005.

ALVES FILHO, F. **A autoria institucional nos editoriais de jornais**. São Paulo: Alfa, 2006.

AQUINO, M. A. de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.

ARAÚJO, A. at.al. **Golpe de 64: Política e Imprensa em Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Centro Universitário Barão de Mauá, 2005.

ARAÚJO, L. C. E. de. & GERALDO, S. **Memória do Jornalismo Impresso de Ribeirão Preto – O início da profissionalização das redações (1965-82). XI Simpósio de Ciências da Comunicação na Região Sudeste/INTERCOM**. Ribeirão Preto, 2006.

BANDEIRA, L.A.M. **O Governo João Goulart**. As lutas sociais no Brasil, 1961-1964. 7.ed. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/Edit. UNB, 1977

BARBOSA, M. C. & RIBEIRO, A. P. G. “Combates” por uma história da mídia e do jornalismo no Brasil. **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação/INTERCOM**. Curitiba, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BELTRÃO, L. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BEZERRILL, S. da S. **Imprensa e Política: Jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão. II Simpósio de História do Maranhão oitocentista**. UEMA. São Luís, 2011.

BOBBIO, N.; MATTEUCI, N. & PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BOTOSO, M. **A guerrilha ribeirão-pretana: história de uma organização armada revolucionária**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) UNESP, Franca: 2000.

CARNEIRO, M. C. R. **1964: Golpe ou Contragolpe?** Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1975.

CARNEIRO JÚNIOR, M. **Sociedade e Política em Ribeirão Preto: estratégias de dominação (1960-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) UNESP, Franca: 2002.

CHAMMAS, E. Z. **A Ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

CHAUÍ, M. **Conformismo e Resistência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

CIONE, R. **A História de Ribeirão Preto – Vol. II.** Ribeirão Preto: Editora Legis Summa, 1992.

CODATO, A. N. Uma História política da transição brasileira: da Ditadura Militar à Democracia. In: **Revista Sociologia Política.** p. 83-106. Curitiba, nov/2005.

COMPARATO, F. K. Variações sobre o conceito de povo no regime democrático. In: **Revista Estudos Avançados.** N. 31. V. 11. 1997.

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1946. Disponível em: <http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/4/1960/9.pdf>. Acesso: 11/09/2014.

CONSTITUIÇÃO DO BRASIL, 1967. Disponível em: <http://www.inap.mx/portal/images/pdf/lat/brasil/constitucion%20de%20brasil%201967.pdf>. Acesso: 11/09/2014.

D'ARAUJO, M.C. et al. (Orgs.). **Visões do Golpe.** A Memória Militar Sobre 1964. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.

DELGADO, L. A. N. O governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. In: **Revista Grafia.** Universidad Autónoma de Colombia, 2012.

FERREIRA, M. M. (Coord). **João Goulart:** entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GOULART, J. **Discurso do Comício das Reformas de Base.** Estação Central do Brasil, Rio de Janeiro, 13 jan. 1964. Discurso proferido pelo presidente João Goulart à população brasileira. Disponível em: <http://www.institutojoagoulart.org.br/conteudo.php?id=31>

GUARINELLO, N. L. Memória coletiva e história científica. In: **Revista Brasileira de História.** ANPUH. V. 14. N.28. São Paulo: Marco Zero, 1994.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HOHLFELDT, A; MARTINO, L. C. & FRANÇA, V. V. (Org.). **Teorias da Comunicação:** conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

JORGE, S. A modernidade e o rádio em Ribeirão Preto/SP (1924-1937). In: **Em Tempo de Histórias.** PPG-HIS/UnB. Brasília. N.13. 2008.

KARAWCZYK, M. O jornal como documento histórico – breves considerações. In: **Revista Historiæ.** Rio Grande. V. 1. N.3. 2010.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários:** nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Edusp, 1991.

KUSHNIR, B. **Cães de Guarda:** Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

Lei de imprensa - Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15250.htm. Acesso: 24/09/2014.

LELIS, G. A UnB e os militares: breve estudo sobre as relações entre a Universidade de Brasília e o regime autoritário brasileiro entre 1964 e 1965. In: **NOCTUA – Revista de História**. N. 3. Brasília. 2011.

LOSNAK, C. J. Ardis da memória: vieses da trajetória política de O Estado de S. Paulo no pós-64. In: CARDOSO, Clodoaldo Meneguello (Org.). **Humanidades em Comunicação: um diálogo multidisciplinar**. Bauru: UNESP/Faac; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005.

LOSNAK, C. J. **Polifonia Urbana: imagens e representações – Bauru 1950-1980**. Bauru, EDUSC, 2004.

LOUREIRO, F. P. **Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2012.

LOUREIRO, F. P. Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. In: **Revista Brasileira de História**. V. 29. N. 57. São Paulo. 2009.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

MARINO, D. **Orquídeas para Lincoln Gordon: depoimentos sobre o golpe de 64**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.

MARTÍN-BARBERO, J. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: Wilton de Souza.(org.) **Sujeito o lado oculto do receptor**. SP: Brasiliense, 1995. p. 39-67.

MARTINS, M. A. S. R. Discurso, ideologia e persuasão no jornalismo opinativo. In: **Estudos Linguísticos**. São Paulo. V. 38. N. 3. set/dez. 2009.

MATTIOLI, A. F. A teia do poder: coronel Junqueira e a política da Primeira República em Ribeirão Preto. **XXVI Simpósio Nacional de História**. ANPUH. São Paulo, 2011.

MEDINA, C. **Notícia, um produto à venda**. Jornalismo na sociedade urbana e industrial. 3.ed. São Paulo: Summus, 1988.

MELO, J. M. de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ODALIA, N. & CALDEIRA, J. R. C. (Orgs). **História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

OLIVEIRA, A. S. **O Diário de Notícias**: uma voz da Igreja Católica em Ribeirão Preto (1964 – 1969). Dissertação (Especialização em História). Centro Universitário Barão de Mauá. Ribeirão Preto, 2005.

PATERNOSTRO, V. I. **O texto na TV**: manual de telejornalismo. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

PAULINO, C. L. T. **Tempos de resistência**. 10ª. Edição. Ribeirão Preto: Editora Oswaldo Cruz Empreendimentos Ltda., 2012.

PAZIANI, R. R. Outras leituras da cidade: experiências urbanas da população de Ribeirão Preto durante a Primeira República. In: **Revista Tempo**. Rio de Janeiro. N.19. 2005.

PEREIRA, H. A. A. R. Contendo a revolução: a Aliança para o Progresso e o treinamento militar dos EUA na América Latina. In: **História: Debates e Tendências**. São Paulo. V. 10. N. 2. jul/dez. 2010.

RIBEIRO, A. P. G. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: e-papers, 2007.

RIBEIRO, A. P. G. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. N. 31. p 147-160. 2003.

RIDENTI, M. S. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

ROCHA, P. M. & ZAUITH, G. A história da consolidação da imprensa do interior no contexto da *Belle Époque* Paulista. In: **Revista Interin**. Curitiba. V.11. N.1. jan/jul 2011.

ROCHA, P. M. & ZAUITH, G. As transformações históricas do jornalismo no interior e as tendências para o século XXI. **1º Encontro PR/SC de História da Mídia**. UNICENTRO. Guarapuava, 2010.

ROCHA, P. M. & ZAUITH, G. Considerações sobre a prática jornalística em impressos de Ribeirão Preto no século XX. **9º. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. UFRJ. Rio de Janeiro, 2011.

ROLLEMBERG, D. & QUADRAT, S. V. (Orgs). **A construção social dos regimes autoritários**: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROMANCINI, R. História e Jornalismo: reflexões sobre o campo de pesquisa. In: V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro: UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

SANT'ANA, A. M. **Imprensa, Educação e Sociedade no interior paulista**: Ribeirão Preto (1948-1959). Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) UNESP, Araraquara: 2010.

SAVENHAGO, I. J. S. **Efeito da crise dos impressos**: o caso do jornal brasileiro “A Cidade”, de Ribeirão Preto/SP. Dissertação. Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto: 2011.

SILVA, C. E. L. **Mil dias**: os bastidores da revolução em um grande jornal. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.

SKIDMORE, T. E. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SKIDMORE, T. E. **Brasil**: de Getúlio a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SMITH, A. **Um Acordo Forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SODRÉ, N. W. **A História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1983.

SOUSA, J. P. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Chapecó: Editora Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

TOLEDO, C. N. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V. 24. N. 47. 2004.

TOLEDO, C. N. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

TRAQUINA, N. **O poder do jornalismo**: análise e textos da Teoria do Agendamento. Coimbra. Minerva, 2000.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. V. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. 10ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 2009.